



DESIGUALDADES E SEGREGAÇÃO NA METRÓPOLE

O Rio de Janeiro em tempo de crise

Luciana Corrêa do Lago



Observatório
das Metrópoles
Instituto Nacional de
Ciência e Tecnologia

LETRAPITAL

Luciana Corrêa do Lago

DESIGUALDADES E
SEGREGAÇÃO NA METRÓPOLE:
O Rio de Janeiro em tempo de crise



LETRCAPITAL

Copyright © Luciana Corrêa do Lago 2015

*Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados,
sem a autorização prévia e expressa do autor.*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

L175d

Lago, Luciana Corrêa do

Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise
[recurso eletrônico] / Luciana Corrêa do Lago. - 2. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital,
2015.

recurso digital

Formato: epdf

Requisitos do sistema: adobe acrobat reader

Modo de acesso: world wide web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7785-361-8 (recurso eletrônico)

1. Planejamento urbano - Rio de Janeiro, Região Metropolitana do (RJ). 2. Classes sociais - Rio de Janeiro, Região Metropolitana do (RJ). 3. Desigualdades sociais. 4. Livros eletrônicos. I. Título.

15-21509

CDD: 307.760981531

CDU: 316.334.56(815.31)

31/03/2015 07/04/2015

LETRA CAPITAL EDITORA
Telefax: (21) 3553-2236/2215-3781
letracapital@letracapital.com.br

*A meu pai,
João Corrêa do Lago Filho,
com quem, durante trinta anos, compartilhei uma estimulante
experiência intelectual e uma profunda relação afetiva.*

Sumário

Agradecimentos.....	5
Apresentação.....	7
Introdução	10
Capítulo I - DINÂMICA URBANA E ESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL	13
1.1 Reestruturação econômica e desigualdades socioespaciais: o debate internacional	14
1.2 Crise econômica, pobreza e novos padrões de segregação espacial: mudanças e permanências na realidade urbana brasileira	21
1.3 Mobilidade espacial e estruturação socioespacial: uma questão de método.....	29
Capítulo II - A TRAJETÓRIA ESPACIAL DAS CLASSES SOCIAIS NA FORMAÇÃO DO ESPAÇO METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO	39
2.1 Os primeiros deslocamentos intra-urbanos e a gênese da segregação socioespacial no Rio de Janeiro.....	40
2.2 Acumulação e pobreza na cidade: primeira fase	42
2.3 Industrialização e intensificação da mobilidade espacial na metrópole	46
2.4 A era do <i>milagre</i> e da exacerbação das desigualdades	48
Capítulo III - A DINÂMICA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO NA DÉCADA DE 1970	54
3.1 Distribuição das atividades econômicas e dinâmica imobiliária.....	55
3.2 Crescimento demográfico	62
3.3 Fluxos migratórios e mobilidade residencial nos anos 70	68
3.4 Perfil do migrante e seu padrão habitacional.....	75
3.5 Desigualdades socioespaciais no final do período desenvolvimentista.....	87
Capítulo IV - ALTERAÇÕES NA DINÂMICA URBANA E REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL NOS ANOS 80	104
4.1 Crise econômica, mercado de trabalho e dinâmica urbana.....	106
4.2 Tendências demográficas na década de 1980.....	116
4.3 Fluxos migratórios e deslocamentos intrametropolitano	122
4.4 Perfil social e condições de moradia dos migrantes na década de 1980.....	128
4.5 Alterações no padrão de desigualdades socioespaciais.....	145
Conclusão	161
Referências bibliográficas.....	168

AGRADECIMENTOS

Este livro é resultado de uma tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Regem os preceitos acadêmicos que uma tese de doutorado deve ser uma produção individual, condição, a meu ver, difícil de se alcançar plenamente no âmbito intelectual. No caso do presente livro, a demarcação entre as formulações de minha exclusiva autoria e as construídas em conjunto ao longo de 12 anos de vida acadêmica é bastante tênue. Nesse período, tive a sorte e o prazer de participar, no IPPUR/UFRJ, de um processo coletivo de pesquisa e reflexão, no qual pude dividir minhas inquietações e meus projetos com os colegas e, acima de tudo, amigos Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, Aduino Cardoso, Eduardo Guimarães de Carvalho, Robert Pechman e Orlando Junior. A cada um deles, minha imensa gratidão pelo apoio incondicional, pela rica contribuição intelectual e pela eterna amizade.

Foi imprescindível a colaboração de vários colegas, entre os quais agradeço de modo especial:

À minha orientadora, Suzana Pasternak Taschner, pela confiança e pelo estímulo ao meu trabalho, fundamentais nas fases de desânimo e insegurança, quando não se consegue enxergar a relevância do que está sendo produzido nem o melhor caminho para alcançar os objetivos. A idéia de me aventurar, pela primeira vez, num estudo quantitativo com grande volume de dados estatísticos contou com seu total apoio e sua larga experiência.

A Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, amigo e companheiro de trabalho, pelo interesse e pela permanente disposição de discutir e colaborar.

À equipe de pesquisadores e consultores do Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal do IPPUR, sem a qual não teria sido possível realizar este trabalho. Em especial, minha gratidão ao sociólogo Luiz Marcelo Carvano, responsável pelas tabulações especiais referentes ao Censos Demográficos de 1980 e 1991 e que sofreu comigo as dificuldades de se trabalhar com imensas bases de dados estatísticos. Sua paciência, seu bom humor e sua competência garantiram o andamento da pesquisa nos momentos mais críticos. Meu agradecimento a Antonio Duran, nosso consultor na área de estatística, que me ensinou a lógica de funcionamento dos programas e, portanto, a fazer as perguntas certas e possíveis quando se trabalha com as bases do IBGE. Ao economista Luiz Gustavo Martins, que, por sua dedicação ao Observatório, desempenhou importante papel no pleno desenvolvimento das pesquisas. À socióloga Cynthia Rangel, pela dedicação e seriedade em todas as atividades que assume, em especial no controle da qualidade das informações produzidas. A Fábio Nunes, pela elaboração dos mapas geo-referenciados. A Rosa Ribeiro de Oliveira, cujas eficiência administrativa e enorme boa vontade, além de garantirem o pleno funcionamento dos trabalhos, nos liberam para as atividades acadêmicas.

A Lucia Bógus e a Yvonne Mautner, pelas contribuições relevantes fornecidas no exame de qualificação e pelo estímulo à continuidade do trabalho.

Aos colegas Rosa Ribeiro, Lícia Valladares, Fany Davidovich, Edmond Preteceille e Antônio Alquimim, com os quais, através de uma linha de pesquisa comum, tenho compartilhado ricos debates e reflexões sobre o tema da reestruturação socioespacial.

A Claudio Santoro, responsável pela preparação dos textos possibilitando uma leitura mais agradável de um texto acadêmico.

À CAPES, pela concessão da bolsa PICD de doutorado, através da UFRJ.

Ao CDDI, departamento de divulgação de informações do IBGE, pela disposição de amenizar as dificuldades burocráticas impostas pelo Instituto para a aquisição dos dados censitários.

Aos meus dois grandes amores, Maria e Lucas, agradeço a impaciência, as reclamações e a permanente demanda pela minha presença física e afetiva, impedindo que eu me encerrasse no mundo da razão.

Por fim, agradeço ao Paulo, que me fez ver que a paixão é compatível com o companheirismo. Sua leitura rigorosa e crítica da tese antes que ela chegasse ao papel reduziu enormemente as impurezas presentes nas primeiras versões.

APRESENTAÇÃO

Suzana PasternakTaschner

Como já disse Flávio Villaça, no seu livro seminal *Espaço intra-urbano no Brasil*, “tem havido nas últimas décadas um crescente desenvolvimento das investigações regionais e uma surpreendente estagnação dos estudos intra-urbanos” (Villaça, 1998:17). Quais os processos sócioespaciais intra-urbanos mais significativos e importantes? E é na resposta a estas questões que o trabalho de Luciana avança de forma inequívoca.

Na década de 1920, teóricos da Escola de Chicago, como Burgess e seus círculos, Hoyt e seus setores, forneceram alguns modelos pioneiros, embora bastante descritivos. São referência até hoje, embora pouco explicativos e muito ligados às cidades norte-americanas. Castells (1972) avançou nos estudos intra-urbanos, chamando a atenção para os elementos da estrutura espacial e tentando esmiuçar a lógica de implantação dos espaços da produção, do consumo, da troca e da circulação (Capítulo III de *La Question Urbaine*). Neste livro e em outros escritos recorta um elemento fundamental da estrutura intra-urbana — o centro. Em trabalhos posteriores, comenta outros processos socioespaciais — os subúrbios e a segregação das elites.

A origem histórica da segregação na cidade ocidental liga-se à Revolução Industrial, quando o grau de urbanização cresceu, trabalho e residência se separaram no espaço físico, e burguesia e operariado passaram a morar em locais distintos no espaço intra-urbano. Uma questão importante seria por que uma cidade *escolheria* crescer da forma tradicional, com os ricos na área central e a pobreza cada vez mais empurrada para a periferia, ou por que a classe média usaria seus recursos para lotear a terra virgem das áreas limítrofes, indo residir na franja suburbana, em casas individuais isoladas, formando aquilo que Fishman (1996) chamou a “utopia burguesa”, forçando a classe trabalhadora a ocupar uma zona ensanduichada entre o CBD (*Central Business District*) e os subúrbios ricos. Como coloca Fishman, pode-se resumir de forma grosseira que as cidades da Europa continental e as latino-americanas optaram pela estrutura tradicional, enquanto que as britânicas e norte-americanas tomaram o rumo da suburbanização. Fishman aponta que, embora a cidade industrial seja descrita por um diagrama claro e *objetivo* pelos estudiosos da Escola de Chicago, sua forma liga-se no fundo às escolhas e valores de grupos poderosos dentro da cidade. “A decisão da burguesia de Manchester e de outras cidades industriais pioneiras em 1840 de se suburbanizar criou a estrutura básica da cidade anglo-americana, enquanto a decisão de grupo comparável em Paris nos anos 1850 e 1860 (auxiliada por considerável ajuda e intervenção governamental) em viver em apartamentos centrais, criou a cidade moderna estilo continental” (Fishman, 1996:30).

Os atuais modelos de estruturação intra-urbana relacionam as transformações socioespaciais em curso à globalização da economia urbana. As cidades que integrariam as redes da economia mundial declinariam as atividades industriais e expandiriam as atividades financeiras e de serviços, com a conseqüente emergência de uma nova estrutura social, caracterizada pela expansão das camadas superior e inferior da hierarquia social e diminuição das camadas médias, com maior concentração de renda. Especialmente, esta estrutura bimodal resultaria numa ordem dual, com espaços marcadamente ricos e pobres. Esta hipótese é descrita sobretudo por Saskia Sassen (*The global city*, 1991). Muitos estudos

relativizam esta hipótese dual, como os de Marcuse (1989), Castells (1992), Preteceille (1993, 1995), entre outros. Esta crítica à tese dual não questiona o pressuposto da polarização da estrutura social, mas coloca-a como extremamente simplificadora e matiza seu reflexo espacial.

Luciana, de forma pioneira, procura captar as transformações socioespaciais ocorridas nos anos 70 e 80 numa metrópole periférica — o Rio de Janeiro. Quais as relações espaço-sociedade numa metrópole do chamado Sul, com inserção específica na economia mundial? Manutenção, alargamento ou revisão do modelo segregado de moradia das classes sociais?

O nosso padrão histórico, a partir dos anos 40, podia ser resumido à questão centro-periferia, parodiando círculos de Burgess, onde os ricos estão no centro e os pobres na periferia. Mas Luciana coloca, com propriedade, que a consolidação da estrutura socioespacial centro-periferia não significa que estes dois espaços sejam homogêneos. Segundo ela, o espaço metropolitano chega aos anos 90 mais fragmentado socialmente. Uma nova escala espacial de segregação social tem se colocado, a de enclaves de ricos e de pobres, ou seja, espaços fisicamente delimitados, sejam eles ocupações ilegais ou condomínios fechados. Tanto em uns como em outros privatiza-se o espaço público, impedindo a livre circulação. Este retorno a artefatos das cidades medievais — muralhas, nos espaços residenciais de setores altos, banditagem e controle de circulação, nas favelas e ocupações — transforma o espaço urbano das metrópoles brasileiras numa floresta de Sherwood tropical, onde, atrás dos muros, só se convive com semelhantes e, fora dos muros, pode existir um malfeitor atrás de cada árvore, com aniquilamento da tolerância e do convívio com o diverso, que são a essência da urbe.

Como elemento importante de análise, a autora introduziu a mobilidade residencial intra-metropolitana. A quantificação destes fluxos permite mensurar o crescimento diferencial do espaço metropolitano e colocar hipóteses sobre as razões desse crescimento distinto por segmento espacial. A redução do contingente de migrantes questiona, tal como em São Paulo, a associação histórica feita entre migração, pobreza e favelização. Tal como em São Paulo, o aumento, no caso paulistano, e o recrudescimento, no caso carioca, da população favelada, deve-se mais ao empobrecimento da população metropolitana que à chegada de novos contingentes migratórios. No Rio de Janeiro, a população que já residia na cidade em 1980 foi responsável por 70% do incremento populacional nas favelas no período 1980-91. Em São Paulo, 72% dos chefes favelados em 1993 estavam há mais de dez anos na cidade, e 36% moravam na mesma favela onde foram entrevistados há mais de uma década (FIPE, 1994).

Na década de 1970, a auto-segregação das elites vai se traduzir num fechamento de áreas valorizadas, para os pobres, com seu deslocamento em massa para a periferia. Esta periferia, entretanto, não era local apenas da pobreza. A chegada de setores médios já mudava a paisagem urbana, menos homogênea. O sonho da casa própria transformou a periferia metropolitana, tanto do Rio de Janeiro como de São Paulo, num enorme e horizontal canteiro de obras, com casas individuais em constante construção, sempre inacabadas. Luciana coloca que nos anos 80 esta histórica atratividade da periferia como possibilidade de obtenção de casa própria diminui. Os deslocamentos populacionais continuam a ocorrer muito mais pelo processo de expulsão dos pobres que por ascensão à casa própria.

Do ponto de vista metodológico, a presente investigação utiliza intensamente dados censitários de 1970 e 1980. Tabulações especiais dos dois Censos Demográficos

conduziram a cuidadosa categorização do tecido metropolitano em cinco tipos analíticos: Rio de Janeiro, Niterói, periferia consolidada (Nilópolis e São João do Meriti), periferia em consolidação (Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Magé) e periferia em expansão (Itaboraí, Itaguaí, Mangaratiba, Maricá, Paracambi e São Gonçalo), de acordo com suas taxas intercensitárias de crescimento demográfico na década de 1980. A *periferia consolidada* é composta pelos municípios com crescimento inferior a 1% ao ano; a *periferia em consolidação*, por aqueles com crescimento entre 1% e 2%; e a *periferia em expansão*, por aqueles com taxas superiores a 2%. Dentro do município do Rio de Janeiro, as regiões administrativas foram agrupadas em quatro áreas — Centro, Zona Sul, subúrbios 1 e 2. Resultados da década de 1970 colocam a periferia metropolitana do Rio de Janeiro como a principal receptora de migrantes na década, vindos sobretudo da capital. De outro lado, migrantes pobres de outros Estados localizaram-se em favelas nas zonas centrais e suburbanas da capital. Concluindo, a migração direta foi para as áreas centrais do município sede, e não para a periferia, que correspondeu a uma segunda etapa do processo migratório. Nos anos 80, há forte redução da taxa de crescimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O total de migrantes na RMRJ passa de 1,33 milhão em 1980 para 455 mil em 1991.

Interiormente, não só as áreas centrais apresentaram taxas de crescimento próximas a zero; o mesmo ocorreu com a periferia consolidada. A periferia em consolidação também perdeu posição como receptora de migrantes na década de 1980 — seu saldo migratório caiu de 153 mil pessoas nos anos 70 para 96 mil nos anos 80. Os dados da periferia em expansão, por sua vez, mostram que os migrantes tenderam a se localizar em áreas cada vez mais distantes do centro: seu saldo migratório subiu de 69 mil para 86 mil pessoas, entre os anos 70 e 80. Como em São Paulo, o crescimento reduzido foi fortemente periférico.

O trabalho avança analisando o perfil dos migrantes pela renda, instrução, origem, ocupação, categoria socioocupacional, condições de ocupação e tipo de domicílio e acesso a infra-estrutura básica. Ao incorporar dados relativos ao perfil socioocupacional e às condições de moradia e infra-estrutura, traz inédita e importante contribuição ao estudo da dinâmica intra-urbana.

Desigualdade e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise foi defendida como tese de doutorado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Acrescenta à já reconhecida obra da autora sobre produção imobiliária um novo eixo de análise, ligado à demografia intra-urbana e à caracterização da migração. Como se vê, a partir do presente estudo, foram elaborados critérios de análise que não se esgotam no objeto investigado, mas permitem avançar na análise de processos sociais ligados à produção do espaço. Certamente incentivará mais pesquisas sobre as questões abordadas, dentro da importante temática dos estudos urbanos e das transformações das metrópoles no limiar do novo milênio.

INTRODUÇÃO

A formulação do presente trabalho teve como primeiro estímulo um conjunto de fenômenos sociais recentes. De um lado, algumas evidências empíricas, reveladas por pesquisas científicas: empobrecimento da população brasileira com aumento da desigualdade de renda; precarização do trabalho e crescente vulnerabilidade do trabalhador; e, ainda, profunda crise habitacional. De outro, a observação não sistemática, ou até mesmo impressionista, da emergência de uma nova configuração espacial nas principais cidades brasileiras, marcada pelos espaços residenciais e comerciais exclusivos, pela privatização dos espaços públicos e pela estigmatização dos espaços populares, configuração muito semelhante à que tem sido apresentada, na literatura internacional, sobre as cidades nos países avançados.

Os fenômenos acima mencionados serviram de subsídios à problemática aqui construída em torno das desigualdades socioespaciais intrametropolitanas, através da qual se procurará avaliar as mudanças e permanências ocorridas na década de 1980 na estruturação espacial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, utilizando-se como referência analítica o modelo binário núcleo-periferia, consolidado na literatura como expressão e explicação da dinâmica de organização interna do espaço metropolitano. O alto grau de concentração das atividades econômicas e da infra-estrutura básica nos núcleos urbanos, assim como o padrão de distribuição da população pobre pela metrópole, foram as bases empíricas para que a perspectiva dual predominasse nos estudos sobre segregação urbana nos anos 70 e 80, embora o núcleo e a periferia nunca tenham se constituído em espaços socialmente homogêneos. Na presente tese, trabalha-se com a hipótese de que as transformações sociais e espaciais ocorridas nos anos 80 apontam para a necessidade de revisão do modelo dual como expressão da estrutura socioespacial que vem se configurando ao longo dos últimos 15 anos.

Uma primeira visão da metrópole do Rio de Janeiro sob os efeitos da crise revela a difusão da pobreza por todo o tecido metropolitano, através da retomada do crescimento das favelas tanto nas áreas centrais quanto nas periféricas. Uma segunda mostra que a periferia se tornou socialmente mais heterogênea ao abrigar novos espaços residenciais e comerciais destinados às camadas médias. Essas duas evidências podem, no entanto, estar associadas a processos sociais distintos. Sob um aspecto, o aumento relativo dos pobres e da concentração de renda indicaria a tendência à polarização da estrutura social, em que os setores médios pauperizados teriam que buscar novas estratégias espaciais em áreas menos valorizadas e, portanto, mais distantes do núcleo. Sob outro, a tendência seria de uma estrutura social mais complexa e menos polarizada entre ricos e pobres, com o aumento relativo dos setores médios, sobretudo nas áreas periféricas, onde começa a ocorrer maior dinamismo econômico. Na realidade, tais tendências não são necessariamente excludentes. Ao se incorporar na análise a dimensão espacial, torna-se possível pensar na coexistência de espaços tendencialmente mais polarizados com outros mais diversificados socialmente. No entanto, por todo o espaço metropolitano, formas precárias de moradia vêm se expandindo de modo significativo, gerando uma crescente aproximação entre pobres e ricos no lugar de residência. É nesse contexto que emergem novas modalidades de segregação socioespacial baseadas na exclusividade residencial e comercial, tanto nas áreas centrais quanto nas periféricas.

Essa temática e as questões a ela inerentes inserem-se no debate em curso sobre os impactos sociais e espaciais da crise e da reestruturação econômica, que já reúne uma vasta literatura internacional e uma mais reduzida literatura nacional. Nele, a idéia de dualidade alcançou uma relativa hegemonia, seja no âmbito da estrutura social, seja no da nova espacialidade urbana. No primeiro caso, estão no centro do debate noções como *polarização social, exclusão e underclass*, enquanto no segundo, expressões como *dual city, divided cities* e *cidade partida* dão título à nova bibliografia sobre a questão urbana. No Capítulo I do presente livro, procura-se qualificar esse debate e confrontá-lo com a perspectiva crítica que dominou grande parte dos estudos urbanos brasileiros nas duas últimas décadas, na qual a crescente desigualdade social tinha como expressão espacial a segregação dos ricos no núcleo e a dos pobres na periferia.

A particularidade da abordagem aqui proposta é a introdução, na análise tradicionalmente estática da estrutura socioespacial, do fenômeno da mobilidade espacial, visto como indissociável dessa estrutura. Se a dinâmica urbana condiciona e induz os deslocamentos residenciais, estes, por sua vez, alteram o padrão de segregação espacial. A mobilidade espacial intrametropolitana é incorporada na análise como um processo inerente à estruturação do espaço urbano e não como objeto de estudo em si, o que possibilita trabalhar com a perspectiva da mudança permanente da realidade social. Assim, a quantificação e a qualificação dos fluxos em direção à metrópole e em seu interior informam sobre a dinâmica de crescimento e a segmentação do espaço urbano e permitem avaliar, por exemplo, em que medida se mantém o vínculo estrutural entre pobreza urbana, migração e favela, ou em que medida a expansão dos setores sociais médios na periferia se deve ao maior dinamismo local ou à mobilidade residencial desses setores em busca da casa própria.

A análise não está centrada na investigação das relações de causalidade entre estrutura urbana e mobilidade nem na aferição dos fatores mais ou menos explicativos da segregação residencial. Reconhece-se a interdependência de uma série de fatores que, no presente trabalho, serão incorporados numa estrutura analítica marcada por duas dimensões de fenômenos diretamente relacionados com o processo de estruturação socioespacial intrametropolitana. As alterações no mercado de trabalho, no nível de renda e na capacidade de endividamento das famílias, assim como a crise do Estado, no que se refere em especial à política habitacional e de saneamento, constituem as macrotendências econômicas e políticas que interagem com a dinâmica propriamente urbana, marcada pelo comportamento do mercado imobiliário e pela ação do poder público sobre o espaço construído, e que foram assimiladas aqui como microtendências.

No sentido de desenvolver essa perspectiva de análise, utilizou-se um conjunto de informações quantitativas e qualitativas, tendo em vista as duas dimensões acima mencionadas e os períodos investigados: as décadas de 1970 e 1980. A estrutura do livro baseia-se nessa periodização: o Capítulo II é uma breve história do processo de segregação do espaço metropolitano do Rio de Janeiro; o Capítulo III, a análise da estruturação socioespacial da metrópole nos anos 70; e o Capítulo IV, a análise das transformações e permanências nessa dinâmica, nos anos 80. Dados estatísticos censitários referentes às atividades econômicas da região e ao perfil social da população residente, em particular da população que se deslocou dentro ou em direção à metrópole, somaram-se às avaliações já realizadas sobre as políticas de financiamento imobiliário, revelando as macrotendências que mantêm estreita relação com a estruturação urbana. Na microescala, utilizaram-se para análise da dinâmica urbana os dados censitários sobre as condições de moradia dos

residentes, os resultados de pesquisa sobre as diferentes formas de produção imobiliária, assim como informações referentes às políticas públicas municipais e estaduais. A interação entre a estrutura socioespacial e a mobilidade residencial foi concebida ao confrontarem-se o perfil socioeconômico e as condições de moradia do migrante intrametropolitano com os da população residente em sua área de destino.

Por fim, cabe mencionar os limites impostos à análise empírica, quando se depende, em grande parte, da árdua tarefa de se produzirem tabulações especiais com base nos dados censitários fornecidos pelo IBGE. A impossibilidade de acessar, em tempo hábil, a base de dados do Censo Demográfico de 1991, com as informações necessárias à comparação com os de 1980, utilizando-se a mesma escala espacial, ou seja, a intramunicipal, impediu uma avaliação mais meticulosa e plena das transformações socioespaciais entre as décadas de 1970 e 1980.

CAPÍTULO I
**Dinâmica urbana e
estruturação socioespacial**

1.1 REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS: O DEBATE INTERNACIONAL

Nos últimos 15 anos, uma vasta produção científica de diferentes países e campos disciplinares vem concentrando seu foco de análise nos impactos sociais e espaciais causados pelas transformações econômicas e pela crise do Estado do Bem-Estar em curso nos países centrais, desde os anos 70. As reflexões sobre esse tema evidenciam a polêmica em torno da tese da cidade global, cuja hipótese central é a existência de relações estruturais entre as transformações em andamento na economia e a intensificação da dualização social. Sob essa perspectiva, é possível definir duas vertentes de análise: a que focaliza as mudanças na estrutura social como um todo e a que se restringe ao estudo da chamada *nova pobreza urbana*. Ambas têm como pressuposto o fato de as transformações sociais em processo nas duas últimas décadas resultarem das alterações no mercado de trabalho geradas pela crise do regime fordista.

Common trends within Europe and the US include the displacement of a manufacturing-based by an information-based economy with corresponding declines in industrial and increases in service employment (...). These have been accompanied by the rapid growth of financial and producer services sectors within cities at the top of the urban hierarchy and the flight of industry and population from others. (Fainstein e Campbell, 1996:6)

No debate sobre as alterações em curso na estrutura social e sobre a nova espacialidade urbana a elas atrelada, o paradigma da pós-industrialização¹ alcançou uma relativa hegemonia. Para os que o aceitam, a tendência à dualização social é incontestável e seria produto das transformações tecnológicas, especialmente as relacionadas à expansão do setor informacional, e da crescente financeirização da economia global (Sassen, 1991). Como consequência, o mercado de trabalho teria se alterado, evidenciando o forte crescimento das categorias profissionais superiores no setor terciário dominante e das categorias inferiores empregadas nos serviços de consumo (restaurantes, hotéis etc.) e de escritório. A tese pressupõe, ainda, a diminuição das categorias profissionais médias, inclusive a dos operários qualificados, em função da crise do setor industrial² (Preteceille, 1994).

O impacto espacial da tendência à dualização da estrutura social seria, num extremo, a apropriação cada vez mais exclusiva dos espaços mais valorizados pelas funções ligadas ao consumo e à moradia de luxo e, no outro, a conformação de espaços exclusivos da pobreza. No âmbito dessas transformações surgiram, como expressões do novo padrão de segregação espacial, noções como “cidade dual, cidade dividida e espaço fragmentado”, em torno das quais vem se desenvolvendo um amplo debate acadêmico, em cujo interior autores com perspectivas diversas contestam a tese da dualização socioespacial (Castells, 1992; Fainstein, Gordon e Harloe, 1992; Preteceille, 1994; Marcuse, 1989; Kempen, 1994). A crítica mais difundida centra-se na impossibilidade de o modelo dual, devido a seu caráter simplificador, explicar a enorme complexidade das sociedades e cidades contemporâneas. Nesse sentido, a idéia de dualidade estaria baseada no que há de mais visível hoje nas grandes cidades, isto é, na enorme diferenciação social e espacial entre as áreas centrais prósperas, onde se localizam os grupos sociais mais afluentes, e os enclaves, próximos geograficamente, onde há concentração da pobreza. Essa abordagem, na realidade, tem

impedido uma análise socioespacial do conjunto dos processos em curso nos grandes centros urbanos, ao não focalizar as práticas e estratégias dos setores sociais médios.

The reality for most people is quite different. The large majority, at least in the developed economies, are neither very rich nor very poor. Their feelings about their place in the city are determined, not only by where they live, but also by where they work and in what social relationships — i.e., their class position. The relationship between residence and work, consumption and production, is a very close and complex one. I suggest very tentatively a “quartered city” formulation at the end of this paper; whether it is adequate or not, the dual city formulation hardly helps to advance the debate. (Marcuse, 1989)

Esse tipo de crítica à tese dual não questiona seu pressuposto, ou seja, a atual tendência à polarização da estrutura social. Sua relevância teórica consiste em buscar romper com a idéia de dois (ou mais) mundos autônomos, independentes, propondo uma leitura que enfatize as relações essenciais entre as divisões socioespaciais, através dos diferentes usos que cada um dos grupos sociais faz da cidade. A complexidade camuflada pela tese dual diz respeito, portanto, à maior diversidade de grupos sociais e à relação estrutural entre eles.

Numa outra perspectiva, alguns autores põem em cheque a tese da dualização do mercado de trabalho, baseando-se no fato de que as atividades mais globalizadas representam uma pequena parte do emprego total e de que determinadas ocupações médias, na realidade, sofreram aumento nos anos 80 (Preteceille, 1994). A introdução de tecnologias informatizadas, por exemplo, não geraria a ampliação apenas das categorias ocupacionais superiores, mas também das categorias médias técnicas e qualificadas. Já no comércio, a tendência seria o aumento dos empregados pouco qualificados e mal pagos. A hipótese da dualização espacial deve, da mesma forma, ser relativizada. Segundo Preteceille (1994), é muito esquemático reduzir a questão da segregação à oposição binária ricos-pobres, mesmo que os sinais físicos e estéticos dos contrastes sociais estejam cada vez mais exacerbados. Se, por um lado, os espaços exclusivos das categorias sociais abastadas são evidentes, por outro, a diversidade da estrutura social e a complexidade de sua distribuição espacial continuam em crescimento. Estudos sobre a divisão social do espaço parisiense³, na última década, mostraram que os espaços socialmente mais polarizados, que abrigam predominantemente as categorias abastadas ou os operários, reúnem 42% da população da região de Île-de-France.

Esses espaços mais polarizados têm um peso considerável e marcam profundamente a organização da cidade; mas também pode-se dizer que mais da metade, quase 60% da população, vive em espaços de estrutura social mais complexa. (Preteceille, 1994:83)

Esses estudos apontam, ainda, para a dificuldade de se concluir sobre o aumento ou diminuição da segregação social. Ao mesmo tempo que se acentuou a segregação nos espaços mais burgueses, um terço dos espaços operários sofreu o processo de *gentrification* (aumento de categorias médias e superiores). A questão, portanto, não parece ser o grau, mas o padrão ou escala da segregação atualmente em evidência. Grandes áreas socialmente homogêneas tendem a fragmentar-se em microespaços excludentes.

Numa outra perspectiva crítica sobre a relação estrutural entre a dualização do mercado de trabalho e as alterações na estrutura social, Castells (1992) desenvolve a tese

da polarização social, introduzindo as dimensões política e cultural. Com base num conjunto de estudos sobre Nova York, o autor destaca a grande diversidade sócioocupacional presente na cidade⁴, mas observa que a polarização ganha forma no contraste existente entre a capacidade de organização — coesão social — dos altos executivos e a fragmentação dos grupos sociais restantes, em função de etnia, gênero e ocupação.

The dichotomy that provides an actual basis for the “dual city” is that between the organized center and the disorganized peripheries of New York’s local society. This differential capacity for social organization is expressed and reinforced (...) in the cultural, spatial, and political structure of New York. (Castells, 1992:403)

A segregação espacial expressa, portanto, uma dualização sociopolítica resultante, em parte, da fragmentação sociocultural da grande maioria da população. Como consequência, temos uma elite que atua em conjunto com o poder público local nos grandes projetos de reestruturação urbana na área central, aprofundando a segregação espacial vigente. Podemos dizer que, a partir da perspectiva espacial, Nova York é ao mesmo tempo “crescentemente dual e crescentemente plural” (Castells, 1992:414). Convém mencionar que essa perspectiva da fragmentação sociocultural tem como contraponto a visão da cultura nacional predominante nos anos 60 e 70, quando acreditava-se que o avanço da democracia e a política de pleno emprego garantiriam a ascensão social de todos e o desaparecimento das condições herdadas, fossem elas de classe ou étnicas (Wacquant, 1994). Nesse sentido, a idéia da fragmentação expressa o bloqueio da expectativa de uma sociedade mais homogênea culturalmente e mais coesa politicamente. A introdução da dimensão política na análise da estrutura socioespacial feita por Castells (1992) relativiza, assim, o papel da reestruturação produtiva como fator determinante das mudanças sociais em curso, resgatando para o debate as alterações nas funções do Estado (redução do Estado do Bem-Estar) e, fundamentalmente, a redução do poder de organização da classe trabalhadora (enfraquecimento dos sindicatos) como condições para que o novo regime de acumulação possa se impor.

A outra vertente de análise sobre os efeitos socioespaciais da reestruturação econômica, e que reúne uma vasta literatura, centra-se na emergência da chamada nova pobreza urbana, que nos Estados Unidos se traduziu na *underclass* e na Europa, nos excluídos. A pobreza, que no período fordista era vista como resíduo do passado, volta a ocupar um lugar central nas ciências sociais e nos estudos urbanos. A nova pobreza, por sua vez, guarda estreita relação com a tese da dualização social, na medida em que esse novo segmento se constitui numa das pontas das sociedades crescentemente polarizadas e marcadas não apenas pela desigualdade, mas pela exclusão de parte de seus membros do mundo do trabalho e das redes de sociabilidade vigentes.

A exclusão social significa, em primeiro lugar, uma ruptura com a idéia de unidade. Agora, as diferenças não se articulam para compor um todo, mas são partes independentes e mesmo opostas. A idéia de dualidade, dualização, sociedade dual, no sentido forte do termo, tem este significado. Sociedades com lógica de estruturação, princípios de solidariedade e dinamismo social distintos. Quando não separados ou... opostos. (Nascimento, 1994:294)

A noção de exclusão social ou nova pobreza está relacionada à esfera do trabalho e à esfera da sociabilidade. Por um lado, a reestruturação produtiva e a conseqüente retração dos empregos teriam instituído uma nova divisão social do trabalho, marcada não mais pela inserção diferenciada dos trabalhadores e sim pelos inseridos e pelos não inseridos no sistema produtivo hegemônico. Por outro lado, o enfraquecimento do poder organizativo dos trabalhadores, a crescente mobilidade espacial deles e a crise das instituições públicas teriam criado as condições para a ruptura das redes de sociabilidade mantidas pela situação de estabilidade não só do trabalho, mas dos mecanismos de reprodução social, como os sistemas de previdência, educação e moradia (Castel, 1993). Foi o que Castel (1993) chamou de situação de *désaffiliation*, ou seja, ausência de recursos econômicos, de laços sociais e de proteção social.

Nos Estados Unidos, a noção de *underclass* dominou o discurso sobre a nova pobreza, estando atrelada às dimensões econômica, espacial, política e cultural. O gueto negro americano é tratado na literatura como a expressão espacial mais contundente dessa nova pobreza, tornando-se importante objeto de análise na pesquisa urbana atual desse país. Além do desemprego (ou subemprego) e do isolamento social, o confinamento geográfico é outra característica dominante na discussão e definição da *urban underclass*, em que a dimensão geográfica está associada à histórica concentração étnica nos guetos (Wilson, 1987). Por essa característica, o padrão de segregação dos novos pobres nos Estados Unidos se diferencia do europeu, em que o grau de concentração das minorias étnicas é menor. Para Wilson (1987), a concentração de pobres num determinado espaço geográfico é um dos fatores impeditivos de saída da condição de pobreza e de exclusão. Nesse sentido, o confinamento espacial reproduz o isolamento social, perpetuando o círculo vicioso da pobreza⁵. Nessa formulação, há um resgate dos princípios ecológicos da segregação social urbana⁶, mesmo que fatores estruturais estejam no centro da explicação da emergência da subclasse americana.

Por fim, convém chamar a atenção para a dimensão temporal presente na conceituação da nova pobreza urbana. Predomina, no debate acadêmico, a idéia de que o estado de pobreza, de vulnerabilidade no trabalho ou de isolamento social não são suficientes para qualificar esse novo segmento. A especificidade da nova pobreza na sociedade pós-fordista é seu caráter irreversível e crônico; é a ausência de expectativas de inserção ou ascensão social que marcaram a dinâmica social e urbana no modelo econômico anterior.

Saindo do debate em torno do tripé reestruturação produtiva-dualização social-fragmentação espacial, uma outra perspectiva analítica tem abordado a relação entre reestruturação econômica e mudanças espaciais, que privilegia o papel do capital imobiliário no atual quadro de supremacia do setor financeiro. A emergência de um novo padrão de segregação urbana é analisada não mais sob a perspectiva das transformações na estrutura sócio-ocupacional, e sim a partir da lógica de atuação da atividade construtiva.

A central element in this perspective is the alleged shift of capital from the primary circuit of production to the secondary circuit of the built environment (...), part of a larger movement towards financial manipulations rather than productive enterprises as sources of profits (...). The consequences have been robust construction activity, increased speculation and expanded investment in land and improvements. In addition, economic and social activities within cities have also been changed, resulting in, for example, greater investment in office buildings, luxury housing and waterfront

development, and less in manufacturing plant, affordable housing and public open space. (Beauregard, 1989:90)

Beauregard (1989) trabalha com a hipótese de que o *boom* imobiliário dos anos 80 nos Estados Unidos é resultado de uma mudança estrutural no sistema econômico, baseada na transferência dos investimentos de capital das atividades produtivas para os setores financeiro e imobiliário. Seria à luz dessa tendência que a recomposição do ambiente construído urbano e sua relação com as novas atividades econômicas e sociais deveriam ser analisadas. A escala dos investimentos em construção, ao longo das décadas de 1970 e 1980, é utilizada para demonstrar tal mudança estrutural e as particularidades desse processo em diferentes metrópoles, no caso, Nova York e Los Angeles. O que sustenta a tese da transferência de capital para a atividade imobiliária é a evidência empírica⁷ de que o montante de novas construções não tem relação direta com a demanda efetiva por parte dos consumidores e produtores, especialmente no que se refere aos edifícios de escritório em Nova York⁸. Essa perspectiva questiona a idéia de que o redirecionamento dos investimentos imobiliários resulta unicamente das novas demandas por espaço do capital em geral. De fato, o capital imobiliário passou a assumir papel central na reprodução da nova ordem econômica, cujas ações não estão necessariamente condicionadas às necessidades *físicas* geradas pelo setor financeiro. Portanto, o *boom* de edifícios de escritórios e a emergência de novas áreas residenciais de alta classe nas áreas centrais das metrópoles americanas não devem ser entendidos como simples resposta ao crescimento do setor terciário moderno e de categorias profissionais correspondentes, na medida em que o volume de novas construções ficou bem acima da demanda efetiva. Nesse sentido, é de extrema relevância analisar a origem e a forma como vem ocorrendo o afluxo de capital para o setor imobiliário.

O grau de atratividade das cidades quanto ao afluxo de investimentos externos é outro fator que vem orientando a lógica da produção do ambiente construído urbano. Na competição intercidades, os governos locais, em parceria com o setor imobiliário/financeiro, passam a priorizar políticas de renovação urbana visando ao crescimento econômico, em detrimento das políticas de bem-estar social (Harloe e Fainstein, 1992). Conseqüentemente,

cities pursued office development to attract command and control functions; invested in infrastructure, cultural facilities and urban spectacles in order to lure and retain educated labour; and encouraged gentrification and the displacement of the lower classes in order to isolate the poor and the new immigrants from the centre. (Beauregard, 1989:93)

Um novo modelo de diferenciação socioespacial nas grandes cidades, marcado pela segregação excludente ou mesmo pelos enclaves, é o resultado dessa nova racionalidade subjacente aos grandes empreendimentos urbanos/imobiliários. O processo de *gentrification* nas áreas centrais é uma das expressões dessa nova racionalidade e não deve ser entendido apenas como um conjunto de projetos de reabilitação residencial de áreas degradadas direcionados para as novas camadas médias, mas como uma faceta da reestruturação econômica, social e espacial em curso. *Gentrification* diz respeito:(i) ao sobrelucro gerado e apropriado pelo setor imobiliário através da alteração do padrão de uso do solo existente no centro; (ii) à criação de um novo padrão de consumo para os novos setores médios profissionais, ou seja, um *bourgeois playground*, que engloba moradia,

lazer e comércio; e (iii) ao deslocamento da classe operária para os subúrbios e periferias urbanas (Smith, 1988). É interessante observar que o novo modelo de segregação espacial não tende a excluir completamente os trabalhadores manuais ou de serviços de baixa qualificação do núcleo urbano.

Just as substantial enclaves of upper-middle-class residences remained in the largely working-class inner cities of the 1960's and 1970's, enclave working-class neighborhoods will also remain. Indeed, these would be functional in so far as the machinery and services of the bourgeois playground require a working population. The comparison — and contrast — with South Africa is instructive in this respect. (Smith, 1988:32-33)

Na mesma direção, caminha a análise de Gottdiener (1993) sobre as mudanças no padrão socioespacial das metrópoles americanas, para a qual o autor desenvolve amplamente a fundamentação teórico-metodológica. Um primeiro ponto de sua abordagem refere-se aos limites analíticos impostos pela ênfase exclusiva que os economistas marxistas estabelecem sobre as atividades das multinacionais e o impacto espacial resultante.

Quanto a mim, considero as mudanças [socioespaciais] um resultado dialético de fatores políticos, culturais e econômicos que se manifestam através da linha de frente dos padrões de desenvolvimento imobiliário que congregam a intervenção do Estado, formas de acumulação de capital e a manipulação dos mercados de terra. (...) Mais significativamente, a asserção discutida aqui é que a articulação entre intervenção do Estado e circuito secundário de capital constitui o motivo principal das mudanças socioespaciais, embora não seja a única causa delas. (Gottdiener, 1993:236)

Na realidade, a produção do espaço construído é vista como um processo de caráter anárquico, em que a desigualdade socioespacial é resultado da forma qualitativamente diferente pela qual as frações de capital, em conjunção com o Estado, se apropriam do espaço. Para Gottdiener, uma compreensão profunda do atual padrão espacial requer “uma especificação das ações de grupos de interesses em torno da terra em resposta a incentivos sistêmicos que canalizam recursos para o setor da propriedade” (Gottdiener, 1993:218). O foco de sua análise está no papel central do setor imobiliário na reprodução do capital em geral e das redes público-privadas organizadas em torno desse setor. A competição entre empreendedores que pressionam o setor imobiliário a superproduzir é estimulada pela disponibilidade geral de capital nesse setor. Os fenômenos da suburbanização e da renovação urbana nas áreas centrais das metrópoles são analisados sob essa ótica e expressam as articulações acima mencionadas. O padrão espacial resultante caracteriza-se pela cidade fragmentada em espaços residenciais e comerciais exclusivos, onde “as áreas de comunhão são enclausuradas dentro de mundos sociais engendrados pela lógica do consumo — os *shopping centers*, bares de solteiros, parques de diversão e quintais suburbanos” (Gottdiener, 1993:272). A metrópole de Los Angeles é o produto mais acabado dessa nova organização do espaço suburbano que tem perpetuado a contínua expansão das cidades periféricas através de mega empreendimentos residenciais — condomínios horizontais — e comerciais. O padrão monocêntrico da cidade industrial deu lugar à metrópole dispersa e policêntrica, com baixa densidade populacional e profundamente segregada. A imagem da cidade fortaleza, construída por Davis (1993), exprime de forma exacerbada o novo padrão de segregação excludente, em

que à formação de enclaves e à privatização dos espaços públicos junta-se a militarização da cidade.

Os pseudo-espços públicos para consumidores ricos de nossos dias — suntuosos *shoppings*, centros de escritórios, acrópoles culturais, e assim sucessivamente — estão repletos de sinais invisíveis que impedem a entrada do *outro* da subclasse. Embora os críticos da arquitetura não prestem em geral atenção a como um ambiente construído contribui para a segregação, os grupos de párias (...) lêem o sentido imediatamente. (Davis, 1993:207)

Com as abordagens até aqui apresentadas, procurei traçar um quadro geral de referência dos modelos analíticos que têm sido utilizados nos estudos sobre reestruturação socioespacial nas metrópoles do mundo desenvolvido. Conceitos como dualização social, exclusão e fragmentação espacial, presentes em grande parte da literatura voltada para os efeitos sociais e espaciais da crise econômica, indicam mudanças profundas nas sociedades contemporâneas e, como instrumentos político-ideológicos, assumem a função de denunciar os resultados negativos gerados pela transformação do padrão de acumulação. Mesmo que a noção de dualidade seja reducionista e esconda o grau de complexidade da estrutura social nos países centrais, não há dúvida sobre a crescente precarização das relações de trabalho e das condições de reprodução de parte significativa da classe trabalhadora. O aumento do desemprego, da instabilidade do trabalho e da mobilidade espacial e profissional não só afetou o nível de rendimento dos trabalhadores como propiciou a ruptura de laços sociais e do tecido organizativo dessa classe. As mudanças na configuração espacial dos grandes centros expressam não apenas esse novo quadro social, mas as especificidades da dinâmica urbana-imobiliária e o papel do capital incorporador na nova ordem econômica.

Como se trata de um quadro teórico de referência para o desenvolvimento de um estudo sobre uma metrópole latino-americana, é hora de questionar a validade desses conceitos e abordagens para a compreensão efetiva das mudanças — se for o caso — na estrutura socioespacial do Rio de Janeiro. Em que medida as noções de dualização social e exclusão indicam novas tendências num país, ou num continente, onde a acumulação e o crescimento econômico foram sustentados por uma crescente taxa de exploração do trabalho e por um exército industrial de reserva de enorme vulto? Em que medida a segregação espacial excludente evoca algo de novo nas metrópoles brasileiras, marcadas historicamente por profundas desigualdades espaciais entre o núcleo urbano e suas periferias?

Serão observados, a seguir, alguns estudos terceiro-mundistas, especialmente os voltados para as transformações socioeconômicas ocorridas, a partir da última década, no Brasil e seus reflexos na estrutura espacial das grandes metrópoles. Devo ressaltar que o presente trabalho não se propõe a construir paralelismos entre os processos de urbanização e metropolização verificados nos países do Primeiro e Terceiro Mundos, apesar das fortes conexões entre eles. Minha intenção é simplesmente identificar os aportes teórico-metodológicos e os resultados empíricos que servirão de referência e base ao desenvolvimento de meu estudo específico sobre o padrão de segregação socioespacial no Rio de Janeiro.

1.2 CRISE ECONÔMICA, POBREZA E NOVOS PADRÕES DE SEGREGAÇÃO ESPACIAL: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NA REALIDADE URBANA BRASILEIRA

Os estudos recentes sobre as cidades latino-americanas têm como unidade o estabelecimento de conexões entre a crise econômica e as políticas recessivas, por um lado, e as mudanças no padrão de urbanização, por outro (Valladares e Coelho, 1993; Portes, 1989). Tenta-se avaliar os efeitos negativos da estratégia defensiva de ajuste nas áreas metropolitanas, num quadro de recessão prolongada, de crise do setor público e, conseqüentemente, de acúmulo de desigualdades sociais.

Uma primeira evidência é o relativo esvaziamento econômico e a redução das taxas de concentração populacional nas grandes metrópoles, redirecionando o processo de expansão urbana para as cidades de porte médio. Tudo indica que as previsões de uma explosão demográfica nas megalópoles latino-americanas, como a Cidade do México e São Paulo, não vão se confirmar.

Deceleration of primacy and the rapid growth of secondary cities have become common enough in Latin America to indicate the operation of a broader set of determinants. These changes are apparent in countries exhibiting varying levels of development and different political systems and thus cannot be attributed exclusively to idiosyncratic domestic factors. (...) A more likely explanation is to be found in changes in productive structures following the demise of import-substitution industrialization. (...) The shift toward an export-oriented model during the late 1970's and 1980's has been accompanied by the growth of industries that are not located in the large cities, such as commercial agriculture, forestry, mining, and product assembly. The proliferation of export-processing zones in several countries has added to the trend because these industrial enclaves are generally located away from national capitals. (Portes, 1989:33-34)

A crescente inserção da América Latina na economia globalizada introduziu novos padrões de produtividade baseados na flexibilização e na terceirização das empresas, alterando seus padrões locacionais e redefinindo a função econômica das metrópoles. Os impactos sociais e espaciais da reestruturação produtiva e do ajuste recessivo nessas áreas apontam mudanças na estruturação interna das cidades, com a emergência de novos padrões de segregação socioespacial. Segundo Portes, em pelo menos três grandes centros (Bogotá, Montevideu e Santiago) evidenciaram-se, nos anos 80, uma crescente polarização social e informalização do mercado de trabalho e uma dinâmica urbana marcada pela "entrada" das camadas sociais médias nas áreas até então destinadas à população pobre, pela expansão dos assentamentos populares nas áreas centrais mais valorizadas e pela emergência de formas de segregação social baseadas na exclusividade residencial e comercial.

These unexpected trends came about not as a result of deliberate policies but primarily as the unintended consequences of efforts of groups threatened by the economic downturn to find affordable housing or new sources of employment. Such efforts led to middle-income groups being displaced into formerly working-class areas and to the

poor partially reoccupying zones near upper-income suburbs or in the urban core.
(Portes, 1989:22)

É interessante observar que as análises sobre a reestruturação espacial nos países latino-americanos estão centradas nos impactos da crise econômica sobre a pobreza urbana, seja esta considerada através do nível de renda da população, das condições de emprego ou das condições urbanas de vida. Subemprego, concentração de renda e precarização das relações de trabalho são indicadores utilizados na compreensão do fenômeno da pauperização da maioria da população latino-americana e em sua relação com as novas configurações espaciais das cidades. Vejamos, no caso do Brasil especificamente, como a literatura tem abordado o tema.

As análises dos novos padrões de segregação socioespacial tomaram como ponto de partida o quadro de crise econômica e social que marcou os anos 80, no país. Estudos sobre a conjuntura social brasileira subsidiaram as correlações entre as mudanças macroestruturais e os processos socioespaciais localizados. Duas dessas mudanças atingiram, direta ou indiretamente, a dinâmica das grandes metrópoles brasileiras. A primeira foi o deslocamento da economia para o setor exportador, seguindo, como visto anteriormente, a tendência das outras economias latino-americanas. Áreas agrícolas modernas se expandem no interior de São Paulo e no Centro-Oeste, alterando a configuração espacial do território brasileiro, marcada até então pela primazia das grandes metrópoles (Melo, 1995). Portanto, se por um lado a crise recessiva nos anos 80 atingiu especialmente as metrópoles, em função da concentração nessas áreas dos setores produtivos mais dinâmicos e mais sensíveis às alterações econômicas, por outro, os incentivos ao setor agroexportador aprofundaram os efeitos da crise.

A segunda mudança estrutural foi a significativa elevação da participação do setor financeiro na economia, que gerou repercussões diretas na dinâmica urbana/imobiliária, a partir tanto do acelerado aumento da demanda por imóveis comerciais dirigidos a esse setor e aos demais serviços a ele vinculados quanto da criação dos fundos de pensão, responsáveis pelo *boom* de *shopping centers* e edifícios de escritórios nos grandes centros do país (Melo, 1995). Essas mudanças estruturais foram acompanhadas pela situação de crise econômica marcada por períodos cíclicos de forte recessão (início e fim da década), intermediados por uma fase de crescimento econômico (os anos de 1985 e 1986). Os efeitos da crise sobre as condições de reprodução social foram dramáticos: precarização das relações de trabalho com redução da estabilidade do emprego e da renda; achatamento salarial e redução do poder de compra da classe trabalhadora⁹; inversão da tendência à diminuição do número relativo de pobres e aumento das desigualdades de renda (Sabóia, 1994; Rocha, 1994). À precarização de tais condições objetivas soma-se, ainda, a inflexão nas expectativas de ascensão social, que começaram a deixar de ser subjetivamente incorporadas por grande parte da população. Ao se depararem com esse quadro, alguns analistas consideraram a década de 1980 como a década perdida.

Se o trabalho e a renda foram quase instantaneamente afetados pela crise econômica, o mesmo não se verifica em relação à crise do Estado e sua repercussão nas condições de acesso aos serviços de consumo coletivo, que apresentaram no período sinais inequívocos de melhora. Uma série de indicadores sociais referentes à educação, à saúde e à moradia apontou uma significativa elevação nas condições de vida dos brasileiros: taxas de analfabetismo, de jovens fora da escola, de mortalidade infantil e de moradia sem saneamento básico sofreram decréscimo na última década (Faria, 1992; Ribeiro e Lago, 1995). Os

efeitos de longo prazo das políticas sociais e urbanas implementadas até o período da Nova República¹⁰ podem explicar, pelo menos em parte, a melhoria nas condições sociais da população nos anos 80.

Os fenômenos da pauperização da população brasileira e da informalização do trabalho, que marcaram a década de 1980, foram os subsídios empíricos para que a noção de exclusão social caísse no domínio público e passasse a ser utilizada, tanto na mídia quanto nos meios intelectuais, nas situações mais diversas. Conceitualmente vaga, a noção de exclusão entre nós esbarra em duas questões centrais. A primeira diz respeito à especificidade ou à novidade do que se classifica hoje como exclusão, num país onde o crescimento econômico conviveu com uma crescente massa de trabalhadores em situação de vulnerabilidade no setor informal. Nesse caso, a questão se constrói na comparação com os países desenvolvidos, onde o conceito de exclusão social foi definido no âmbito da crise de um modelo econômico com ampla capacidade de integração social e do colapso de um padrão de regulação que garantia ganhos sociais reais à classe trabalhadora. No Brasil,

o critério do emprego na sua forma clássica restaria bastante problemático. Utilizá-lo implicaria em dizer que a exclusão é um fenômeno permanente na nossa história. Num certo sentido — quando se pensa primeiro nos escravos, depois na legião de agregados da qual fazem parte as empregadas domésticas, no amplo “setor informal” etc. —, o raciocínio não deixa de ser pertinente. (...) Ou seja: se, por um lado, pode-se dizer que exclusão *latu sensu* sempre houve, por outro lado, essa afirmação não captaria a especificidade do que contemporaneamente chamamos *exclusão* (...). (Oliveira, 1997:147-148)

A especificidade da “nova” exclusão estaria no campo valorativo e não econômico, no qual o rompimento com padrões de sociabilidade aceitáveis transformaria a população miserável de hoje em classe perigosa, pertencente a outro mundo, regido por outras normas. É essa visão de dois mundos — dos incluídos e dos excluídos — que nos remete à segunda questão embutida na noção de exclusão. Em que medida as transformações em curso na sociedade brasileira impõem limites à visão antidualista, de cunho marxista, que dominou as ciências sociais nos anos 70 e 80? (Oliveira, 1997) Indo um pouco mais além, em que medida a pobreza ou a exclusão hoje são o resultado de um novo padrão de acumulação do capital, sem qualquer funcionalidade para a reprodução do sistema? A expansão do capitalismo no país se deu com base na crescente distância entre produtividade e custo da reprodução dos trabalhadores, o que não gerou uma crise de realização do capital, graças à emergência dos novos setores sociais médios que garantiram a demanda para o mercado de bens duráveis (o setor mais dinâmico da economia) (Oliveira, 1972). Na visão antidualista, as altas taxas de exploração eram garantidas pelo baixo grau organizativo da classe trabalhadora e pela existência de um amplo exército industrial de reserva — os excluídos dos setores econômicos hegemônicos —, que, além de enfraquecer o poder de barganha dos incluídos por melhores salários, era responsável pela produção informal de bens e serviços de baixo valor, mantendo o custo da reprodução da força de trabalho reduzido. Qual a relação funcional, hoje, entre os setores dinâmicos e o setor informal? Em que medida a reestruturação produtiva em curso substancia o dualismo social? Não é intenção do presente trabalho responder a tais questões, mas simplesmente identificar os contornos desse debate e resgatar os pontos relevantes para a análise das atuais tendências da estruturação urbana nas grandes cidades brasileiras. Nesse sentido, o foco da discussão deve centrar-se no padrão de

urbanização que se consolidou no país ao longo dos últimos quarenta anos e na sua relação com o modelo de acumulação implantado.

Nos anos 70 e 80, foi dominante na literatura crítica sobre a questão urbana a idéia da dualização do ambiente construído urbano¹¹ para qualificar o padrão de organização espacial das metrópoles brasileiras, a partir dos anos 50. Em um pólo, a segregação da população pobre nas precárias periferias, possibilitando-lhe amplo acesso à moradia através da produção extensiva de loteamentos populares e, no outro, a expansão nas áreas centrais da forma empresarial de produção residencial que se consolidou nos anos 70 com o advento do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). A noção de padrão periférico de urbanização passou a ser utilizada, a partir da década de 1970, para explicar a particularidade da metropolização brasileira, resultante da combinação entre a modernização da economia, com o conseqüente aumento da produtividade, e as formas extremas de exploração da classe trabalhadora. Nesse modelo de crescimento, estabeleceu-se, via intervenção do Estado, um crescimento urbano segregador e excludente. De um lado, porque a lógica das políticas públicas era atender prioritariamente às necessidades do grande capital em matéria de infra-estrutura e serviços urbanos, relegando a plano secundário as relativas à reprodução da força de trabalho. De outro, a inadimplência do poder público quanto ao controle e ordenamento do crescimento urbano permitiu que o espaço das grandes cidades fosse organizado ao sabor da especulação imobiliária, encarecendo enorme e artificialmente o preço da terra (Kowarick e Campanário, 1988). A tolerância com a cidade ilegal garantiu, por sua vez, a integração na sociedade urbana dos segmentos populares necessários à acumulação. É nessa perspectiva que emerge a noção de espoliação urbana como conceito que unifica no plano analítico as relações de exploração e o processo urbano, elemento fundamental na caracterização do que se denominou padrão periférico¹². Ou seja, a espoliação urbana seria “o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como necessários aos níveis de subsistência (...)” (Kowarick, 1979:59).

No Rio de Janeiro, a análise do processo de segregação social foi o centro das preocupações de várias pesquisas sobre a estrutura interna do espaço metropolitano. Nesse campo, foi pioneiro o estudo de Brasileiro (1976), por apresentar uma caracterização geral da organização metropolitana do Rio de Janeiro e por inaugurar uma categorização analítica dos seus espaços residenciais (a saber, núcleo e periferias imediata, intermediária e distante), com base nas variáveis distância, nível de equipamento e serviços urbanos. Esse modelo analítico passou a ser utilizado e desenvolvido na literatura sobre habitação popular e sobre segregação residencial, tornando o Rio de Janeiro o “modelo metropolitano brasileiro” (Santos e Bronstein, 1978), na medida em que nele se percebia a forma acabada de um novo modo de urbanização caracterizado pelo fato de aos pobres ser

cada vez mais vedado e controlado o acesso à moradia nos núcleos. Ficam-lhes, portanto, vedadas as vantagens do morar em lugares bem servidos por infra-estrutura básica, equipamentos e serviços urbanos. Em particular, é-lhes dificultada a acessibilidade ao trabalho, acrescentando, para as camadas muito pobres, uma dificuldade extra aos seus esquemas de sobrevivência. (Santos, 1980:25-26)

Na explicação do processo de estruturação urbana, podemos identificar duas vertentes: uma que atribui a segregação residencial à conjugação dos efeitos do mercado

fundiário e da intervenção do Estado e outra que busca entender a dinâmica metropolitana a partir da própria periferia, da sua lógica de organização. Sob a ótica da primeira vertente, Vetter (1975) e Vetter e Massena (1981) demonstraram a tendência segregadora da organização metropolitana do Rio de Janeiro, através da análise da distribuição espacial da população economicamente ativa segundo estratos de renda. Para os autores, a segregação residencial seria decorrente de um mecanismo de causação circular que tenderia a aumentar sempre as rendas monetária e real dos estratos superiores da sociedade e, contrariamente, a diminuir as dos inferiores. A desigual distribuição espacial dos investimentos públicos em infra-estrutura e equipamentos coletivos, consequência da maior capacidade política das camadas superiores, é considerada o fundamento desse mecanismo. Introduzindo a perspectiva histórica, Abreu e Bronstein (1978) avaliaram o papel das políticas urbanas na segregação dos pobres, tomando o longo período do início do século ao final dos anos 70, e consolidaram a noção de padrão periférico ao apresentarem uma explicação do processo de segregação residencial para além dos efeitos da conjuntura político-econômica dos anos 70 (Ribeiro e Lago, 1992).

Os trabalhos referentes à segunda vertente centram-se na lógica de organização do espaço periférico a partir da análise dos processos de loteamentos populares, na qual se procurava demonstrar a existência da espoliação dos compradores e a informalidade das operações econômicas. A relação entre os agentes envolvidos na produção dos loteamentos era o objeto central das análises, com ênfase nas estratégias especulativas dos loteadores/proprietários de terra e na omissão do poder público quanto ao controle do uso do solo e à política de investimentos (Santos, 1983). A periferia era compreendida como o espaço dos loteamentos e da autoconstrução da moradia em contraposição ao espaço da produção habitacional empresarial alocada no núcleo, o que reafirmava o modelo analítico dual núcleo-periferia. Pouco se estudou sobre as práticas dos construtores civis na periferia ou sobre a complexidade das relações de produção do espaço nessa área, no sentido de relativizar a homogeneidade embutida na concepção dualística do urbano (Mautner, 1990).

Em síntese, cabe destacar cinco elementos analíticos que fundamentaram o modelo núcleo-periferia na explicação da dinâmica da organização espacial metropolitana: (i) o par centro/periferia, de noção operatória de pesquisa, tornou-se um modelo utilizado para entender o processo de estruturação interna das metrópoles; (ii) o termo *periferização* não se refere apenas a um *locus*, mas a um processo de segregação e diferenciação social no espaço, que tem causas econômicas, políticas e culturais; (iii) consolidou-se como inerente ao padrão periférico a representação da periferia como espaço da reprodução precária da força de trabalho ou espaço da carência, portanto, socialmente homogêneo (embora alguns autores tenham levantado a idéia de uma estrutura polinucleada, no lugar da dual); (iv) a dinâmica de crescimento periférico era entendida como a projeção, ao nível do espaço, do processo de acumulação ou como representação da hierarquia social vigente na sociedade brasileira; e (v) a intervenção seletiva do Estado na alocação dos investimentos urbanos era tomada como mecanismo central do padrão de estruturação urbana, embora em muitos trabalhos se evidenciasse a importância dos agentes dos mercados fundiário e imobiliário e suas respectivas práticas (Ribeiro e Lago, 1992).

No modelo dual núcleo-periferia, o processo de favelização nas áreas centrais era incorporado, explícita ou implicitamente, como um fenômeno residual frente à expansão periférica. As favelas, portanto, não rompiam com a dualidade espacial. Uma breve análise da literatura sobre esse tema mostra que nos anos 60, quando a sociologia urbana era

dominada pela teoria da marginalidade, foi desenvolvida uma série de estudos em que se procurava evidenciar a situação de anomia, baixo rendimento e educação da população favelada (Valladares, 1983). Foi na década de 1970 que a favela passou a ser vista como resultado das transformações sociais que acompanharam o padrão de industrialização brasileiro, responsável pelo intenso crescimento demográfico dos centros urbanos do Sudeste via migrações campo-cidade. Assim, o processo de favelização seria uma das expressões do padrão de urbanização excludente e desigual que se desenvolveu no país, especialmente a partir da década de 1950.

Uma visão bastante difundida nos anos 70 era de que a favela seria a primeira alternativa de moradia do migrante recém-chegado, que, ao alcançar uma certa estabilidade no trabalho, passaria para a “segunda etapa” do seu percurso de ascensão social tornando-se proprietário de um lote na periferia. O princípio ecológico da segregação espacial do migrante nas zonas centrais e sua posterior mobilidade social e espacial ascendente orientava boa parte das análises sobre favelas. Alguns estudos, entretanto, demonstraram que para muitos trabalhadores a favela era o fim e não o início de uma trajetória no interior da metrópole (Castro, 1979; Kowarick, 1979; Valladares, 1983). Para Kowarick (1979), a crescente favelização em São Paulo na década de 1970 expressava o acirramento da exploração do trabalho e a conseqüente perda de capacidade da população em suprir as necessidades básicas para sua reprodução. O empobrecimento da classe trabalhadora explicaria a presença significativa de não-migrantes nas favelas de São Paulo. O autor apresenta uma hierarquização dos pobres a partir das condições monetárias e urbanas de vida, na qual os favelados estariam no nível mais baixo, seguidos dos moradores de aluguel em cortiços, e, por fim, no topo da hierarquia, estariam os proprietários de lote na periferia. Os favelados constituíam um grupo cujos níveis de vida se situavam abaixo dos padrões de subsistência prevalentes no conjunto da classe trabalhadora de São Paulo. Eram os pobres entre os pobres.

Assim como a periferia, a favela era compreendida como um universo socialmente homogêneo composto de pobres, em sua maioria migrantes sem qualificação para o trabalho. Foram poucos os estudos que avaliaram o grau de heterogeneidade da população favelada. Parisse (1969) foi pioneiro nesse tipo de abordagem, ao traçar o perfil socioeconômico dessa população, com base nos dados censitários de 1950 e chegar à conclusão de que “a favela abrange um modo complexo, heterogêneo, descontínuo” (Parisse, 1969 *apud* Castro, 1979:141). Para Castro (1979), era possível distinguir em 1970 favelas cariocas com conteúdos sociais bastante diferenciados. As localizadas na zona suburbana se assemelhavam a bairros operários, devido ao número significativo de trabalhadores da indústria de transformação, enquanto as demais se caracterizavam como bairros populares cujos moradores apresentavam um perfil ocupacional mais diversificado, ligado predominantemente aos setores de serviço e comércio. Fica evidente a estreita relação entre o processo de favelização e a proximidade do mercado de trabalho, confirmando a idéia presente em vários estudos de que a favela seria uma estratégia de inserção dos pobres no mercado de trabalho.

No Rio de Janeiro, grande parte da literatura sobre favela deteve-se na análise da evolução da política estatal com relação a essas áreas, instituindo o debate remoção x urbanização. Por trás desse debate constituiu-se o argumento contra a remoção, baseado na idéia da integração do favelado à cidade e da favela como estratégia de inserção dos pobres no mercado de trabalho. A localização privilegiada das favelas nas áreas centrais garantia a proximidade entre trabalho e moradia. Ao distinguir a favela da periferia,

Santos (1978) destacou as especificidades desses espaços no que se refere ao tipo de relacionamento com o sistema urbano/metropolitano. Para o autor, a favela estava

cercada de cidade por todos os lados, com os favelados trabalhando próximo, com seus filhos freqüentando escolas públicas do bairro, com todos os sinais de uma interação constante, realizada todos os dias, a toda hora. (...) A periferia já está isolada, já foi posta direta ou indiretamente à margem. A marginalidade dos seus habitantes é o resultado de ações conscientes executadas com a finalidade de separar e de definir as fronteiras dentro da cidade. (Santos, 1978:75)

A erradicação de vários assentamentos nessas áreas centrais de alta densidade, somada à explosão demográfica das periferias, levou alguns estudiosos a prever, no final dos anos 70, o desaparecimento das favelas do cenário urbano carioca (Santos, 1978). Se, por um lado, a previsão não se confirmou, por outro, os estudos sobre as desigualdades socioespaciais nas grandes metrópoles abandonaram as favelas em favor das periferias.

Também sob a perspectiva da dualização do espaço urbano, alguns estudos foram desenvolvidos, já nos anos 80, com o objetivo de analisar o novo padrão empresarial de produção do ambiente construído no núcleo, que se consolidou com o advento do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), a partir da década de 1960. Nesse período, a lógica da acumulação urbana afirmou-se nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo e se expandiu por várias capitais, através da atuação das grandes empresas incorporadoras, que passaram a controlar uma grande fatia do mercado imobiliário, até então dominado pelo pequeno especulador. O resultado foi um processo de diferenciação interna do setor construtivo, em que se consolidaram um segmento oligopolizado, outro competitivo e um terceiro formado por micro e pequenos incorporadores. O que é importante destacar dessa linha de análise é a compreensão da dinâmica de organização do espaço urbano que ela introduz, a saber: a lógica da acumulação urbana se assenta num modo de produção do ambiente construído que reproduz permanentemente as desigualdades materiais e simbólicas do espaço. A ação dos agentes imobiliários se baseia na constante transformação da divisão socioespacial, produzindo a obsolescência de determinados espaços e abrindo novas fronteiras de valorização através de áreas antigas ou da abertura de novos espaços de urbanização¹³ (Ribeiro, 1996).

Segundo esse tipo de abordagem, a segregação espacial está estreitamente relacionada às diferentes formas de produção da moradia que garantem a oferta global. Assim, a autoprodução, a produção rentista, a produção estatal e a produção capitalista criam submercados distintos e agem sobre setores sociais específicos; no entanto, é o setor capitalista que estrutura os padrões de valorização e as formas de uso do solo na cidade, embora sua produção seja relativamente pequena em termos quantitativos¹⁴ e se concentre no núcleo. O papel do Estado na expansão e consolidação desse setor é ressaltado nos estudos sobre o tema. Pesquisas recentes indicaram que, em muitas capitais, a moderna produção capitalista foi praticamente criada pela intervenção estatal, através da política de construção de moradias populares e da instituição do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) como mecanismo capaz de centralizar poupanças para financiar os empreendimentos. Nesse contexto, o papel do Estado na organização do espaço urbano vai além da regulação pública da urbanização e das políticas de investimento em infraestrutura e serviços. Cabe observar que há um campo de discussão em torno da explicação da dinâmica imobiliária e da consolidação do setor incorporador a partir dos anos 60. De um lado, as análises que propõem uma macrointerpretação em relação ao setor,

particularmente a que aponta a função política desse setor na construção da denominada “sagrada” aliança entre o capital internacional, o capital local e o Estado, através da qual há uma redistribuição do excedente, no sentido de equalizar a rentabilidade das diferentes esferas de acumulação (Lessa e Daim, 1982). De outro, uma avaliação crítica das explicações macroestruturais como suficientes na compreensão da dinâmica construtiva, que propõe relacionar tais determinantes com as contradições específicas da reprodução do capital imobiliário, ou seja, com a natureza especulativa desse capital (Ribeiro, 1996).

As análises sobre as transformações na estrutura socioespacial das metrópoles, nos anos 80, vêm sendo desenvolvidas frente à compreensão dos fenômenos urbanos resultante dos modelos analíticos observados anteriormente. Voltamos, então, à idéia hoje corrente na literatura de que a crise econômica e social mais geral e as alterações da dinâmica interna nas grandes cidades brasileiras, que marcaram a última década, resultaram na transformação do padrão de segregação social. Cabe aqui repetir a pergunta: em que medida a segregação espacial excludente evoca algo de novo nas metrópoles brasileiras, marcadas historicamente por profundas desigualdades espaciais entre o núcleo urbano e suas periferias?

Uma série de estudos demográficos tem apontado uma inflexão no processo de concentração populacional nas grandes metrópoles brasileiras e o simultâneo fortalecimento das cidades médias, a partir do redirecionamento dos fluxos migratórios para áreas mais promissoras quanto a oferta de emprego (Martine, 1993; Taschner, 1992). Vimos que as alterações no papel econômico das metrópoles não se restringem ao Brasil, ocorrendo em outros países latino-americanos. Essa tendência afetou diretamente o padrão de crescimento intrametropolitano, na medida em que o processo de periferização foi sustentado, até os anos 70, pela migração maciça em direção às áreas metropolitanas. Com efeito, na década de 1980, a periferia dos grandes centros passa a receber, predominantemente, população deslocada da própria metrópole, diminuindo assim o ímpeto de seu crescimento.

Tais análises demográficas têm subsidiado os trabalhos voltados para o tema da desigualdade social e da segregação espacial. Estudos sobre as metrópoles do Rio de Janeiro e de São Paulo apontam para o que Rolnik e outros autores chamaram de diminuição perversa da segregação (Rolnik *et al*, 1990), com base no fato de a população pobre ser obrigada a procurar moradia em locais mais centrais¹⁵, próxima aos centros residenciais e de atividades que favoreçam a inserção num mercado de trabalho instável e de baixa remuneração. Tal empobrecimento das áreas centrais valorizadas é acompanhado pelo surgimento de novas modalidades de segregação, através da construção, tanto no centro quanto nas periferias, de espaços residenciais e comerciais “gentrificados” que excluem o pobre não só pelo alto preço cobrado pelo acesso, mas também pelos sofisticados sistemas de segurança privada (Ribeiro e Lago, 1992; Bógus, 1992). Segundo Bógus, em São Paulo,

a segregação se evidencia nos bairros de elite — os chamados “bairros-jardins” — construídos pela burguesia fora dos limites da cidade, dentro dos muros de condomínios fechados como Alphaville, Tamboré, Granja Viana, verdadeiras “ilhas de riqueza” em meio à periferia pobre. (Bógus, 1992:47)

Alguns autores procuram identificar os grandes traços da reestruturação urbana em suas relações com as mudanças no circuito imobiliário (Ribeiro e Lago, 1992; Smolka, 1992). Assim, as transformações do espaço urbano na última década não seriam apenas

efeito de um ciclo de estagnação econômica, mas de alterações na dinâmica da produção imobiliária. Por um lado, o padrão periférico de crescimento metropolitano, que prevalecia desde os anos 50, estaria em esgotamento pelo duplo movimento de crise e modernização das esferas de produção e de circulação do espaço construído. Por outro, o *boom* na produção de imóveis não-residenciais, resultante sobretudo da multiplicação de empresas financeiras, e o surgimento de um circuito financeiro novo — os fundos de pensão — que vem sustentando a difusão dos *shopping centers* expressam as mudanças em curso no setor imobiliário empresarial. A consequência são o estreitamento e a elitização do mercado residencial, acompanhados pela emergência de novas formas de incorporação imobiliária que inovam e modernizam as cidades, ao mesmo tempo que acentuam a segregação social (Ribeiro e Lago, 1992).

As novas evidências socioespaciais exigem uma maior complexidade do modelo dual de estruturação urbana. A escala e o padrão de segregação vêm se alterando em função dos novos produtos residenciais lançados no mercado pelo capital incorporador e pelas estratégias de sobrevivência de uma população pauperizada pela crise. Convergente com as tendências espaciais em curso nas cidades dos países centrais, um padrão de segregação excludente começa a se instaurar nas metrópoles brasileiras através da formação de enclaves por todo o tecido urbano, tanto de ricos quanto de pobres. Permanece, entretanto, a discussão sobre a validade dos modelos analíticos até então utilizados na compreensão dos processos espaciais. A validade ou não de se trabalhar com uma visão dualista sobre a reestruturação urbana é uma questão em aberto, que se insere no atual debate sobre o rumo das cidades neste fim de século e início de uma nova etapa do capitalismo.

1.3 MOBILIDADE ESPACIAL E ESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL: UMA QUESTÃO DE MÉTODO

O fenômeno da mobilidade espacial¹⁶, entendido aqui como importante componente do processo de organização social e, especificamente, da dinâmica urbana, perpassa toda a discussão, mapeada anteriormente, em torno das alterações na estrutura social e espacial nos países centrais e periféricos. Numa dimensão mais ampla, a crise e a reestruturação econômica mundial têm se traduzido em nova motivação e no redirecionamento dos deslocamentos espaciais dos trabalhadores, que ultrapassam as fronteiras regionais e nacionais. Nesse sentido, a mobilidade é um elemento-chave de análise do papel das cidades na emergência da economia global. Na dimensão urbana, a formação dos enclaves residenciais, sejam guetos, favelas ou condomínios de alta renda, assim como os processos de periferização, no caso latino-americano, e de suburbanização, nos países centrais, acionam, cada qual, dinâmicas de expulsão e atração populacional específicas que, por sua vez, interferem na reestruturação espacial em curso. É nessa perspectiva que a presente tese incorpora, na análise sobre as mudanças na estrutura socioespacial de uma grande metrópole brasileira, os deslocamentos populacionais, intra-urbanos e inter-regionais, inerentes a essas mudanças. Tem-se, portanto, como pressuposto, a interação entre estruturas¹⁷ e processos socioespaciais que estão relacionados prioritariamente à dinâmica urbana.

Primeiramente, duas questões de ordem teórico-metodológica, nas quais a tese se baseia, devem ser apresentadas. A primeira diz respeito ao fato de a mobilidade espacial

dos homens ser indissociável da mobilidade espacial dos bens de consumo e de produção, de capitais, de empresas, de tecnologias e de informações. No caso da mobilidade intra-urbana, a localização e realocação do capital imobiliário e dos investimentos públicos na cidade assumem papel de destaque. A segunda questão refere-se à associação, quase sistemática, da mobilidade espacial a dois outros tipos de mobilidade: a profissional e a social. Os movimentos migratórios em direção aos centros urbanos estão normalmente relacionados às mudanças de emprego e de posição na estrutura social, que podem ser ascendentes ou descendentes. A mobilidade intra-urbana, por sua vez, está mais fortemente associada à mobilidade social, que, além da dimensão objetiva atrelada às condições socioeconômicas dos que se deslocam, contém forte conotação subjetiva relativa à divisão simbólica do espaço urbano e a determinados valores. Nesse caso, é grande a complexidade da análise, em função da diversidade e da subjetividade dos indicadores de ascensão ou descensão social relacionados à mobilidade residencial intra-urbana. Com efeito, a passagem da situação de inquilino à de proprietário é, na sociedade brasileira, vista como mobilidade ascendente; entretanto, se essa passagem estiver vinculada ao deslocamento espacial do núcleo para a periferia, a admissão da ascensão social deve, no mínimo, ser relativizada em função do lugar da periferia na hierarquia espacial urbana.

Na perspectiva da interação da estruturação socioespacial com os deslocamentos populacionais, o fenômeno da mobilidade espacial tem sido muito pouco explorado no Brasil, aparecendo de forma implícita nos estudos sobre a dinâmica urbana. Nos países centrais, embora haja uma vasta literatura sobre o tema, a maior parte dos trabalhos centra-se nos fatores explicativos da mobilidade, através de modelos causais que articulam diferentes variáveis, dependendo dos pressupostos teóricos que alimentam as análises. Sem o objetivo de fazer uma resenha exaustiva dessa literatura, vejamos as delimitações teóricas das principais abordagens sobre o tema da mobilidade espacial, com ênfase nos deslocamentos intra-urbanos, como forma de marcar as particularidades da análise desenvolvida pela presente tese.

As abordagens de cunho marxista, minoritárias no conjunto da produção sobre o tema, consideram a mobilidade espacial numa perspectiva macro-socioeconômica, através da qual existe um nexos estrutural entre esse fenômeno e a mobilidade do trabalho necessária à reprodução do capital. Unifica-se, assim, sob um mesmo conceito — mobilidade do trabalho — a multiplicidade de formas de existência da força de trabalho, entre elas a migração. Privilegiam-se, aí, os deslocamentos inter-regionais e internacionais, ligados à concentração/desconcentração das atividades econômicas e à emergência de novos espaços de trabalho. Nessa perspectiva, haveria dois tipos de mobilização do trabalho com implicações diretas sobre a migração. A primeira refere-se à transformação da força de trabalho, inserida em estruturas pré-capitalistas, em mão-de-obra para o capital. Essa mobilidade joga no mercado de trabalho uma quantidade de homens livres e móveis que vão emigrar de zonas geográficas fora da esfera do capital. Numa segunda etapa, ocorre o segundo tipo de mobilização do trabalho, referente à mobilidade do trabalhador entre os diferentes setores de atividade no interior do mercado, que implica igualmente numa migração, mas no interior da esfera do capital (Bassand e Brulhardt, 1980). Nos países periféricos, esses dois tipos de mobilização do trabalho muitas vezes se sobrepõem, na medida em que há uma permanente mobilidade para dentro e para fora dos setores econômicos capitalistas¹⁸, assim como entre esses setores. Mesmo com essa sobreposição, parte da migração campo-cidade estaria relacionada à *liberação* de trabalhadores rurais que procurarão inserir-se no mercado de trabalho, bem como parte da

migração metrópole-interior estaria relacionada à reestruturação produtiva e ao novo papel econômico dos grandes centros.

Nessa escala de análise, a abordagem marxista se contrapõe à perspectiva neoclássica, predominante nos estudos sobre o tema, em que a mobilidade espacial é entendida como resultado das diferenças regionais do salário. Enfatizam-se, portanto, as oportunidades econômicas como determinantes do volume e da orientação dos fluxos populacionais, oportunidades que serão escolhidas racionalmente pelos trabalhadores a partir de uma avaliação de custo e benefício. Num mercado em equilíbrio concorrencial (pressuposto neoclássico), essas diferenças, como a própria migração, tenderiam a desaparecer (Cadwallader, 1992).

Na escala intra-urbana, três vertentes de análise da mobilidade espacial¹⁹, todas assentadas num volume grande de estudos empíricos, merecem ser observadas. A primeira centra-se nas regularidades dos padrões de mobilidade, numa abordagem descritiva na qual não se buscam os fatores explicativos do fenômeno estudado. A regularidade mais significativa verificada nesses estudos é a tendência das famílias de se mudarem para áreas de status socioeconômico similar, o que demonstra os constrangimentos econômicos gerados pela renda e pelos custos habitacionais. As diferenças de rendimento entre as famílias, assim como os preços imobiliários, estão dados *a priori*, e os fluxos populacionais intra-urbanos são altamente previsíveis. Trata-se de uma leitura ecológica do espaço urbano, na qual a cidade é fracionada em áreas socialmente homogêneas em termos de renda, ocupação, tipo de residência, etnia, ciclo de vida, entre outras variáveis, e em que essa segregação espacial é resultante essencialmente do diferencial da capacidade de cada grupo social em pagar pela residência que ocupa. A mobilidade residencial, portanto, reproduz permanentemente o padrão de segregação existente.

Com base nos princípios ecológicos, vários estudos descritivos foram realizados na América Latina, nos anos 70, com o objetivo de apurar as regularidades identificadas pela teoria da ecologia humana no que diz respeito à localização espacial dos migrantes e seus movimentos no âmbito da cidade latino-americana. A regularidade mais comum difundida por essa literatura é a de que os migrantes tenderiam a se localizar, à chegada, nas zonas centrais da cidade e, mais tarde, concomitantemente a uma mobilidade socioeconômica, se mudariam para áreas periféricas²⁰. Grande parte das pesquisas refutou a tese da segregação locacional dos migrantes, e alguns autores advogaram “que a categoria migrante não teria em si um peso diferenciado, sendo que os padrões locacionais deste contingente mais se confundem com os observados para o estrato de mais baixa renda, em geral” (Castro, 1979:58). A idéia da zona central como área de transição e de recepção de migrantes pobres também foi descartada, porque em nenhuma das cidades estudadas verificou-se a existência desses grupos próximos àquela zona. Assim, as áreas centrais teriam perdido sua função de receptora dos migrantes pobres, os quais estariam residindo predominantemente nas ocupações ilegais nas áreas periféricas. A tese da periferização da pobreza é confirmada pelas investigações, embora alguns autores diferenciem, entre as cidades pesquisadas, as motivações relacionadas a esse deslocamento. Para Vernez (1974 *apud* Castro, 1979), a ida dos pobres para a periferia em Bogotá estaria relacionada predominantemente à aspiração pela casa própria, enquanto no Rio de Janeiro, a valorização do solo nas áreas centrais e a conseqüente expulsão da população de baixa renda explicariam esses deslocamentos.

A segunda vertente de análise sobre a mobilidade intra-urbana reúne um conjunto de estudos estatísticos, em sua maioria americanos, centrados nos modelos causais de correlação entre diferentes variáveis (tais como características socioeconômicas, demográficas e habitacionais) e os deslocamentos espaciais. Esses estudos se utilizam, normalmente, de dados agregados (como censos demográficos) que permitem observar o padrão geral de mobilidade, percebido como o resultado coletivo das decisões individuais de mudar de residência. Em outras palavras, esse tipo de abordagem busca a conexão entre a demanda e a oferta de habitação, procurando estabelecer uma correspondência entre padrões sociais e habitacionais e taxas de mobilidade residencial. A mobilidade, portanto, é interpretada como um fenômeno do mercado imobiliário, em que a oferta de moradia é tratada como uma variável constante e a mudança de residência, como uma forma de comportamento adaptativo das famílias ao quadro de ofertas (Cadwallader, 1992).

As it can be argued that the housing stock is generally less mobile, at least in the short run, than the consumers, or occupants, it seems plausible to suggest that housing characteristics should be placed causally prior to population characteristics. In other words, the housing is considered to be a constraint on the pattern of housing opportunities and thus represents a major mechanism responsible for the evolution of residential differentiation in general and social areas in particular. (Cadwallader, 1992:160)

Sob essa perspectiva, as pesquisas apontam algumas correlações passíveis de generalização: (i) o status socioeconômico da família (renda, instrução e ocupação) determina primeiramente a qualidade, ou seja, o custo da habitação comprada; (ii) o estágio no ciclo de vida determina primeiramente o tipo e a relação de propriedade da habitação comprada; (iii) o padrão de mobilidade residencial está primeiramente relacionado ao estágio no ciclo de vida (força dominante por trás da decisão de mudar); e (iv) a correlação entre o status socioeconômico da família e a mobilidade residencial é pouco consistente estatisticamente, na medida em que alguns estudos sugerem a relação entre alta taxa de mobilidade e alta renda familiar, enquanto outros apontam a relação inversa (Cadwallader, 1992). A partir dessas inferências, torna-se pertinente apontar os limites teóricos dessa abordagem para a compreensão do fenômeno da mobilidade intra-urbana na sua interação com o processo de estruturação socioespacial. A idéia que orienta as pesquisas é a de um espaço urbano que se estrutura através de um permanente processo adaptativo das famílias ao estoque habitacional. A demanda (marcada por uma diferenciação social) e a oferta de moradia (marcada por uma diferenciação de custo e padrão) estão dadas, mas se excluem das análises os processos de formação e produção dessa estrutura espacial²¹, especialmente as racionalidades que movem esses processos. A mobilidade residencial é, na realidade, o objeto central dos estudos, possível de ser isolado, sobre o qual recaem os modelos explicativos que vão buscar os fatores mais (e menos) determinantes da mudança residencial. Não são considerados, portanto, as conseqüências ou os impactos da mobilidade sobre a estruturação urbana.

Por fim, a última vertente, que se detém sobre o fenômeno da mobilidade residencial, parte do princípio de que ele é um fenômeno demográfico, centrando-se em estudos que se originam em duas problemáticas para analisar a especificidade dos comportamentos demográficos nas cidades: a influência do quadro urbano sobre a mobilidade e a contribuição da mobilidade para o perfil dos bairros e unidades urbanas. Diferentemente

da abordagem comportamental, que procura explicar as escolhas individuais de moradia com base em conceitos tirados da psicologia, essa vertente, com maior representatividade na França, procura articular métodos qualitativos e quantitativos, baseados em análises longitudinais da mobilidade, que permitam traçar a trajetória residencial das famílias em direção à cidade e em seu interior ao longo do tempo (Bonvalet e Maison, s/data).

A partir des années 80, l'individu cesse d'être appréhendé à un instant donné à partir de caractéristiques simples comme le revenu, la classe sociale, le statut d'occupation et le lieu de résidence. Les travaux récents ou à venir mettent au contraire l'accent sur les processus, sur l'existence de réseaux, ou encore sur la notion d'espace de vie. Pour comprendre la position résidentielle des individus (statut d'occupation, localisation, type d'habitat), il apparaît désormais impossible de ne pas faire référence aux trajectoires familiales, aux questions intergénérationnelles et aux représentations des lieux véhiculées par l'individu lui-même ou par ses proches. Ces recherches s'inscrivent dans les perspectives ouvertes au cours de ces dernières années par l'analyse longitudinale. (Bonvalet, 1994:61)

Nesse caso, as representações e comportamentos residenciais dos indivíduos são examinados frente aos constrangimentos impostos pelos grupos imobiliários, pelas empresas e pelos poderes públicos, responsáveis pela segmentação do mercado de moradia. Por outro lado, os elementos explicativos clássicos utilizados na análise do acesso à propriedade e da localização, como a estrutura de oferta e o crédito bancário, por exemplo, não permitem compreender as estratégias residenciais em sua complexidade. Em suma, trata-se de uma abordagem centrada nos indivíduos, vistos como atores de práticas residenciais e com liberdade relativa de escolha locacional em função dos processos econômicos, sociais e culturais que estruturam o espaço residencial das cidades. O processo de produção do espaço urbano está, portanto, inserido na análise, mas na perspectiva de impor constrangimentos às escolhas individuais ou familiares.

No Brasil, o tema da mobilidade residencial tem sido muito pouco abordado, aparecendo de forma implícita ou secundária nos estudos urbanos. Uma vasta bibliografia (já vista anteriormente) foi produzida nos anos 70, centrada na relação entre a migração campo-cidade e a pobreza urbana e na qual os deslocamentos intra-urbanos, especialmente os direcionados para as periferias, eram analisados à luz da questão da reprodução dos pobres (com ênfase nos migrantes) nos grandes centros do país. Mais recentemente, a produção acadêmica em torno das novas tendências da urbanização brasileira e, em particular, das mudanças no padrão de segregação espacial nas grandes metrópoles reintroduziu em suas análises, ainda que não centralmente, o fenômeno da mobilidade intra-urbana como elemento constituinte do processo de estruturação urbana. Sobre São Paulo, os trabalhos de Bógus (1992) e Taschner (1992), ao evidenciarem, nos anos 80, a manutenção do processo de periferação e a expansão da pobreza pelo tecido urbano através da favelização e do encortiçamento, apontaram um duplo percurso da pobreza na metrópole: uma parte estaria se deslocando para a periferia e a outra estaria voltando para os cortiços nas áreas mais centrais. Por outro lado, o novo padrão de segregação, altamente excludente, gerado pela produção dos condomínios fechados nas áreas periféricas aparece associado à mobilidade espacial de uma classe média também empobrecida e à procura da casa própria a custos mais baixos (Bógus, 1992). Em relação ao Rio de Janeiro, fenômenos bastante semelhantes foram observados por Ribeiro e Lago (1992).

Por fim, quatro estudos recentes, voltados especificamente para a mobilidade espacial intra-urbana (ou intrametropolitana), devem ser destacados, pois constituem trabalhos pioneiros e inovadores sobre o tema no Brasil e, ainda, servem de referência ou mesmo de contraponto, tanto teórico quanto empírico, ao presente texto.

O estudo feito por Paviani et al (1987) buscou analisar a trajetória residencial do migrante na área metropolitana de Brasília, diante do quadro particular da capital federal, no que se refere à estruturação do seu espaço residencial. Através de uma pesquisa amostral com migrantes chegados em épocas distintas à região e na qual se utilizou como metodologia a articulação das dimensões individual (ligada às motivações das famílias) e institucional (associada aos agentes econômicos e políticos que atuam na dinâmica urbana) dos deslocamentos, ficou evidenciado como fator preponderante da mobilidade a distribuição espacial das oportunidades de moradia, tradicionalmente ligadas, em Brasília, mais às políticas públicas do que ao mercado privado. A intensidade e a direção dos fluxos intrametropolitanos se mostraram estreitamente relacionadas às estratégias de sobrevivência dos grupos sociais frente às alternativas locais existentes. Nesse sentido, “o papel segregacionista das ações do Estado”, através da alocação seletiva da infra-estrutura no núcleo e da remoção dos favelados para áreas distantes desse mesmo núcleo, impôs barreiras à permanência na capital das camadas de mais baixa renda, seja via mercado, em função da valorização do solo, seja via ações coercitivas (como as remoções) (Paviani *et al*, 1987:21).

Numa outra perspectiva, o trabalho de Bógus (1987) procurou avaliar os impactos da política urbana sobre as condições de vida da classe trabalhadora, através de uma pesquisa longitudinal na qual se analisou a trajetória intrametropolitana, entendida como estratégia de sobrevivência, da população residente numa área periférica do município de São Paulo — Vila do Encontro —, que foi objeto de um programa de reurbanização. O estudo acompanhou os efeitos dessa intervenção tanto nas famílias que permaneceram na área como nas que dela saíram. É interessante destacar dessa abordagem a possibilidade lançada por uma análise mais minuciosa de compreender os mecanismos de interação de um conjunto de processos que agem na conformação do espaço urbano. No caso, a ação do Estado através de um programa de reurbanização local abriu novo espaço de expansão para o capital imobiliário, que, ao gerar a valorização fundiária da área, acionou através do mercado dois processos concomitantes de deslocamento espacial: a expulsão de parcela dos moradores de menor poder aquisitivo para periferias mais distantes e a atração de um novo segmento social de mais alta renda. A mobilidade residencial foi acompanhada, portanto, por alterações na configuração socioespacial da cidade de São Paulo.

Também na perspectiva de relacionar o fenômeno da mobilidade intra-urbana ao processo de estruturação interna da cidade, Smolka (1992) concentrou seu estudo na dinâmica do mercado imobiliário no município do Rio de Janeiro, utilizando-se de uma fonte bastante original — o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis —, que permitiu não só quantificar os deslocamentos residenciais dos adquirentes de imóvel entre os bairros da cidade, no período 1985/1988, mas qualificá-los segundo tamanho, idade e valor dos imóveis envolvidos. Uma primeira contribuição desse estudo é mostrar a direta associação entre a mobilidade intra-urbana e o comportamento do mercado de compra e venda de imóveis, o qual varia segundo intensidade da produção, “disponibilidade de crédito, expectativas quanto ao emprego e renda futuras e a própria evolução dos preços imobiliários” (Smolka, 1992:336). Essa evidência corrobora um dos pressupostos que orientam metodologicamente o presente texto, ou seja, a associação mobilidade/mercado

imobiliário, embora o estudo de Smolka não apreenda o mercado metropolitano nem o mercado informal de imóveis. A segunda contribuição relevante do trabalho diz respeito à correspondência entre, de um lado, qualidade e localização da habitação e, de outro, status social das famílias, a partir da qual os deslocamentos são analisados como expressão da mobilidade social ascendente ou descendente. Assim, observou-se que quase metade (46%) dos fluxos intra-urbanos referia-se a movimentos descendentes, ou seja, de áreas mais valorizadas para áreas menos valorizadas, e que cerca de 33%, a movimentos ascendentes. Como conclusão, apontaram-se a expressiva segmentação do mercado imobiliário (mobilidade intrazonal) e a contribuição dos deslocamentos espaciais na consolidação da segregação residencial no espaço.

Finalmente, o trabalho de Cunha (1994) é uma importante referência para a análise aqui desenvolvida, sobretudo no que diz respeito ao método, à fonte de dados e à abrangência espacial do estudo. Trata-se de um estudo demográfico, com o objetivo de quantificar e qualificar os movimentos migratórios intrametropolitanos na Região Metropolitana de São Paulo, na década de 1970²², que procurou separar os aspectos ligados à relação entre esses movimentos e o processo de estruturação e formação da área metropolitana. A mobilidade espacial foi analisada como decorrente da estruturação do espaço percebida através de dois processos: a periferização, atrelada a determinados padrões de moradia, e a desconcentração industrial, associada à oferta de empregos. Esses processos resumiriam “os elementos constitutivos da estrutura de incentivos e/ou constrangimentos que condicionariam de maneira mais próxima os movimentos intrametropolitanos” (Cunha, 1994:62). Além dos condicionantes estruturais, o estudo incorporou determinadas características das famílias migrantes, como ciclo vital, tamanho, nível socioocupacional e renda, que teriam interferência na decisão das famílias em se deslocarem. Portanto, a construção teórica da análise está baseada na relação de causalidade entre um conjunto de fenômenos estruturais e atributos da família, de um lado, e o volume e a qualidade da migração, de outro. Embora com perspectivas analíticas distintas, o tratamento dos dados estatísticos e as evidências empíricas do trabalho de Cunha alimentaram a definição do escopo do presente livro, na medida em que ambos os trabalhos se utilizaram da mesma fonte, da mesma espacialidade — a metrópole — e do mesmo tipo de fluxo — entre os municípios que conformam a metrópole.

Embora a produção sobre o tema no Brasil seja reduzida, fica evidente que a perspectiva dominante tem sido a de supor que a mobilidade residencial esteja condicionada ou integrada a processos urbanos mais amplos, seja ao mercado imobiliário, seja à política urbana. Privilegia-se nos estudos a relação entre a mobilidade espacial, tanto de longa quanto de curta distância, e a pobreza, na qual a perspectiva da estratégia²³ de sobrevivência frente ao quadro de carências e desigualdades se sobrepõe à da escolha locacional dos indivíduos. Para efeito do presente estudo é importante marcar essa distinção.

La distinción entre opción y estrategia, permite diferenciar a los mecanismos individuales de comportamiento en un mercado, con las formas sociales de resistencia — sobrevivencia — transformación que son propias de la condición de existencia de los sectores populares. La estrategia es un ámbito específico de conflicto social; de allí que se puede dar el desarrollo de estrategias que buscan una opción mercantil. (Carrion, 1995:60)

Na interação do processo de estruturação urbana com a mobilidade espacial (perspectiva adotada no presente texto), a noção de estratégia esclarece a forma como os

deslocamentos residenciais, enquanto práticas sociais históricas reguladas pelas racionalidades da estrutura socioeconômica e da dinâmica urbana, interferem na conformação da estrutura socioespacial das cidades. Sob o ângulo do conflito social, a noção de estratégia (residencial) tem caráter contraditório ao expressar, por um lado, os mecanismos de sobrevivência da população e, por outro, a funcionalidade das práticas espaciais para a acumulação capitalista.

NOTAS:

¹ Nessa visão, a produção industrial passou a ter, com a crise do fordismo, papel secundário na economia, em que as novas formas de organização produtiva na própria indústria não são objeto central de reflexão.

² Subjacente ao debate sobre as mudanças no mercado de trabalho a partir da crise do fordismo, há diferentes formulações teóricas, de coloração marxista, sobre a nova estrutura de classes. A discussão é menos sobre se houve ou não alterações na estrutura de classes e mais sobre o caráter dessas alterações e seus efeitos sobre as concepções tradicionais da luta de classes (Wright, 1979). Nesse sentido, tem-se buscado situar as categorias sociais que emergem com o novo regime de acumulação, como a “alta classe média profissional nos serviços produtivos” e a chamada “subclasse”, no sistema de exploração determinante das relações sociais na esfera da produção.

³ São estudos desenvolvidos pelo *Centre de Sociologie Urbaine* que, com base nas categorias ocupacionais francesas, definem, através de programas estatísticos, áreas socialmente homogêneas para um determinado momento histórico.

⁴ Castells (1992) aponta para o crescimento de seis grupos ocupacionais em Nova York, o que indica uma alta diversidade social: (i) executivos, especialmente do setor financeiro; (ii) trabalhadores de escritório do setor de serviços produtivos; (iii) trabalhadores não qualificados, empregados ou autônomos, responsáveis pelos serviços de consumo; (iv) trabalhadores manuais imigrantes nas atividades manufatureiras remanescentes; (v) classe média do setor público, especialmente na saúde e educação; (vi) trabalhadores do setor informal.

⁵ A concentração espacial da pobreza impede: (i) a formação de redes sociais locais que possibilitem a circulação de informação sobre oportunidades de trabalho, já que todos estão fora do circuito formal; e ainda (ii) outras fontes de renda informal, como serviços mútuos (Kempen, 1994).

⁶ Para os sociólogos urbanos da Escola de Chicago, a vizinhança e a proximidade física teriam papel central na conformação da vida social e no distanciamento entre os grupos sociais, na medida em que o sentimento de vizinhança levaria a antagonismos raciais ou de classe. A segregação urbana seria o resultado natural e inevitável do crescimento das cidades, condicionando o comportamento e as relações sociais (Park, 1979).

⁷ Beauregard (1989) utiliza dados estatísticos oficiais sobre os valores dos investimentos em atividades construtivas residenciais e não residenciais, em Nova York e Los Angeles, entre 1957 e 1986.

⁸ A oferta excessiva de edifícios de escritórios e residências levou a uma drástica queda dos investimentos imobiliários em 1989 (Beauregard, 1989).

⁹ Segundo Rocha (1994), no entanto, a proporção de pobres nas metrópoles manteve-se estável entre 1981 e 1990, o que pode ser explicado pelo aumento da participação da quantidade de membros da família no mercado de trabalho, compensando a redução real dos rendimentos do trabalho.

¹⁰ O esgotamento do padrão de financiamento das políticas públicas urbanas se deu a partir de 1983, tendo ocorrido, entre 1980 e 1983, uma significativa concentração de investimentos nas áreas de saneamento e habitação (Melo, 1995).

¹¹ Ambiente construído urbano entendido como forma e não apenas como *locus* da expansão capitalista no Brasil. “A moradia auto-construída é entendida como riqueza social (diferente do valor) posta ao serviço da

reprodução do capital; o espaço construído é visto como produto de uma atividade tecnicamente atrasada, mas entre nós lucrativa, dada a combinação de novas e velhas formas sociais; e as características elitizadoras da política habitacional como decorrentes da natureza de classe do Estado” (Ribeiro e Lago, 1992).

¹² É interessante notar a existência de dois movimentos de pesquisa que se distinguem pelas abordagens e pelo objeto empírico tomado. Com efeito, os trabalhos surgidos em São Paulo e no Rio de Janeiro no final da década de 1970 e início da 1980, embora apresentassem como traço comum a crítica ao “modelo brasileiro”, se diferenciavam pelas abordagens. Enquanto em São Paulo prevaleceram pesquisas (Maricato, 1979; Kowarick, 1979) que buscavam demonstrar as conexões concretas entre as características da metropolização e a reprodução do capital na economia brasileira, no Rio de Janeiro os autores (Santos, 1978, 1980; Vetter, 1975, 1981) buscavam identificar a dinâmica urbana geradora das desigualdades sociais nas metrópoles. Ambos os movimentos consolidaram a noção de “padrão periférico de urbanização”.

¹³ Os ganhos da atividade de incorporação não devem ser confundidos com os lucros decorrentes da atividade de construção. O lucro da incorporação advém da transformação do uso da terra, que gera um sobrepreço sobre o custo original do terreno, ou seja, corresponde “a circunstâncias especiais, como inovações no produto, localizações escassas e valorizadas socialmente, antecipações sobre transformações no espaço urbano do entorno, mudanças de legislação ou o aproveitamento de conjunturas de mercado favoráveis. Por estas características, podemos afirmar o caráter largamente especulativo do setor (...)”. (Ribeiro *et al*, 1990:117)

¹⁴ Segundo Ribeiro (1996), “apesar da enorme quantidade de recursos aplicados pelo SFH, do conjunto das unidades construídas no Brasil entre 1964 e 1986, estimamos que apenas cerca de 12% representam a produção integralmente de mercado, ou seja, produto da atividade construtiva na qual a incorporação, construção, financiamento e comercialização são realizados como circuitos da acumulação.” (Ribeiro, 1996:105)

¹⁵ No caso de São Paulo, estimativas do crescimento da população favelada na capital indicam que ele representou 60% do crescimento populacional total (Taschner, 1993). No caso do Rio de Janeiro, enquanto a população total cresceu, em termos absolutos, 16%, os pobres (população com rendimento familiar *per capita* de até meio salário mínimo) cresceram 43%, e os favelados, 33% (Ribeiro e Lago, 1992).

¹⁶ A noção de mobilidade espacial tem um sentido mais amplo que a de migração, englobando tanto os deslocamentos de longa distância, referentes às migrações, quanto os de curta distância, referentes à mobilidade residencial. O que a define é a mudança de uma localização no espaço: o lugar de residência (Bassand e Brulhardt, 1980).

¹⁷ A idéia de *estrutura*, ou mesmo de *padrão*, expressa uma certa estabilidade ou cristalização da realidade, que varia segundo as diferentes esferas da vida social. Assim, a estrutura familiar e a estrutura ocupacional, por exemplo, são mais estáveis que o padrão de produção habitacional. A mobilidade espacial será aqui analisada tendo como ponto de partida e de chegada os padrões de segregação socioespacial consolidados em determinados momentos históricos (em 1980 e 1991).

¹⁸ Não se assume aqui a visão dualista do sistema econômico ou mesmo da sociedade, mas a idéia de que, embora todos os setores produtivos tenham uma funcionalidade para a reprodução do capital, a produção capitalista de mercadorias está assentada em relações sociais distintas da produção simples.

¹⁹ Em função da perspectiva teórica do presente trabalho, baseada nos nexos estruturais entre o processo de estruturação socioespacial (no qual a mobilidade espacial é um dos elementos) e relações sociais capitalistas, não foram incluídas na resenha as abordagens que buscam explicar a mobilidade espacial pela decisão individual ou familiar, como, por exemplo, a abordagem comportamental, na qual o deslocamento é visto como um investimento racional da família e os estudos empíricos são compartimentalizados numa das etapas do processo de tomada de decisão: a decisão de mudar, o levantamento das alternativas disponíveis e a avaliação dessas alternativas, ou seja, as preferências resultantes de um conjunto de valores cognitivos (Cadwallader, 1992).

²⁰ Segundo Castro (1979), “tal hipótese reforçaria o princípio ecológico de segregação espacial dos migrantes em relação aos grupos naturais, defendida por Burgess em contraposição ao padrão de agregação locacional, i.e., padrão de localização indiferenciada entre migrantes e naturais.” (Castro, 1979:58)

²¹ É interessante observar que, no campo da geografia urbana, a introdução, nos anos 70, da mobilidade residencial como tema de estudo é vista pelos geógrafos como o momento da passagem da visão estática para a visão dinâmica das cidades. Nessa perspectiva, a geografia passa a priorizar o processo (no caso, as decisões familiares e suas motivações) que dá forma às estruturas espaciais (Short, 1982). O que se viu, no entanto, foi que a incorporação da mobilidade nos estudos urbanos não rompeu com a visão cristalizada da diferenciação social do espaço urbano, visão que está subentendida na idéia de equilíbrio de mercado (entre demanda e oferta habitacional).

²² A análise se baseou nos dados estatísticos do Censo Demográfico de 1980, que pela primeira vez serviu de fonte para um estudo sistemático sobre mobilidade intrametropolitana.

²³ A noção de estratégia de sobrevivência aqui utilizada não tem qualquer correspondência com a temática da “estratégia residencial”, em torno da qual se constituiu um debate na França, nos anos 80. Lá, o emprego dessa noção estava fundado sobre a hipótese de que a maior parte dos atores individuais teria a possibilidade de manifestar um mínimo de autonomia nas suas trajetórias residenciais, indicando a recusa ao determinismo do mercado de moradia e da estrutura urbana sobre a mobilidade espacial (Brum, 1993).

CAPÍTULO II
**A trajetória espacial das classes
sociais na formação do espaço
metropolitano do Rio de Janeiro**

O PADRÃO DE SEGREGAÇÃO socioespacial da metrópole do Rio de Janeiro foi se alterando ao longo deste século através do deslocamento espacial diferenciado dos setores sociais. O interesse do capital em geral somado aos interesses específicos dos incorporadores, ao determinarem as condições de reprodução dos trabalhadores e da própria elite, nortearam as trajetórias espaciais dos diferentes segmentos sociais no interior da metrópole. É a partir da relação entre a lógica de produção da cidade capitalista e os deslocamentos espaciais das classes sociais que será analisado a seguir o processo de formação do espaço metropolitano do Rio de Janeiro.

2.1 OS PRIMEIROS DESLOCAMENTOS INTRA-URBANOS E A GÊNESE DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NO RIO DE JANEIRO

No início deste século já era possível localizar o lugar de cada classe social no espaço urbano do Rio de Janeiro. O processo de separação entre pobres e ricos havia sido inaugurado no final do século passado, quando as camadas sociais abastadas foram deslocadas para novos bairros recém-construídos especialmente para elas. Nesse período, sob a orientação do capital privado — em particular das empresas de bonde — e do Estado, as fronteiras da cidade expandiram-se rapidamente em direção às Zonas Sul e Norte, incorporando as áreas do Jardim Botânico, Gávea, Lagoa, Copacabana, Ipanema, Tijuca e Vila Isabel. Essa expansão, no entanto, possibilitou o deslocamento apenas das classes mais altas, restando aos trabalhadores urbanos os bairros proletários nas áreas centrais e àqueles em condições de ter gastos diários com transporte as freguesias suburbanas que, com a chegada dos trens, começavam a perder a função rural¹. Segundo Abreu,

o período que se estende de 1870 a 1902 representa, para a história do Rio de Janeiro, não só a primeira fase de expansão acelerada da malha urbana, como também a etapa inicial de um processo em que esta expansão passa a ser determinada principalmente pelas necessidades de reprodução de certas unidades do capital, tanto nacional como estrangeiro. (Abreu, 1987:43)

A crise da economia cafeeira havia deslocado grandes parcelas do capital mercantil para atividades urbanas, provocando importantes transformações no ambiente construído do Rio de Janeiro. O grande capital comercial nacional passou cada vez mais a ser aplicado em serviços públicos e em imóveis nas áreas servidas pelas linhas de bonde. O capital estrangeiro, por sua vez, teve condições de se multiplicar, pois controlava as decisões sobre aquelas áreas, além de ser responsável pela provisão de infra-estrutura urbana. Restavam ainda os pequenos comerciantes que começaram a investir na produção de moradias para as camadas populares (Ribeiro, 1985; Abreu, 1987).

Deve-se destacar que naquele momento os investimentos públicos e privados convergiam para os novos bairros que estavam sendo criados, cabendo às áreas centrais da cidade a função de abrigar, *do jeito que desse*, a crescente massa de trabalhadores² que não tinha acesso aos novos bairros. Somente na administração Pereira Passos, no início deste século, é que as transformações do centro começaram a ser implementadas. Enquanto os ricos se *espalhavam* pelos novos bairros, os pobres continuavam adensando cada vez mais

as freguesias centrais, onde se concentravam os empregos gerados pelas indústrias manufatureiras, atividades comerciais e de serviços.

A descoberta dos pobres e dos espaços que ocupam é uma das peculiaridades da época. Ficaram inúteis os porões e os sótãos para guardar a escravaria. (...) Os estrangeiros que vêm residir no Rio, em particular os ingleses, trazem o estilo julgado elegante do bairro isolado, do subúrbio, tão estranho às tradições mediterrânicas até então hegemônicas. (...) Quem era alguém se mudou. Em um lugar onde existe equipamento perfeitamente adaptável, começam a proliferar pensões miseráveis, alcouces, cabeças-de-porco. (Santos, 1984:11-12)

O discurso sanitarista propagado pelas autoridades públicas emergiu juntamente com a proliferação dos cortiços e o conseqüente adensamento do Centro, muito embora a intervenção direta do Estado nessa área só tenha se realizado no início deste século. Com efeito, a Reforma Pereira Passos, na primeira década do século XX, inaugurou uma nova relação entre o Estado e o espaço urbano responsável pela aceleração e consolidação do padrão de segregação socioespacial que, desde então, vem se aprofundando. Para que o Rio de Janeiro se tornasse uma capital *moderna*, competitiva internacionalmente, não bastava apenas que tivesse bairros residenciais aprazíveis para as elites. Era preciso que a cidade, e especialmente seu centro de negócios, se adequasse à nova imagem de cidade capitalista industrial, mesmo que a economia brasileira e sua classe dominante fossem ainda essencialmente agrárias³.

Em nome da *modernização* e da *higiene*, o Estado pôs abaixo as moradias populares da área central, obrigando a classe trabalhadora a se deslocar para os subúrbios ou a ocupar áreas vazias próximas ao mercado de trabalho, denominadas posteriormente favelas. Foi a época da expansão do mercado de terras via produção, pelas grandes imobiliárias, de loteamentos nas áreas suburbanas. Com efeito, os subúrbios tornaram-se socialmente heterogêneos, abrigando boa parte dos trabalhadores expulsos dos cortiços. Deu-se início, assim, à “periferização” dos pobres⁴. Em 1920, os subúrbios já abrigavam cerca de 34% dos trabalhadores da indústria residentes na cidade, percentual próximo ao encontrado nas zonas centrais, que era de 37% (Abreu, 1987). Para a construção das habitações populares havia duas alternativas: a autoconstrução nas favelas e nos loteamentos e a “pequena produção imobiliária” responsável pela produção das vilas e avenidas nas novas áreas incorporadas⁵. Cabe observar que a maior heterogeneidade social dos subúrbios, comentada anteriormente, expressava em 1920 um peso elevado dos trabalhadores da indústria e do comércio, que juntos representavam 64% do total dos ativos suburbanos nessas áreas. O perfil ocupacional dos trabalhadores dos subúrbios era muito semelhante ao da área central e muito distinto dos perfis das Zonas Sul e Norte da cidade. Nessas duas zonas, a heterogeneidade era marcada pelo alto percentual de trabalhadores em serviços domésticos — cerca de 26% na Zona Sul e 22% na Zona Norte —, que se equiparava ao dos ativos da indústria e do comércio, e, ainda, pelo peso significativo da elite, em torno de 11% em ambas as zonas (Tabela 1). Já se configuravam, portanto, como zonas socialmente mais polarizadas que as áreas central e suburbana.

As novas áreas de expansão não se restringiam à capital federal. Ainda nas primeiras décadas de 1900 iniciou-se o processo de integração física da Baixada Fluminense ao espaço carioca. Abreu lembra que “embora as estradas de ferro já mantivessem estações nos atuais municípios de São João de Meriti, Nilópolis e Duque de Caxias desde o final do século XIX, a ocupação urbana dos mesmos só se concretizou nas primeiras décadas 1900,

quando a Baixada foi parcialmente saneada”⁶ (Abreu, 1987:81). Pode-se afirmar que já nos anos 20 começou a se conformar a área metropolitana do Rio de Janeiro, num padrão de estruturação interna dicotômico, no que se refere às condições urbanas de vida: um núcleo criado para abrigar as camadas de alto poder aquisitivo que pudessem garantir a rentabilidade do capital público e privado investido em equipamentos e serviços urbanos, e uma periferia onde a omissão do Estado definiu seu conteúdo social.

2.2 ACUMULAÇÃO E POBREZA NA CIDADE: PRIMEIRA FASE

Na era Vargas, o padrão dicotômico centro rico/periferia pobre implementado nas duas décadas anteriores sofreu algumas alterações. As áreas centrais mais valorizadas e rentáveis para as empresas imobiliárias e as de serviços urbanos começaram a receber um grande contingente de trabalhadores pobres, impedindo assim a total homogeneização social dessas áreas. Surgiam as favelas no cenário urbano do Rio de Janeiro⁷. Se até então os deslocamentos espaciais dos pobres se restringiram à saída do centro para os subúrbios e periferias mais distantes, a partir de 1930 um outro fluxo, agora de longa distância, compensou tal evasão, ao direcionar levas de migrantes, provenientes em sua maioria de zonas rurais⁸, para as áreas geradoras de emprego. Com isso a capital federal experimentou um crescimento populacional sem precedentes⁹ e, associado a ele, um acelerado processo de favelização.

É importante notar que as favelas proliferaram na cidade numa época em que os controles urbanísticos formais cada vez mais se acentuavam, sendo entretanto pouco afetadas por eles. Isto se explica, de um lado, pelo forte fluxo migratório que então se verificava, o que em si já comprometia a concretização de qualquer ação coercitiva por parte do poder público. Por outro lado, essa mão-de-obra barata era necessária para que a indústria, o comércio e a burguesia em geral acumulassem capital. (Abreu, 1987:143-144)

Tolerar a presença de parte dos trabalhadores pobres em determinadas áreas do core e liberar as extensas periferias para que os demais ali se assentassem foi a alternativa encontrada pelo poder público para atender às necessidades impostas pela acumulação capitalista nessa primeira etapa da expansão industrial no país. Para muitos trabalhadores, morar próximo ao mercado de trabalho assegurava-lhes a entrada na nova economia urbano-industrial¹⁰. Essa *tolerância* com os pobres, no entanto, não alterou a política de alocação de investimentos públicos, até então vigente, de privilegiar as áreas centrais da cidade. Afinal, o desenvolvimento do capitalismo não iria produzir apenas uma nova classe trabalhadora urbana de baixa qualificação e precárias condições de reprodução, mas, ainda, segmentos sociais médios com novos padrões de consumo.

O processo de industrialização iniciado nos anos 30 havia alterado qualitativamente o perfil da demanda, quando o elevado crescimento do setor terciário urbano iniciou a diferenciação de um segmento seu mais qualificado e com maior rendimento. Surgia, assim, “um profissional bem remunerado, apto a consumir certos artigos mais sofisticados, como eletrodomésticos ou automóveis...”¹¹ (Mendonça, 1986:47). Para essas classes consumidoras emergentes, as empresas imobiliárias criaram espaços modernos e funcionais cuja expressão máxima era Copacabana. Os bairros da Zona Sul *banhados* pelo Oceano Atlântico

tico, com apenas 30 anos de idade, sofreram sua primeira renovação com a substituição das casas unifamiliares por prédios de apartamentos¹². A consequência foi um enorme crescimento populacional dos bairros da orla marítima — Copacabana cresceu a uma taxa de 5,7% ao ano, na década de 1940 —, transformando a Zona Sul num novo centro de comércio, de lazer e de serviços, atividades que até então se concentravam no centro da cidade (Tabela 1). A ampla oferta de empregos de baixa qualificação gerada por este setor terciário — com destaque para os serviços domésticos — atraiu grande parte dos trabalhadores pobres da cidade, tanto migrantes recém-chegados quanto residentes da capital, cujos baixos rendimentos obrigavam a morar próximo ao trabalho. A favelização dos morros na Zona Sul, como alternativa habitacional desses trabalhadores, foi tolerada naquele momento pela administração pública, na medida em que não entrava em choque com a expansão do capital imobiliário que atuava nas áreas planas ainda abundantes na época (Abreu, 1987). Como afirmou Santos, “para que fossem mantidos os ideais de ordem eram necessárias desordens ignoradas ou imaginadas temporárias, como os loteamentos irregulares ou as favelas” (Santos, 1984:21). A política populista de extinção das favelas, através da construção no mesmo local de parques proletários, não alterou a prática da tolerância com a *desordem*, pois em termos numéricos, o impacto dos programas foi irrelevante¹³. Dentro dos limites da capital, apenas a área central de negócios ficou fora dessa prática da tolerância por parte do Estado. Obras de renovação urbana de grande vulto, como a abertura da Avenida Presidente Vargas, garantiram a ordem no centro da cidade, mantendo os pobres além de suas fronteiras.

Tabela 1: Taxa de crescimento anual da população residente na metrópole do Rio de Janeiro, por município, zona e bairro - décadas de 1940 e 1950

Municípios, zonas e bairros	População			Taxa cresc. anual (%)	
	1940	1950	1960	40-50	50-60
Município do RJ	1.759.277	2.375.260	3.300.431	3,0	3,3
Centro e adjacências	378.693	367.538	364.153	-0,3	-0,1
Zona Sul	246.445	359.681	556.145	3,9	4,5
Glória	61.728	82.563	114.293	3,0	3,3
Lagoa	54.992	59.460	70.494	0,8	1,7
Gávea	55.592	88.409	131.011	4,7	4,0
Copacabana	74.133	129.249	240.247	5,7	6,4
Zona Norte	197.961	237.912	291.925	1,9	2,1
Zona suburbana I	588.532	826.341	1.057.869	3,5	2,5
Jacarepaguá	71.425	107.093	193.792	4,1	6,1
Zona suburbana II	182.461	324.906	564.425	5,9	5,7
Pavuna	56.173	98.594	183.027	5,8	6,4
Anchieta	35.891	75.600	139.800	7,7	6,3
Realengo	90.397	150.712	241.598	5,2	4,8
Zona Oeste	70.825	111.832	203.479	4,7	6,2
Ilhas	22.935	39.957	68.643	5,7	5,6
Nova Iguaçu	50.368	145.649	356.645	11,2	9,4
Duque de Caxias	28.328	92.459	241.026	12,6	10,1
Nilópolis	22.341	46.406	95.111	7,6	7,4
São João de Meriti	39.569	76.462	190.516	6,8	9,6
São Gonçalo	85.521	127.276	244.617	4,1	6,8
Niterói	146.414	186.039	243.188	2,4	2,7
Total	372.541	674.291	1.371.103	6,1	7,4

Fonte: Abreu, 1987.

Como novas áreas de expansão urbana, os subúrbios mais distantes do centro e os municípios vizinhos da capital apresentaram, já na década de 1940, taxas de crescimento populacional ainda superiores às da Zona Sul. Pavuna e Anchieta, bairros da cidade que fazem fronteira com os municípios de Nilópolis e de São João de Meriti, cresceram a taxas de 5,8% e 7,7% ao ano, respectivamente, enquanto no município de Nova Iguaçu o crescimento chegou a 11,2%¹⁴ ao ano e no de Duque de Caxias, a 12,5% (Tabela 1)! As elevadas taxas de crescimento nessas áreas recém-incorporadas à malha urbana indicam que a periferia já era, nesse período, a principal área de atração dos migrantes que se dirigiam para o Rio de Janeiro¹⁵.

A industrialização emergente e a lógica seletiva de controle do espaço urbano levaram o poder público a investir maciçamente em infra-estrutura na Zona Suburbana mais próxima do centro, como forma de ordenar a localização das indústrias na cidade¹⁶. A melhoria das condições de saneamento na região não só incentivou a instalação de novas unidades produtivas como atraiu um grande contingente de trabalhadores que foram se instalar nas favelas, nas casas de vila produzidas pelo pequeno capital imobiliário ou nos novos conjuntos habitacionais construídos pelo Estado, com recursos dos Institutos de Aposentadoria e Pensão, como forma de amenizar a já profunda crise habitacional que afetava a classe trabalhadora¹⁷. Ainda como forma de controlar a localização das indústrias e, conseqüentemente, de seus operários, foi inaugurada em 1946 a Avenida Brasil, abrindo novas áreas para as atividades industriais. No entanto, a pressão demográfica, somada à ausência de alternativas habitacionais “formais” para os trabalhadores, fez com que grande parcela das novas glebas para as indústrias fosse ocupada “ilegalmente” pela população pobre (Abreu, 1987).

Diferentemente da Zona Suburbana, o acelerado crescimento demográfico das áreas periféricas, seja na capital, seja nos municípios vizinhos, não foi acompanhado de investimentos públicos em infra-estrutura urbana. As obras de saneamento e drenagem executadas na Baixada Fluminense nesse período, em vez de impulsionar a produção agrícola para o abastecimento da cidade, abriram novas fronteiras para a expansão imobiliária¹⁸. Surgia nesse momento um novo padrão de produção do espaço construído urbano, os chamados “loteamentos periféricos”, que mudaria, doravante, a forma e o conteúdo não apenas do Rio de Janeiro, mas das demais grandes cidades brasileiras¹⁹. A principal característica desse novo padrão era a produção extensiva, por grandes empresas imobiliárias ou por pequenos empreendedores particulares, de lotes populares com baixos investimentos em infra-estrutura e comercialização a longo prazo, conjugada à autoconstrução da moradia. A oferta de lotes em grande escala garantiu a difusão da propriedade privada da terra entre os trabalhadores de baixos rendimentos, o que colaborou para a perpetuação da elevada taxa de exploração desses trabalhadores²⁰. Como resultado, no período 1940-1950, os agentes imobiliários lançaram no mercado uma quantidade de lotes bem superior à demanda daquele momento²¹. A estratégia da especulação imobiliária articulada por esses agentes, através da reserva das glebas mais próximas ao Centro para a venda mais rentável posteriormente, levou à retalhação de municípios inteiros, como São João de Meriti e Nilópolis.

A configuração social do espaço metropolitano no final dos anos 40 pode ser vista, então, como a conseqüência de três movimentos sincrônicos: o deslocamento de trabalhadores pobres para os subúrbios e periferias em função da ação coercitiva do poder público no sentido de manter a ordem, pelo menos nas áreas centrais; a chegada, na Zona Sul e sobretudo nos subúrbios e municípios vizinhos, de trabalhadores migrantes do

campo para suprir a mão-de-obra necessária nas indústrias e atividades terciárias recém-implantadas; e, por último, a mobilidade social ascendente de segmentos da classe trabalhadora que se dirigiram para os bairros à beira-mar em busca do novo status de classe média e do padrão de consumo nele embutido. O quadro da estrutura socioespacial da metrópole em 1950, a ser apreendido através da localização residencial dos trabalhadores segundo o ramo de atividade, mostra um padrão de segregação das classes sociais, que, a partir de então, só se aprofundaria.

Tabela 2: População economicamente ativa segundo ramo da atividade principal, por município e zona da metrópole do Rio de Janeiro - 1950 (%)

Municípios e zonas	Ramos de atividade						Total
	Agricult.	Indústria transform.	Comércio	Prestaç. serviços	Profiss. liberais	Demais serviços	
Município do RJ	2,6	26,4	15,7	24,0	1,4	30,0	100,0
Centro e adjacências	1,0	24,6	20,2	26,5	1,5	26,2	100,0
Zona Sul	0,8	15,3	16,0	41,1	2,7	24,1	100,0
Zona Norte	0,9	22,6	18,2	26,0	2,0	30,3	100,0
Zona suburbana I	2,3	31,7	14,9	17,6	0,9	32,6	100,0
Zona suburbana II	3,2	36,8	10,1	14,9	0,5	34,5	100,0
Zona Oeste	26,3	15,6	8,9	11,5	0,4	37,4	100,0
Niterói	3,8	20,9	16,1	22,1	1,6	35,6	100,0
Nova Iguaçu	24,5	31,0	9,2	13,6	0,5	21,2	100,0
Duque de Caxias	10,1	40,9	9,1	18,7	0,4	20,8	100,0
Nilópolis	1,1	32,2	14,2	21,1	0,8	30,6	100,0
São João de Meriti	2,4	42,6	10,2	17,9	0,5	26,4	100,0
São Gonçalo	12,2	35,0	11,0	12,8	0,6	28,4	100,0
TOTAL	3,9	27,3	15,0	22,8	1,3	29,6	100,0

Fonte: Censo Demográfico 1950, *apud* Abreu, 1987.

Em 1950, o perfil ocupacional da população ativa em cada zona da metrópole revelava três padrões de diferenciação social distintos. A área central e a Zona Norte da capital, assim como o município de Niterói, apresentaram um perfil relativamente equilibrado, onde os setores da indústria, de prestação de serviços e do comércio tinham pesos significativos. A Zona Sul, por outro lado, onde o trabalho doméstico tinha um peso grande, concentrava um elevado contingente de prestadores de serviços, que equivalia a 41% do total de trabalhadores residentes nessa área. Os profissionais liberais, embora pouco expressivos numericamente, concentravam-se na Zona Sul, que abrigava cerca de 31% da população ativa desse ramo. Por último, as zonas suburbanas e os municípios periféricos apresentavam um perfil ocupacional tipicamente operário, na medida em que mais de 30% dos trabalhadores residentes estavam no ramo industrial. Chama a atenção o alto percentual de trabalhadores agrícolas na Zona Oeste e no município de Nova Iguaçu, em torno de 20%, confirmando o relativo atraso dessas áreas em relação aos demais municípios periféricos, quanto à participação no processo de retalhamento fundiário, iniciado nos anos 20 e 30, através da produção de lotes populares (Tabela 2).

2.3 INDUSTRIALIZAÇÃO E INTENSIFICAÇÃO DA MOBILIDADE ESPACIAL NA METRÓPOLE

As contradições do processo de urbanização no país configuraram-se, de uma forma mais nítida e profunda, a partir da segunda metade da década de 1950. Entre 1955 e 1962, ocorreu o primeiro ciclo expansivo da indústria de bens duráveis de consumo, que passou a comandar o crescimento econômico brasileiro. A urbanização acompanhou a mudança do padrão de acumulação, expressando espacialmente as desigualdades econômicas e sociais geradas por um modelo de desenvolvimento sustentado pela crescente concentração da renda, pela progressiva perda do poder aquisitivo dos trabalhadores, particularmente os situados na base da pirâmide social, e pela maior diferenciação da estrutura ocupacional e dos salários (Faria, 1984). Articulada com a expansão da economia urbano-industrial, desenvolveu-se uma dinâmica específica de acumulação no interior das cidades, centrada na atividade imobiliária, que se consolidou nos anos posteriores com a instituição do Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

Nesse quadro de crescimento econômico, o Rio de Janeiro conseguiu acompanhar o ritmo da industrialização brasileira, apesar da contínua queda de sua participação nos totais industriais do país diante do aumento da de São Paulo²². O setor terciário, no entanto, continuou a concentrar a maior parte das atividades e das pessoas ocupadas da região, setor cuja importância na cidade do Rio de Janeiro estava diretamente ligada à função de capital federal exercida pela cidade.

A década de 1950 marcou o período de consolidação do processo de metropolização através da intensificação do mercado de terras nos municípios periféricos²³. A periferia metropolitana apresentou o mais alto crescimento populacional de sua história: 7,3% ao ano! Tal explosão demográfica resultou do enorme afluxo de migrantes que até então buscavam se fixar prioritariamente na capital. Se até 1950 haviam chegado à periferia em torno de 230 mil migrantes, no período 1950-1960 esse número pulou para cerca de 570 mil, equivalente a 41% da população residente em 1960 (Tabela 4). A cidade do Rio de Janeiro manteve-se ainda nessa década como importante centro receptor de migrantes, recebendo um total de 714 mil pessoas, das quais mais da metade se dirigiu para os subúrbios. Cabe observar que as áreas suburbanas mais distantes do Centro — Pavuna e Anchieta — passavam naquele momento pelo mesmo processo de retalhamento verificado nos municípios periféricos, formando com esses municípios um continuum de moradias precárias autoconstruídas, intercaladas por vazios urbanos. O violento ritmo do crescimento demográfico na época não teve como contrapartida a ampliação necessária do mercado de trabalho para suprir a nova demanda²⁴, o que, aliado à alta inflação do período e à crescente valorização do solo urbano, agravava as já precárias condições de reprodução dos trabalhadores pobres.

O aumento do valor do solo, a distância cada vez maior que separava os locais de emprego dos novos loteamentos, o congelamento dos aluguéis (que diminuía em muito a oferta de novas habitações), tudo isso resultou numa crise habitacional generalizada, que afetou principalmente a população pobre. Conseqüentemente, multiplicou-se a população favelada e proliferaram novamente as casas de cômodo. (Abreu, 1987:116)

Com a crescente perda do poder aquisitivo dos trabalhadores, o padrão de urbanização dual consolidado nesse período tornou-se condição fundamental de reprodução social nos grandes centros. Para se manter na cidade, seja como reserva de mão-de-obra, seja como empregado com salário mínimo, o trabalhador pouco qualificado tinha como opções de acesso à moradia a compra de lote na periferia, a custos mensais baixos, ou a ocupação da terra, a custos próximos de zero, em áreas centrais ainda não incorporadas ao mercado imobiliário empresarial. Com efeito, no período 1950-1960, a população favelada da cidade do Rio de Janeiro cresceu à taxa de 7% ao ano, enquanto a população total, à de 3,3% (Tabela 3). A tolerância com a ilegalidade tanto fundiária quanto urbanística — ausência de infra-estrutura, de equipamentos e de serviços urbanos — por parte do poder público garantia alternativas de acesso à terra a preços irrisórios, evitando portanto pressões para elevação do patamar salarial mínimo. Deve-se lembrar que o país vivia um período de redemocratização, quando as políticas coercitivas — como as remoções — confrontavam-se com a necessidade de legitimação do Estado. O aumento da tolerância e a explosão demográfica verificados no período provocaram um crescimento extraordinário das favelas e loteamentos²⁵.

Uma visão bastante difundida a partir dos anos 60 era de que a favela seria a primeira alternativa de moradia do migrante recém-chegado, que, ao alcançar uma certa estabilidade no trabalho, passaria para a “segunda etapa” do seu percurso de ascensão social, tornando-se proprietário de um lote na periferia. O princípio ecológico da segregação espacial do migrante nas zonas centrais e sua posterior mobilidade social e espacial ascendente orientaram boa parte dos estudos sobre pobreza urbana. Algumas análises, no entanto, demonstraram que, para muitos trabalhadores, a favela era o fim e não o início de uma trajetória no interior da metrópole (Castro, 1979; Kowarick, 1979; Valladares, 1983). O empobrecimento da classe trabalhadora explicaria a presença significativa de não-migrantes nas favelas. Com efeito, entre 1950 e 1960, a população natural da cidade residente em favela cresceu a uma taxa de 150%, que contudo permaneceu em 75% entre os favelados migrantes (Castro, 1979).

O enorme crescimento da população favelada, tanto nos subúrbios quanto nas Zonas Sul e Norte, foi acompanhado pela crescente diferenciação das favelas, no que se refere aos seus respectivos conteúdos sociais. As localizadas na zona suburbana, devido ao número significativo de trabalhadores da indústria de transformação, assemelhavam-se a “bairros operários”, enquanto as demais, cujos moradores apresentavam um perfil ocupacional mais diversificado, ligado predominantemente aos setores de serviço e comércio, caracterizavam-se como “bairros populares” (Castro, 1979). Fica evidente aqui a estreita relação entre o processo de favelização e a proximidade do mercado de trabalho, confirmando a idéia, presente em vários estudos, de que a favela seria uma estratégia de inserção dos pobres nesse mercado.

Os anos 50 marcaram ainda o início de um novo fluxo populacional no interior da metrópole: o deslocamento de parcela significativa da classe média baixa dos subúrbios e Zona Norte para a Zona Sul, particularmente para Copacabana. Foi o período de intensificação, pelas empresas construtoras, do processo de verticalização nos bairros à beira-mar, iniciado na década anterior, mas que só agora inaugurava a oferta de apartamentos para um público até então excluído dessa zona da cidade. A estratégia de construir grandes edifícios de pequenos apartamentos — quarto e sala ou conjugado — garantiu enorme ganho de escala para o capital imobiliário, que ampliou, assim, seu mercado. O resultado

foi um crescimento populacional em Copacabana de 6,4% ao ano, próximo ao encontrado nos municípios periféricos, elevando sua densidade a um patamar nunca antes visto.

O acelerado ritmo de crescimento nos dois pólos sociais da metrópole — Zona Sul e periferias — criava necessidades imediatas em relação à infra-estrutura e aos serviços urbanos. O Estado, em seu papel de mantenedor das condições de reprodução do capital, em geral, e do capital imobiliário, em particular, direcionou os recursos públicos para a ampliação da rede de água e da acessibilidade²⁶ na Zona Sul, garantindo a reprodução das camadas sociais médias e altas que, por sua vez, constituíam a nova classe consumidora de bens duráveis, com destaque para o automóvel, que iria sustentar o modelo de crescimento econômico implantado. Com o mesmo intuito de sustentar tal modelo, o Estado ficou omissos perante as carências produzidas pela forma de produção do espaço periférico. Afinal, era preciso garantir ao trabalhador, da maneira que lhe fosse o menos onerosa possível, sua inserção na economia urbano-industrial²⁷. O retorno ao regime autoritário não só consolidou o quadro de desigualdades sociais vigente como aprofundou ainda mais a segmentação das classes sociais no espaço metropolitano.

2.4 A ERA DO “MILAGRE” E DA EXACERBAÇÃO DAS DESIGUALDADES

A década de 1960 inicia-se com a transferência da capital federal para Brasília, o que gera perdas significativas para o Rio de Janeiro, particularmente no que se refere aos investimentos públicos federais em serviços e infra-estrutura urbanos. Como capital, a cidade abrigava um importante setor bancário, a sede de numerosas empresas particulares e estatais e ainda um amplo sistema de transportes. Com a transferência, esses setores de serviços, especialmente o financeiro, perderam posição para outros centros urbanos. Além disso, o reduzido dinamismo econômico, marcado desde os anos 40 pelo crescimento industrial abaixo da média nacional, manteve-se em curso nos anos do milagre econômico²⁸.

Nesse quadro de lento esvaziamento econômico do Rio de Janeiro, o setor da construção civil se sobressaiu nos anos 70 ao apresentar um acentuado crescimento de suas atividades. Tal crescimento resultou da criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) em 1964, que marcou profundamente a conformação do espaço urbano brasileiro, ao sustentar a expansão e a consolidação do moderno setor construtivo habitacional²⁹. Direcionado para as camadas médias³⁰, esse setor se especializou na construção em grande escala de edifícios de apartamentos, difundindo esse padrão habitacional, até então restrito a algumas áreas mais valorizadas.

Começa a ocorrer um processo de diferenciação interna do setor, surgindo um segmento oligopolizado que passa a controlar uma fatia do mercado (e um bom pedaço do espaço da cidade), outro competitivo e um terceiro formado por micro e pequenos incorporadores. A dinâmica construtiva empresarial concentra-se e renova intensamente os núcleos urbanos, elitizando e segregando estas áreas das grandes e médias cidades, especialmente das capitais. (Lago e Ribeiro, 1996:42)

No Rio de Janeiro, a produção empresarial alcançou alguns bairros suburbanos, mas foi na Barra da Tijuca, área incorporada à malha urbana nos anos 70, que o grande capital imobiliário pôde se expandir e monopolizar uma enorme fatia do mercado de moradias na

cidade. Tal *boom* imobiliário, no entanto, só foi possível graças à atuação do poder público, que, através das políticas de investimentos e da legislação urbana, garantiu as condições necessárias à acumulação; nesse período, introduz-se a lógica da rentabilidade na prestação dos serviços urbanos. Os benefícios públicos deveriam, assim, ser alocados privilegiadamente nos locais onde o retorno do capital investido estivesse garantido via impostos e tarifas, justificando a concentração dos recursos nas áreas valorizadas já servidas de infra-estrutura e equipamentos urbanos. Foi o que Vetter (1975) chamou de distribuição espacial desigual da “renda real”, ou seja, distribuição da acessibilidade a oportunidades de trabalho, a serviços públicos e privados e à infra-estrutura física, e distribuição dos custos sociais. Para o autor, a distribuição da “renda real” no Rio de Janeiro era ainda mais desigual do que a distribuição da renda monetária. Os dados sobre a distribuição dos investimentos em água e esgoto no período 1975-77 mostram que cerca de 60% deles foram alocados na área correspondente às Zonas Sul, Norte e Centro — incluindo a Barra da Tijuca —, que em 1970 já apresentava 83% dos domicílios ligados à rede de água e 77%, à rede de esgoto, enquanto na Zona Oeste da cidade esses percentuais não passavam de 78% e 14%, respectivamente (Vetter e Massena, 1982).

A política de remoção de favelas implementada nesse período veio completar um conjunto de ações públicas e privadas voltadas para a sobrevalorização dessas áreas. Cerca de 175 mil pessoas haviam sido removidas até 1968, mas só a partir desse ano, até 1973, o programa foi mais sistemático e intenso. Convém mencionar o caráter seletivo dessa política, na medida em que 70% dos domicílios removidos localizavam-se na Zona Sul, Tijuca e Méier. O resultado foi a perda de representatividade das favelas da Zona Sul: se, em 1950, 25,4% da população favelada estavam na Zona Sul, em 1970, apenas 9,6% ainda residiam na área (Castro, 1979). Além da ação coercitiva propriamente dita, o poder público intensificou seu controle sobre o processo de favelização na cidade, seja em relação ao surgimento de novas ocupações, seja em relação à expansão das já existentes. Tal controle reduziu as possibilidades de o trabalhador pobre se assentar nas áreas mais centrais, contribuindo assim para o redirecionamento dos fluxos migratórios para as periferias. A tendência ao “fechamento” dos bairros nobres à população pobre e, como contrapartida, o acelerado crescimento das periferias aprofundaram o modelo dual de segmentação social do espaço metropolitano, levando inclusive alguns estudiosos a preverem no final dos anos 70 o desaparecimento das favelas do cenário urbano carioca (Santos, 1978).

Na realidade, o ritmo de crescimento da população favelada do Rio de Janeiro começou a diminuir na década de 1960, sofrendo uma queda brusca na década de 1970 em relação não apenas aos residentes em favelas, mas à população carioca como um todo. No período 1950-1960, a população cresceu cerca de 3% ao ano, e os favelados, 7%. Na década de 1970, esses percentuais caíram para 1,8% e 2,5%³¹, respectivamente (Tabela 3).

Tabela 3: Crescimento da população total e favelada no município do Rio de Janeiro - 1950/1991

Anos	População do Rio de Janeiro	População favelada	Crescimento pop. RJ a.a (%)	Crescimento pop. fav. a.a (%)	Pop.fav./pop. RJ (%)
1950	2.375.280	169.305	-	-	7,13
1960	3.300.431	335.063	3,34	7,06	10,15
1970	4.251.918	565.135	2,57	5,37	13,29
1980	5.090.723	722.424	1,82	2,49	14,19
1991	5.480.768	962.793	0,67	2,65	17,57

Fonte: Censos Demográficos, FIBGE, IPLANRIO, 1986.

Nos anos 60 e 70, o movimento migratório em direção à metrópole do Rio de Janeiro começava a perder o ímpeto verificado nos anos 40 e 50, e a capital, principal área de atração desses fluxos, sofreu os impactos dessa mudança. A Tabela 4 mostra que, a partir da década de 60, os migrantes decresceram em termos absolutos e relativos: no período 50-60, a cidade havia recebido 714 mil migrantes, número que caiu para 565 mil na década de 60 e para 525 mil na de 70. Nota-se, entretanto, que a proporção de favelados em relação ao total da população continuou crescendo, até mesmo no período 1970-1980, quando a taxa de crescimento dos primeiros alcançou seu menor valor (Tabela 3). Em outras palavras, o ritmo de crescimento da população favelada se manteve bem acima em comparação ao dos demais moradores.

Tabela 4: População migrante no município do Rio de Janeiro, por década

Década	Migrantes	Migrantes / população total (%)
1950-1960	714.750	21,66
1960-1970	565.505	13,30
1970-1980	525.275	10,78
1980-1991	386.940	7,05

Fonte: Castro, 1979; Abreu, 1987; Censos Demográficos de 1980 e 1991; tabulações especiais.

Se, por um lado, os fluxos migratórios de longa distância em direção ao município do Rio de Janeiro tendiam a diminuir, por outro, os deslocamentos intrametropolitanos do centro para a periferia continuavam a se expandir. No período 1960-70, 37% dos migrantes que se dirigiram para os municípios periféricos tinham como origem a cidade do Rio de Janeiro, enquanto outros 37% haviam saído do interior do próprio Estado. A produção extensiva de lotes populares viabilizava a expansão desses fluxos. Os nordestinos representavam apenas 12% do total de migrantes da área³². Já na capital, 40% dos migrantes eram nordestinos e 36% vinham de outras regiões do país, com exceção do Rio de Janeiro. Conclui-se, portanto, que, apesar de seu relativo esvaziamento econômico, o município do Rio de Janeiro se apresentava nos anos 60 como importante pólo receptor de migrantes de baixa qualificação em busca de inserção no mercado de trabalho urbano. Para essa população, as favelas localizadas nos subúrbios da cidade — que não foram atingidas pela política de remoção — e os loteamentos populares na Zona Oeste eram as principais alternativas de acesso à moradia. Para as camadas médias em franca expansão, o SFH garantiu a ampliação da produção imobiliária empresarial em direção à Barra da Tijuca, Zona Norte e alguns bairros dos subúrbios.

O “fechamento” das áreas mais valorizadas, a concentração dos investimentos públicos no núcleo e a intensa produção de lotes populares na periferia intensificaram a dinâmica migratória no interior da metrópole do Rio de Janeiro, em curso desde os anos 50, consolidando um padrão de estruturação socioespacial profundamente desigual. Essa dinâmica será analisada mais detalhadamente no capítulo a seguir, em que se avaliarão as correlações entre os deslocamentos intrametropolitanos ocorridos na década de 1970 e o padrão de segregação social vigente em 1980, quando a era do “milagre econômico” chegou ao fim.

NOTAS:

¹ Nesse período, os subúrbios abrigavam os setores médios recém-formados — funcionários públicos, comerciantes e alguns operários —, “expulsos” do centro pelos altos aluguéis, que podiam pagar o valor da terra e do transporte. As habitações eram promovidas pelo pequeno capital mercantil. A população suburbana representava, em 1890, 17% da população da cidade (Machado da Silva e Valladares, 1985).

² O fim do sistema escravista gerou um acelerado processo de crescimento demográfico na cidade, via migração.

³ A decadência do complexo cafeeiro fluminense fez com que o crescimento industrial entre a década de 1880 e a década de 1930 perdesse lentamente o dinamismo, “diminuindo as possibilidades de acumulação de capital e atrofiando o desenvolvimento industrial da região fluminense, *vis-à-vis* ao paulista”. No final da década de 1920, o Estado de São Paulo era responsável por 35% do produto industrial, enquanto a região fluminense, por 27% (Melo e Considera, 1986:112).

⁴ Os subúrbios não eram apenas o espaço de reprodução da classe trabalhadora. Novas indústrias começaram a se expandir em direção a essas áreas, dotando-as de infra-estrutura e gerando empregos. Como espaço da produção, atraiu um grande número de trabalhadores, levando ao surgimento de favelas, entre elas a do Jacarezinho, hoje a segunda maior do Rio (Abreu, 1987).

⁵ Segundo Ribeiro, até a década de 1930 “o capital imobiliário de maior porte dirigir-se-á, predominantemente, para a promoção fundiária de grande escala, ficando a produção de moradias nas mãos de pequenos investidores (...)” (Ribeiro, 1985:22).

⁶ A área correspondente a Nova Iguaçu continuava exclusivamente rural, destacando-se no contexto nacional como importante produtora de laranja para exportação.

⁷ As favelas apresentaram um crescimento vigoroso nos anos 30 e 40: seu número aumentou de nove, em 1933, para 105, em 1948 (Machado da Silva e Valladares, 1985).

⁸ Segundo Castro (1979), entre 1930 e 1940 os migrantes que chegaram à cidade do Rio de Janeiro vieram majoritariamente de outros municípios do Estado. Foi somente na década de 1940 que ocorreu uma reordenação dos fluxos com um aumento relativo dos procedentes do Nordeste.

⁹ De acordo com Abreu (1987), a população do município do Rio de Janeiro, que em 1930 era de mais ou menos 1,4 milhão de pessoas, passou para 2,5 milhões em 1950.

¹⁰ O censo de 1948 mostra que a maior parte dos favelados do Rio de Janeiro trabalhava na sua própria zona de residência (Abreu, 1987).

¹¹ No período de 1930 a 1950, o maior dinamismo da industrialização brasileira ocorreu nos setores intermediários, química e metalurgia no caso do Rio de Janeiro. Assim mesmo, no final desse período o setor de bens não duráveis de consumo concentrava 72,8% do total do valor da produção industrial, o de bens de capital, 2,5%, e o de bens duráveis, 4,3%. Somente em 1950 o setor de bens duráveis foi eleito o setor de ponta da acumulação, e um dos fatores condicionantes de sua expansão foi a existência de uma demanda para os novos produtos (Faria, 1984; Mendonça, 1986).

¹² A introdução do concreto armado permitiu o adensamento desses bairros, possibilitando às empresas imobiliárias o ganho de sobrelucros sem incorporar terras ainda não urbanizadas, o que elevaria os custos com infra-estrutura (Abreu, 1987).

¹³ Nos anos 40, creditava-se aos migrantes o problema das favelas e da pobreza urbana. Desde então essa visão vai ser dominante tanto entre os formuladores de política quanto entre pensadores, que postulavam o controle da migração como saída para a solução das favelas. Segundo o relatório da Comissão Encarregada do Estudo dos Problemas de Higiene das Favelas, concluído em 1941, o programa de ação preventiva deveria visar: “a) o controle de entrada no Rio de Janeiro dos de baixa condição social, que para aqui venham sem destino a

um trabalho certo; b) o recâmbio de indivíduos de tal condição para os seus Estados de origem, para o seu ambiente, para o meio da sua gente (...)” (citado in Castro, 1979:135). No entanto, o Censo de 1948 revelava que cerca de metade — 52% — dos favelados da cidade eram migrantes e os demais, naturais do próprio município (Abreu, 1987).

¹⁴ Convém notar que a população rural em Nova Iguaçu ainda apresentava, na década de 1940, elevada taxa de crescimento anual – 10,9% –, pouco inferior à da população urbana, que foi de 11,7%. Isso devido à intensiva produção de laranjas no município, que só entraria em declínio no final da década de 1940 (Abreu, 1987).

¹⁵ Observando o aumento populacional em termos absolutos, verifica-se que, entre 1940 e 1950, a Zona Sul teve um incremento de cerca de 113 mil pessoas, o subúrbio industrial, de cerca de 238 mil, e o conjunto das áreas periféricas – subúrbio distante e municípios vizinhos da Baixada Fluminense –, de cerca de 306 mil pessoas (Tabela 1). Como parte do incremento verificado na Zona Sul resultava da chegada de segmentos da classe média, conclui-se que a maioria dos migrantes pobres direcionou-se para as áreas mais distantes da metrópole.

¹⁶ Em 1937 o Estado, através de decreto, passou a controlar a localização das indústrias na cidade, proibindo instalações na Zona Sul e aprofundando a segmentação socioespacial.

¹⁷ Foram construídas cerca de 26.000 unidades habitacionais, em sua maioria na zona suburbana, número pouco significativo frente à demanda existente: em 1950 havia 2.92 milhões de associados aos Institutos de Aposentadoria e Pensão (Silva e Valladares, 1985).

¹⁸ A ampliação da acessibilidade através da abertura de vias — Av. Brasil em 1946 — e de investimentos no transporte ferroviário para essas áreas criou as condições para que locais excessivamente distantes do mercado de trabalho se tornassem alternativa de moradia para os trabalhadores.

¹⁹ Grande parte dos loteamentos periféricos foi produzida ilegalmente, seja pela falta da titulação da propriedade da terra, seja pela não acórdância com as normas urbanísticas em vigor, que, no caso dos municípios vizinhos à capital, eram bastante reduzidas. Em ambos os casos, houve necessariamente a compra de uma propriedade — o lote — e a atuação de um agente imobiliário, o que não ocorre nos processos de ocupação de terras (Lago e Ribeiro, 1996).

²⁰ Ver Capítulo I sobre a relação entre as condições urbanas de vida e a taxa de exploração do trabalho no Brasil industrial.

²¹ Como será visto adiante, os loteamentos serão ocupados de forma mais intensa nas décadas de 1950 e 1960.

²² “As diferenças de potencial industrial entre Rio e São Paulo acentuam-se no período 1955-1961, quando se registram os maciços investimentos externos. Dos totais de capital estrangeiro entrado no país neste espaço de tempo, 76,4% foram aplicados em São Paulo; 5,9% no antigo Estado do Rio; 5,4%, na antiga Guanabara e 5,2% em Minas Gerais. (...) Foi justamente neste momento, em 1955, que a cidade de São Paulo ultrapassou a do Rio de Janeiro em população.” (Cunha, 1975:31)

²³ Nesse período ocorreram também instalações de novas indústrias nessas áreas (Castro, 1979:180).

²⁴ Somente a partir da década de 1960, especialmente nos anos do “milagre”, o crescimento da oferta de empregos acompanhou o crescimento da população urbana, contabilizando-se aqui os empregos tanto formais quanto informais (Faria, 1984).

²⁵ A abertura da Rodovia Presidente Dutra (Rio-São Paulo) no início da década de 1950 deu grande impulso à ocupação dos loteamentos localizados em São João de Meriti e Nova Iguaçu. A instalação de indústrias nas margens da rodovia foi mais um atrativo para os trabalhadores se fixarem na área (Abreu, 1987).

²⁶ Ampliar a acessibilidade da Zona Sul significava garantir o fluxo de automóveis para o centro da cidade, onde se concentravam os empregos dos setores médios e altos. Nesse período, foi feito o Aterro do Flamengo, ligando Copacabana ao Centro (Abreu, 1987).

²⁷ Como já visto no Capítulo I, a omissão do Estado em relação às condições urbanas de vida dos trabalhadores pobres só foi possível graças à falta de organização política e de poder de pressão deles.

²⁸ Segundo Faria (1984), o período 1960-70 foi marcado pela enorme expansão dos empregos urbanos e, em particular, do emprego industrial, que nos anos 70 cresceu mais que o setor terciário. O Rio de Janeiro, no entanto, se tornou “depositário daqueles setores que começaram a industrialização — que são os setores obsoletos nas sucessivas revoluções industriais, como siderurgia e construção naval —, sem conseguir se apropriar da ‘ponta’ de bens de consumo duráveis, toda ela localizada em São Paulo” (Daim, 1990). O Rio de Janeiro se constituiu num mercado que atendia a si próprio, sem conseguir ganhar dimensão de mercado nacional, sendo, portanto, bem menos dinâmico que São Paulo.

²⁹ A figura do incorporador imobiliário surgiu no Rio de Janeiro nos anos 40, mas até a instituição do SFH sua ação era limitada pelas dificuldades decorrentes da inexistência de um mecanismo capaz de centralizar poupanças para financiar os empreendimentos. A produção imobiliária se expandia alternando ciclos de crescimento e de crise, com enorme instabilidade da demanda solvável. Com efeito, a escalada inflacionária no final dos anos 50 e início dos 60 gerou profunda crise do setor, cuja saída só foi possível após as modificações institucionais implementadas pelo governo autoritário, que culminaram na criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) (Lago e Ribeiro, 1996).

³⁰ Coube ao Estado criar um sistema de crédito que tornasse solvável de forma ampla a demanda de habitações por parte da crescente classe média. O modelo de crescimento econômico adotado exigia maior diferenciação da estrutura ocupacional e conseqüentemente de salários, o que alimentava a demanda de moradias rentáveis ao capital imobiliário.

³¹ Apenas a Zona Oeste, área periférica da cidade, apresentou alta taxa de crescimento — cerca de 4% ao ano. As Zonas Sul e Norte, que nos anos 50 tinham crescido a uma taxa de 3,6% ao ano, em 70 exibiram uma taxa próxima de 1%. A análise mais detalhada do crescimento demográfico metropolitano na década de 1970 está desenvolvida no próximo capítulo.

³² Estudo sobre loteamentos na periferia metropolitana do Rio de Janeiro nos anos 70 indicava que tal forma de habitar se inseria no processo de mobilidade espacial intra-urbana, “sendo relativa a noção de que tais formas se relacionariam fundamentalmente com a pressão demográfica de elementos *vindos de fora*” (Castro, 1979:161).

CAPÍTULO III
A dinâmica metropolitana do
Rio de Janeiro na década de 1970

ENTRE AS DÉCADAS de 1940 e 1970, o Brasil se industrializou e se urbanizou através de um intenso ritmo de expansão e diversificação da economia. Nesses quarenta anos, as altas taxas de acumulação do capital ocorreram em função da crescente concentração de renda e do aprofundamento das desigualdades sociais. A evolução do quadro social, econômico e político do Rio de Janeiro nesse período foi marcada por esses processos mais gerais em conjunção com as especificidades da região, culminando, nos anos 70, numa dinâmica profundamente segregadora no interior da metrópole. Ações coercitivas e políticas de investimento seletivas por parte do Estado somaram-se à lógica da acumulação urbana, condicionando as trajetórias espaciais das classes sociais e consolidando um padrão de segmentação socioespacial marcado pela dualidade centro rico/periferia pobre. A compreensão mais ampla dos processos subjacentes a esse padrão, particularmente dos fluxos populacionais e de capitais dentro do espaço metropolitano, servirá de parâmetro para a posterior avaliação da hipótese de que aconteceram mudanças na configuração socioespacial da metrópole do Rio de Janeiro no período de crise dos anos 80.

3.1 DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS E DINÂMICA IMOBILIÁRIA

O relativo esvaziamento econômico do Estado do Rio de Janeiro no período mais intenso de industrialização do país foi acompanhado pelo aumento da participação do setor terciário na economia fluminense. Em 1970, 56% do total do pessoal ocupado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro pertenciam ao terciário, enquanto em São Paulo o percentual era de 31% e, em Belo Horizonte, de 49% (FUNDREM, 1982). Na realidade, desde a década de 1960, o setor industrial reduziu gradativamente sua participação na oferta de empregos *formais* na metrópole do Rio de Janeiro: se em 1960 cerca de 53% da força de trabalho estavam empregados na indústria, em 1970 esse percentual caiu para 44% e em 1980, para 42%¹. No entanto, considerando toda a população ativa metropolitana (PEA) e não apenas os regularmente empregados, verificou-se o aumento da participação das ocupações no setor industrial de 26%, em 1970, para 29%, em 1980, o que pode ser explicado em parte pela expansão do setor da construção civil nos anos 70² ou, ainda, pela expansão do trabalho informal ligado à indústria.

Em relação ao setor terciário, dois pontos merecem destaque. O primeiro diz respeito, como já visto, ao elevado peso desse setor no conjunto das atividades econômicas: 70% da PEA metropolitana em 1980 exerciam ocupações no terciário. E nele, o setor de serviços foi o que mais se expandiu na década. Considerando os empregos formais e regulares, o crescimento do pessoal ocupado em atividade de serviço na década de 1970 foi de 9,3% ao ano, enquanto a quantidade de trabalhadores na indústria cresceu 5,3% e a no comércio, 4% ao ano (Tabela 1). Cabe esclarecer que os empregos formais do terciário representavam, em 1980, apenas 27,9% do total das atividades do setor, evidenciando um processo de terciarização no Rio de Janeiro, composto tanto por um setor de serviços modernos de alta produtividade e que absorve uma relativamente pequena mão-de-obra qualificada quanto por um setor atrasado, descapitalizado, de serviços pessoais e de reparação, que envolve um enorme contingente de trabalhadores.

Tal crescimento da economia metropolitana nos anos 70 não minimizou o elevado grau de concentração das atividades econômicas no município do Rio de Janeiro: cerca de

80% do total dos empregos regulares, tanto em 1970 quanto em 1980, localizavam-se na capital do Estado. Observando a soma dos salários gerados, verificou-se que a concentração era ainda maior — 86% — em 1980 (Tabela 1). Nem mesmo a fusão dos antigos Estados da Guanabara (atual município do Rio de Janeiro) e do Rio de Janeiro, da qual se esperava maior integração regional e menor disparidade econômica entre a capital e o interior, alterou o quadro existente. Com base na distribuição do emprego formal, é possível afirmar que, nos anos 70, os municípios da periferia metropolitana do Rio de Janeiro se constituíam em “cidades-dormitório”, estando todo o dinamismo econômico da região localizado na capital do Estado. Confirmava-se, assim, o modelo dual núcleo-espaco da produção *versus* periferia-espaco da reprodução.

Tabela 1: Pessoal ocupado e massa salarial, segundo setor de atividade, por local de trabalho na RMRJ; 1970 e 1980.

Local de trabalho	Distrib. pop. ocup. (%)	Distrib. Pop. ocup. (%)	Taxa cresc. pess. ocup. (%)	Distrib. da massa salarial (%)	Distrib. da massa salarial (%)	Salário médio ¹	Diferencial do salário
	1970	1980	70/80	1970	1980	1980	1980
Total							
Rio de Janeiro	80,5	80,0	5,9	85,1	86,3	193,31	1,00
Niterói	4,6	4,6	6,0	4,1	3,4	132,05	0,68
Periferia consolidada ²	2,1	2,2	6,4	0,9	1,0	84,00	0,43
Periferia em consolidação ³	9,1	9,1	6,0	7,8	6,9	134,37	0,70
Periferia em expansão ⁴	3,7	4,0	6,9	2,0	2,3	104,03	0,54
RMRJ	100,0	100,0	5,9	100,0	100,0	179,05	0,93
Indústria							
Rio de Janeiro	79,9	77,5	5,0	80,2	83,4	238,62	1,00
Niterói	4,0	4,7	7,0	4,5	3,6	173,44	0,73
Periferia consolidada	1,3	1,5	6,9	0,7	0,7	105,73	0,44
Periferia em consolidação	10,5	11,4	6,1	11,8	9,4	183,55	0,77
Periferia em expansão	4,3	5,0	6,8	2,8	2,9	128,98	0,54
RMRJ	100,0	100,0	5,3	100,0	100,0	221,94	0,93
Comércio							
Rio de Janeiro	78,5	75,9	3,7	87,8	85,0	158,09	1,00
Niterói	5,6	5,6	4,1	4,5	4,1	103,09	0,65
Periferia consolidada	3,2	4,1	6,8	1,4	2,3	77,97	0,49
Periferia em consolidação	9,1	10,1	5,1	4,7	6,2	86,07	0,54
Periferia em expansão	3,6	4,3	5,8	1,5	2,4	80,04	0,51
RMRJ	100,0	100,0	4,0	100,0	100,0	141,07	0,89
Serviço							
Rio de Janeiro	85,0	87,3	9,6	94,5	93,4	166,11	1,00
Niterói	4,3	3,6	7,5	2,5	2,3	100,28	0,60
Periferia consolidada	2,3	1,5	4,9	0,6	0,7	70,33	0,42
Periferia em consolidação	6,1	5,1	7,5	1,9	2,4	72,36	0,44
Periferia em expansão	2,4	2,4	9,5	0,6	1,1	72,96	0,44
RMRJ	100,0	100,0	9,3	100,0	100,0	155,22	0,93

Fonte: Censos Econômicos da Guanabara e do Rio de Janeiro, 1970 e Censo Econômico do Rio de Janeiro, 1980.

Notas: (1) Valor nominal em Cr\$.

(2) A periferia consolidada é composta pelos municípios de Nilópolis e São João de Meriti.

(3) A periferia em consolidação é composta pelos Municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Magé.

(4) A periferia em expansão é composta pelos municípios de Itaboraí, Itaguaí, Mangaratiba, Maricá, Paracambi e São Gonçalo.

Um dado bastante ilustrativo do grau de concentração dos empregos diz respeito ao local de trabalho³ da população economicamente ativa da metrópole. Uma primeira evidência é o elevado percentual, nas áreas periféricas, da PEA que trabalhava fora do município de residência em 1980 (Tabela 2). Se, do total da população ativa da capital, apenas 1,3% trabalhavam fora do município de residência, entre os que residiam na periferia o percentual era de 16,7%, chegando a mais de 20% em alguns municípios. Esses números, entretanto, não confirmam a idéia de que a periferia seria o locus da reprodução social, ao reunir municípios-dormitórios sem função produtiva: mais de 80% de sua população ativa trabalhavam, em 1980, em seu próprio município de residência. Por outro lado, o grau de concentração dos empregos regulares no Rio de Janeiro indica que as atividades econômicas nessas áreas periféricas eram em grande parte informais e com forte representação de trabalhadores autônomos.

O município do Rio de Janeiro aparecia como o principal, mas não o único, pólo de atração dos fluxos pendulares — casa/trabalho — no interior da metrópole: 55% do total dos fluxos tinham como destino a capital, enquanto 9,4% se dirigiam para Duque de Caxias e 8,9%, para Niterói. A diferença entre o Rio de Janeiro e os outros dois municípios, além do volume de trabalhadores que cada um recebia, era o fato de o primeiro exercer essencialmente a função de pólo de atração de trabalhadores, enquanto Caxias e Niterói, além de atraírem, *expulsavam* um número significativo de pessoas ativas. Em ambos os municípios, o número de trabalhadores que saíam para trabalhar em outro município era da mesma ordem de grandeza dos que vinham de fora. Aqui é importante ressaltar o relativo dinamismo econômico de Caxias, que, em função da refinaria de petróleo e demais empresas a ela vinculadas, absorve tanto uma mão-de-obra operária pouco qualificada quanto profissionais mais qualificados. Isso explica o elevado fluxo de trabalhadores da própria periferia para Caxias — mais de 70% saíam da periferia —, assim como o deslocamento de trabalhadores residentes nas áreas mais centrais e valorizadas do Rio de Janeiro⁴.

Tabela 2: PEA que trabalha fora do município de residência, segundo o local de trabalho, por área de residência na RMRJ - 1980

Áreas de residência	Áreas de trabalho					Total
	RJ	Niterói	Periferia consolidada	Periferia em consolidação	Periferia em expansão	
Rio de Janeiro	0	3.264	4.992	11.156	6.920	26.332
Niterói	9.440	0	288	948	4.728	15.404
Periferia consolidada	27.204	508	2.436	13.308	376	43.832
Periferia em consolidação	70.608	1.628	11.016	13.452	2.444	99.148
Periferia em expansão	19.476	15.136	796	3.356	6.776	45.540
RMRJ	126.728	20.536	19.528	42.220	21.244	230.256
Rio de Janeiro	0,0%	12,4%	19,0%	42,4%	26,3%	100,0%
Niterói	61,3%	0,0%	1,9%	6,2%	30,7%	100,0%
Periferia consolidada	62,1%	1,2%	5,6%	30,4%	0,9%	100,0%
Periferia em consolidação	71,2%	1,6%	11,1%	13,6%	2,5%	100,0%
Periferia em expansão	42,8%	33,2%	1,7%	7,4%	14,9%	100,0%
RMRJ	55,0%	8,9%	8,5%	18,3%	9,2%	100,0%

Fonte: Censo Demográfico de 1980; tabulações especiais.

Niterói, capital do antigo Estado do Rio de Janeiro até 1974, constituiu importante centro de comércio e serviços, especialmente de serviços públicos, além de abrigar uma indústria naval de peso, o que tornou o município a terceira área de atração de mão-de-

obra metropolitana em 1980. Fica claro, porém, que sua *área de influência* era formada pelos municípios periféricos mais próximos — São Gonçalo, Itaboraí e Maricá —, situados, como Niterói, no outro lado da Baía de Guanabara: 73% dos que se deslocavam para Niterói residiam num desses três municípios. Nessa região, São Gonçalo também aparece como pólo de atração de mão-de-obra de Itaboraí e Niterói.

O grau de concentração das atividades econômicas e as alterações ocorridas ao longo da década na região metropolitana variaram de acordo com os diferentes setores da economia. Os empregos da indústria e do comércio tenderam a se desconcentrar em direção à periferia, enquanto, no setor de serviços, aumentou a concentração dos postos formais de trabalho no município do Rio de Janeiro (Tabela 1). Entretanto, mesmo com tendência de maior centralização na capital, as atividades de serviços foram as que mais cresceram na periferia com relação à oferta de empregos. O que ocorreu, na realidade, foi uma dispersão seletiva de estabelecimentos, sobretudo de alimentação e alojamento⁵, acompanhando a urbanização acelerada das periferias em consolidação e em expansão⁶, onde o crescimento do pessoal ocupado no setor de serviços chegou respectivamente a 7,5% e 9,5% ao ano (Tabela 1). Ao mesmo tempo, manteve-se o processo conjunto de concentração e de modernização de certos ramos de serviços nas áreas centrais da metrópole. O mesmo pode ser dito das atividades comerciais: a maior participação da periferia na oferta de empregos⁷ não deve ser identificada como um sintoma de desconcentração do terciário mais capitalizado.

O comportamento dos empregos no setor industrial deve ser visto em função das especificidades de alguns municípios. A maior parte dos municípios periféricos, como Niterói, apresentou crescimento do pessoal ocupado na indústria maior que o do Rio de Janeiro, evidenciando uma relativa desconcentração das atividades. As exceções foram Magé e Paracambi, com uma indústria dominada pelo setor têxtil, onde ocorreu perda absoluta de trabalhadores. Caxias manteve-se como segundo município metropolitano em número de empregados na indústria, apresentando em 1980 maior diversificação de ramos de atividades que os demais municípios⁸. Niterói, com 44% do pessoal ocupado na indústria trabalhando no setor naval, teve um crescimento de 7% ao ano na década de 1970, e o município vizinho de São Gonçalo também apresentou um crescimento elevado — 8,4% —, mas com predominância do setor de alimentos, que empregava, em 1980, 30% dos trabalhadores da indústria. Cabe mencionar, por fim, o crescimento industrial de Nova Iguaçu — 8,2% —, que, como Caxias, abrigava nos anos 70 diferentes ramos da indústria mais moderna.

A massa salarial gerada pelos três setores econômicos apresentou-se ainda mais concentrada no município do Rio de Janeiro do que os empregos, indicando uma diferenciação espacial dos valores médios dos salários. O salário médio da mão-de-obra regularmente empregada em atividades formais na periferia metropolitana equivalia, em 1980, a um pouco mais da metade — 56% — do salário médio encontrado no Rio de Janeiro. Observando a remuneração por setor, as atividades de serviço se destacavam por terem apresentado a maior distância entre os salários médios do núcleo e os da periferia: o salário médio na periferia correspondia a 43% do salário médio no núcleo. Tal diferença salarial era um pouco menor no setor industrial, em função da remuneração nas indústrias de Caxias, cujo valor médio era mais próximo ao verificado no Rio de Janeiro (Tabela 1).

Os dados sobre o emprego formal na Região Metropolitana do Rio de Janeiro mostraram que, embora tenha ocorrido uma leve tendência à dispersão, a expansão econômica dos anos 70 não chegou a alterar a forte concentração das atividades no

município do Rio de Janeiro, seja em relação aos postos de trabalho ou à massa de salários. O setor de serviços foi o que mais cresceu, especialmente na periferia em expansão, onde a incorporação de novas áreas à malha urbana e o elevado crescimento demográfico ampliaram a demanda de serviços e de estabelecimentos comerciais. Some-se a esse quadro o enorme contingente da população ativa trabalhando por conta própria ou no setor informal na própria periferia⁹ e temos como resultado uma profunda disparidade, em quantidade e qualidade, dos postos de trabalho entre o núcleo e as periferias metropolitanas.

Por fim, algumas considerações merecem ser feitas sobre a atividade construtiva na década de 1970, particularmente a voltada para a produção de moradias. Como já visto no capítulo anterior, o setor da construção civil sofreu enorme expansão a partir da década de 1960, quando, através do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), o moderno setor construtivo habitacional se consolidou no país¹⁰. Nessa época, grandes volumes de capital passaram a circular entre o mercado financeiro e a produção imobiliária, permitindo a ampliação do sistema de promoção imobiliária sob o controle de grandes empresas incorporadoras¹¹. No Rio de Janeiro, três formas de provisão de moradias passaram a configurar o espaço construído metropolitano: a produção empresarial, com um segmento oligopolizado e outro mais competitivo formado por pequenas e médias empresas; a produção estatal, responsável pelos conjuntos habitacionais; e, por fim, a autoprodução que engloba *empreiteiros* individuais, microempresas informais e a autoconstrução individual ou realizada por *mutirão*. Essas diferentes formas constituíram-se em submercados com padrões habitacionais específicos, direcionados para clientela também específicas.

Voltado para as camadas médias, o setor empresarial se especializou na construção em grande escala de edifícios de apartamentos, acarretando uma relativa dispersão desse padrão habitacional, até então restrito a algumas áreas mais valorizadas. No entanto, a expansão do setor teve seu epicentro nas zonas mais valorizadas, gerando um aumento do preço relativo dos imóveis na década¹². No início dos anos 70, as grandes e médias empresas imobiliárias centraram-se na modificação do padrão de uso do solo dos bairros das Zonas Sul e Norte, que apresentavam baixa densidade e já abrigavam população de mais alta renda, como Ipanema, Leblon, Botafogo e Tijuca. Nessas áreas ocorreu, portanto, um processo de densificação, sem grandes alterações nas características socioeconômicas da população residente. Também nesse período, a Barra da Tijuca tornou-se a nova fronteira aberta à expansão do grande capital imobiliário, possibilitando ganhos de inovação e de urbanização significativos¹³. Cabe lembrar que o *boom* imobiliário na Barra só foi possível graças à atuação do poder público, que, através das políticas de investimentos, especialmente abertura de vias e estradas, e da legislação urbana, garantiu as condições necessárias à acumulação. O mesmo pode ser dito em relação ao dinamismo do mercado imobiliário empresarial em Niterói nos anos 70. A construção da ponte Rio-Niterói em 1974 intensificou os fluxos tanto populacionais quanto de capitais entre as duas cidades, provocando um intenso processo de verticalização, principalmente na Zona Sul de Niterói, e a ocupação da área de expansão do município, ou seja, a região oceânica onde está localizado o distrito de Itaipu¹⁴.

A produção empresarial de pequeno porte, por sua vez, se expandiu nas áreas suburbanas da cidade do Rio de Janeiro que atendiam a uma população de renda média ou média baixa. Eram pequenos empreendedores que transformavam o padrão unifamiliar de uso do solo em multifamiliar, através de pequenos edifícios de

apartamentos, não alterando, todavia, o perfil socioeconômico da população (Ribeiro *et al*, 1990). Foi no final da década de 1970 que a fisionomia de alguns bairros suburbanos, como Méier e Penha, começou a mudar. Com a ampliação, em 1976, do limite de financiamento pelo sistema financeiro, a busca não mais se direcionou exclusivamente a um mercado de renda cada vez mais alta por parte das grandes empresas, que passaram a se dirigir para zonas de valorização média e a aplicar seu capital em incorporações destinadas a um mercado de menor renda, nas Zonas Norte e suburbana do Rio de Janeiro e em Niterói, particularmente na Zona Norte e em Itaipu¹⁵ (Motta, 1983).

Se, por um lado, o setor imobiliário capitalista teve papel central na estruturação dos padrões de valorização e de transformação do uso do solo na cidade e mesmo na metrópole, por outro, sua participação quanto à quantidade de unidades produzidas em relação ao volume global de novos domicílios foi relativamente pequena¹⁶. Na realidade, a autoprodução da habitação, articulada tanto com a ocupação ilegal da terra quanto com a compra do lote, foi a forma de provisão da moradia que possibilitou a disseminação da “casa própria”¹⁷ entre aqueles com baixo poder aquisitivo. Os recursos captados através do SFH não foram, em sua maioria, aplicados nos programas habitacionais de interesse social. Entre 1965 e 1982, foram produzidas pela Companhia Estadual de Habitação (CEHAB), na cidade do Rio de Janeiro, em torno de 62 mil unidades em conjuntos habitacionais, atendendo às famílias com renda de até cinco salários mínimos, enquanto o programa de cooperativas pôs em oferta 52 mil apartamentos para aqueles com rendimento familiar de até dez salários mínimos (IPLANRIO, 1988). As 300 mil famílias com rendimento inferior a dois salários mínimos que residiam na cidade em 1980 dificilmente tiveram acesso à produção estatal, que, para garantir o retorno dos investimentos, passou a financiar moradia, a partir de 1970, apenas para aqueles cuja renda estava próxima ao limite superior da faixa. Entretanto, embora não tenha atendido às necessidades da população pobre, a produção estatal marcou o espaço construído da cidade, onde reproduziu e consolidou um padrão de estruturação urbana profundamente desigual. Com efeito, as unidades habitacionais oferecidas pelos programas vinculados aos recursos do FGTS se concentraram nos subúrbios e na Zona Oeste da cidade, mas também é significativo o número de apartamentos ofertados pelo programa de cooperativas em Jacarepaguá.

A autoprodução da moradia foi a forma dominante de provisão habitacional encontrada na metrópole do Rio de Janeiro na década de 1970 e que garantiu a reprodução da classe trabalhadora a baixíssimos custos. Uma primeira forma de realização da autoprodução é através da ocupação ilegal do solo, alternativa mais barata de acesso à moradia. O processo de favelização em curso no Rio de Janeiro desde o início do século é a expressão mais acabada dessa forma de provisão habitacional. Já foi visto no capítulo anterior que a política de erradicação das favelas na cidade do Rio de Janeiro, levada a cabo pelo poder público nos anos 70, não impediu o aumento da população nesses assentamentos, mas apenas orientou tal crescimento para determinadas áreas da cidade. Com efeito, a população favelada cresceu, no período, a uma taxa superior à da população como um todo, concentrando-se nos subúrbios e Zona Norte, em função do caráter seletivo da política de remoção que interveio basicamente na Zona Sul do município¹⁸. Em Niterói, esse período também foi marcado pelo aumento expressivo das favelas, quando os moradores desses assentamentos passaram a representar 20% do total da população no início da década de 1980, contra apenas 5% em 1970 (Fonseca, 1996). Em relação ao processo de favelização na periferia metropolitana, não existem informações disponíveis; no entanto, algumas inferências podem ser feitas a partir da análise sobre o município do

Rio de Janeiro. O exame da distribuição da população residente em favela entre as zonas da cidade em 1980 evidencia a pouca representatividade na Zona Oeste — cerca de 9% dos favelados localizavam-se nessa área —, cuja ocupação a partir dos anos 50 se deu através da produção extensiva de loteamentos populares. Pelo menos até o final da década de 1970, a forma predominante de acesso à terra na área menos valorizada da cidade era a compra do lote e não a ocupação. O volume de lotes produzidos nas demais áreas periféricas da metrópole pode indicar que também nessas regiões as favelas eram numericamente irrelevantes.

Como visto no capítulo anterior, a principal característica do padrão periférico de crescimento era a produção extensiva, por grandes empresas imobiliárias ou por pequenos empreendedores particulares, de lotes populares com baixos investimentos em infraestrutura e comercialização a longo prazo, conjugada à autoconstrução da moradia¹⁹. A oferta de lotes em grande escala garantiu a difusão da propriedade privada da terra entre os trabalhadores de baixos rendimentos, tornando esse padrão de provisão de moradia fator fundamental para a manutenção das altas taxas de exploração desses trabalhadores. Ou seja, uma das condições básicas de reprodução social — a moradia — era garantida a custos baixíssimos. Cabe observar que foi a forma pela qual a mercadoria “lote” foi produzida, e não seu estatuto jurídico — legal/ilegal —, que viabilizou o acesso à propriedade de grande parte dos trabalhadores²⁰. A forma dominante foi a produção de loteamentos através de uma série consecutiva de etapas: (i) aquisição, normalmente parcelada, da propriedade pelo loteador ou associação loteador/proprietário ou, ainda, ocupação ilegal por parte do loteador; (ii) abertura de ruas e venda dos primeiros lotes através de contratos particulares; (iii) prosseguimento das obras (meio-fio, drenagem) com os recursos obtidos com as primeiras vendas; (iv) prosseguimento das vendas e aprovação do projeto, se ainda não tiver sido aprovado; e (v) conclusão das obras (ou não) e obtenção do “aceite” pela administração pública (ou a não obtenção, permanecendo o loteamento irregular). Tal produção por etapas foi a forma possível para que agentes descapitalizados entrassem no mercado fundiário urbano, realizando operações sem investir previamente grande soma de recursos. Quanto à forma de comercialização, a prática era, até o início do processo inflacionário mais acelerado no final da década de 1970, a venda dos lotes através de prestações prefixadas, num prazo médio de cinco anos.

Analisando a produção de lotes na região metropolitana como um todo, até 1980, observa-se que a década de 1950 foi a mais expressiva quanto à intensidade do processo de parcelamento e comercialização dos lotes²¹: cerca de 48% do total das ofertas realizaram-se nessa década. Entre os municípios, apenas Nilópolis, São João de Meriti e Mangaratiba apresentaram o pico da produção antes de 1950²². Nas décadas de 1960 e 1970, houve oferta de lotes equivalente em termos de volume, bem inferior, no entanto, à verificada nos anos 50. Deve-se destacar o relativamente elevado número de lotes produzidos nos anos 70 em Itaboraí e Maricá, municípios na periferia mais distante do centro: em ambos, do total de lotes lançados no mercado em todo o período estudado, cerca de 30% o foram na década de 1970. Em termos absolutos, em Itaboraí foram produzidos 40 mil lotes, número inferior apenas ao de Nova Iguaçu, que chegou a 60 mil. Esses números confirmam a idéia de que a produção de lotes em áreas de expansão era superior à demanda existente no momento: na década de 1970, o aumento populacional de Itaboraí foi de cerca de 48 mil pessoas, ou seja, 12 mil famílias, enquanto 40 mil novos lotes foram lançados no mercado. Ainda hoje há uma expressiva quantidade de lotes desocupados nesse município.

As diferentes formas de produção do espaço metropolitano dinamizaram nos anos 70 um mercado imobiliário social e espacialmente fracionado. O *boom* de apartamentos de classe média nas áreas centrais, a crescente favelização dos subúrbios e a intensa oferta de lotes populares na periferia foram atividades imobiliárias que, conjugadas à elevada concentração dos postos de trabalho e dos investimentos públicos no núcleo, intensificaram uma dinâmica migratória dentro da metrópole do Rio de Janeiro, já em curso desde os anos 50, levando à consolidação de um padrão de estruturação socioespacial profundamente desigual.

3.2 CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO

A dinâmica segregadora nas grandes metrópoles brasileiras foi marcada, até a década de 1980, pela conjunção de dois padrões de deslocamento da população pobre: os fluxos que partiram do núcleo para a periferia dos grandes centros urbanos e a migração inter-regional em direção a esses centros. Ao mesmo tempo que o enorme contingente de migrantes que se deslocou para as metrópoles de São Paulo e do Rio de Janeiro, vindo tanto de outras regiões do país quanto do interior dos respectivos Estados, acelerou de forma significativa o processo de periferação nos anos 50, 60 e 70, a população migrante do centro para a periferia da própria metrópole foi a expressão mais evidente do padrão segregador de estruturação urbana.

Os fluxos populacionais em direção às grandes metrópoles sustentaram, até os anos 80, um padrão de urbanização caracterizado pela crescente concentração demográfica nessas regiões. Segundo Taschner e Bógus,

apesar da taxa de crescimento da população metropolitana decrescer entre os anos 60 (4,70% anuais) e os anos 70 (3,78% anuais), padrão que acompanha as taxas decrescentes para população urbana e população total do Brasil, a participação relativa da população metropolitana no total do país passou de 21,50% em 1960 para 25,50% em 1970 e 29,00% em 1980. Representam 40,96% da população urbana brasileira e responsabilizam-se por 41,39% do diferencial populacional entre 70 e 80. (Taschner e Bógus, 1986:101)

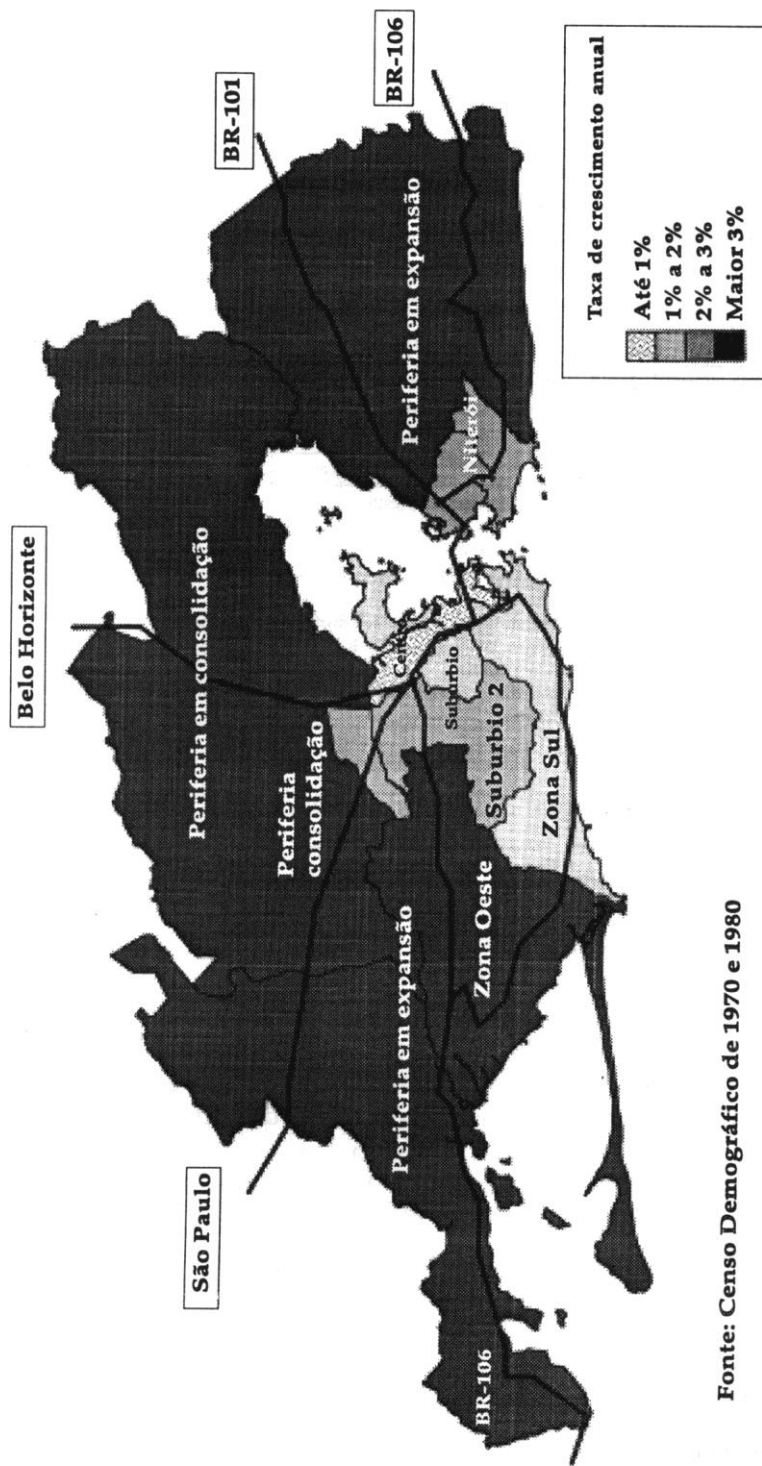
As autoras chamam a atenção, no entanto, para as diferenças significativas, já nos anos 60, entre as duas maiores metrópoles brasileiras — São Paulo e Rio de Janeiro —, no que se refere ao ritmo do crescimento populacional. Enquanto a Grande São Paulo cresceu a uma taxa de 5,5% ao ano, no Grande Rio o crescimento ficou em 3,6%. Tal diferenciação manteve-se na década de 1970, quando São Paulo cresceu 4,4% ao ano e o Rio de Janeiro, 2,4%. É interessante observar que, até 1960, a população da metrópole fluminense era superior à da paulista, quando então o Rio de Janeiro começou a sofrer os efeitos da mudança da capital para Brasília e do reduzido dinamismo econômico, fenômenos já vistos no capítulo anterior (Taschner e Bógus, 1986).

Se a população metropolitana do Rio de Janeiro cresceu, em média, a uma taxa de 2,4% ao ano na década de 1970, a variação no ritmo de crescimento entre as diferentes áreas que integram a região, no entanto, foi expressiva. Nesse período, já se verificava a tendência ao esvaziamento das áreas mais centrais, ao mesmo tempo que determinadas áreas da periferia iniciavam um processo de consolidação e outras se mantinham em franca expansão (Mapa 1). No município do Rio de Janeiro, a área central teve um

crescimento demográfico próximo de zero e a Zona Sul da cidade, próximo de 1% ao ano, caracterizando-se como áreas consolidadas (Tabela 3). Cabe observar que, na Zona Sul, a Região Administrativa de Copacabana apresentou taxa negativa de crescimento, o que pode ser explicado em parte pela já elevada taxa de ocupação dos terrenos, somada à ausência de áreas disponíveis para novas construções.

A zona suburbana mais próxima do Centro — subúrbio 1 — ainda apresentava na década de 1970 uma taxa de crescimento expressiva, de 1,7% ao ano. No entanto, nessa zona, as regiões de ocupação mais antiga, como Méier e Engenho Novo, cresceram num ritmo bem menos intenso — em torno de 1% — do que as regiões de ocupação recente, como a Ilha do Governador, que apresentou uma taxa em torno de 5% ao ano. O mesmo pode ser visto na Zona Suburbana mais distante — subúrbio 2 —, que cresceu 2,2% ao ano e onde se localizam a Região Administrativa de Madureira, antigo centro comercial da cidade e com alta densidade populacional, cuja taxa de crescimento ficou próxima de zero, e a Região Administrativa de Anchieta, vizinha a Madureira e locus da produção intensiva de loteamentos populares, que por essa razão teve um crescimento de 3,8% ao ano.

Mapa 1: Crescimento populacional das grandes áreas na região metropolitana do Rio de Janeiro
1970/1980



Fonte: Censo Demográfico de 1970 e 1980

Tabela 3: Distribuição e taxa de crescimento anual da população, por áreas da RMRJ - 1970, 1980 e 1991

Áreas	Pop. 1970	Distrib (%)	Pop. 1980	Distrib. (%)	Pop. 1991	Distrib. (%)	Cresc.aa 70/80 (%)	Cresc.aa 80/91 (%)
Rio de Janeiro	4.251.918	61,6	5.090.715	58,0	5.480.768	55,8	1,8	0,7
Zona Sul ¹	1.021.166	14,8	1.145.960	13,1	1.132.841	11,5	1,2	-0,1
Subúrbio 1 ²	669.316	9,7	792.747	9,0	823.358	8,4	1,7	0,3
Subúrbio 2 ³	981.808	14,3	1.215.086	13,9	1.333.558	13,6	2,2	0,8
Centro e adjacências ⁴	883.944	12,8	921.444	10,5	898.835	9,2	0,4	-0,2
Zona Oeste ⁵	695.684	10,1	1.015.478	11,6	1.292.176	13,2	3,9	2,2
Niterói	324.246	4,7	397.123	4,5	436.155	4,4	2,0	0,8
Periferia consolidada	430.405	6,2	550.414	6,3	583.864	5,9	2,5	0,5
Periferia em consolidação	1.271.560	18,5	1.837.221	20,9	2.157.259	22,0	3,7	1,5
Periferia em expansão	611.130	8,9	894.299	10,2	1.156.528	11,8	3,9	2,3
RMRJ	6.889.259	100,0	8.769.772	100,0	9.814.574	100,0	2,4	1,0

Fonte: Censo Demográfico de 1980; tabulações especiais.

Notas: (1) A Zona Sul é composta pelas Regiões Administrativas (RAs) de Botafogo, Copacabana, Lagoa, Barra da Tijuca, Tijuca e Vila Isabel.

(2) O subúrbio 1 é composto pelas RAs do Méier, Engenho Novo, Ilha do Governador e Ilha de Paqueta.

(3) O subúrbio 2 é composto pelas RAs de Madureira, Irajá, Anchieta e Jacarepaguá.

(4) O Centro e adjacências é composto pelas RAs do Centro, Portuária, São Cristóvão, Rio Comprido, Santa Tereza, Ramos e Penha.

(5) A Zona Oeste é composta pelas RAs de Bangu, Campo Grande e Santa Cruz.

As quatro grandes áreas da cidade do Rio de Janeiro vistas acima — Centro, Zona Sul, subúrbios 1 e 2 —, juntamente com Niterói, cresceram nos anos 70 num ritmo inferior ao da metrópole como um todo, provocando uma pequena desconcentração populacional das zonas mais centrais em direção às periferias: em 1970, as cinco áreas juntas abrigavam 56,3% da população metropolitana, percentual que caiu para 51% em 1980 (Tabela 3). Observe-se que, embora tenha decrescido a participação de Niterói, sua taxa de crescimento foi de 2% ao ano, correspondendo ao novo dinamismo da produção imobiliária local, especialmente em direção à orla marítima do município²³.

O processo de periferização da metrópole do Rio de Janeiro ainda se mantinha na década de 1970 em ritmo acelerado. A Zona Oeste, localizada no município do Rio de Janeiro, e a periferia em expansão apresentaram, nesse período, a maior taxa de crescimento demográfico da metrópole — 3,9% ao ano (Tabela 3). Ainda com muita área disponível, os loteamentos continuaram a se expandir na Zona Oeste, onde se intensificou a produção na região de Santa Cruz, no extremo oeste do município, que apresentou uma taxa de crescimento de 5% ao ano. Na periferia em expansão, o principal eixo de crescimento se estendeu em direção ao litoral norte do Estado, onde se localizam os municípios de São Gonçalo e de Itaboraí, cujas taxas de crescimento foram, respectivamente, de 3,6% e 5,7% ao ano. Como já foi visto, a ponte Rio-Niterói impulsionou a produção de lotes populares e os fluxos migratórios para essa região, intensificando a incorporação de áreas até então rurais à malha urbana, especialmente em Itaboraí²⁴. Maricá, município vizinho de Niterói com extensa orla marítima e expressiva população rural²⁵, começou igualmente a sofrer os impactos da ponte, mas ainda de forma menos intensa²⁶ do que São Gonçalo e Itaboraí. Destinadas à classe média, as áreas à beira-mar ou próximas a elas transformaram-se em estoque de terras à espera de valorização.

O segundo eixo de crescimento na periferia em expansão se desenvolveu em direção ao litoral sul do Estado, onde se encontra o município de Itaguaí, que faz fronteira com a região de Santa Cruz, no limite oeste do Rio de Janeiro, e que apresentou um ritmo de crescimento de 4,9% ao ano (Mapa 2). Na realidade, pode-se considerar Itaguaí como uma continuidade da Zona Oeste, quanto à expansão da área metropolitana. O município de

Mangaratiba, ao sul de Itaguaí, com 40% de população rural em 1980, ainda não se configurava como área de expansão nos anos 70.

Por fim, a extensa área da Baixada Fluminense, formada pelos municípios de Nilópolis, de São João de Meriti, de Duque de Caxias, de Nova Iguaçu e de Magé, continuou na década de 1970 em acelerado ritmo de crescimento, sendo responsável por 36,5% do incremento populacional da metrópole. No entanto, esses municípios encontravam-se em etapas distintas do processo de urbanização, com taxas de crescimento bastante diferenciadas. Nilópolis, que, junto com São João de Meriti, forma o que foi aqui denominada *periferia consolidada*, já apresentava nos anos 70 uma tendência à consolidação, com uma taxa de crescimento de 1,7% ao ano. São João de Meriti, por sua vez, ainda crescia num ritmo mais intenso — 2,8% ao ano. A grande área de expansão na Baixada era, na realidade, Nova Iguaçu, que teve um crescimento de 4,2% ao ano e um incremento absoluto de cerca de 350 mil pessoas²⁷. Loteamentos produzidos nas décadas anteriores continuavam a ser ocupados, enquanto novos surgiam em regiões mais distantes dos distritos de Nova Iguaçu, Queimados e Belford Roxo. No município de Caxias, a expansão urbana já não se situava tanto no distrito sede, cuja taxa de crescimento foi de 1,8%, e sim nos distritos mais afastados, como Campos Elíseos e Imbariê, com taxas acima de 4% ao ano. Esses distritos de Caxias fazem fronteira com o município de Magé, que se configurava nos anos 70 como área de crescimento intensivo.

Embora o ritmo de crescimento demográfico das áreas periféricas tenha ficado bem acima do encontrado nas zonas mais centrais, o processo de desconcentração populacional não foi muito expressivo: as quatro áreas periféricas juntas abrigavam, em 1970, cerca de 44% da população metropolitana, percentual que subiu para 49% em 1980 (Tabela 3). O grau de concentração econômica, no entanto, era mais elevado do que o referente à população total ou mesmo à população economicamente ativa. Como já visto, em 1980, 80% do pessoal empregado regularmente na região metropolitana trabalhavam no município do Rio de Janeiro, enquanto apenas 62% da PEA e 58% da população total nele residiam. Os empregos não acompanharam a relativa desconcentração populacional para as periferias, o que manteve essas áreas como *locus* de trabalho precário e informal.

Mapa 2: Crescimento populacional dos municípios e regiões administrativas da RMRJ.
1970/1980



Fonte: Censo Demográfico de 1970 e 1980

3.3 FLUXOS MIGRATÓRIOS E MOBILIDADE RESIDENCIAL NOS ANOS 70

A Região Sudeste foi a principal área de atração dos fluxos inter-regionais ocorridos nos anos 70 — 54,2% dos fluxos —, recebendo cerca de três milhões de migrantes de outras regiões, sobretudo do Sul e do Nordeste. O Centro-Oeste aparece como segundo pólo receptor de migrantes — 20,8% dos fluxos —, cuja principal região de origem, nesse caso, é o Sudeste (Taschner e Bógus, 1986). Segundo as autoras, o Centro-Oeste serviu, na década de 1970, como “escape” para o Sudeste. Por outro lado, as Regiões Nordeste e Sul apresentaram-se como áreas de evasão populacional, que forneciam mão-de-obra principalmente para o Sudeste. Cabe lembrar que a Região Sudeste é composta por dois Estados — Rio de Janeiro e São Paulo — “que atraem e retêm população e [outros dois] que compõem áreas tradicionais de emigração — Minas Gerais e Espírito Santo” (Taschner e Bógus, 1986, p. 95). São Paulo e Rio de Janeiro, além de pólos de atração de migrantes de outros Estados, apresentaram intensa movimentação populacional intra-estadual, especialmente em suas respectivas regiões metropolitanas.

Nos anos 70, o movimento migratório em direção à metrópole do Rio de Janeiro já começava a perder o ímpeto verificado nos anos 40 e 50, e a capital, principal área de atração desses fluxos, sofreu os impactos dessa mudança. No período 50-60, a cidade do Rio de Janeiro havia recebido 714 mil migrantes, número que caiu para 565 mil na década de 1960 e para 525 mil na década de 1970 (Castro, 1979; Abreu, 1987; FIBGE, 1980). Apesar do decréscimo, o contingente de migrantes continuava bastante elevado: para o conjunto dos municípios metropolitanos, o número de migrantes no período 70-80 foi da ordem de 1,3 milhão de pessoas. Essa migração garantiu à metrópole uma taxa média de crescimento, na década, de 2,4% ao ano, sendo que seis dos seus 13 municípios alcançaram uma taxa superior a 3%. No entanto, a participação do migrante no incremento populacional e no total da população apresentou enorme variação entre as macroáreas e os municípios metropolitanos.

Entre as nove macroáreas que conformam a região metropolitana, verificou-se, na década de 1970, uma participação maior dos migrantes²⁸ no crescimento populacional no Centro e na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, em Niterói e na periferia consolidada: se a participação da migração no crescimento da população metropolitana como um todo foi de 70%, nessas áreas, esse percentual ficou próximo ou acima de 100% (Tabela 4). Pode-se afirmar que o crescimento nessas áreas se deu basicamente por migração. No caso da periferia consolidada, a participação dos migrantes em relação ao total de residentes em 1980 também era bastante elevada: 25%. É importante notar, entretanto, que em termos absolutos a periferia em consolidação abrigava em 1980 mais que o dobro da população migrante das demais periferias — 404.631 pessoas —, representando 22% do total de residentes da macroárea e 71% do incremento observado. Além das três áreas periféricas, também a Zona Sul da capital apresentou um contingente de migrantes, tanto em termos absolutos quanto relativos, bastante elevado: 189.794 pessoas, equivalentes a 16,6% da população da área. É curioso ver que a Zona Sul e a periferia mais distante do Centro — periferia em expansão — apresentaram número semelhante de migrantes na década. No entanto, se o crescimento na Zona Sul resultou basicamente da migração, na periferia em expansão a taxa de natalidade teve papel importante no incremento populacional da área, na medida em que a participação dos migrantes no crescimento foi de apenas 66,9% (Tabela 4).

Tabela 4: Participação do total dos migrantes e dos migrantes intrametropolitanos no incremento e no total da população, segundo a área de destino na RMRJ - década de 1970

Área de destino	Incremento pop. 70/80	Migrante	Migrante/ incremento	Migrante/ pop. 80	Migrantes intrametrop.	Migr. intra/ pop. 80
Rio de Janeiro	838.797	525.275	62,6%	10,3%	57.188	1,1%
Zona Sul	124.794	189.794	152,1%	16,6%	13.332	1,2%
Subúrbio 1	123.431	72.244	58,5%	9,1%	7.264	0,9%
Subúrbio 2	233.278	90.477	38,8%	7,4%	15.112	1,2%
Centro e adjacências	37.500	99.527	265,4%	10,8%	10.096	1,1%
Zona Oeste	319.794	73.233	22,9%	7,2%	11.384	1,1%
Niterói	72.877	71.860	98,6%	18,1%	32.656	8,2%
Periferia consolidada	120.009	140.330	116,9%	25,5%	107.760	19,6%
Periferia em consolidação	565.661	404.631	71,5%	22,0%	260.412	14,2%
Periferia em expansão	283.169	189.375	66,9%	21,2%	120.608	13,5%
RMRJ	1.880.513	1.331.471	70,8%	15,2%	578.624	6,6%

Fonte: Censo Demográfico de 1980; FIBGE; tabulações especiais.

Ao contrário das demais áreas periféricas, a Zona Oeste do município do Rio de Janeiro teve pequena participação dos migrantes — 23% — em seu crescimento demográfico, embora tal crescimento tenha alcançado 3,9% ao ano. A razão dessa pequena participação dos migrantes pode ser explicada pelo fato de se tratar da migração intermunicipal²⁹, que não contabiliza os deslocamentos das áreas mais centrais da capital para a Zona Oeste. Nesse caso, o elevado crescimento populacional da área se deu por migração intramunicipal.

Observando os dados por município, Nova Iguaçu aparece como principal área receptora dos fluxos migratórios na periferia, ao abrigar cerca de 252 mil migrantes, ou seja, 34% dos migrantes que foram para municípios periféricos. Os municípios de Caxias, de São Gonçalo e de São João de Meriti também receberam um elevado número de migrantes, acima de 100 mil cada um, o que significa que cerca de 75% dos migrantes que foram para a periferia concentraram-se nos quatro municípios citados. O município de Itaboraí, nova área de expansão da metrópole nos anos 70, apresentou elevada participação da migração no seu crescimento, embora, em termos absolutos, o número de migrantes não tenha sido tão significativo: 75% do incremento populacional da década resultaram da migração, sendo que em 1980 um terço dos residentes no município era de migrantes da década.

Comparando a participação dos migrantes no total da população dos municípios entre as décadas de 1960 e 1970, nota-se, em geral, que ela sofreu uma ligeira redução. Em Nova Iguaçu, por exemplo, os migrantes da década de 1960 equivaliam a 29,5% da população de 1970; para a população de 1980 esse percentual caiu para 23%³⁰. Os únicos municípios onde a participação dos migrantes aumentou foram São Gonçalo e Niterói, indicando o impulso gerado pela abertura da ponte Rio-Niterói nos deslocamentos para aquela região. Nesses dois municípios os migrantes tiveram, entre 70 e 80, um crescimento superior ao da população como um todo, enquanto nos demais municípios ocorreu o inverso.

A análise espacial mais minuciosa evidenciou uma significativa variação do peso dos migrantes entre os distritos e RAs que conformam cada área. Assim, em Itambi, distrito de Itaboraí que faz fronteira com o município de São Gonçalo, cerca de metade da população residente em 1980 era composta de migrantes³¹ da década. Já em Itaguaí, destacam-se os distritos de Coroa Grande e de Itaguaí, onde, respectivamente, 31% e 29,4% da população

correspondiam a migrantes da década de 1970; em Maricá, o distrito de Inoã, com 32,5% de migrantes, e em Mangaratiba, o distrito de Vila Muriqui, com 33,4%. Cabe destacar ainda o distrito de Guia de Pacobaíba, em Magé, que faz fronteira com Duque de Caxias, onde a participação dos migrantes chegou a 45,6%, bem acima da média do município — 19,9%. Esses seis distritos da periferia metropolitana apresentaram taxas de crescimento demográfico na década de 1970 extremamente altas, acima de 5% ao ano em cinco dos seis distritos, com destaque para Itambi, onde o crescimento alcançou 11,8% ao ano! Embora, em termos absolutos, esses distritos tivessem, em 1980, pouca participação na totalidade da população metropolitana, já se constituíam como novas áreas de expansão da metrópole que iriam consolidar-se como eixos de expansão na década seguinte.

Em outros distritos periféricos, ainda que a participação dos migrantes no total populacional não tenha sido tão alta, em números absolutos, o contingente foi bastante elevado. É o caso dos distritos de Nova Iguaçu, de Belford Roxo, de Duque de Caxias e de São João de Meriti, todos com uma população migrante acima de 50 mil, destacando-se Nova Iguaçu, com 105.092 migrantes.

Alguns distritos periféricos predominantemente rurais, localizados na fronteira da metrópole, apresentaram taxa de crescimento demográfico próxima de 0% e insignificante participação da população migrante. Nessa situação, encontravam-se os distritos de Ibituporanga, de Santo Aleixo, de Mangaratiba e de Itacuruçá, localizados na periferia em expansão, o que os caracterizava, na década de 1970, como áreas estagnadas e de expulsão.

Nas áreas mais centrais da capital, as Regiões Administrativas de Copacabana, de Botafogo e da Lagoa foram as que apresentaram os maiores contingentes de migrantes — entre 44 mil e 51 mil —, número próximo ao encontrado nos principais distritos receptores de migrantes na periferia³². Entretanto, a taxa de crescimento nessas regiões foi bem inferior à verificada nos distritos periféricos, o que as caracterizava ao mesmo tempo como áreas de atração e expulsão populacional. O exemplo mais evidente é Copacabana, que teve crescimento negativo na década de 1970 — perdeu cerca de 11 mil pessoas — e recebeu no mesmo período 47 mil migrantes.

Feita a análise da relação entre migração e crescimento populacional nas diferentes áreas da metrópole, examinemos então a dinâmica migratória propriamente dita, estudando primeiramente a origem e o destino dos fluxos.

Metade da população que migrou na década de 1970 para um dos municípios da região metropolitana deslocou-se dentro do próprio Estado, seja oriunda de municípios do interior ou da própria metrópole. Porém, esses fluxos *internos* dirigiram-se predominantemente para a periferia, enquanto a grande maioria dos migrantes que se encaminharam para a capital tinha como origem outros Estados da União. Cerca de 44% dos migrantes que chegaram à cidade do Rio de Janeiro nos anos 70 vinham do Nordeste, 23%, dos Estados do Sudeste, à exceção do Rio de Janeiro, e ainda 18%, das demais regiões do país. O percentual de migrantes vindos do interior do Estado do Rio ou de outros municípios da própria metrópole era pouco significativo: 3,3% e 10,9%, respectivamente (Tabela 5).

Por outro lado, a população que migrou nos anos 70 para as áreas periféricas da metrópole e cujo montante de 734 mil pessoas era ainda superior ao recebido pelo Rio de Janeiro tinha como origem a própria metrópole: mais de 60% dos que foram residir nas periferias eram migrantes intrametropolitanos. Na periferia em consolidação, principal área receptora de migrantes fora do município do Rio de Janeiro, apenas 16,5% dos que chegaram eram nordestinos e 6,7% haviam saído do interior do Estado. A periferia em

expansão, fronteira entre as áreas rural e urbana na metrópole, foi a principal área receptora dos migrantes vindos do interior do Estado: 33% das pessoas vindas do interior dirigiram-se para essa área (Tabela 5), em que os municípios de São Gonçalo e de Itaboraí foram os principais pólos de atração.

Na realidade, toda essa região na órbita de Niterói, inclusive o próprio município, era a porta de entrada para a metrópole dos que vinham da região do norte fluminense, a mais atrasada do Estado economicamente. Os três municípios juntos receberam cerca de 45 mil migrantes do interior, ou seja, 45% do total.

Tabela 5: População migrante, não natural do município, segundo região de origem, por área de destino na RMRJ - década de 1970

Áreas de destino	Regiões de origem					Total de migrantes
	Nordeste	Sudestes/ RJ	RJ interior	RMRJ	Demais regiões	
Rio de Janeiro	230.258	124.046	17.562	57.188	96.221	525.275
Niterói	8.481	8.276	17.014	32.656	5.433	71.860
Periferia consolidada	16.932	7.613	4.286	107.760	3.739	140.330
Periferia em consolidação	66.702	40.320	26.978	260.412	10.219	404.631
Periferia em expansão	16.742	13.412	33.309	120.608	5.274	189.375
RMRJ	339.115	193.667	99.149	578.624	120.886	1.331.471
Rio de Janeiro	43,8%	23,6%	3,3%	10,9%	18,3%	39,5%
Niterói	11,8%	11,5%	23,7%	45,4%	7,6%	5,4%
Periferia consolidada	12,1%	5,4%	3,1%	76,8%	2,7%	10,5%
Periferia em consolidação	16,5%	10,0%	6,7%	64,4%	2,5%	30,4%
Periferia em expansão	8,8%	7,1%	17,6%	63,7%	2,8%	14,2%
RMRJ	25,5%	14,5%	7,4%	43,5%	9,1%	100,0%

Fonte: Censo Demográfico de 1980, FIBGE; tabulação especial.

Examinando a situação — rural ou urbana — do domicílio de origem do migrante, verifica-se que a maior parte dos migrantes metropolitanos — 78,5% — saiu da zona urbana de seu município de origem (Tabela 6). Esse percentual, no entanto, variou segundo as áreas de destino: na periferia consolidada, apenas 7,8% dos migrantes haviam saído da zona rural, enquanto em três áreas do município do Rio de Janeiro — subúrbio 1, Centro e Zona Oeste — esse percentual ficou acima de 30%. Convém lembrar que, nessas três áreas, mais de 80% dos migrantes vieram de outros Estados do país, e que nas duas outras, localizadas na capital — Zona Sul e subúrbio 2 —, a proporção de migrantes da zona rural também foi expressiva: 23,9% e 28,6%, respectivamente. Em termos absolutos, a Zona Sul recebeu um contingente superior às demais áreas da capital: cerca de 47 mil migrantes rurais³³. Há, portanto, uma relação estreita entre a migração de outras regiões do país, especialmente do Nordeste, e a migração de zonas rurais. A cidade do Rio de Janeiro foi o principal pólo de atração desses migrantes camponeses de longa distância.

Tabela 6: População migrante, segundo a situação do domicílio anterior, por área de destino na RMRJ - década de 1970

Área de destino	Situação do domicílio anterior			
	Zona urbana	%	Zona rural	%
Rio de Janeiro	384.252	70,8	158.808	29,2
Zona Sul	148.920	76,1	46.652	23,9
Subúrbio 1	51.156	67,4	24.704	32,6
Subúrbio 2	67.624	71,4	27.104	28,6
Centro e adjacências	66.732	66,2	34.136	33,8
Zona Oeste	49.820	65,5	26.212	34,5
Niterói	63.040	84,3	11.712	15,7
Periferia consolidada	130.496	92,2	11.084	7,8
Periferia em consolidação	350.500	85,9	57.316	14,1
Periferia em expansão	141.096	72,6	53.160	27,4
RMRJ	1.069.384	78,5	292.080	21,5

Fonte: Censo Demográfico de 1980; tabulações especiais.

Entre as demais áreas periféricas da metrópole, a periferia em expansão apresentou o mais alto percentual — 27% — de migrantes oriundos da zona rural, com destaque para Itaboraí, onde 56% dos fluxos vieram do campo. Na periferia em consolidação, embora o percentual de migrantes rurais tenha sido de apenas 14,1%, em números absolutos o total chegou a 57.316 pessoas, quantidade superior à de todas as outras áreas da região metropolitana (Tabela 6). Nessas áreas, os migrantes camponeses de curta distância, ou seja, do interior do Estado, tinham maior peso do que na capital.

Visto o quadro migratório mais abrangente, no qual a metrópole do Rio de Janeiro aparece como região receptora de fluxos externos às suas fronteiras, chega-se finalmente aos deslocamentos populacionais intrametropolitanos ocorridos na década de 1970. Dois tipos de fluxo³⁴ predominaram no interior da metrópole nesse período: o fluxo dominante da capital para as três áreas periféricas e um conjunto de fluxos de pequena distância, especialmente entre áreas contíguas, dentro da própria periferia. Enquanto o primeiro padrão de deslocamento correspondeu a 51,6% do total dos fluxos intrametropolitanos³⁵, o segundo correspondeu a 25,1%³⁶. Com efeito, as altas taxas de crescimento demográfico dos municípios periféricos foram sustentadas, fundamentalmente, pelos deslocamentos intrametropolitanos. Um outro fluxo importante, relativo ao volume das pessoas envolvidas, foi o que teve origem em Niterói e destino na periferia em expansão, especialmente no município de São Gonçalo, que faz limite com Niterói. Trata-se da saída de pessoas do subcentro da metrópole para sua periferia mais próxima (Tabela 7).

A predominância dos deslocamentos tanto para a periferia quanto em seu interior explica a alta participação dos migrantes intrame-tropolitanos no universo total de migrantes nessa área: na periferia consolidada, representavam 77% dos que haviam chegado na década de 1970; na periferia em consolidação, 64%; e na periferia em expansão, 63%. Já na cidade do Rio de Janeiro, apenas 10% dos migrantes haviam saído da própria metrópole³⁷ (Tabela 5).

Tabela 7: População migrante intrametropolitana, não natural do município, segundo a área de origem e destino na RMRJ - década de 70

Áreas de destino	Áreas de origem					Total
	Rio de Janeiro	Niterói	Periferia consolidada	Periferia em consolidação	Periferia em expansão	
Rio de Janeiro	–	6.852	11.720	24.936	13.680	57.188
Zona Sul	–	2.924	1.744	4.068	4.596	13.332
Subúrbios e Centro	–	3.244	7.952	15.032	6.244	32.472
Zona Oeste	–	684	2.024	5.836	2.840	11.384
Niterói	20.008	–	552	2.088	10.008	32.656
Periferia consolidada	66.476	1.220	6.296	32.656	1.112	107.760
Periferia em consolidação	181.668	4.428	29.904	37.924	6.488	260.412
Periferia em expansão	50.860	38.576	2.168	9.532	19.472	120.608
RMRJ	319.012	51.076	50.640	107.136	50.760	578.624
Rio de Janeiro	–	12,0%	20,5%	43,6%	23,9%	9,9%
Zona Sul	–	21,9%	13,1%	30,5%	34,5%	2,3%
Subúrbios e Centro	–	10,0%	24,5%	46,3%	19,2%	5,6%
Zona oeste	–	6,0%	17,8%	51,3%	24,9%	2,0%
Niterói	61,3%	–	1,7%	6,4%	30,6%	5,6%
Periferia consolidada	61,7%	1,1%	5,8%	30,3%	1,0%	18,6%
Periferia em consolidação	69,8%	1,7%	11,5%	14,6%	2,5%	45,0%
Periferia em expansão	42,2%	32,0%	1,8%	7,9%	16,1%	20,8%
RMRJ	55,1%	8,8%	8,8%	18,5%	8,8%	100,0%

Fonte: Censo Demográfico de 1980; FIBGE; tabulações especiais.

Dos migrantes que se deslocaram do município do Rio de Janeiro para a periferia nos anos 70, cerca de 59% dirigiram-se para a periferia em consolidação, especialmente para Nova Iguaçu, que recebeu 118.320 pessoas vindas da capital. A periferia em consolidação foi a principal área receptora dos fluxos intrametropolitanos — 41,8% dos imigrantes —, seguida pelas outras duas áreas periféricas, que abrigaram, cada uma, cerca de 20% dos imigrantes (Tabela 7). É interessante notar que alguns municípios periféricos apresentaram-se ao mesmo tempo como importantes áreas receptoras e expulsoras de população. O caso mais evidente é o de Duque de Caxias, que recebeu 69.324 migrantes intrametropolitanos e perdeu outros 57.128. Nova Iguaçu também apresentou uma perda expressiva de residentes ao longo da década — 40.820 emigrantes —, número, contudo, bem inferior ao contingente que ingressou no município — 170.796.

Os deslocamentos no interior da própria periferia abrigaram um número expressivo de migrantes: cerca de 145 mil pessoas! A periferia consolidada, que recebeu migrantes majoritariamente da capital, foi também importante área receptora de fluxos originários da periferia em consolidação, o que equivaleu a 32.656 pessoas, ou seja, a 32,3% do total de imigrantes da macroárea. O principal deslocamento ocorreu do município de Duque de Caxias para o distrito de São João de Meriti, áreas vizinhas. Os fluxos na direção inversa, da periferia consolidada para a periferia em consolidação, reuniram 29.020 migrantes, um pouco inferior ao fluxo anterior, e representaram 13,8% do total de pessoas que se deslocaram para a periferia em consolidação. O município de Nova Iguaçu foi a principal área receptora. É interessante notar que a proximidade geográfica condicionou fortemente a direção dos fluxos: enquanto o distrito de Belford Roxo, localizado no município de Nova Iguaçu, abrigou majoritariamente a população oriunda de São João de Meriti, o de Mesquita, também em Nova Iguaçu, concentrou os migrantes vindos de Nilópolis. Tanto Belford Roxo e São João de Meriti quanto Mesquita e Nilópolis são áreas contíguas. Chama

a atenção ainda o expressivo número de migrantes — 20.396 — que saíram de Duque de Caxias para Nova Iguaçu, municípios localizados na periferia em consolidação. Esse contingente representa 11,9% do total de imigrantes intrametropolitanos de Nova Iguaçu, na década de 1970. O município de Magé, localizado na mesma macroárea, também recebeu um número significativo de migrantes vindos de Duque de Caxias. É importante destacar que, entre os fluxos internos à periferia, predominaram os que se realizaram entre distritos contíguos, independentemente dos limites municipais.

Um segundo fluxo importante nos anos 70, quanto ao volume de pessoas envolvidas, foi o que teve origem em Niterói e destino na periferia em expansão, especialmente no município, limítrofe, de São Gonçalo. Com efeito, saíram de Niterói para sua periferia mais imediata cerca de 33 mil migrantes³⁸. O fluxo no sentido inverso, de São Gonçalo para Niterói, também não foi desprezível: 8.312 pessoas, ou seja, 25,5% dos migrantes intrametropolitanos que foram para Niterói. Ainda nesse vetor de expansão em direção ao litoral norte, merece destaque o fluxo populacional que saiu de São Gonçalo em direção ao vizinho município de Itaboraí. Foram 10.616 pessoas, ou seja, 47,7% dos migrantes intrametropolitanos que chegaram a Itaboraí nos anos 70. Esse fluxo se concentrou nos distritos de Itambi e de Itaboraí, que fazem fronteira com São Gonçalo.

Finalmente, algumas observações merecem ser feitas sobre os deslocamentos intrametropolitanos em direção ao município do Rio de Janeiro. Foi visto anteriormente que apenas pequena parte — cerca de 10% — dos imigrantes desse município teve como região de origem a própria metrópole. Entretanto, esses 10% equivalem a um número nada desprezível: 57.188 imigrantes³⁹. Dos 13 municípios da região metropolitana, somente Nova Iguaçu, São Gonçalo, São João de Meriti e Duque de Caxias receberam um contingente ainda maior de pessoas da própria metrópole. Entretanto, no que se refere ao município de origem, há uma clara distinção entre os fluxos direcionados para a Zona Sul do Rio de Janeiro e os fluxos restantes: Niterói foi o principal município de origem dos que se deslocaram para a Zona Sul, enquanto para as demais áreas da capital a maioria saiu de Nova Iguaçu⁴⁰.

Sintetizando os deslocamentos espaciais examinados, podemos destacar as seguintes tendências nos anos 70. Em primeiro lugar, a periferia metropolitana do Rio de Janeiro foi a principal área receptora de migrantes na década, vindos majoritariamente da capital e, em menor escala, da própria periferia. Os deslocamentos intrametropolitanos predominaram, portanto, nessa área. Entre as três áreas periféricas, apenas a periferia em expansão, onde, nos anos 70, ainda se encontrava uma expressiva população rural, apresentou um percentual elevado de migrantes vindos de zonas rurais (Mapa 3).

Uma segunda evidência diz respeito à Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, que, apesar de ter sido a área com a mais elevada taxa de crescimento demográfico na década de 1970, apresentou um baixo percentual de migrantes. Daí, pode-se concluir que o acelerado crescimento da região resultou da mobilidade intramunicipal, ausente dos dados estatísticos disponíveis.

Os deslocamentos para a Zona Sul da capital caracterizaram uma outra tendência migratória da década. Dos 190 mil migrantes que se dirigiram para essa área, apenas 10% vieram do próprio Estado, ao contrário do resto da metrópole; ou seja, a grande maioria veio de outros Estados, especialmente do Nordeste, e um quarto destes, da zona rural. É possível pensar que parte desse contingente era composto de camponeses ou trabalhadores urbanos pobres que foram se estabelecer nas favelas da área. Cabe observar que a Zona Sul e a periferia em expansão abrigaram, cada uma, na década, quantidades

totais de migrantes bastante semelhantes. No entanto, o crescimento populacional da Zona Sul se deu basicamente por migração, enquanto na periferia em expansão a taxa de natalidade teve peso importante.

Por fim, Niterói aparece nos anos 70 ao mesmo tempo como área expulsora de um contingente significativo de pessoas para sua periferia mais imediata, ou seja, o município de São Gonçalo, e como área receptora de uma população, provavelmente de classe média, oriunda da cidade do Rio de Janeiro, e ainda de uma outra, mais pobre, composta por migrantes do interior do Estado. De certo modo, Niterói cumpriu papel semelhante ao do Rio de Janeiro: o de atrair migrantes pobres de fora da metrópole e expulsar outros para a periferia metropolitana.

Os dados até aqui analisados induzem à hipótese de que, na década de 1970, ocorreu uma dinâmica migratória dos pobres, caracterizada de maneira geral pela chegada de migrantes de outros Estados, em parte de zonas rurais, às favelas localizadas nas áreas centrais e suburbanas da capital⁴¹ e pela saída de um contingente populacional da capital em direção às áreas periféricas da metrópole. Assim, parte considerável dos migrantes que se dirigiram para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro na década de 1970 não foi diretamente para a periferia, e sim para as áreas centrais do município sede. Ou seja, para muitos migrantes, a periferia correspondeu à segunda etapa de seu processo de inserção no mundo metropolitano. Na realidade, tal dinâmica migratória já vinha se consolidando desde a década de 1960 como um dos componentes do processo de segregação social do espaço metropolitano. Em estudo sobre a distribuição espacial da renda na metrópole do Rio de Janeiro nos anos 60, Vetter (1975) mostrou, através de dados censitários, que a maioria dos migrantes que se dirigiram para a capital tinha como origem outras regiões do país, em particular o Nordeste, enquanto para a periferia haviam se deslocado basicamente populações da capital ou do interior do próprio Estado.

A dinâmica migratória aqui retratada, assim como as hipóteses levantadas, serão aprofundadas, a seguir, através da análise do perfil socioeconômico dos migrantes intrametropolitanos.

3.4 PERFIL DO MIGRANTE E SEU PADRÃO HABITACIONAL

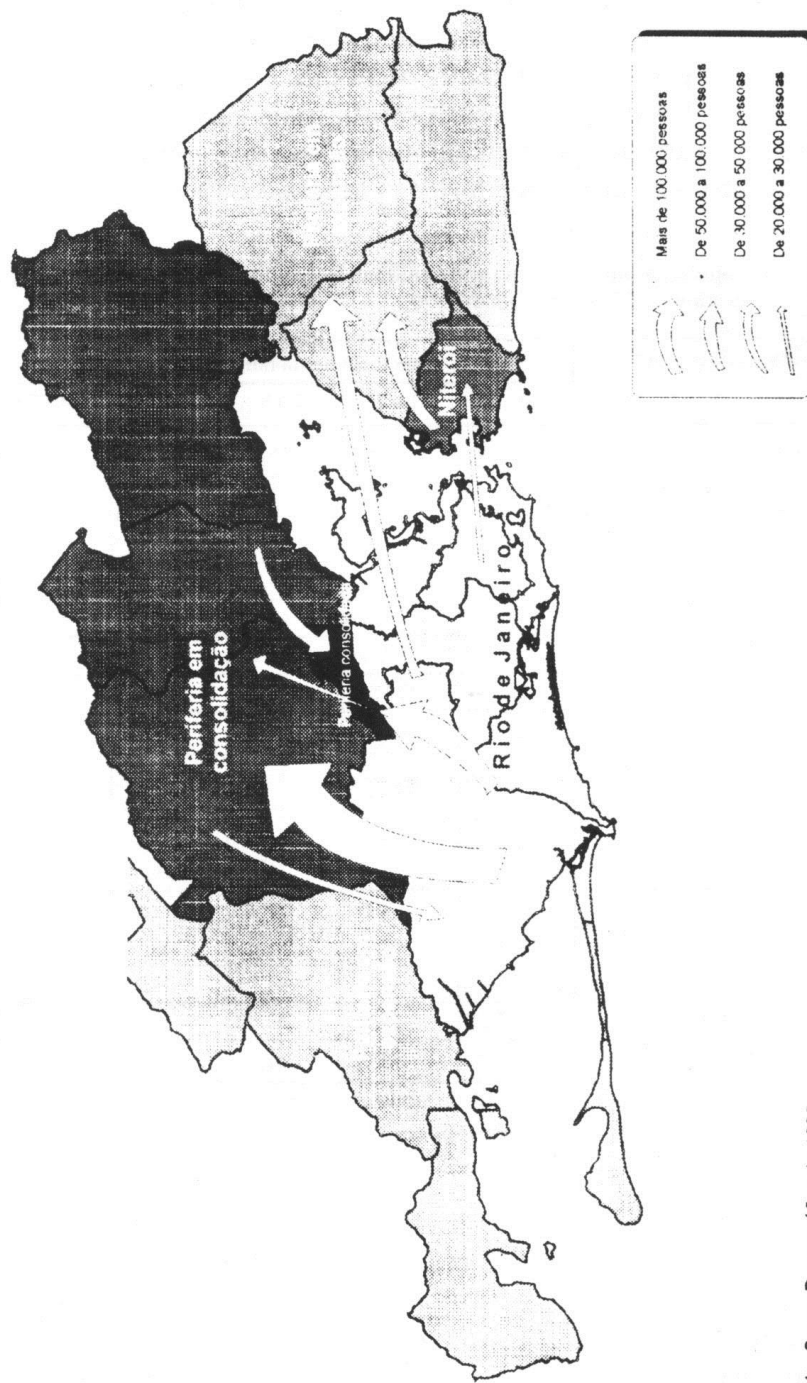
A população que mudou de município de residência no interior da metrópole durante a década de 1970 era, de maneira geral, mais pobre, menos instruída e mais jovem que a população metropolitana como um todo, vivendo em condições habitacionais também mais precárias⁴². É o que Renner e Patarra chamam de migração diferencial ou seletiva. Segundo os autores, “geralmente as características de uma população migrante diferem das geralmente encontráveis nas populações de origem e destino” (Renner e Patarra, 1991:239). Essas características são as mesmas apontadas nos estudos sobre os migrantes regionais⁴³ e migrantes intrametropolitanos em outras regiões do país⁴⁴.

Vejam, primeiramente, o perfil do migrante intrametropolitano no Rio de Janeiro segundo sua renda familiar mensal. O indicador de renda evidenciou um elevado nível de pobreza⁴⁵ dessa parcela da população metropolitana. Enquanto 34,4% dos migrantes tinham uma renda de até dois salários mínimos, apenas 7,4% alcançavam em 1980 um rendimento superior a dez (Tabela 8). Observando o perfil dos migrantes por área de destino, chega-se a três grupos com características distintas. Os migrantes que se

deslocaram para as áreas periféricas caracterizavam-se pela alta proporção de pessoas com rendimento entre dois e cinco salários — entre 38% e 46% —, pelo percentual insignificante dos que recebiam mais de dez salários — entre 4% e 7% —, e pela alta representatividade daqueles com renda abaixo de um salário — de 13% a 19% —, porém num grau inferior a outras áreas da metrópole. Assim, mais de 75% dos migrantes intrametropolitanos que chegaram às periferias no período 1970-80 tinham renda familiar até cinco salários⁴⁶.

Os que se deslocaram para a Zona Sul e Niterói apresentaram, por um lado, alto percentual de pessoas com renda acima de dez salários — entre 33% e 36% —, especialmente na faixa acima de vinte salários, que na Zona Sul representou cerca de 19% dos migrantes, e, por outro, uma proporção também significativa de migrantes com rendimento abaixo de um salário — entre 15% e 18% —, evidenciando um perfil socialmente mais polarizado desses migrantes, ou seja, as duas faixas extremas — menos de um salário e mais de vinte salários — tinham pesos elevados e aproximados.

Mapa 3: Fluxo Intra-metropolitanos com mais de 20.000 pessoas
1970/1980



Fonte: Censo Demográfico de 1980

Por último, os migrantes que se deslocaram para os subúrbios e centro da capital apresentaram o mais alto percentual de pessoas com rendimento inferior a um salário — entre 21% e 24% — e ainda uma elevada proporção dos que recebiam entre cinco e dez salários — cerca de 20%. Os migrantes com renda mais elevada, acima de dez salários, alcançaram um percentual mais elevado — entre 10% e 17% — do que o relativo às áreas periféricas (Tabela 8 e Quadro 1).

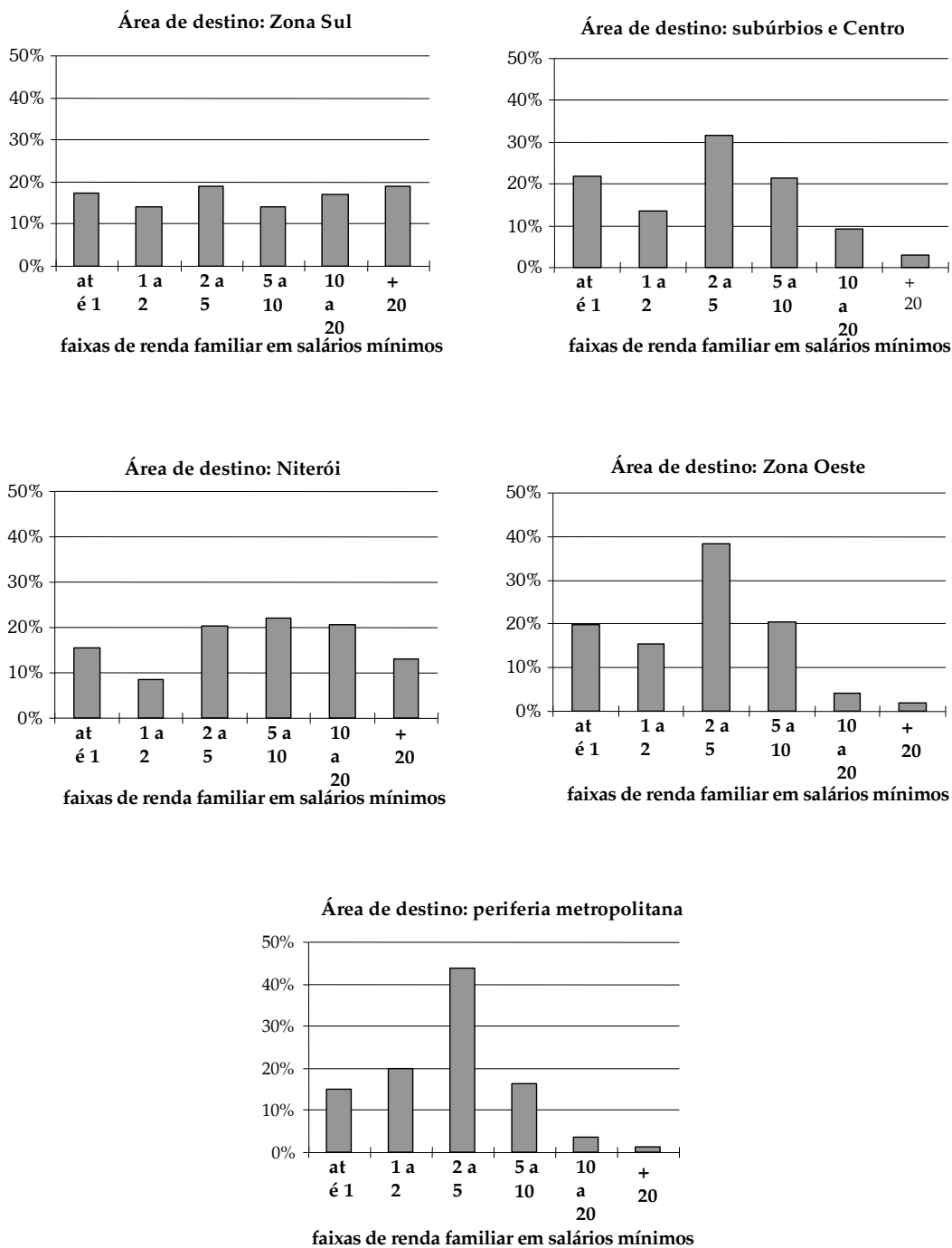
Tabela 8: População migrante intrametropolitana, segundo faixa de renda familiar mensal, por área de destino na RMRJ - década de 1970

Áreas de destino	Faixas de renda familiar (<i>em salário mínimo</i>)						Total
	até 1	1 a 2	2 a 5	5 a 10	10 a 20	+ 20	
Rio de Janeiro	11.088	7.516	16.400	10.660	5.296	3.236	54.196
Zona Sul	1.960	1.576	2.124	1.580	1.912	2.128	11.280
Subúrbios e Centro	6.876	4.212	9.928	6.756	2.936	888	31.596
Zona Oeste	2.252	1.728	4.348	2.324	448	220	11.320
Niterói	4.876	2.644	6.380	6.912	6.420	4.100	31.332
Periferia consolidada	14.004	18.576	49.596	21.048	3.596	932	107.752
Periferia em consolidação	39.412	55.800	116.312	37.624	7.287	3.628	260.063
Periferia em expansão	20.676	22.528	48.432	20.600	5.972	2.040	120.248
RMRJ	90.056	107.064	237.120	96.844	28.580	13.944	573.608
Rio de Janeiro	20,5%	13,9%	30,3%	19,7%	9,8%	6,0%	9,4%
Zona Sul	17,4%	14,0%	18,8%	14,0%	17,0%	18,9%	2,0%
Subúrbios e Centro	21,8%	13,3%	31,4%	21,4%	9,3%	2,8%	5,5%
Zona Oeste	19,9%	15,3%	38,4%	20,5%	4,0%	1,9%	2,0%
Niterói	15,6%	8,4%	20,4%	22,1%	20,5%	13,1%	5,5%
Periferia consolidada	13,0%	17,2%	46,0%	19,5%	3,3%	0,9%	18,8%
Periferia em consolidação	15,2%	21,5%	44,7%	14,5%	2,8%	1,4%	45,3%
Periferia em expansão	17,2%	18,7%	40,3%	17,1%	5,0%	1,7%	21,0%
RMRJ	15,7%	18,7%	41,3%	16,9%	5,0%	2,4%	100,0%

Fonte: Censo Demográfico de 1980; FIBGE; tabulações especiais.

Os deslocamentos intrametropolitanos alteraram pouco o perfil de renda da população residente nas diferentes áreas metropolitanas, na medida em que os migrantes apresentaram um perfil bastante semelhante ao da população de suas respectivas áreas de destino. Deve-se observar, no entanto, que os migrantes de mais alta renda — acima de vinte salários — que se mudaram para as áreas periféricas, embora pouco expressivos numericamente, aumentaram de forma significativa o peso dessa faixa de renda nessas áreas.

Quadro 1: População migrante intrametropolitana por faixa de renda familiar mensal, segundo a área de destino na Região Metropolitana do Rio de Janeiro – década de 1970



Assim, na periferia consolidada, 39,4% dos residentes com renda superior a vinte salários eram, em 1980, migrantes intrametropolitanos. Na periferia em consolidação, esse percentual chegou a 40,3% da população de alta renda e na periferia em expansão, a 37,4%⁴⁷.

Numa escala menor, algumas regiões administrativas e distritos merecem ser destacados, já que os migrantes lá residentes apresentaram um perfil distinto do restante da área. Assim, em Copacabana, o percentual de migrantes com renda até dois salários — 21,4% — ficou bem abaixo do verificado para a Zona Sul como um todo — 31,4%. Na realidade, os migrantes de Copacabana se concentraram na faixa de rendimento acima de dez salários — 46,8%. A Barra da Tijuca foi outra região da Zona Sul com elevada concentração de migrantes de alta renda — 46,4% — e, entre os pobres, com maior concentração na faixa de um a dois salários — 21% —, destoando do restante da zona. Uma possível explicação seria a ocupação de grande parte dos migrantes da Barra no setor da construção civil, em que a remuneração da maioria dos trabalhadores é de um salário mínimo. Nas demais regiões, por outro lado, o trabalho informal, na maioria das vezes por conta própria, estaria envolvendo um maior contingente de pobres com rendimentos abaixo do mínimo legal.

As três áreas periféricas da metrópole apresentaram pouca diversidade interna quanto ao perfil de renda dos migrantes. No entanto, o aumento da representatividade das classes de renda superior — mais de vinte salários —, visto anteriormente, ocorreu, na realidade, em determinados distritos, onde não só um elevado percentual de residentes de alta renda era de migrantes como, em números absolutos, eles tinham alguma significância⁴⁸.

O nível de instrução⁴⁹ é outro indicador constituinte do perfil socioeconômico do migrante intrametropolitano da década, guardando estreita relação com o perfil de renda. Os migrantes estavam, em 1980, em desvantagem frente à população metropolitana em geral. Somando os três níveis de instrução mais baixos — nenhuma instrução, primário completo e 1º grau completo —, verificou-se que o percentual da PEA migrante nesses patamares educacionais (85,2%) era superior ao da PEA como um todo (77,2%). Por outro lado, enquanto 9,4% da PEA possuíam grau superior, apenas 4,3% da PEA migrante haviam alcançado esse nível. Cabe observar que, embora a proporção da PEA migrante nos níveis mais baixos de instrução fosse relativamente maior que a da PEA total, na faixa dos sem instrução a situação se invertia: 20,4% da PEA não apresentavam qualquer grau de instrução, enquanto entre os migrantes o percentual foi de 18,2%. Na realidade, a PEA migrante estava altamente concentrada no nível elementar — 42,9% com primário completo (Tabela 9).

Igualmente à renda, podemos distinguir três grupos de migrantes segundo o perfil de instrução. O que se deslocara para as áreas periféricas apresentou alto percentual de migrantes com apenas primário completo — entre 38% na Zona Oeste e 48% na periferia em consolidação —, percentual inferior dos sem instrução — de 15% à 19% —, e baixo percentual daqueles com 2º grau completo ou nível superior — de 9% a 15% (Tabela 9 e Quadro 2).

O grupo que se dirigira para a Zona Sul e Niterói apresentou alto percentual dos sem instrução — cerca de 26% na Zona Sul e 19% em Niterói — e alto percentual daqueles com nível superior — cerca de 26% na Zona Sul e 23% em Niterói.

Por fim, o que fora para os Subúrbios e centro da capital apresentou alto percentual dos sem instrução (23%), alto percentual daqueles com primário completo (30%) e percentual médio daqueles com 2º grau completo ou nível superior (21%).

Conclui-se, em primeiro lugar, que a PEA migrante intrametropolitana residente nas periferias, em 1980, apresentou um perfil relativamente homogêneo no que respeita à escolaridade, caracterizado por um baixo grau de instrução⁵⁰. Em segundo lugar, verificou-se um alto grau de polarização e diferenciação entre os migrantes que se dirigiram para a Zona Sul, onde os dois graus de instrução extremos — sem instrução e grau superior — tiveram maior representatividade que os demais⁵¹. Em Niterói, a PEA migrante também apresentou um perfil bastante diferenciado, mas sem polarização, ou seja, os cinco níveis de instrução tiveram a mesma representatividade entre os migrantes. Por último, os migrantes residentes nos subúrbios e na Zona Central apresentaram um perfil menos homogêneo daquele dos residentes nas periferias, ou seja, com maior representatividade dos níveis superiores de instrução — especialmente o 2º grau — mas sem chegar aos percentuais da Zona Sul (Quadro 2).

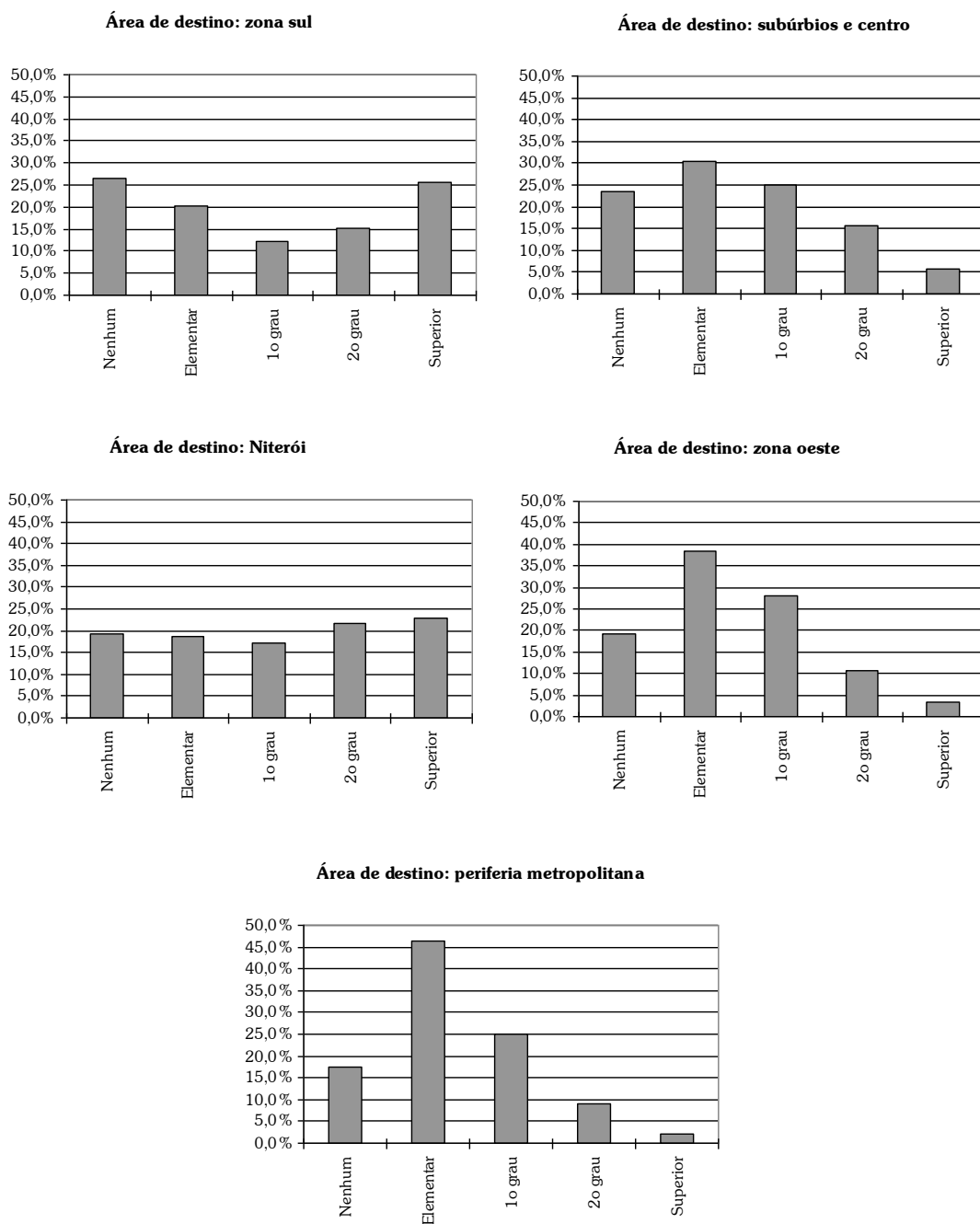
Tabela 9: PEA migrante intrametropolitana, segundo o grau de instrução, por área de destino na RMRJ - década de 1970

Área de destino	Grau de instrução					Total
	Nenhum	Elementar	1º grau	2º grau	Superior	
Rio de Janeiro	5.504	6.844	5.228	3.452	2.412	23.440
Zona Sul	1.564	1.188	724	896	1.512	5.884
Subúrbios e Centro	3.180	4.140	3.400	2.132	768	13.620
Zona Oeste	760	1.516	1.104	424	132	3.936
Niterói	2.740	2.656	2.440	3.060	3.240	14.136
Periferia consolidada	6.576	19.952	11.920	4.380	832	43.660
Periferia em consolidação	18.408	47.628	23.856	7.236	1.636	98.764
Periferia em expansão	7.752	19.548	10.936	5.400	1.544	45.180
RMRJ	40.980	96.628	54.380	23.528	9.664	225.180
Rio de Janeiro	23,5%	29,2%	22,3%	14,7%	10,3%	100,0%
Zona Sul	26,6%	20,2%	12,3%	15,2%	25,7%	100,0%
Subúrbios e Centro	23,3%	30,4%	25,0%	15,7%	5,6%	100,0%
Zona Oeste	19,3%	38,5%	28,0%	10,8%	3,4%	100,0%
Niterói	19,4%	18,8%	17,3%	21,6%	22,9%	100,0%
Periferia consolidada	15,1%	45,7%	27,3%	10,0%	1,9%	100,0%
Periferia em consolidação	18,6%	48,2%	24,2%	7,3%	1,7%	100,0%
Periferia em expansão	17,2%	43,3%	24,2%	12,0%	3,4%	100,0%
RMRJ	18,2%	42,9%	24,1%	10,4%	4,3%	100,0%

Fonte: Censo Demográfico de 1980; FIBGE; tabulação especial.

O perfil de instrução da PEA migrante intrametropolitana era, em 1980, bastante semelhante ao da PEA de sua área de destino. Portanto, mesmo nas áreas da metrópole onde o peso do migrante era elevado, como nas periferias, não ocorreram grandes alterações no perfil social da PEA no que se refere à instrução. Alterações com alguma significância foram verificadas em apenas alguns distritos da periferia⁵².

Quadro 1: FEA migrante intrametropolitana por grau de instrução, segundo a área de destino na Região Metropolitana do Rio de Janeiro – década de 1970



A partir do exposto acima, fica evidente a relação positiva entre os perfis de renda e de instrução do migrante intrametropolitano na década de 1970. Com efeito, os migrantes que se deslocaram para as áreas periféricas, além do baixo grau de instrução, se caracterizaram pelo baixo nível de rendimento familiar, que, para a grande maioria, não

ultrapassava cinco salários. Já os que foram para a Zona Sul e Niterói apresentaram um perfil mais heterogêneo tanto em termos de escolaridade quanto de renda. Na Zona Sul, a polaridade verificada pelos altos percentuais de migrantes sem instrução e com grau superior se repetiu com a elevada representatividade tanto da classe de renda inferior quanto da de renda superior. Por último, os migrantes residentes nos subúrbios e na zona central apresentaram um perfil menos homogêneo do que o dos residentes nas periferias, ou seja, com maior proporção de pessoas com rendimento médio — entre cinco e dez salários — e baixo — até UM salário —, mas sem chegar aos percentuais referentes às faixas de renda superior da Zona Sul e de Niterói.

Um outro enfoque que deve ser observado na inter-relação dos deslocamentos intrametropolitanos com a estrutura socioespacial diz respeito aos impactos dessa dinâmica nas áreas de origem dos migrantes. Particularmente nos municípios do Rio de Janeiro e de Niterói, cuja população residente apresentava um perfil socialmente heterogêneo, e de onde saiu um grande contingente de pessoas pobres e de baixa instrução, os deslocamentos da década apontaram para uma tendência à homogeneização social do núcleo. No entanto, não estão sendo considerados os outros fluxos migratórios não internos à metrópole e que poderiam contrabalançar tal tendência. A entrada de migrantes pobres de outras regiões do país em algumas zonas da capital certamente manteve elevada a proporção desses segmentos na cidade⁵³, apesar da saída de um grande contingente para as periferias. Em síntese, enquanto a heterogeneidade social do núcleo esteve ligada aos deslocamentos regionais dos pobres, a relativa homogeneidade social da periferia manteve estreita relação com os fluxos intrametropolitanos.

Os indicadores de renda e instrução nos permitem fazer algumas considerações sobre a inserção do migrante intrametropolitano no mercado de trabalho. O elevado percentual de migrantes sem instrução e com rendimento familiar inferior a um salário indica a existência de uma parcela significativa de migrantes em ocupações precárias, como empregos sem carteira, comércio ambulante, serviços domésticos e biscate, que não demandam um grau mínimo de qualificação. Por outro lado, o predomínio das camadas médias baixas, ou seja, migrantes com rendimento entre dois e cinco salários e primário completo, pode estar relacionado a um elevado contingente de migrantes com uma relação de trabalho mais estável.

Para fechar o perfil social do migrante intrametropolitano, deve-se considerar ainda seu perfil etário. Uma primeira evidência é a predominância da faixa entre 25 e 44 anos, que correspondia em 1980 a 35,9% do total de migrantes, enquanto para a população metropolitana como um todo o peso dessa faixa era de apenas 28,7%. Por outro lado, os que tinham mais de 45 anos representavam 13,4% dos migrantes, percentual bem inferior ao relativo à população total, em que 20,4% estavam nessa faixa. As duas faixas mais jovens, de 0 a 14 anos e de 15 a 24 anos, apresentaram o mesmo percentual entre os migrantes e entre a totalidade dos residentes na metrópole — 30% e 20%, respectivamente. Nesse sentido, o perfil etário do migrante intrametropolitano diferenciava-se do verificado para a população como um todo apenas entre os adultos, sendo aquele mais jovem do que este (Tabela 10).

Em todas as áreas da metrópole, com exceção da Zona Oeste⁵⁴, a maior parte dos migrantes tinha entre 25 e 44 anos: o percentual de migrantes nessa faixa etária variou de 33% a 37%. No entanto, destaca-se o alto percentual de migrantes com até 14 anos de idade nas áreas periféricas — Zona Oeste, periferia consolidada, periferia em consolidação e

periferia em expansão —, o que poderia indicar que elas receberam, nos anos 70, majoritariamente famílias jovens com filhos⁵⁵.

Diferentemente da periferia, as áreas mais centrais da metrópole, especialmente Zona Sul e Centro, apresentaram um percentual relativamente maior de adolescentes e jovens entre 15 e 24 anos — 34,1% e 28,2%, respectivamente. Nas áreas periféricas, esse percentual ficou entre 19% e 21%. Essa faixa etária reúne não apenas filhos adolescentes, mas jovens solteiros ou em fase de constituição de um núcleo familiar. O peso das outras duas faixas de idade — 45 a 64 anos e acima de 65 anos — não variou muito entre as áreas. Niterói se destaca como a área onde os migrantes intrametropolitanos com mais de 45 anos alcançaram um percentual mais elevado — 18% do total de migrantes —, se comparado ao das demais áreas, onde a média ficou em torno de 13%.

Tabela 10: População migrante intrametropolitana, segundo a faixa etária, por área de destino na RMRJ - década de 1970 (%)

Área de destino	Faixa etária					Total
	0 a 14	15 a 24	25 a 44	45 a 64	+ de 65	
Rio de Janeiro	26,4	27,4	35,0	9,1	2,1	100,0
Zona Sul	16,8	34,1	37,0	9,7	2,4	100,0
Subúrbios e Centro	27,2	26,9	34,9	9,1	2,0	100,0
Zona Oeste	35,2	21,2	33,1	8,6	1,9	100,0
Niterói	23,0	20,7	38,2	13,8	4,4	100,0
Periferia consolidada	29,8	20,4	37,3	10,4	2,1	100,0
Periferia em consolidação	32,5	19,0	35,6	10,7	2,3	100,0
Periferia em expansão	30,6	19,4	35,1	11,9	3,0	100,0
RMRJ	30,5	20,3	35,9	10,9	2,5	100,0

Fonte: Censo Demográfico de 1980.

Assim, os migrantes que se dirigiram para as áreas periféricas eram majoritariamente crianças e adolescentes até 14 anos ou adultos entre 25 e 44 anos⁵⁶. Pode-se deduzir que grande parte desses migrantes se constituía de famílias com filhos. Já os que foram para a Zona Sul da capital pertenciam a duas faixas etárias: adolescentes e jovens adultos entre 15 e 24 anos e adultos entre 25 e 44 anos. A hipótese é que parte significativa desses migrantes correspondia a jovens solteiros ou em fase de constituição de família e outra se constituía de famílias com filhos adolescentes numa etapa do ciclo de vida mais avançada do que as que foram para as periferias. Entre os que se dirigiram para os subúrbios e o centro da capital, verificou-se maior equilíbrio entre as três primeiras faixas etárias — até 14 anos, de 15 a 24 anos e de 25 a 44 anos —, o que pode designar um perfil mais diversificado desses migrantes quanto à etapa do ciclo de vida⁵⁷.

De uma certa maneira, o perfil mais jovem dos adultos que se deslocaram para a periferia na década, numa etapa do ciclo de vida menos estabilizada quanto ao emprego, se soma às características de renda e instrução, conformando um Estado de maior vulnerabilidade desse segmento da população. O grande contingente de crianças só acentua a precariedade das condições de vida.

A precariedade das condições sociais do migrante encontrou rebatimento no seu padrão de moradia. Cerca de um terço dos migrantes intrametropolitanos na década de 1970 foram morar em domicílio com apenas um dormitório. Somente nas áreas mais valorizadas da metrópole — Zona Sul, subúrbios e Niterói —, esse padrão de moradia teve uma participação menor — de 20% a 25% — entre os migrantes⁵⁸ (Tabela 11).

O alto percentual de migrantes morando em domicílios com mais de três dormitórios na Zona Sul e Niterói reflete a maior diversidade social entre os que se dirigiram para essas áreas, assim como a existência de um mercado imobiliário bem mais diferenciado do que nas áreas periféricas. É interessante notar que, na Zona Sul, o número de migrantes em cada padrão domiciliar, segundo o número de dormitórios, era bastante próximo, evidenciando uma oferta diversificada de moradia. Por outro lado, nas áreas periféricas, mais de 80% dos migrantes foram morar em domicílio com um ou dois dormitórios.

Tabela 11: População migrante intrametropolitana, segundo o número de dormitórios no domicílio, por área de destino na RMRJ - década de 1970 (%)

Área de destino	Número de dormitórios por domicílio				Total
	1	2	3	4 ou mais	
Rio de Janeiro	26,1	43,8	23,4	6,6	100,0
Zona Sul	25,5	30,9	26,9	16,8	100,0
Subúrbios e Centro	25,3	48,2	22,8	3,8	100,0
Zona Oeste	29,2	45,9	21,4	3,4	100,0
Niterói	20,1	42,0	27,5	10,4	100,0
Periferia consolidada	38,6	48,4	11,8	1,2	100,0
Periferia em consolidação	36,9	46,9	14,2	2,0	100,0
Periferia em expansão	32,5	47,4	17,8	2,3	100,0
RMRJ	34,4	46,7	16,1	2,8	100,0

Fonte: Censo demográfico de 1980; FIBGE; tabulação especial.

O tipo de domicílio — casa ou apartamento — é outro indicador que evidenciou a diferença entre a oferta de imóveis nas áreas centrais, nos subúrbios e nas periferias. Se, na Zona Sul, 83% dos migrantes intrametropolitanos da década foram morar em apartamento, nos subúrbios e áreas próximas ao Centro, esse percentual ficou entre 30% e 45%, e nas três áreas da periferia metropolitana, não passou de 5,5%. A oferta de apartamentos na periferia ainda era, nos anos 70, bastante limitada (Tabela 12). No entanto, convém observar que, em algumas localidades cujo estoque imobiliário em 80 era basicamente de casas, o peso dos migrantes que foram residir em apartamento foi significativo⁵⁹. É possível inferir que, no período 1970-80, essas áreas começaram a sofrer um processo de verticalização e, por conseguinte, de *modernização* do padrão imobiliário que, até então, era quase exclusivamente a casa autoproduzida.

Em Niterói, também chama a atenção o elevado percentual — 61% — de migrantes intrametropolitanos residindo em apartamento, já que, em 1980, apenas 36% da população niteroiense moravam nesse tipo de domicílio. Certamente o *boom* de apartamentos na região, já mencionado anteriormente, atraiu uma demanda de fora do município.

Tabela 12: População migrante intrametropolitana, segundo o tipo de domicílio da residência atual, por área de destino da RMRJ - década de 1970 (%)

Área de destino	Tipo de domicílio		Total
	Casa	Apartamento	
Rio de Janeiro	56,4	43,6	100,0
Zona Sul	17,3	82,7	100,0
Subúrbios e Centro	62,6	37,4	100,0
Zona Oeste	82,7	17,3	100,0
Niterói	42,3	57,7	100,0
Periferia consolidada	94,8	5,2	100,0
Periferia em consolidação	96,3	3,7	100,0
Periferia em expansão	94,6	5,4	100,0
RMRJ	88,9	11,1	100,0

Fonte: Censo Demográfico de 1980, FIBGE; tabulação especial.

Mercado imobiliário, grau de estabilidade no emprego, nível de rendimento e instrução são fatores que se somam na configuração do espaço metropolitano. A análise da formação do espaço metropolitano do Rio de Janeiro, até o final dos anos 70, procurou mostrar a interação desses fatores a partir do fenômeno da mobilidade espacial. Essa leitura da metrópole nos leva a conclusões aparentemente paradoxais sobre as tendências da segregação socioespacial no Rio de Janeiro ao longo do período desenvolvimentista. Dependendo da escala espacial que se utiliza para a análise, podem-se distinguir diferentes tendências em curso na década.

No final do Capítulo II, apontou-se para uma tendência ao “fechamento” das áreas valorizadas da metrópole aos pobres e à consolidação de um padrão de estruturação socioespacial profundamente desigual. Sem dúvida, a dinâmica interna da metrópole, analisada em maior detalhe no presente capítulo, indica tal “fechamento”: empregos melhores no núcleo, fluxo de capital imobiliário para novas áreas do núcleo e um enorme fluxo populacional do núcleo para a periferia de população majoritariamente pobre. No entanto, ao se distanciar o olhar, incorporam-se à leitura os fluxos *de fora*, em particular a entrada de migrantes de outras regiões do país. Nesse caso, a idéia de “fechamento” não se sustenta, porque a saída de um grande contingente de pobres foi, em parte, compensada pela entrada de um outro. Ou seja, o núcleo ainda se mantinha *aberto* para os trabalhadores em busca de inserção na moderna economia urbana brasileira.

Por fim, a consolidação de uma estrutura socioespacial dual passa a ser relativizada, quando se aproxima o olhar até a escala distrital e se observam, em determinadas localidades da periferia, o início de um processo de modernização do mercado imobiliário e a chegada de segmentos médios. A periferia, já nos anos 70, não seria apenas o *locus* da pobreza e da precariedade das condições urbanas de vida, mas também a nova fronteira de expansão do capital imobiliário e de circuitos econômicos que tendem a acompanhar o processo de *enobrecimento* de determinadas áreas urbanas.

Como resultante dos processos e tendências acima analisados, se buscará consolidar, a seguir, o padrão espacial das desigualdades sociais na metrópole do Rio de Janeiro no ano de 1980. Essa fotografia da estrutura socioespacial será confrontada com outra, referente à de 1991, o que permitirá avaliar os impactos metropolitanos gerados pelo fim do período desenvolvimentista.

3.5 DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NO FINAL DO PERÍODO DESENVOLVIMENTISTA

Após um período de acelerada expansão econômica e de enormes investimentos públicos e privados no setor imobiliário, o espaço metropolitano do Rio de Janeiro chegou ao final da década de 1970 marcado por profundas desigualdades sociais. Se, por um lado, o mercado de trabalho tornou-se mais diversificado com a expansão dos postos de média e alta qualificação, por outro, as ocupações mais precárias e de baixa remuneração continuaram absorvendo a maior parte dos trabalhadores metropolitanos: em 1980, cerca de 27% da população ativa metropolitana eram compostos de trabalhadores do comércio e prestadores de serviços, 16% eram trabalhadores manuais da indústria e serviços especializados e 13% eram trabalhadores da sobrevivência, ou seja, empregados domésticos, ambulantes e biscateiros⁶⁰ (Tabela 13). Porém, esses percentuais variavam bastante segundo as diferentes áreas no interior da metrópole.

Observando, primeiramente, as categorias superiores na hierarquia socioocupacional, verifica-se uma significativa diferença entre a Zona Sul e Niterói e as demais áreas da metrópole em relação ao peso da elite dirigente e dos profissionais liberais. Enquanto cerca de 17% dos ativos da Zona Sul eram profissionais de nível superior em 1980, nas áreas periféricas esse percentual ficou entre 1,4% e 2,5%. Isso significa que 48% dos profissionais de nível superior da metrópole residiam na Zona Sul. Em Niterói, o peso dessa categoria entre as pessoas ativas também era elevado: 12%. Quanto à elite dirigente, 6% dos ocupados residentes na Zona Sul encontravam-se nessa categoria, ao passo que nas periferias esse percentual não passou de 0,5% (Tabela 13).

Já os trabalhadores não-manuais de nível médio tenderam a se concentrar mais nos subúrbios da capital: cerca de 43% residiam em 1980 na zona central e suburbana e representavam 35% do pessoal ocupado da área. Em Niterói e na Zona Sul da capital, o peso dessa categoria também foi elevado: 35% e 30%, respectivamente. Entre as áreas periféricas a participação dessa categoria variou: na Zona Oeste equivalia a 27% dos ocupados, na periferia consolidada, a 24%, na periferia em expansão, a 22%, e na periferia em consolidação, a apenas 18%. Diferentemente da Zona Sul, dos subúrbios e de Niterói, onde os trabalhadores de nível médio representavam o maior contingente de ocupados de cada uma das áreas, nas periferias eram os trabalhadores do comércio e os prestadores de serviço que tinham maior representatividade entre o pessoal ativo: entre 30% e 32% dos trabalhadores se enquadravam nessa categoria (Tabela 13).

Tabela 13: População ocupada acima de 10 anos de idade, segundo categorias socioocupacionais, por área de residência na RMRJ - 1980 (%)

Áreas de residência	Ocup. agric.	Elite dirig.	Peq. ^{na} burgues.	Profiss. nível super.	Não-manuais ocup. médias	Comér.e serv.	Manuais indústria	Trab. da sobreviv.	S/ declar.	Total
Rio de Janeiro	0,4	2,4	3,3	7,6	32,0	25,0	12,3	11,9	5,1	100,0
Zona Sul	0,3	6,2	4,0	16,6	29,9	16,1	4,7	15,8	6,3	100,0
Subúrbio 1	0,1	1,7	3,7	7,4	38,1	23,0	11,8	8,5	5,7	100,0
Subúrbio 2	0,2	0,9	3,0	4,0	34,5	28,2	14,8	9,8	4,5	100,0
Centro e adjac.	0,1	0,8	3,3	3,7	31,8	28,9	14,6	11,8	4,9	100,0
Zona Oeste	1,1	0,5	2,3	2,5	26,8	32,4	18,9	11,6	4,1	100,0
Niterói	0,4	3,6	3,7	12,2	35,1	19,0	8,5	13,0	4,5	100,0
Periferia consolidada	0,1	0,3	2,5	1,4	23,6	32,2	21,9	14,1	3,9	100,0
Periferia em consolidação	1,1	0,3	2,8	1,4	17,7	30,0	25,4	17,6	3,7	100,0
Periferia em expansão	4,9	0,5	3,0	2,1	21,7	30,4	20,9	13,1	3,5	100,0
RMRJ	0,9	1,7	3,2	5,8	28,1	26,6	15,8	13,3	4,6	100,0
Rio de Janeiro	25,1	83,4	65,1	81,0	70,6	58,4	48,1	55,8	69,1	62,0
Zona Sul	6,4	59,0	21,2	47,8	17,8	10,1	4,9	19,9	22,7	16,7
Subúrbio 1	0,8	8,8	10,9	11,8	12,6	8,0	6,9	6,0	11,5	9,3
Subúrbio 2	3,7	7,0	12,8	9,3	16,6	14,4	12,6	10,0	13,1	13,5
Centro e adjac.	1,4	5,8	12,5	7,6	13,5	12,9	11,0	10,6	12,5	11,9
Zona Oeste	12,8	2,8	7,6	4,5	10,1	13,0	12,7	9,3	9,3	10,6
Niterói	1,9	9,7	5,5	10,0	5,9	3,4	2,5	4,6	4,6	4,7
Periferia consolidada	0,5	1,0	4,6	1,4	4,9	7,1	8,0	6,2	4,9	5,8
Periferia em consolidação	22,7	3,5	16,2	4,4	11,6	20,8	29,4	24,4	14,6	18,4
Periferia em expansão	49,8	2,4	8,6	3,2	7,0	10,4	11,9	8,9	6,8	9,0
RMRJ	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal; IPPUR/UFRJ.

O lugar de residência dos trabalhadores manuais da indústria e serviços é o que evidencia o corte mais profundo entre as áreas centrais mais valorizadas e as demais. Metade dos operários metropolitanos residia, em 1980, numa das áreas periféricas e outros 30%, nos subúrbios da capital. A periferia em consolidação aparecia como principal área concentradora desses trabalhadores, ao abrigar 29% da categoria. Já a Zona Sul abrigava apenas 5% da categoria. Por outro lado, esse corte espacial fica bem menos claro quando se examina a distribuição dos trabalhadores situados no patamar mais baixo da hierarquia socioocupacional, denominados trabalhadores da sobrevivência. A Zona Sul e a periferia em consolidação foram as duas áreas metropolitanas onde o peso dessa categoria foi mais elevado: cerca de 16% e 18%, respectivamente. Entre as demais áreas, o peso dos trabalhadores da sobrevivência não variou muito: ficou entre 10% e 14%.

Tomando-se como critério as categorias socioocupacionais acima examinadas, é possível avaliar o grau de diferenciação do perfil social da população ativa entre as áreas que conformam a metrópole. A Zona Sul se distinguia das demais por sua elevada diversidade socioocupacional: os trabalhadores não-manuais de nível médio eram os mais representativos da área; no entanto, os profissionais de nível superior, os trabalhadores do

comércio e serviços e ainda os trabalhadores da sobrevivência também tinham alta representatividade em 1980, ou seja, cada uma dessas categorias representava em torno de 16% dos ocupados. Considerando que grande parte dos trabalhadores do comércio e serviços era de prestadores de serviços por conta própria e que, entre os trabalhadores da sobrevivência, mais de 70% prestavam serviços domésticos, pode-se concluir que a Zona Sul ainda se constituía num espaço relativamente aberto para os trabalhadores em ocupações precárias com maior necessidade de permanecer próximos à demanda por serviços⁶¹. Ainda na Zona Sul, convém destacar a região da Barra da Tijuca, fronteira de expansão do grande capital imobiliário, como já mencionado, que diferentemente do restante da área apresentou alto percentual de trabalhadores da indústria — em torno de 19%. A grande maioria, contudo, era empregada na construção civil.

O perfil dos trabalhadores residentes nos subúrbios se distinguia do verificado na Zona Sul pela menor representatividade dos profissionais de nível superior e pela maior representatividade dos trabalhadores do comércio e serviços e dos operários da indústria, em que a maior parte, nesse caso, estava empregada na indústria de transformação. O perfil do pessoal ocupado de Niterói, por sua vez, se situava entre o da Zona Sul e o da zona suburbana: peso menor das categorias superiores e maior das inferiores, com exceção dos trabalhadores da sobrevivência, se comparado com a Zona Sul; e o inverso, se comparado com a zona suburbana.

Finalmente, as quatro áreas periféricas exibiam em 1980 um perfil socioocupacional bem menos diferenciado do que as demais áreas. As três categorias ocupacionais inferiores absorviam mais de 60% dos trabalhadores residentes nas periferias. Note-se, entretanto, uma certa diferenciação do perfil da população ativa de São Gonçalo e Nilópolis em relação aos demais municípios periféricos: em ambos os municípios, a representatividade dos trabalhadores não-manuais de nível médio era superior. Outra diferenciação diz respeito aos municípios da periferia em expansão que ainda abrigavam em 1980 um contingente relativamente expressivo de trabalhadores agrícolas. Devem-se destacar os municípios de Itaboraí e de Itaguaí, onde, em alguns distritos, as ocupações agrícolas chegavam a representar mais de 60% do total das ocupações.

A conexão entre a posição do trabalhador na hierarquia socioocupacional e seu lugar no espaço metropolitano é o ponto de partida para a análise do padrão de segregação espacial num momento dado, entendendo-se que o conjunto de indicadores tradicionalmente utilizados nesse tipo de análise — renda familiar, acesso à terra, acesso a serviços, entre outros — informa sobre condições de reprodução social que resultam das relações do mundo do trabalho, ao mesmo tempo que as transformam. É o que se verá a seguir, através do exame das diferenças espaciais da situação de renda, de instrução e das condições de moradia da população metropolitana à luz dos perfis socioocupacionais das áreas vistos acima.

O aumento da concentração de renda no Brasil nas décadas de 1970 e 1980 ocorreu com maior intensidade nas áreas urbanas mais desenvolvidas, em que a Região Metropolitana do Rio de Janeiro manteve uma posição relativamente elevada frente às demais regiões, quanto ao grau de desigualdade social⁶². Em termos absolutos, isso quer dizer que, em 1980, o número de miseráveis residindo na metrópole, ou seja, aqueles cujo rendimento familiar era inferior a um salário, era 2,7 vezes maior do que o referente aos que recebiam mais de vinte salários mensais. A faixa de renda entre três e cinco salários foi a mais representativa em termos de contingente de pessoas. O que interessa observar, no

entanto, é o grau de desigualdade social em cada uma das áreas que conformam a região metropolitana, comparando seus perfis de renda.

A distribuição da população de cada área por faixa de renda familiar apontava, em 1980, três perfis distintos: um perfil de renda com maior grau de heterogeneidade, em que todas as faixas tinham uma representatividade significativa, relativo à Zona Sul da capital e a Niterói⁶³; um outro perfil com menor grau de heterogeneidade, em que as duas faixas superiores apresentavam pouca representatividade, referente às quatro periferias⁶⁴; e um último perfil intermediário, em que apenas a faixa acima de vinte salários era pouco expressiva, relativo às áreas central e suburbana da cidade do Rio de Janeiro (Tabela 14). A maior heterogeneidade social das áreas centrais em relação às periféricas era acompanhada por diferenças espaciais surpreendentes. Por exemplo, cerca de 44% dos residentes na Zona Sul da cidade tinham renda familiar acima de dez salários⁶⁵, enquanto na periferia em consolidação apenas 4% da população se encontravam nessa faixa de rendimento. Por outro lado, na Zona Sul, cerca de 20% viviam com até dois salários, contra 36% na referida periferia.

Nesse quadro de diferenças socioespaciais expressivas, é patente a pouca variação do peso da população miserável entre as áreas: desde a Zona Sul até a periferia mais distante da metrópole, o percentual de pessoas com renda familiar até um salário mínimo ficou entre 10,8% e 14,8%⁶⁶ (Tabela 14). Não deixa de surpreender o ainda elevado contingente, na Zona Sul, de pessoas nessa faixa de rendimento, depois de quase duas décadas de políticas de controle e remoção de favelas na área. Os dados estão evidenciando o alcance parcial de tais políticas, no sentido de “limpar” as Zona Sul e Norte para facilitar a ação dos incorporadores imobiliários. O surgimento da nova área de expansão imobiliária na Barra da Tijuca, nos anos 70, certamente amenizou as pressões das incorporadoras sobre a Zona Sul, o que garantiu a permanência na área de ampla parcela da população de baixa renda.

Tabela 14: População segundo a renda mensal familiar, por área de residência na RMRJ - 1980

Áreas de residência	Faixas de renda familiar (salário mínimo)							Total
	até 1	1 a 2	2 a 3	3 a 5	5 a 10	10 a 20	+ de 20	
Rio de Janeiro	549.980	625.196	618.316	1.018.772	1.140.044	616.656	329.672	4.898.636
Zona Sul	126.712	79.264	72.252	119.048	183.792	225.616	236.792	1.043.476
Subúrbio 1	84.436	84.864	87.728	155.988	201.752	118.872	36.876	770.516
Subúrbio 2	129.344	156.112	161.812	282.652	315.612	121.124	27.292	1.193.948
Centro e adjac.	98.504	122.816	123.068	207.188	229.372	94.708	20.932	896.588
Zona Oeste	110.984	182.140	173.456	253.896	209.516	56.336	7.780	994.108
Niterói	48.092	49.028	42.372	60.896	79.236	62.452	35.712	377.788
Periferia consolidada	64.036	96.716	104.868	147.376	104.944	19.576	2.368	539.884
Periferia em consolidação	236.932	411.936	361.368	440.168	290.684	57.196	9.012	1.807.296
Periferia em expansão	130.548	192.448	159.420	206.224	149.556	36.592	5.460	880.248
RMRJ	1.029.588	1.375.324	1.286.344	1.873.436	1.764.464	792.472	382.224	8.503.852
Rio de Janeiro	11,2%	12,8%	12,6%	20,8%	23,3%	12,6%	6,7%	100,0%
Zona Sul	12,1%	7,6%	6,9%	11,4%	17,6%	21,6%	22,7%	100,0%
Subúrbio 1	11,0%	11,0%	11,4%	20,2%	26,2%	15,4%	4,8%	100,0%
Subúrbio 2	10,8%	13,1%	13,5%	23,7%	26,4%	10,1%	2,3%	100,0%
Centro e adjac.	11,0%	13,7%	13,7%	23,1%	25,6%	10,6%	2,3%	100,0%
Zona Oeste	11,2%	18,3%	17,4%	25,5%	21,1%	5,7%	0,8%	100,0%
Niterói	12,7%	13,0%	11,2%	16,1%	21,0%	16,5%	9,5%	100,0%
Periferia consolidada	11,9%	17,9%	19,4%	27,3%	19,4%	3,6%	0,4%	100,0%
Periferia em consolidação	13,1%	22,8%	20,0%	24,4%	16,1%	3,2%	0,5%	100,0%
Periferia em expansão	14,8%	21,9%	18,1%	23,4%	17,0%	4,2%	0,6%	100,0%
RMRJ	12,1%	16,2%	15,1%	22,0%	20,7%	9,3%	4,5%	100,0%

Fonte: Censo Demográfico de 1980.

Os três perfis de renda aqui atribuídos a áreas distintas da metrópole⁶⁷ guardam estreita relação com a diferenciação socioespacial vista a partir das ocupações dos trabalhadores metropolitanos. Embora não se esteja trabalhando com a renda nominal do trabalhador e sim com o rendimento do conjunto da família, há uma clara convergência entre os perfis de trabalho e renda.

O grau de instrução é outro indicador que, se não está diretamente ligado à distribuição de bens e às condições materiais de reprodução, mantém uma forte correlação com essas variáveis, em especial trabalho e renda, sendo o nível educacional ao mesmo tempo condicionador da inserção e ascensão do trabalhador no mercado de trabalho e resultante desse mesmo processo. Assim, não foi surpresa verificar que, em relação à população ativa metropolitana em 1980, o grau elementar de instrução — apenas primário completo — era o que envolvia o maior contingente de pessoas — cerca de 34% da PEA. Os residentes com 1º grau completo, assim como os que não alcançaram qualquer grau⁶⁸, eram também bastante significativos, representando cerca de 22% e 20% da PEA, respectivamente (Tabela 15). Ou seja, há convergência entre os altos percentuais de trabalhadores em ocupações inferiores, os de pessoas com baixos rendimentos e, ainda, os de pessoas com pouca instrução.

Mais uma vez, as diferenciações socioespaciais são marcantes. O indicador de instrução mostrou uma periferia onde mais de 60% da população ativa haviam alcançado, no máximo, o grau elementar e onde não mais de 4% tinham nível superior⁶⁹; em contraposição, uma Zona Sul onde esses percentuais ficaram em 40% e 29%, respectivamente (Tabela 15). O perfil de instrução nos subúrbios ficou numa posição intermediária entre a Zona Sul e a periferia, apresentando uma alta concentração da população ativa com grau elementar e primeiro grau completo. Assim como o perfil de renda, o perfil educacional da população ativa de Niterói em 1980 mantinha uma diferenciação em relação ao da Zona Sul, particularmente no que se refere ao contingente da PEA com nível superior: enquanto na Zona Sul 29% tinham curso superior, em Niterói apenas 19% haviam alcançado esse grau.

Tabela 15: PEA segundo o grau de instrução, por área de residência na RMRJ - 1980

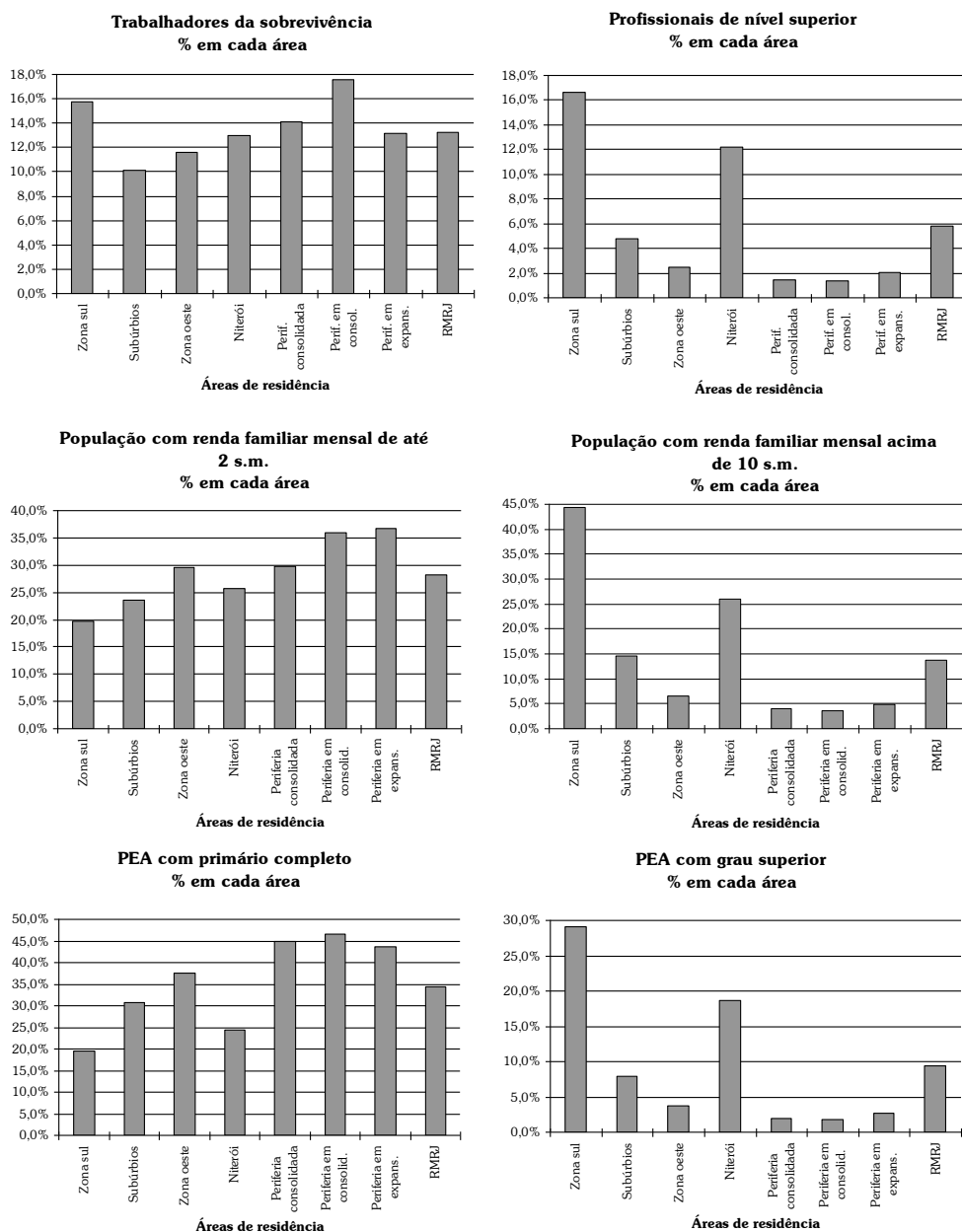
Áreas de residência	Grau de instrução					Total
	Nenhum	Elementar	1ª grau	2ª grau	Superior	
Rio de Janeiro	414.280	601.372	466.912	323.616	263.440	2.069.620
Zona Sul	112.992	106.436	79.860	84.920	157.980	542.188
Subúrbio 1	63.484	84.600	74.284	58.424	36.492	317.284
Subúrbio 2	89.100	147.260	122.668	78.496	29.652	467.176
Centro e adjacências	80.676	128.920	94.100	57.148	26.064	386.908
Zona Oeste	68.028	134.156	96.000	44.628	13.252	356.064
Niterói	31.972	38.476	28.268	29.268	29.272	157.256
Periferia consolidada	35.520	88.420	49.388	20.016	3.696	197.040
Periferia em consolidação	137.284	291.032	139.524	46.120	10.952	624.912
Periferia em expansão	65.428	134.936	67.040	32.680	8.340	308.424
RMRJ	684.484	1.154.236	751.132	451.700	315.700	3.357.252
Rio de Janeiro	20,0%	29,1%	22,6%	15,6%	12,7%	100,0%
Zona Sul	20,8%	19,6%	14,7%	15,7%	29,1%	100,0%
Subúrbio 1	20,0%	26,7%	23,4%	18,4%	11,5%	100,0%
Subúrbio 2	19,1%	31,5%	26,3%	16,8%	6,3%	100,0%
Centro e adjacências	20,9%	33,3%	24,3%	14,8%	6,7%	100,0%
Zona Oeste	19,1%	37,7%	27,0%	12,5%	3,7%	100,0%
Niterói	20,3%	24,5%	18,0%	18,6%	18,6%	100,0%
Periferia consolidada	18,0%	44,9%	25,1%	10,2%	1,9%	100,0%
Periferia em consolidação	22,0%	46,6%	22,3%	7,4%	1,8%	100,0%
Periferia em expansão	21,2%	43,8%	21,7%	10,6%	2,7%	100,0%
RMRJ	20,4%	34,4%	22,4%	13,5%	9,4%	100,0%

Fonte: Censo Demográfico de 1980.

Os indicadores de trabalho, renda e instrução evidenciaram um elevado grau de desigualdades sociais na metrópole do Rio de Janeiro, desigualdades com forte manifestação espacial (Quadro 3). Seguindo a formulação teórica do presente estudo, em que a estruturação socioespacial dos centros urbanos é resultante da conjugação de dinâmicas econômicas e políticas gerais e de dinâmicas especificamente urbanas, faz-se necessário, para a conclusão da análise do padrão de desigualdades socioespaciais no Rio de Janeiro, incluir indicadores que retratem as condições urbanas de vida da população. Nesse sentido, serão investigadas, a seguir, as condições de acesso à terra e as de moradia, no que respeita ao padrão construtivo e à acessibilidade aos serviços urbanos, da

população metropolitana, procurando compreender, mesmo que de forma parcial, a dinâmica imobiliária dentro da região e as possíveis conexões com o padrão de desigualdades observado.

Quadro 3: Desigualdades socioespaciais, segundo indicadores sócioocupacionais de renda e instrução, por área de residência na Região Metropolitana do Rio de Janeiro – década de 1970



Um primeiro indicador que informa sobre a qualidade da habitação diz respeito ao tipo do domicílio, que pode ser casa ou apartamento. Parte-se da idéia de que o apartamento é, em grande parte, produto da forma empresarial de produção imobiliária e

que detém, em média, um padrão construtivo superior ao da casa. Na metrópole do Rio de Janeiro, 40% dos residentes em apartamentos localizavam-se, em 1980, na Zona Sul, e outros 43%, nos subúrbios e centro da capital, indicando a concentração, nas áreas mais centrais, das atividades construtivas empresariais, tanto de grandes empresas de incorporação mais centradas na Zona Sul quanto de pequenas construtoras atuantes nos subúrbios. No entanto, os percentuais de casas e apartamentos em cada uma das áreas indicam duas situações bastante distintas na Zona Sul e nos subúrbios: enquanto naquela a população morava, em 1980, majoritariamente em apartamento — cerca de 77% —, nestes a maioria dos residentes morava em casas — cerca de 69% (Tabela 16). Com efeito, já estavam consolidados na Zona Sul o edifício de apartamentos como padrão construtivo predominante e as grandes e médias empresas como principais agentes produtores do espaço construído. Com exceção da Barra da Tijuca, grande área de expansão e de inovação do grande capital imobiliário, através de condomínios verticais e horizontais, os bairros da Zona Sul já estavam sofrendo naquele momento um segundo processo de renovação de seu estoque habitacional. Os subúrbios, por outro lado, passavam por uma primeira renovação, com a substituição, em determinados bairros da região⁷⁰, do uso unifamiliar da edificação pelo multifamiliar. O edifício de apartamentos era, portanto, um padrão construtivo em implantação e os subúrbios, em 1980, uma área de expansão potencial da produção imobiliária empresarial. O mesmo ocorria em relação a Niterói, onde, apesar do grande *boom* imobiliário já mencionado, cerca de 65% da população moravam, naquela época, em casas. Convém mencionar a expressiva participação nos subúrbios da população residente em favelas — 18% da população suburbana —, a maioria em casas, aumentando a diversidade de padrões habitacionais existentes na região. Também na Zona Sul, parte considerável da população residente em casas era de favelados, na medida em que representavam 10% dos moradores da área⁷¹.

O espaço construído da periferia, por sua vez, era quase na sua totalidade composto de casas — mais de 90% da população periférica residiam em casas —, e os apartamentos tinham alguma significância apenas na Zona Oeste⁷². Nesse caso, os agentes produtores se dividiam entre os próprios moradores, trabalhadores autônomos e pequenas empresas construtoras, normalmente ilegais, e os produtos finais eram bastante semelhantes, ou seja, casas inacabadas, num permanente processo de finalização e ampliação⁷³.

Tabela 16: População residente em domicílio particular permanente, segundo o tipo de domicílio, por áreas de residência na RMRJ - 1980 (%)

Áreas	Casa	Apartamento	Total
Rio de Janeiro	62,8	37,2	100,0
Zona Sul	23,3	76,7	100,0
Subúrbio 1	62,4	37,6	100,0
Subúrbio 2	77,0	23,0	100,0
Centro e adjacências	63,2	36,8	100,0
Zona Oeste	88,6	11,4	100,0
Niterói	64,9	35,1	100,0
Periferia consolidada	96,1	3,9	100,0
Periferia em consolidação	97,1	2,9	100,0
Periferia em expansão	96,7	3,3	100,0
RMRJ	75,8	24,2	100,0

Fonte: Censo Demográfico de 1980.

O tamanho da habitação é outra variável que denota o padrão construtivo, complementando a análise feita a partir do tipo de domicílio. Para tanto, será observada a distribuição da população em cada área, segundo o número de dormitórios do domicílio de residência. Uma primeira evidência diz respeito à diversidade do estoque imobiliário da Zona Sul: a acelerada produção imobiliária (especialmente de apartamentos) realizada pelas grandes empresas imobiliárias foi diferenciada quanto ao tamanho do imóvel, em que 33% do total do estoque em 1980 eram compostos por imóveis de dois quartos; 28%, de três quartos; 21%, de apenas um quarto⁷⁴; e ainda 18%, de quatro ou mais quartos (Tabela 17). Os domicílios de três e quatro (ou mais) quartos, que podem ser considerados de alto padrão e dirigidos, em grande parte, às classes de mais alta renda, representavam cerca de metade do estoque, enquanto os de apenas um dormitório, em torno de um quinto do total⁷⁵. As regiões da Barra da Tijuca e da Lagoa (onde estão localizados os bairros de Ipanema, do Leblon e da Gávea) foram as que apresentaram os percentuais mais elevados de domicílios com quatro ou mais quartos: cerca de 28% e 23%, respectivamente.

Nos subúrbios, quase metade da população residia, em 1980, em domicílio com dois quartos, enquanto o restante dividia-se igualmente entre os que moravam em domicílio de um quarto e de três quartos. Apenas a área do centro da cidade diferenciava-se desse padrão: cerca de 54% dos residentes moravam em domicílio de apenas um dormitório, parte deles localizados nos cortiços que lá se concentravam. Niterói, por sua vez, apresentou um número relativamente maior de pessoas residentes em domicílios de três e quatro ou mais dormitórios, expressando um melhor padrão habitacional em relação ao subúrbio, embora em ambos o estoque de casas fosse bem superior ao de apartamentos (Tabela 17).

Também nas periferias, aproximadamente metade da população morava em domicílio de dois dormitórios, havendo divergência com o padrão médio suburbano apenas no percentual de residentes em moradia de um quarto, que, no caso das periferias consolidada e em consolidação, ficou em torno de 31% do total dos residentes. A reduzida significância nessas áreas de pessoas que moram sozinhas ou de casais sem filhos permite pensar em precárias condições habitacionais, ou seja, alta densidade domiciliar atrelada ao reduzido tamanho da habitação. É interessante notar, no entanto, que na periferia em expansão os domicílios eram relativamente maiores que no restante das áreas periféricas, especialmente nos distritos mais rurais localizados em Itaboraí, Itaguaí, Mangaratiba e Maricá, onde a proporção de pessoas residindo em moradia de quatro ou mais dormitórios chegou a 19% em Conceição de Jacareí. O tamanho dos terrenos e uma maior representatividade da “família ampliada” (típica dos meios rurais) nessas áreas são fatores que podem esclarecer, em parte, essa especificidade.

Tabela 17: População residente em domicílio particular permanente, segundo o número de dormitórios por domicílio, por área de residência na RMRJ - 1980 (%)

Áreas de residência	Número de dormitórios por domicílio				Total
	1	2	3	4 ou +	
Rio de Janeiro	23,5	44,8	23,8	7,8	100,0
Zona Sul	21,5	32,7	28,3	17,6	100,0
Subúrbio 1	21,6	48,5	23,6	6,3	100,0
Subúrbio 2	23,3	49,7	22,4	4,6	100,0
Centro e adjacências	27,4	47,2	20,4	5,0	100,0
Zona Oeste	24,0	47,3	24,0	4,7	100,0
Niterói	19,4	40,9	28,0	11,7	100,0
Periferia consolidada	32,0	48,7	16,6	2,7	100,0
Periferia em consolidação	31,2	46,1	19,1	3,5	100,0
Periferia em expansão	26,9	47,1	21,7	4,3	100,0
RMRJ	25,9	45,4	22,3	6,4	100,0

Fonte: Censo Demográfico de 1980; tabulações especiais.

O padrão construtivo dos domicílios metropolitanos em 1980 se mostrou diferenciado segundo as formas de produção da moradia predominantes em cada região da metrópole. De modo sintético, pode-se qualificar o estoque imobiliário da Zona Sul naquele período como pouco diferenciado quanto ao tipo de moradia, em que já está consolidado o padrão *edifício de apartamentos*, levado a cabo pelos grandes e médios incorporadores, mas, por outro lado, como muito diferenciado quanto ao tamanho do imóvel. A localização de favelas na área aumenta significativamente o grau de diversidade do padrão habitacional e, conseqüentemente, do perfil social da população residente. Já o estoque imobiliário dos subúrbios era, especialmente em alguns bairros, um pouco mais diferenciado que o da Zona Sul em relação ao tipo de moradia, sendo ainda a casa unifamiliar o padrão predominante, embora em processo de declínio diante da *entrada* dos apartamentos na área. Quanto ao tamanho dos imóveis, o estoque se mostrou menos diversificado, com grande predominância da moradia de dois dormitórios. Niterói apresentou um quadro semelhante ao dos subúrbios, em que os domicílios eram apenas, de maneira geral, de maior tamanho. O estoque de moradia nas periferias, por sua vez, era bastante homogêneo, composto basicamente de casas, na sua maioria de dois dormitórios.

O indicador de infra-estrutura básica evidencia um padrão de diferenciação espacial das condições de moradia na região metropolitana um pouco distinto do apreendido anteriormente. Analisando a amplitude do serviço de abastecimento de água por rede geral⁷⁶ em cada uma das áreas, nota-se um corte claro entre as áreas localizadas na capital, com mais de 80% dos domicílios ligados à rede, e as demais, onde esse percentual variou de 50%, na periferia em expansão, a 70%, em Niterói (Tabela 18). Foi visto no capítulo anterior que, nos anos 40 e 50 altos investimentos em infra-estrutura básica foram alocados nas áreas suburbanas da cidade, garantindo as condições para a expansão industrial fora das áreas centrais. Convém lembrar que, até o final da década de 1950 os serviços de água e esgoto eram geridos por companhias municipais, o que aprofundava ainda mais a desigualdade de condições urbanas de vida entre os municípios com mais e os municípios com menos recursos. A criação da Companhia Estadual de Água e Esgoto em 1957 não alterou, entretanto, o quadro existente, na medida em que os recursos continuaram sendo alocados privilegiadamente no município do Rio de Janeiro (Marques, 1993). É importante esclarecer que, ao mesmo tempo que os investimentos em abastecimento de água

alcançaram quase toda a área da capital⁷⁷, os referentes ao esgotamento sanitário concentraram-se nas áreas mais valorizadas da cidade.

Tabela 18: População residente em domicílio particular permanente, segundo a forma de abastecimento de água, por área de residência na RMRJ - 1980 (%)

Áreas de residência	Com canalização e rede geral	Outros	Total
Rio de Janeiro	88,3	11,7	100,0
Zona Sul	91,3	8,7	100,0
Subúrbio 1	90,9	9,1	100,0
Subúrbio 2	89,8	10,2	100,0
Centro e adjacências	87,0	13,0	100,0
Zona Oeste	81,1	18,9	100,0
Niterói	70,1	29,9	100,0
Periferia consolidada	68,4	31,6	100,0
Periferia em consolidação	37,1	62,9	100,0
Periferia em expansão	49,9	50,1	100,0
RMRJ	72,6	27,4	100,0

Fonte: Censo Demográfico de 1980.

Fora da capital, o município de Niterói e a periferia consolidada, particularmente Nilópolis, que faz fronteira com a zona suburbana carioca, se destacavam das demais áreas em função de melhores condições de saneamento: 70% dos domicílios em Niterói e 85% dos localizados em Nilópolis, em 1980, estavam ligados à rede de água. Pode-se perceber uma estreita relação entre a abrangência dos serviços e a etapa do processo de urbanização em que se encontravam as diferentes áreas da metrópole. Em geral, quanto mais distante da capital e, portanto, quanto mais recente a urbanização, mais precárias as condições de saneamento da região. Com efeito, alguns distritos de Maricá, de Itaboraí, de Itaguaí, de Nova Iguaçu, de Caxias e de Magé tinham menos de 5% das habitações atendidas pela rede. Pode-se concluir que as condições de saneamento básico, no que diz respeito ao abastecimento de água na periferia, ainda eram bastante precárias em 1980, e que, em seis dos 11 municípios, menos da metade dos domicílios eram servidos de água potável por rede geral.

Para encerrar esse quadro referencial da dinâmica imobiliária no final dos anos 70, algumas considerações devem ser feitas sobre as formas de acesso à moradia. Para tanto, será utilizado o indicador de condição de ocupação do domicílio, que contém três destas formas — moradia própria, alugada ou cedida —, sem, no entanto, distinguir a situação legal da relação de propriedade. O que os dados mostram é que um pouco mais da metade — 56% — dos domicílios situados na metrópole em 1980 tinham a condição de próprios e que esse percentual pouco variou entre as áreas — entre 49,5% na periferia consolidada e 63,8% na Zona Oeste (Tabela 19).

Tabela 19: População residente em domicílio particular permanente, segundo a condição de ocupação do domicílio, por área de residência na RMRJ - 1980 (%)

Áreas de residência	Condição de ocupação				Total
	Próprio	Alugado	Cedido	Outra	
Rio de Janeiro	56,7	34,6	6,9	1,8	100,0
Zona Sul	55,6	36,4	7,3	0,7	100,0
Subúrbio 1	56,5	36,7	5,8	1,0	100,0
Subúrbio 2	57,0	33,4	7,8	1,9	100,0
Centro e adjacências	51,2	41,2	5,0	2,4	100,0
Zona Oeste	63,8	24,6	8,1	3,4	100,0
Niterói	59,6	32,3	6,7	1,4	100,0
Periferia consolidada	49,5	41,1	8,0	1,4	100,0
Periferia em consolidação	56,7	31,7	9,8	1,6	100,0
Periferia em expansão	57,1	28,5	12,7	1,7	100,0
RMRJ	56,4	33,7	8,1	1,7	100,0

Fonte: Censo Demográfico de 1980.

Evidentemente, a propriedade considerada na Zona Sul não guarda muita semelhança com a que o é na periferia, e ambas são também distintas da que se considera nas favelas. De qualquer forma, os dados censitários expressam o resultado da crescente queda dos imóveis de aluguel a partir dos anos 40 e a difusão da propriedade fundiária entre os vários segmentos da sociedade, seja de forma legal ou ilegal. O que vale a pena destacar desses dados é a expressiva variação no percentual dos domicílios cedidos em determinadas áreas. Enquanto a média da metrópole em 1980 era de 8%, nos municípios da periferia em expansão, com exceção de São Gonçalo e Paracambi, esse percentual ficou acima de 20%. É possível pensar que, nas áreas de fronteira da malha urbana, ainda há espaço para relações não mercantis de uso do solo e que, à medida que essas áreas vão sendo incorporadas à dinâmica urbana, reduz-se a possibilidade desse tipo de relação. Caracterizado o padrão de diferenciação socioespacial da metrópole do Rio de Janeiro em 1980, chega-se à última e conclusiva etapa analítica da presente tese, quando serão avaliadas as alterações (e permanências) na dinâmica intrametropolitana no período de crise econômica e de mudanças na conjuntura política, que marcaram os anos 80.

NOTAS:

¹ Os dados dos Censos Econômicos referem-se à mão-de-obra setorial regular e efetivamente empregada em uma empresa cadastrada pelo FIBGE. Nesse universo não estão incluídos os profissionais autônomos nem as atividades do setor público.

² Ver Mautner (1990) sobre a alta proporção de trabalhadores autônomos de baixa qualificação no setor da construção civil.

³ O local de trabalho refere-se ao município onde a pessoa trabalha. Na realidade, essa variável do Censo Demográfico de 1980 informa sobre o município onde a pessoa trabalhava ou estudava. Ao considerar apenas a população economicamente ativa, retira-se do universo os estudantes e, por conseguinte, o local de estudo.

⁴ O município de Nova Iguaçu apresentou uma situação semelhante à de Caxias, no que se refere à atração de mão-de-obra, embora numa escala mais reduzida. O parque industrial do município, localizado ao longo da Rodovia Presidente Dutra, concentra-se no ramo metalúrgico.

⁵ No Rio de Janeiro, 54% dos empregados no setor de serviços trabalhavam, em 1980, em estabelecimentos de serviços auxiliares diversos, onde estão os setores mais modernos, enquanto nos municípios da periferia, entre 40% e 60% dos empregados trabalhavam no setor de alimentação (Censo Econômico, 1980).

⁶ A periferia metropolitana situada fora dos limites do município do Rio de Janeiro foi dividida no presente trabalho em três grandes áreas, em que se utilizou como critério a taxa de crescimento anual da população na década de 1980. Assim, a *periferia consolidada* é composta pelos municípios com crescimento inferior a 1% ao ano, a *periferia em consolidação*, por aqueles com crescimento entre 1% e 2% e a *periferia em expansão*, por aqueles com taxa superior a 2%.

⁷ As três áreas periféricas apresentaram um pequeno aumento – cerca de 1% – na participação do pessoal ocupado no comércio, entre 1970 e 1980 (Tabela 1).

⁸ As indústrias química, metalúrgica, de material de transportes, mecânica e têxtil empregavam, cada uma, contingente significativo de trabalhadores: entre 2 e 3 mil trabalhadores (Censo Econômico, 1980).

⁹ Como visto anteriormente, cerca de 17% da PEA residente na periferia trabalhavam, em 1980, fora de seu município de residência. Como os postos de trabalho regular nas áreas periféricas levantados pelo censo econômico absorviam pequena parte da PEA, pode-se concluir que uma alta proporção da população ativa não só trabalhava no próprio município como estava envolvida em atividades não regulares.

¹⁰ A criação do SFH solucionou temporariamente o problema da solvabilidade da demanda, que ainda se fortaleceu pela elevação da massa salarial dos setores médios e pela atratividade do setor imobiliário como oportunidade de investimento frente a outros ativos (Ribeiro *et al*, 1990).

¹¹ No Capítulo II é discutido o papel do incorporador na transformação do espaço urbano.

¹² Foi uma valorização fundada nos preços fundiários, através da produção e reprodução da diferenciação dos espaços habitacionais voltados para as classes médias em ascensão. O aumento dos preços dos imóveis levou à constante inadequação entre os tetos de financiamento e a prática do mercado.

¹³ Os ganhos de inovação vêm da capacidade do empreendedor em inovar no produto ou na localização, beneficiando-se da possibilidade de aumentar o preço final do imóvel antes que a inovação se difunda entre os concorrentes e haja uma valorização da área. Os ganhos de urbanização vêm do diferencial de preço gerado pela transformação de uma área rural em urbana.

¹⁴ O empreendimento “Comunidade Planejada de Itaipu”, lançado na segunda metade da década de 1970 em Niterói, foi uma experiência pioneira de urbanização integrada sob a égide do capital incorporador articulado ao capital financeiro. “Tratava-se de um grande empreendimento, onde teria que ser construída uma verdadeira mini-cidade com toda a infra-estrutura física necessária, pois localizava-se numa área ainda não ocupada pelo uso urbano”(Motta, 1983).

¹⁵ O grande empreendimento imobiliário de Itaipu foi direcionado para uma classe de renda inferior à da Barra da Tijuca, constituindo-se assim um novo mercado para os produtos da empresa incorporadora, exatamente no momento em que não havia mais condições favoráveis para a promoção de novos empreendimentos para as classes alta e média alta.

¹⁶ Comparando o número levantado pela ADEMI de unidades lançadas pelo setor empresarial no município do Rio de Janeiro em 1980 e o total de novos domicílios, computados através das novas ligações da Light, relativos ao mesmo ano, verificou-se que a produção empresarial representava apenas 12% dos novos domicílios (Ribeiro *et al*, 1990).

¹⁷ A idéia de propriedade neste caso não incorpora a dimensão legal, ou seja, é proprietário todo aquele que pagou por um bem imóvel, tendo ele ou não a titulação.

¹⁸ Uma análise mais detalhada sobre o crescimento das favelas e as ações do poder público nos anos 70 foi desenvolvida no Capítulo II. A Tabela 3 do mesmo capítulo mostra as taxas de crescimento da população favelada nas últimas quatro décadas.

¹⁹ A autoconstrução é entendida aqui como uma forma de produção habitacional não apenas doméstica, mas que incorpora a subcontratação de firmas e trabalhadores autônomos. Para uma discussão mais aprofundada sobre a construção civil na periferia, ver Mautner (1990).

²⁰ Pesquisa sobre os loteamentos na Zona Oeste do Rio de Janeiro mostrou uma significativa produção legal de lotes, ou seja, lotes cujas dimensões e condições de infra-estrutura atendiam às normas municipais e cujos moradores tinham o título de propriedade. Convém dizer que as legislações e práticas municipais variam de município para município. Como nos municípios periféricos as exigências eram poucas, muitos lotes foram registrados sem quaisquer obras urbanísticas, o que não teria sido possível no Rio de Janeiro (Carvalho e Lago, 1989).

²¹ Foram contabilizados os lotes registrados nas prefeituras municipais, o que não significa que tenham recebido obras de urbanização (FUNDREM, 1982).

²² A estratégia especulativa por parte dos loteadores, através da reserva das glebas mais próximas ao Centro para serem vendidas com mais rentabilidade posteriormente, levou à retaliação já nos anos 40 de praticamente toda a área útil dos municípios de São João de Meriti e de Nilópolis, embora a demanda efetiva só tivesse ocorrido nas décadas seguintes.

²³ Sobre a produção imobiliária empresarial em Niterói e, particularmente, em Itaipu, ver o item anterior deste capítulo. A taxa de crescimento populacional em Itaipu na década de 1970 foi de 6,4% ao ano.

²⁴ Embora com alta taxa de crescimento e acelerado processo de urbanização, o município de Itaboraí apresentava, em 1980, 79% de sua população residindo em zona rural. Como será visto posteriormente, mais da metade dos migrantes que se dirigiram para Itaboraí nos anos 70 tinha o meio rural como origem e muitos deles possivelmente continuaram residindo em área rural no município.

²⁵ Em 1980, 40% da população de Maricá residiam em área rural.

²⁶ Maricá cresceu 3,3% ao ano na década de 1970, mas sua participação no incremento populacional da metrópole foi de apenas 0,5%.

²⁷ Na década de 1960, Nova Iguaçu havia crescido a uma taxa de 7,3% ao ano, bem acima dos 4,2% verificados na década seguinte. Entretanto, o incremento absoluto foi da mesma grandeza em ambas as décadas.

²⁸ O elevado peso dos migrantes em relação à população total da área, município ou distrito não permite concluir que essas regiões tenham apresentado altas taxas de crescimento demográfico, mas, apenas, que a imigração teve um papel importante no referido crescimento. Esta questão será vista mais adiante.

²⁹ Cerca de 50% da população metropolitana mudaram de residência pelo menos uma vez, no interior do próprio município. É interessante notar que, entre as macroáreas, o Subúrbio 2 e a Zona Oeste apresentaram as maiores taxas de mobilidade intramunicipal — em torno de 54% de sua população.

³⁰ Os dados referentes a 1970 foram tirados de Castro (1979).

³¹ Migrante refere-se, aqui, à população residente no distrito ou região administrativa que migrou para o município correspondente na década de 1970. Nesse sentido, não estão contabilizadas as pessoas que mudaram de distrito ou de RA, no interior de um mesmo município.

³² Em 1970, Botafogo e Copacabana também apareciam como as duas RAs com maior afluxo de migrantes na década. No entanto, a Região Administrativa da Lagoa, onde se localiza a favela da Rocinha, ocupava o sexto lugar entre as áreas da capital com maior afluxo.

³³ Examinando os dados numa escala menor, nota-se que nas regiões administrativas de Santa Cruz, (na Zona Oeste da capital), em Ramos e São Cristóvão, (na área central), e no Méier, (no subúrbio), mais de 40% dos migrantes vieram da zona rural. Santa Cruz faz fronteira com municípios da periferia em expansão, predominantemente rurais nos anos 70, abrigando ela própria assentamentos agrícolas, o que pode justificar, em parte, a presença de migrantes rurais na área. No caso das outras três regiões administrativas, alguma relação pode ser estabelecida com a alta concentração de favelas naquelas áreas. Na Zona Sul, além das favelas, a concentração de novos empreendimentos imobiliários com alta demanda de mão-de-obra desqualificada pode explicar o grande contingente de migrantes vindos do campo. Mais adiante serão analisados o perfil socioeconômico e as condições de moradia do migrante segundo sua área de destino, o que permitirá avaliar melhor essa relação.

³⁴ Cabe lembrar mais uma vez que não estão incluídos na análise sobre os deslocamentos intrametropolitanos os fluxos realizados no interior do município do Rio de Janeiro.

³⁵ Convém observar que o fluxo da capital para a periferia sofreu uma queda entre as décadas de 1960 e 1970: na década de 1960 haviam se deslocado 459 mil pessoas, enquanto na seguinte, 308 mil (Castro, 1979).

³⁶ Para o cálculo do total de migrantes cujo deslocamento foi de curta distância, fez-se a soma de todos os migrantes que tiveram como áreas de origem e destino as periferias da metrópole.

³⁷ As Regiões Administrativas de Anchieta e de Campo Grande foram as que receberam o maior contingente de migrantes intrametropolitanos, tanto em termos absolutos — 6.472 e 4.968, respectivamente — quanto percentuais — em torno de 21% do total de migrantes relativos a cada uma das áreas —, o que pode ser explicado, em parte, pelo fato de Anchieta fazer limite com o município de Nilópolis e Campo Grande, com o de Nova Iguaçu.

³⁸ Ressalte-se que São Gonçalo também recebeu o mesmo contingente de migrantes da capital.

³⁹ Os 57.188 migrantes que se dirigiram para a capital tenderam a se concentrar nas Regiões Administrativas de Botafogo (6%) e de Copacabana (5,5%), localizadas na Zona Sul, Penha (6,2%), Méier (5,9%), Anchieta (11,3) e Jacarepaguá (6%), nos subúrbios, e Bangu (8,4%) e Campo Grande (8,7%), na Zona Oeste.

⁴⁰ A Região Administrativa de Anchieta é uma exceção, na medida em que 30,1% dos migrantes eram originários do município de São João de Meriti, que faz fronteira com Anchieta, e 29,3%, de Nova Iguaçu.

⁴¹ Em 1970, “variava de 35,37% (Jacarepaguá) a 64,81% (Anchieta) a participação do contingente migrante na população dos distritos de favelas...” (Castro, 1979:163). No entanto, o mesmo estudo mostra que o peso dos migrantes da década de 1960 nas áreas não faveladas da capital também era bastante elevado.

⁴² O perfil socioeconômico e as condições de moradia do migrante referem-se, no presente trabalho, à sua situação após o deslocamento espacial. Portanto, ao definir a situação de rendimento ou de trabalho do migrante como fator condicionante de seu deslocamento, considera-se, na realidade, a situação social anterior à mudança análoga à posterior. Ou seja, os dados não permitem avaliar a ocorrência de uma mobilidade ascendente ou descendente posterior ao deslocamento espacial.

⁴³ Numa análise sobre a população migrante da década de 1960 no Rio de Janeiro, Penteado Filho (1978) mostrou que a renda média dos não-migrantes era superior à dos migrantes, ou seja, 33% dos não-migrantes tinham renda inferior a um salário, enquanto entre os migrantes esse percentual chegava a 48%.

⁴⁴ Em seu estudo sobre migração intrametropolitana em São Paulo na década de 1970, Cunha (1994) detectou dois tipos de famílias mais propensas a migrarem: de baixa renda, predominante, e de grande poder aquisitivo, pouco significativo numericamente.

⁴⁵ Considera-se pobre a população com renda familiar de até dois salários mínimos mensais.

⁴⁶ Cabe observar o perfil de renda dos migrantes da Zona Oeste, que, na realidade, se aproxima do perfil descrito acima no que se refere à pouca representatividade das faixas superiores, mas que, ao mesmo tempo, contém uma proporção de miseráveis e de pessoas com rendimento entre cinco e dez salários em torno de 20%, o que se assemelha mais ao perfil dos migrantes que foram para os subúrbios e centro da capital (Tabela 8).

⁴⁷ Esses percentuais indicam um aumento relativo no peso da classe de renda alta, uma vez que o total de migrantes intrametropolitanos representava em 1980 apenas 20% da população na periferia consolidada, 14,4% na periferia em consolidação e 13,7% na periferia em expansão.

⁴⁸ Na periferia consolidada, a migração intrametropolitana elevou a proporção de moradores de mais alta renda nos distritos de São João de Meriti, Coelho da Rocha e Olinda; na periferia em consolidação, esse fenômeno ocorreu em Imbariê, Campos Elíseos, Guia de Pacobaíba, Nova Iguaçu, Belford Roxo e Mesquita; e na periferia em expansão, em São Gonçalo e Ipiíba. Na realidade, até 1970 a população de alta renda era quase inexistente nas áreas periféricas. É por isso que, apesar de numericamente pouco expressivos, os migrantes de alta renda alteraram o peso dessa faixa de renda nessas áreas.

⁴⁹ Os dados sobre grau de instrução referem-se à PEA migrante e não ao total de migrantes.

⁵⁰ Os municípios de Nilópolis, São Gonçalo e Maricá abrigaram um contingente de migrantes com melhor nível de instrução – no mínimo o 2º grau completo –, relativamente superior aos demais municípios periféricos: cerca de 17% dos migrantes nos dois primeiros municípios tinham o 2º grau e, no caso de Maricá, esse percentual chegou a 21%.

⁵¹ Na Zona Sul, a Barra da Tijuca recebeu um percentual de migrantes sem grau de instrução (34,6%) bem acima do restante da área, o que pode ser explicado, como já mencionado, pela chegada de trabalhadores desqualificados para a construção civil.

⁵² No distrito de Ipiíba, em São Gonçalo, 25,2% do total da PEA com 2º grau completo eram migrantes intrametropolitanos que chegaram nos anos 70. Convém esclarecer que a PEA migrante equivalia a cerca de

16% da PEA total. O mesmo pôde ser visto em alguns distritos da periferia em consolidação, como Imbariê e Xerém, situados em Duque de Caxias, e Guia de Pacobaíba, em Magé.

⁵³ Dados censitários sobre os migrantes chegados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro entre 1968 e 1970 mostraram que 35% dos homens estavam ocupados na construção civil e 68% das mulheres, em serviços domésticos (Castro, 1979).

⁵⁴ A Zona Oeste foi a única macroárea onde o percentual de migrantes entre 25 e 44 anos foi inferior ao dos migrantes com até 14 anos.

⁵⁵ Enquanto na Zona Oeste 35,2% dos migrantes tinham entre 0 e 14 anos, na Zona Sul da capital apenas 16,8% encontravam-se nessa faixa. Nas demais periferias, o percentual de crianças ficou entre 29% e 32% (Tabela 10).

⁵⁶ Na periferia em expansão, os distritos que abrigavam em 1980 uma população rural significativa, como Mangaratiba e Seropédica, no município de Itaguaí, e Itambi, no de Itaboraí, apresentaram um altíssimo percentual de migrantes com até 14 anos de idade — em torno de 40% —, podendo indicar o deslocamento de famílias com um padrão tipicamente rural — número elevado de filhos — para essas áreas.

⁵⁷ Na área do Centro, as regiões administrativas em torno do core — Portuária, Centro, Rio Comprido e São Cristóvão — abrigaram migrantes predominantemente jovens e adultos até 44 anos e muito poucas crianças até 14 anos. Já as regiões de Ramos e da Penha, onde se concentram muitas favelas da cidade, receberam um contingente significativo de crianças — cerca de 30% dos migrantes —, apresentando um perfil similar ao das áreas periféricas.

⁵⁸ Em alguns distritos periféricos, como Neves e Maricá, na periferia em expansão, e Bangu, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, o percentual de migrantes em domicílios com apenas um dormitório não passou de 25%, ficando abaixo da média metropolitana.

⁵⁹ Na periferia, a Região Administrativa de Bangu, na Zona Oeste, e os distritos de Nilópolis, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Mesquita, São Gonçalo e Neves apresentaram um percentual de migrantes morando em apartamento maior do que o percentual do total dos residentes dessas localidades na mesma condição. Por exemplo, o Distrito de Neves, no município de São Gonçalo, tinha, em 1980, 10% de sua população residindo em apartamento, enquanto entre os migrantes intrametropolitanos que para lá se dirigiram na década, 24% foram morar em apartamento. Provavelmente, novas ofertas de apartamentos atraíram os moradores recentes.

⁶⁰ Serão utilizadas aqui as oito categorias sócio-ocupacionais derivadas da classificação feita no âmbito do estudo sobre desigualdades sociais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, desenvolvido pelo Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal. Para a construção das categorias de forma hierarquizada calculou-se, primeiramente, um índice para cada ocupação do Censo de 1980, com base nas variáveis de renda e instrução, agregando-se, em seguida, as ocupações em grupos socialmente homogêneos. A agregação final contou, ainda, com as variáveis setor de atividade e posição na ocupação. Como resultado, chegou-se às seguintes categorias:

- Ocupações agrícolas;
- Elite dirigente: formada por empregadores de alta renda, dirigentes dos setores público e privado e profissionais liberais;
- Pequena burguesia: formada por empregadores de menor renda e comerciantes por conta própria;
- Profissionais de nível superior: formada por autônomos e pelos que trabalham por conta própria;
- Trabalhadores não-manuais em ocupações médias: formada por trabalhadores em atividades de rotina, de supervisão, técnicas e artísticas, nas áreas de saúde, de educação, de segurança pública, na justiça e nos correios;
- Trabalhadores do comércio e serviços: formada por vendedores, praticistas e prestadores de serviços;
- Trabalhadores manuais da indústria: formada por operários da indústria moderna, tradicional e da construção civil;
- Trabalhadores da sobrevivência: formada por empregados domésticos, ambulantes e biscateiros.

⁶¹ É bom lembrar que parte significativa dos empregados domésticos residia no local de trabalho, ou seja, na casa da família à qual prestava serviço.

⁶² Em 1970, o índice de Gini da metrópole do Rio de Janeiro era de 0,56, o terceiro maior entre as metrópoles brasileiras. Em 1980, o índice ficou em 0,57 (Penteado Filho, 1978; Ribeiro *et al*, 1995).

⁶³ Embora tenha apresentado um perfil de renda diversificado, a população de Niterói se concentrou mais nas faixas médias de três a cinco, de cinco a dez e de dez a vinte salários mínimos, enquanto na Zona Sul a maior concentração se deu nas duas faixas superiores de dez a vinte e mais de vinte salários (Tabela 14).

⁶⁴ A população da Zona Oeste, área periférica localizada dentro dos limites da capital, apresentava, em 1980, um perfil de renda ligeiramente superior ao das demais periferias: 21% tinham renda entre cinco e dez salários e 5,7%, entre dez e vinte salários; nas outras periferias os percentuais variaram de 17% a 19,4%, na primeira faixa, e de 3,2% a 4,2%, na segunda. No entanto, na escala municipal, é possível verificar uma superioridade do

nível de renda em Nilópolis e São Gonçalo, se comparado com o referente aos demais municípios periféricos: as faixas de cinco a dez e de dez a vinte salários revelaram percentuais semelhantes aos encontrados na Zona Oeste. Cabe lembrar que esses dois municípios, assim como a Zona Oeste, apresentaram um perfil ocupacional também superior aos outros municípios.

⁶⁵ Os dados revelam uma enorme concentração da população de mais alta renda na Zona Sul: 62% da população metropolitana com renda familiar acima de vinte salários residiam, em 1980, na Zona Sul da capital.

⁶⁶ Numa escala menor, entretanto, verificou-se um grau de miséria bem mais acentuado em alguns municípios, com destaque para Itaboraí, onde 21% da população estavam na faixa de até um salário e outros 30%, na faixa de um a dois salários, e para Paracambi, onde esses percentuais eram, respectivamente, de 29,6% e 22,5%.

⁶⁷ A caracterização de três perfis de renda correlacionados a três grandes áreas da metrópole esconde, de uma certa maneira, as diferenças socioespaciais existentes numa escala menor. Na periferia, deve-se notar o peso mais elevado das duas classes de renda inferiores nos municípios mais distantes — Itaboraí, Mangaratiba e Paracambi — onde aqueles com até dois salários mensais representavam mais de 45% da população. Por outro lado, o município de Nilópolis apresentava em 1980 um perfil de renda superior aos demais municípios periféricos, onde o percentual de residentes com renda entre cinco e vinte salários chegou a cerca de 27%. Essas diferenças, no entanto, não chegam a descaracterizar o perfil específico da área.

⁶⁸ O IBGE considera “sem grau de instrução” as pessoas que não completaram o primário, inclusive os analfabetos. Para a região metropolitana como um todo, a taxa de analfabetismo em 1980, relativa à população com mais de 14 anos, ainda era elevada: cerca de 11%.

⁶⁹ Mais uma vez a Zona Oeste, o município de Nilópolis e alguns distritos de São Gonçalo se destacaram do restante da periferia, ao apresentarem uma maior participação da PEA com segundo grau completo: entre 12% e 17%. Por outro lado, nos municípios mais distantes, que apresentaram altíssimo contingente de miseráveis e ainda uma população agrícola considerável, a saber, Itaboraí, Itaguaí, Mangaratiba e Maricá, mais de 70% das pessoas ativas alcançaram no máximo o grau elementar. Em Itaboraí, esse percentual era de 79%!

⁷⁰ Os bairros do Méier, Engenho Novo, Penha e Ilha do Governador foram os que mais sofreram o processo de verticalização. Ver Kleiman sobre os pequenos e médios incorporadores imobiliários dos subúrbios (Kleiman, 1983).

⁷¹ Os dados sobre a população residente em favela tiveram como fonte o IPLANRIO (1994).

⁷² Na realidade, os residentes em apartamentos na Zona Oeste estavam concentrados em Bangu, onde estão localizados vários conjuntos habitacionais verticais.

⁷³ Apenas três distritos da periferia apresentavam em 1980 um percentual significativo de pessoas residentes em apartamentos: Neves, no município de São Gonçalo, com um percentual de 10%; Nilópolis, com 7,2%, e Duque de Caxias, com 6,1%.

⁷⁴ O domicílio de apenas um dormitório abrange não só o padrão “sala e quarto”, mas também o *conjugado*, com um cômodo somente. Cabe observar que o *sala e quarto*, além de abrigar as camadas de menor poder aquisitivo, é também o padrão típico dos apart-hotéis que se tornaram expressão do novo modo de vida, alternativo e moderno, de alguns segmentos da classe média. No entanto, o *boom* dos apart-hotéis ocorreu somente na década de 1980.

⁷⁵ É importante observar que na Zona Sul é bastante expressiva a proporção de pessoas que moram sós ou mesmo a de casais sem filhos, diferentemente do subúrbio e da periferia. Segundo a PNAD, em 1981, 16,5% das famílias residentes na Zona Sul e Niterói eram de casais sem filhos e 17,4%, de pessoas sozinhas (Ribeiro *et al*, 1995). Donde se conclui que o domicílio de um dormitório não expressa, necessariamente, um padrão de moradia inferior.

⁷⁶ Os dados censitários referentes a esgotamento sanitário não foram utilizados na análise por terem apresentado pouca confiabilidade. Por exemplo, a Zona Oeste continha em 1980, segundo o censo, 73,4% dos domicílios ligados à rede geral de esgoto. No entanto, não há, até hoje, rede instalada na maior parte dessa região.

⁷⁷ Numa escala menor é possível notar que, em 1980, a Barra da Tijuca, área de expansão recém-criada pelo grande capital imobiliário, e Santa Cruz, área de expansão da produção de loteamentos periféricos, apresentavam percentuais de domicílios ligados à rede de água não muito distintos, sendo o percentual de Santa Cruz ainda mais elevado: 68,7%, contra 60,5% na Barra.

CAPÍTULO IV
Alterações na dinâmica urbana e
reestruturação socioespacial nos anos 80

RECESSÃO, PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO, pobreza e concentração de renda caracterizaram os anos 80 como a “década perdida”. Estudos recentes (Faria, 1992; Rocha, 1994) têm destacado a natureza cíclica da crise, especialmente no que se refere ao nível de pobreza, com períodos de forte recessão e alta proporção de pobres (início e fim da década), intermediados por uma fase de crescimento econômico¹ (os anos de 1985 e 1986). Além da queda geral dos rendimentos do trabalho, acentuou-se na década a desigualdade de sua distribuição.

As conseqüências dos sucessivos ciclos de estagnação e da alta inflação não foram, no entanto, uniformes para todos os segmentos sociais. Ao contrário, segundo os indicadores de concentração de renda disponíveis, os pobres ficaram relativamente mais pobres e os ricos, mais ricos. O índice de Gini — medida que aponta entre seus valores extremos (0 e 1) a igualdade ou desigualdade absoluta dos rendimentos — apresenta, entre 1981 e 1990, um aumento de 0,56 para 0,60, considerando-se a remuneração de todos os ocupados. (Ribeiro *et al*, 1994:33)

Por outro lado, a redução dos rendimentos do trabalho foi em parte compensada pelo aumento da participação da família no mercado de trabalho, o que neutralizou a queda de rendimento familiar *per capita* nos grupos de baixa renda. Com efeito, a proporção de pobres na década, medida com base na renda da família, “ficou praticamente estável em torno de 29% para o conjunto das metrópoles” (Rocha, 1994:141). Porém, quando considerados os últimos quarenta anos, verifica-se que ocorreu nos anos 80 uma inversão da tendência de progressiva diminuição do contingente de pobres que vinha acontecendo desde o pós-guerra, especialmente nos anos 70, apesar da crescente concentração da renda (Faria, 1992).

A redução média dos salários nos anos 80 guarda estreita relação com a precarização das relações de trabalho verificada no período. Entre as regiões metropolitanas do país, independentemente do nível de desenvolvimento econômico, as mudanças no mercado de trabalho foram bastante semelhantes, caracterizando-se pela substituição dos empregos com carteira assinada por empregos sem carteira ou por trabalho por conta própria (Saboia, 1994). Em síntese, os trabalhadores brasileiros, e particularmente os que viviam nas metrópoles, tornaram-se, ao longo dos anos 80, mais pobres quanto à renda e mais vulneráveis quanto à estabilidade do trabalho. À precarização dessas condições objetivas soma-se, ainda, a inflexão nas expectativas de ascensão social, que começaram a deixar de ser subjetivamente incorporadas por grande parte da população (Faria, 1992).

Se o trabalho e a renda foram quase que instantaneamente afetados pela crise econômica, o mesmo não se verifica em relação à crise do Estado e sua repercussão nas condições de acesso aos serviços de consumo coletivo, que apresentaram no período sinais inequívocos de melhora. Uma série de indicadores sociais referentes à educação, à saúde e à moradia apontou uma significativa elevação nas condições de vida dos brasileiros: taxas como de analfabetismo, de jovens fora da escola, de mortalidade infantil e de moradia sem saneamento básico sofreram decréscimo na última década (Faria, 1992; Ribeiro e Lago, 1995). A nova conjuntura política que se instaura no país com a volta das eleições diretas e dos movimentos reivindicatórios e, ainda, os efeitos de longo prazo das políticas sociais implementadas até o período da Nova República podem explicar, pelo menos em parte, a melhoria nas condições sociais da população nos anos 80.

Diante desse quadro geral de crise econômica e de mudanças nas condições de reprodução social, serão analisadas a seguir as especificidades da metrópole do Rio de

Janeiro, no que diz respeito ao comportamento de sua economia e às alterações no padrão de desigualdades socioespaciais vigentes até então.

4.1 CRISE ECONÔMICA, MERCADO DE TRABALHO E DINÂMICA URBANA

A economia fluminense, que desde os anos 40 vinha sofrendo perdas em seu potencial industrial, foi profundamente atingida pela crise, apresentando, na última década, um quadro de estagnação: no período 1981-1990, o PIB do Estado sofreu uma redução de 8,5%, enquanto o PIB nacional cresceu 16,7%. As políticas econômicas recessivas atingiram o Rio de Janeiro de maneira particular. Pelo fato de a região se caracterizar centralmente como produtora de bens-salários,

quando há um arrocho salarial, ou alguma coisa que diminua o número de assalariados do setor público — o RJ tem 1 milhão de funcionários públicos, dos quais 400 mil são federais e 600 mil estaduais e municipais —, enfim, quando ocorre qualquer coisa que mexa com essa massa de salários, isso se reflete diretamente no comércio e na indústria local, produtora de bens-salários. (Daim, 1990:5)

As alterações na dinâmica econômica da metrópole do Rio de Janeiro podem ser verificadas através do comportamento da estrutura ocupacional e do nível de renda da população ativa ao longo da última década. A primeira tendência apontada em diversos estudos, já histórica no caso do Rio de Janeiro, foi a crescente terceirização das atividades econômicas nos anos 80 (Saboia, 1994; Pero, 1997). Isso pôde ser constatado pelo aumento do peso da população ocupada nos setores do comércio e dos demais serviços. A indústria de transformação e a indústria da construção apresentaram no período queda relativa no peso da população ocupada, que passou de 20,2% para 16,6% e de 8,9% para 7%, respectivamente (Tabela 1). Merece ser destacado, no entanto, o comportamento diferenciado do setor terciário em algumas áreas: enquanto o peso das pessoas ocupadas no comércio cresceu em todas as áreas, entre as ligadas à prestação de serviços, somente nas periferias mais distantes — periferia em consolidação e periferia em expansão — houve aumento de sua participação. Já o peso dos ocupados nos demais serviços (que englobam administração pública, atividades educacionais e médicas e serviços de transportes) cresceu em toda a metrópole, mas de forma mais significativa no Rio de Janeiro e em Niterói (Tabela 1).

O aumento relativo do setor terciário no Rio de Janeiro foi acompanhado por uma clara precarização das relações de trabalho: entre 1981 e 1989, a participação dos empregados com carteira caiu de 62,5% para 57,5%, enquanto a dos empregados sem carteira e a dos autônomos subiu de 9,9% para 13,7% e de 15,4% para 17,3%, respectivamente (Mattos, 1995). Embora essa tendência tenha se verificado no mercado de trabalho em âmbito nacional, a situação do Rio de Janeiro se mostrou mais alarmante, por exemplo, do que a de São Paulo.

A estrutura ocupacional da Região Metropolitana de São Paulo apresentava um peso relativo do emprego com carteira de trabalho assinada mais expressivo que o do Rio de Janeiro, no início da década. Esta diferença aumentou em 1989, uma vez que, em

São Paulo, tal posição na ocupação manteve seu peso relativo praticamente inalterado, enquanto no Rio de Janeiro houve uma significativa queda em sua participação entre 1981 e 1989. As participações relativas de todas as demais posições na ocupação continuam sendo maiores no Rio, destacando-se especialmente o caso do trabalho por conta própria. (Mattos, 1995:93)

Tabela 1: População ocupada acima de 10 anos de idade, segundo o setor de atividade, por área na RMRJ - 1980 e 1991 (%)

Município	Ano	Setor de atividade							Total
		Ativid. agropec.	Indústria	Indústria constr.	Comércio	Prestação serviços	Demais serviços	Outras atividades	
Rio de Janeiro	1980	0,4	19,2	7,0	12,0	26,7	28,3	6,3	100,0
	1991	0,7	15,7	5,2	15,1	23,8	34,2	5,4	100,0
Niterói	1980	1,0	13,6	6,8	10,2	26,3	33,0	9,0	100,0
	1991	0,8	11,0	5,9	12,8	23,1	38,9	7,5	100,0
Periferia consolidada	1980	0,1	25,3	8,6	15,7	25,1	22,3	2,9	100,0
	1991	0,4	20,7	6,4	19,5	24,4	25,6	3,1	100,0
Periferia em expansão	1980	1,2	23,4	13,9	12,7	27,3	19,0	2,5	100,0
	1991	1,4	19,7	10,6	15,9	27,8	22,1	2,4	100,0
Periferia em expansão	1980	5,4	20,3	12,4	12,5	24,0	21,6	3,9	100,0
	1991	3,3	15,7	10,1	16,0	26,9	24,6	3,5	100,0
RMRJ	1980	1,0	20,2	8,9	12,3	26,5	25,8	5,3	100,0
	1991	1,1	16,6	7,0	15,5	25,0	30,3	4,5	100,0

Fonte: Censos Demográficos de 1980 e 1991.

A mesma desvantagem do Rio pode ser verificada em relação à renda média do pessoal ocupado: enquanto nessa metrópole houve uma queda de 8,7% na renda², entre 1981 e 1989, em São Paulo, houve uma elevação de 16,4%, no mesmo período (Mattos, 1995). Com base na variação da renda mediana dos trabalhadores residentes nas áreas internas à metrópole do Rio de Janeiro, nota-se também a diminuição da renda em todas as áreas, embora, nas periféricas, tenha sido mais acentuada que nas centrais (Ribeiro *et al*, 1995). Desse conjunto de dados gerais sobre as alterações no mercado de trabalho nos anos 80, pode-se concluir que a crise afetou profundamente a economia metropolitana do Rio de Janeiro, tornando seus efeitos visíveis em todas as áreas da metrópole. Assim, as desigualdades espaciais, no que tange à qualidade e à renda do trabalho, se aprofundaram ao longo da década.

Foi visto no capítulo anterior que as atividades econômicas do setor formal mantiveram-se altamente concentradas no município do Rio de Janeiro ao longo dos anos 70, embora se tenha verificado uma ligeira tendência à dispersão, para as áreas periféricas, das atividades da indústria e do comércio. Observando os mesmos dados para o período 1980-1985³, nota-se que a distribuição do pessoal empregado segundo o local do trabalho quase não se alterou: a capital voltou a ganhar posição em relação aos empregos industriais, apesar da redução em números absolutos desses empregos em todas as áreas; quanto ao comércio, Niterói e a periferia em expansão apresentaram maior crescimento do número de empregados que as demais áreas, crescimento maior inclusive que o da década anterior; e, por fim, quanto às atividades de serviços (setor com a maior taxa de concentração de empregos na capital), que apresentaram uma ligeira desconcentração, houve queda da participação na capital e elevação na periferia em expansão. O que mais chama a atenção nesses dados é o elevado crescimento dos empregos terciários formais na

periferia em expansão, particularmente nos municípios de Itaboraí e de Maricá⁴, embora sua participação no total dos empregos ofertados na metrópole ainda fosse muito pouco expressiva em 1985.

Deve-se também mencionar o diferencial dos salários referentes aos empregos localizados na capital, em Niterói e nas áreas periféricas. O setor de serviços era o que apresentava, em 1985, a maior disparidade salarial entre a capital e as demais áreas da metrópole: o salário médio dos empregos formais desse setor nas periferias equivalia a somente 37% do valor dos salários da capital. Mesmo em Niterói, o salário médio equivalia a cerca de metade do verificado no Rio de Janeiro. Entre 1980 e 1985, essa disparidade apresentou um ligeiro aumento, com exceção da periferia em expansão. No setor do comércio, sobressai a aproximação, no período, entre os salários médios dos municípios de Caxias e de São João de Meriti e o da capital⁵. Em São João, a expansão do pólo de confecção e comercialização de jeans pode explicar, em parte, essa relativa melhora dos salários no comércio formal.

Essa disparidade dos salários entre a capital e as áreas periféricas no universo dos empregos formais aponta um outro aspecto da desigualdade socioespacial, por cuja importância deve ser registrado para os fins do presente estudo. Não são apenas o baixo dinamismo econômico das periferias e a necessidade de longos deslocamentos diários dele resultante que caracterizam a desigualdade espacial em relação à oferta de postos de trabalho. Além da pouca oferta de postos de trabalho formal na periferia, a qualidade dos postos ofertados é, em média, bastante inferior à que é oferecida na capital. Vejamos agora como se comportou o setor imobiliário no período.

A crise econômica iniciada nos anos 80 e, em particular, a crise do setor público alteraram profundamente a estrutura de provisão de moradia das grandes cidades brasileiras nos três segmentos que a compunham: a produção empresarial, a produção popular e a produção estatal. Essas alterações tiveram estreita relação com as novas tendências de organização interna do espaço metropolitano.

No capítulo anterior, foi visto o papel central desempenhado pelo Estado, que, através do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), garantiu a expansão da forma empresarial de produção de moradia. A partir dos anos 60, o pequeno especulador cedeu lugar na dinâmica de constituição do espaço construído à grande empresa imobiliária “cuja ação era até então limitada pelas dificuldades decorrentes da inexistência de um mecanismo capaz de centralizar poupanças para financiar os empreendimentos” (Lago e Ribeiro, 1996:42). Como conseqüência, as cidades brasileiras conheceram, no período 1970-80, um extraordinário crescimento no número de edifícios de apartamentos produzidos para as classes médias nas áreas centrais, o que consolidou o padrão segregador de estruturação do espaço urbano, caracterizado, grosso modo, pela moderna produção residencial no centro e pela conseqüente expulsão das camadas populares para a periferia. A partir da segunda metade da década de 1980, esse padrão vem se alterando em razão da crise da produção empresarial.

A derrocada do SFH e os efeitos da estagflação em que mergulhou a economia brasileira, especialmente sobre a renda das camadas médias, têm levado a uma extraordinária queda da construção nas grandes cidades durante a década de 1980. O financiamento imobiliário passa a depender sobremaneira dos recursos próprios dos compradores, levando a um estreitamento do mercado, restrito àqueles que podem assumir uma grande parcela dos custos da construção. Neste sentido, observamos a volta, de maneira expressiva, do sistema de incorporação fundado no preço de custo e

no preço fechado, segundo o qual o incorporador reúne um grupo de compradores e passa a trabalhar sob encomenda.” (Lago e Ribeiro, 1996:43)

O fim do SFH levou, portanto, à estagnação e à elitização da produção empresarial nos últimos dez anos, afetando diretamente os segmentos sociais médios, que passaram a buscar alternativas habitacionais nas áreas mais distantes do centro metropolitano, onde o preço da terra ainda permitia o acesso à casa própria. Vejamos o comportamento desse mercado no município do Rio de Janeiro.

Três tendências, nos anos 80, marcaram a produção empresarial no Rio de Janeiro: a retração da oferta de moradia, a mudança do padrão dessa oferta com a redução do porte dos empreendimentos e com o aumento do tamanho médio e do preço das unidades lançadas e, por fim, o estabelecimento de submercados na cidade, atrelado a uma grande diferenciação no tipo e no porte das empresas produtoras (Ribeiro, 1996). Essas tendências, no entanto, foram marcadas por flutuações conjunturais ao longo da década, como, por exemplo, pelos efeitos do Plano Cruzado no comportamento dos salários e no poder de compra da população e, como já mencionado, pelo enorme impacto na produção causado pela extinção do SFH⁶.

Examinando o período pós-84, verifica-se a elitização do mercado imobiliário carioca, que, nos anos anteriores, havia se caracterizado não só pela criação da nova fronteira de expansão na Barra da Tijuca, mas pela desconcentração das atividades dos grandes incorporadores em direção a alguns bairros suburbanos, como Méier, Vila da Penha e Jacarepaguá⁷, que, ao atuarem com preços acima do preço médio da região em busca de sobrevalorização, alteraram o padrão socioeconômico local. Essa relativa valorização de alguns bairros suburbanos não anulou o diferencial do preço fundiário entre a região e as Zona Sul e Norte, garantindo a parcelas da classe média, com capacidade de endividamento a longo prazo, acesso não apenas à casa própria, mas a um novo padrão de moradia, verticalizado e com equipamentos de lazer. Com a crise do SFH, porém, a produção das grandes empresas voltou a se concentrar no núcleo, mais especificamente na Barra da Tijuca, que se consolidou, nos anos 80, como fronteira de expansão do mercado de ponta.

Se os grandes incorporadores saíram dos subúrbios no período de crise, o mesmo não pode ser dito em relação aos pequenos empreendedores/construtores, responsáveis por grande parte do espaço construído da região e que apresentaram uma produção relativamente constante no período⁸. Contrariamente à lógica de atuação dos incorporadores, esses agentes reiteram o padrão construtivo e as características socioeconômicas da região, com empreendimentos de pequena densidade e pouco verticalizados. Esses apartamentos de custo mais baixo tornaram-se uma das poucas alternativas encontradas pelos setores médios, com reduzida capacidade de poupança, de adquirir um imóvel.

Uma outra alternativa habitacional voltada para os segmentos sociais médios começou a se expandir nos últimos dez anos nas áreas mais distantes da metrópole: são os chamados condomínios fechados, horizontais ou verticais, localizados fora das áreas centrais, onde o baixo valor da terra tem viabilizado a compra do imóvel. Trata-se da emergência de novos espaços nas periferias, que segregam e excluem não apenas pelo preço do acesso, mas, especialmente, pelos muros e sistemas de controle e segurança.

Na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, começou a se expandir, a partir do final da década de 1970, uma nova forma de produção fundiária associada à incorporação

imobiliária. O loteador descapitalizado, predominante na região nos anos 50, 60 e 70, cede lugar à empresa imobiliária, que passa a realizar não só a compra e retalhamento da terra, mas também a construção e comercialização da moradia⁹. Mudam a racionalidade da operação e as condições de acesso à terra. As empresas realizam geralmente mais de um empreendimento, financiados por recursos próprios e por empréstimos da Caixa Econômica, dentro de um plano de atuação de médio e longo prazo. As vendas passam a ser feitas em prazos curtos e prevendo fórmulas de reajuste do valor da prestação. O resultado são loteamentos produzidos para os setores médios da população com algum acúmulo de capital e capacidade de endividamento.

A produção das empresas loteadoras-construtoras é voltada para uma população com renda média entre cinco e 15 salários mínimos. Nos lotes com casas a maior parte das famílias compradoras possui uma renda entre dez e 15 salários mínimos. Os lotes sem casas são voltados para uma faixa de renda inferior, onde as famílias recebem entre cinco e dez salários mínimos. Verificamos assim que a maior parte da produção das empresas loteadoras-construtoras é direcionada para as camadas de renda média, que diante da alta dos preços imobiliários e da perda do poder de compra dos salários vai para a Zona Oeste e região suburbana onde estes preços são mais baixos. (Britto, 1990:166)

É interessante o que Britto revela, ao analisar o perfil e a origem dos compradores de unidades residenciais num dos grandes loteamentos com casas da região: no universo estudado, a maior parte dos compradores (64,1%) vinha de imóveis alugados na própria Zona Oeste, e outros 24,4% vinham da zona suburbana (Britto, 1990).

Indícios desse mesmo fenômeno de transformação das relações sociais de produção do espaço periférico foram também observados nos municípios de Nova Iguaçu, de Caxias, de São João de Meriti e de Nilópolis. Examinando os dados relativos às novas unidades conectadas ao sistema de distribuição de energia (novas ligações) mantido pela Light¹⁰, entre 1987 e 1991, verifica-se a expansão do mercado imobiliário (formal e informal) nessas áreas: 36% dos novos apartamentos construídos naquele período concentraram-se na Zona Oeste e nos quatro municípios citados, 31%, nos subúrbios da capital, e 33,5%, nas Zonas Sul e Norte.

Em outra pesquisa (Furlanetto *et al*, 1987), as mesmas tendências de renovação espacial da periferia foram observadas. Nela são demonstradas, por um lado, a “heterogeneização da periferia”, especialmente do município de Nova Iguaçu e, por outro, a presença de incorporadores atuando nas áreas mais centrais da cidade, justamente as dotadas de infra-estrutura urbana (água, luz, esgoto, asfalto etc.). Trata-se, portanto, de uma expansão com base na renovação do espaço construído que, segundo os autores, é ao mesmo tempo física e social. Os empreendimentos horizontais e verticais começaram a substituir as antigas residências autoproduzidas em períodos anteriores, destinados a camadas de poder aquisitivo superior ao dos antigos moradores. De acordo com a observação de campo realizada pelos autores, uma parcela dos compradores era de pessoas procedentes do município do Rio de Janeiro, evocando o deslocamento de segmentos das “classes média e média-baixa” para a periferia (Furlanetto *et al*, p. 43).

Os agentes dessa renovação urbana em bairros da periferia eram empresas construtoras de pequeno e médio porte que

procuravam ocupar loteamentos próximos a locais com infra-estrutura relativamente definida, construíam habitações com dois ou três quartos e demais dependências com área entre 50 e 80 m², em média. (...) Outro ponto a ser citado, e que pode ser observado nos municípios analisados, é o armazenamento, ou melhor, reservas de loteamentos para futuros lançamentos, o que pode ser comprovado através de placas das firmas proprietárias dos terrenos e que ficam aguardando o momento mais propício para a construção de unidades habitacionais. (Furlanetto *et al*, p. 50-51)

Uma característica desse processo de renovação nos municípios periféricos é a altíssima concentração dos novos empreendimentos imobiliários em áreas restritas no centro do município ou do distrito (como é o caso de Mesquita, por exemplo). Estudo sobre a produção imobiliária empresarial em Nova Iguaçu mostrou que, do total de edifícios residenciais construídos entre 1980 e 1994, 80% estavam localizados na área central do município e que, do total da produção residencial formal, cerca de 17% eram em condomínios ou loteamentos fechados e outros 19% eram apartamentos. O interessante é que num município periférico onde 55% dos chefes tinham, em 1991, um rendimento inferior a dois salários, encontrava-se, no mesmo ano, uma reduzida área do centro (o equivalente a 15 setores censitários) onde mais de 20% dos chefes tinham renda mensal acima de dez salários (Silva, J.K.T., 1995).

Por fim, cabe mencionar a continuidade, na década de 1980, da expansão imobiliária empresarial no município de Niterói, iniciado, como já visto, nos anos 70, com a construção da Ponte Rio-Niterói. Na região de Pendotiba, fora da zona litorânea do município, novos condomínios, centros comerciais e de serviços atraíram uma população de mais alta renda vinda do “núcleo central da cidade, principalmente dos bairros de Icaraí, Santa Rosa, Centro e adjacências. Uma outra parcela se transferiu de alguns bairros da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, como Tijuca, Vila Isabel, Méier etc., ou mesmo da Zona Sul, como Botafogo, Copacabana e Ipanema” (Fonseca, 1996:96).

Esse conjunto de informações indica, portanto, a expansão, no período de crise econômica, do padrão capitalista empresarial de produção imobiliária para determinadas áreas da periferia metropolitana do Rio de Janeiro. Se, por um lado, a criação de um novo *modo de morar*, moderno e seguro, em locais extremamente precários de serviços urbanos e de baixo valor da terra, era garantia de sobrelucro para os incorporadores, por outro, a pauperização das camadas médias e a ausência de financiamentos de longo prazo para aquisição da casa própria criaram as condições de existência de uma demanda solvável para esses novos empreendimentos.

Para concluir sobre o comportamento do setor de incorporação nesse período de crise, é relevante que se fale sobre o advento dos *shopping centers* e sua difusão pelo espaço metropolitano do Rio de Janeiro nos últimos anos. Com a derrocada do SFH, os fundos de pensões tornaram-se importante fonte de financiamento imobiliário, ao deslocarem parte de suas aplicações financeiras para o setor, na forma de associação com o incorporador¹¹. Essa nova fonte, ao impulsionar a construção de *shopping centers* e apart-hotéis por todo o país, garantiu a sobrevivência das grandes incorporadoras que vinham atuando, até então, no setor residencial e que, com a retração da demanda solvável, passaram a vincular sua rentabilidade ao faturamento das atividades do comércio. Só para ter idéia, existem hoje no Brasil 112 *shoppings* em operação, 68 construídos a partir de 1989. Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, ocorreu uma *explosão* de *shopping centers* na periferia, nos últimos quatro anos, o que vem desestabilizando o comércio varejista local¹². São seis *shoppings* na região composta por Nova Iguaçu, Caxias, São João de Meriti e Nilópolis.

Depois do *boom* do comércio na Barra da Tijuca, os empreendedores de *shopping centers* estão descobrindo os consumidores que moram nos bairros da Zona Norte e Baixada e dirigindo para lá seus novos projetos. Nada menos do que seis dos sete novos *shoppings* que se erguem atualmente no Rio serão lançados nestes bairros. Amparados por estudos que mostram um perfil de consumo tão forte ou maior que os de moradores da Zona Sul ou Barra, os empreendedores estão encantados. (*Jornal do Brasil*, 6/11/94)

A elitização do mercado residencial de ponta e a emergência da produção empresarial em áreas restritas na periferia tiveram como contrapartida a difusão das ocupações ilegais por todo o tecido urbano da metrópole. A crescente informalização da produção de moradia para os setores de baixa renda se deu através da periferização das favelas e, mesmo, da densificação das já existentes. O resultado foi a reversão, nos anos 80, do ritmo de crescimento da população favelada residente na cidade do Rio de Janeiro, que vinha em queda de 1950 até 1980. No período 80-91, os moradores em favelas cresceram a uma taxa de 2,6% ao ano, enquanto o crescimento demográfico do município não chegou a 1%. Em 1991, a população favelada equivalia a 17,5% da população total da capital (Tabela 3, Capítulo II).

As áreas de expansão da cidade¹³ — AP4 e AP5 — apresentaram, na década de 1980, uma taxa de crescimento anual da população favelada muito superior à verificada nas áreas consolidadas — AP1, AP2 e AP3. Enquanto em Jacarepaguá e Barra da Tijuca, que compõem a AP4, os moradores em favelas cresceram 9,8% ao ano, nas Zona Sul e Norte, correspondentes à AP2, o percentual ficou em 1,5%¹⁴ (Tabela 2). A AP3 — zona suburbana —, embora tenha apresentado uma taxa de crescimento relativamente baixa — 2,3% —, foi a área com maior participação no incremento absoluto de favelados na cidade: dos cerca de 246 mil novos residentes em favelas entre 80 e 91, 47,2% estavam na AP3, 21,7%, na AP5, e 19,6%, na AP4.

Tabela 2: População favelada por Área de Planejamento no Município do Rio de Janeiro - 1980 e 1991

APs	Pop. fav. 1980	Pop. fav. 1991	Taxa de cresc. aa (%)	Pop.fav./pop. total 1980 (%)	Pop. fav./pop total 1991 (%)	Participação no incremento (%)
AP1	92.119	99.488	0,7	27.2	32.9	3,0
AP2	114.638	135.419	1,5	10.1	13.1	8,5
AP3	416.307	532.340	2,3	18.5	22.9	47,2
AP4	26.985	75.097	9,8	7.6	14.3	19,6
AP5	67.017	120.449	5,5	6.6	9.3	21,7
TOTAL	717.066	962.793	2,7	14.1	17.6	100,0

Fonte: IPLANRIO, 1994.

Apesar do surgimento de novas favelas, o crescimento da população favelada ocorreu sobretudo pelo adensamento das favelas já existentes, tanto nas áreas já consolidadas quanto nas de expansão. Na zona suburbana — AP3 —, o aumento absoluto dos residentes em favelas, entre 1980 e 1991, correspondeu a cerca de 115 mil pessoas, mas apenas 19,5% foram morar em uma das 38 novas favelas que surgiram no período. A grande maioria conseguiu *entrar* numa favela já existente (Tabela 3). Nas áreas de

expansão — AP5 e AP4 —, o percentual referente aos que foram para novas favelas ficou um pouco acima do encontrado na AP3: 30,8% e 35,9%, respectivamente, o que significa que também nessas áreas o processo de favelização correspondeu, em primeiro lugar, ao adensamento das favelas existentes. Esse adensamento pode ter ocorrido através da verticalização dos imóveis¹⁵ e da ocupação dos reduzidos espaços livres ainda existentes, geralmente nos locais de pior acesso e maior risco. Os diferenciais de densidade entre as áreas de favelas, segundo as APs, é um bom indicador: enquanto nas áreas centrais a densidade situa-se entre 5,7 e 3,7 habitantes por metro quadrado, nas áreas de expansão a densidade está abaixo de três habitantes por metro quadrado.

O resultado desse movimento de crescimento das favelas nos anos 80 foi a elevada participação da população favelada nas diferentes regiões da cidade, no início da presente década. Na área central — AP1 —, cerca de 33% dos residentes viviam em favela em 1991, percentual que chegou a 49% em São Cristóvão. A área suburbana também apresentou uma alta proporção de favelados — cerca de 23% —, com bairros onde mais de 80% dos residentes estavam nas favelas¹⁶. Enquanto isso, na Zona Oeste — AP5 —, a importância relativa da população moradora em favela era bem menor: 9,3% (Tabela 3).

Tabela 3: Densidade populacional e novas favelas no Município do Rio de Janeiro, por Área de Planejamento - 1991

APs	Total favelas	Novas favelas ¹	Novas favelas/ total favelas (%)	Pop. novas favelas/ novos favelados ² (%)	Densidade morador/m ²
AP1	57	6	10,5	21,8	5,7
AP2	51	2	3,9	3,9	3,7
AP3	270	38	14,1	19,5	4,2
AP4	103	36	35,0	35,9	2,9
AP5	92	19	20,7	30,8	2,5
TOTAL	573	101	17,6	23,9	3,8

Fonte: IPLANRIO, 1994.

Notas:

(1) *Novas favelas* são as que se formaram entre 1980 e 1991.

(2) Trata-se da proporção de *novos favelados* (população favelada de 1991 - população favelada de 1980) que residem em uma das *novas favelas*.

Três fatores contribuíram para a retomada do crescimento das favelas na década de 1980. O primeiro fator, e talvez o de maior impacto, foi a retração do “padrão periférico” de crescimento metropolitano caracterizado pela produção extensiva de lotes populares que, durante trinta anos, gerou oportunidades de acesso à casa própria para amplos segmentos sociais de baixa renda. Inflação, achatamento salarial, instabilidade no emprego e encarecimento da terra provocaram o colapso da produção “descapitalizada de loteamentos”¹⁷ na periferia do Rio de Janeiro.

Na Zona Oeste da capital, os loteadores “descapitalizados”, responsáveis por aproximadamente 50% da produção total de lotes (dos quais se excluem os loteamentos clandestinos), apresentaram na década de 1980 uma produção pouco significativa: cerca de 8% dos lotes produzidos. Como mostrado anteriormente, mantêm-se no mercado as empresas construtoras, apesar da queda de sua produção (Tabela 4). Na realidade, a produção começou a cair a partir da década de 1960, e, na de 1980, o número de lotes ofertados representou apenas 10% da produção total dos últimos cinquenta anos¹⁸.

Tabela 4: Produção de lotes¹, segundo o tipo de agente, na Zona Oeste² do Município do Rio de Janeiro, por década

Década	40 - 50	50 - 60	60 - 70	70 - 80	80 - 90
Loteador	6.788 58%	36.611 54%	18.379 52%	11.688 46%	880 8%
Empresa	4.749 42%	31.578 46%	16.645 48%	13.637 54%	9.823 92%
Total	11.537 100%	68.189 100%	35.024 100%	25.325 100%	10.703 100%

Fonte: Lago e Ribeiro, 1996.

Notas:

- (1) Estão incluídos apenas os loteamentos regulares e irregulares, excluídos portanto os clandestinos.
 (2) A Zona Oeste é constituída pelas Regiões Administrativas de Bangu, Campo Grande e Santa Cruz.

Os pequenos loteadores que saíram do mercado

atribuem as modificações ocorridas à legislação (municipal, estadual e federal), declarando alguns que esta exige a conclusão das obras antes do início das vendas — o que não é correto: tanto a lei federal (6.766) como a legislação municipal estipulam prazos, bastante flexíveis na prática, para execução das obras. Indicam também que, com a inflação do período, tornou-se essencial o uso da correção monetária das prestações. Segundo eles, estes dois fatores inviabilizam o investimento (...). (Carvalho e Lago, 1989:112-113)

Convém lembrar que a crescente incapacidade de endividamento por parte dos trabalhadores não se deve apenas à desvalorização dos salários frente ao acelerado processo inflacionário no período; o aumento da instabilidade do trabalho e da incerteza em relação ao rendimento mensal, já apontado neste estudo como uma tendência clara do mercado de trabalho na última década, é outro fator que interfere diretamente nas possibilidades de acesso à moradia por segmentos sociais que, não tendo condições de poupar, tinham como única saída o endividamento a longo prazo.

O segundo fator explicativo do crescimento das ocupações ilegais no Rio de Janeiro foi o enorme aumento do contingente de pessoas pobres, fenômeno também já exposto anteriormente. Em 1980, residiam na metrópole 2,4 milhões de pessoas com renda familiar abaixo de dois salários; em 1991, esse número pulou para 3,6 milhões¹⁹ (cerca de 37% da população metropolitana, que equivalem a pouco mais de 1 milhão de famílias). Não se trata aqui da alteração nas condições de reprodução da população pobre, e sim do aumento relativo e absoluto dessa população, numa possível mobilidade social descendente: setores médios empobrecidos, residentes em domicílio alugado, vão engrossar as fileiras dos que não têm alternativa de acesso à casa própria.

Por último, as transformações, a partir das eleições estaduais de 1982, no quadro político fluminense marcaram o início de um período de legitimação das favelas por parte do poder público, reduzindo as barreiras para novas ocupações e para expansão das já existentes. Com efeito, o governo Brizola lançou, em 1983, um programa de regularização fundiária que se pretendia de grande alcance (e na realidade não foi), com o objetivo de garantir segurança ao morador de favela ou loteamento, estimulando-o a investir na sua moradia. Se o programa foi de pouco impacto quanto ao número de titulações dadas²⁰, ele serviu, no entanto, para legitimar as ocupações ilegais como alternativa habitacional. As remoções estavam, portanto, descartadas, e as favelas serviam como válvula de escape para a ausência de investimentos públicos, tanto federais quanto estaduais, em programas habitacionais. A partir de 1983, a CEHAB teve sua atuação bastante reduzida, dando término à era dos grandes conjuntos.

A análise acima indica mudanças significativas, nos anos 80, nas diferentes formas de produção do espaço construído da metrópole do Rio de Janeiro. Os efeitos da crise econômica e a redemocratização do país levaram a uma redefinição da estratégia de atuação de determinados agentes (como foi o caso das grandes incorporadoras e da população de baixa renda), ao mesmo tempo que inviabilizaram a continuidade da atuação de outros (como foi o caso dos loteadores descapitalizados). Contudo, para completar o quadro das alterações na dinâmica urbana/imobiliária nesse período, um último aspecto deve ser observado, pela sua centralidade no processo de estruturação socioespacial. Trata-se da distribuição da infra-estrutura básica na região metropolitana.

Ao analisar o caso do município do Rio de Janeiro, Vetter e Massena (1982) identificaram na dinâmica urbana carioca uma matriz perversa de distribuição dos recursos urbanos, que fazia com que os investimentos públicos, escassos, revertessem direta ou indiretamente para as camadas já mais bem servidas, de mais alta renda. O modelo de “causação circular” passou a ser considerado pela literatura como característico do padrão de urbanização metropolitano brasileiro. Existem hoje evidências de que esse quadro sofreu alterações a partir do final dos anos 70. Marques (1993), estudando os contratos para execução de serviços pela CEDAE, a partir de 1975, mostrou um crescimento dos investimentos nas zonas mais pobres (periferias e favelas), que passaram a ser equivalentes aos realizados nas áreas mais valorizadas (Tabela 5).

Tabela 5: Distribuição dos investimentos *per capita* da Companhia Estadual de Água e Esgotos por regiões da metrópole do Rio de Janeiro - 1975-1991 (US\$)

Período	Favelas	Periferia 1	Periferia 2	Centro	Zona Sul
75-78	0	2,15	1,67	0,18	9,50
79-82	8,34	7,26	10,85	4,53	10,43
83-85	2,79	2,46	3,49	2,76	13,51
86-88	13,49	3,87	13,97	2,43	2,99
89-91	5,14	5,35	8,12	0,19	18,76

Fonte: Marques (1993).

Periferia 1: N. Iguaçu, Nilópolis, S. Gonçalo e Zona Oeste.

Periferia 2: S. João de Meriti e Duque de Caxias.

Zona Sul: AP-2 e Barra da Tijuca.

Essa mudança no padrão histórico de alocação dos investimentos na década de 1980, revertendo em melhoria nas condições de vida das populações pobres²¹, não foi exclusiva do Rio de Janeiro²². Um conjunto de fatores levou ao redirecionamento, mesmo que parcial, dos investimentos. Por um lado, as demandas que emergem, sob a forma de reivindicações, dos movimentos populares e que ganham legitimidade com o retorno das eleições diretas, assim como as demandas dos novos agentes econômicos responsáveis pela dinamização de áreas específicas nas periferias. Por outro, a retração dos investimentos públicos no urbano e a entrada dos programas financiados pelas grandes agências internacionais que, no caso do Rio de Janeiro, tiveram papel decisivo na distribuição dos recursos para infra-estrutura básica. O Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, cuja meta principal era a instalação de rede de água e esgoto nos municípios periféricos que compõem a Baixada Fluminense, foi financiado pelo BIRD, tendo início em 1984.

4.2 TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS NA DÉCADA DE 1980

O ritmo de crescimento da população brasileira sofreu uma forte queda na década de 1980, em função, sobretudo, da diminuição da taxa de fecundidade que já vinha ocorrendo desde os anos 60 e que se acentuou na última década. Entretanto, a redução da taxa de crescimento da região Sudeste de 2,6% ao ano, no período 70-80, para 1,76%, no período 80-91, não pode ser explicada apenas pela queda da fecundidade, já que a redução do ritmo de crescimento das metrópoles que conformam a região foi bem superior ao declínio da fecundidade do país (Martine, 1993). Assim, a transição demográfica brasileira, já em curso há trinta anos, foi acompanhada nos anos 80 por mudanças significativas no padrão de urbanização. Segundo Martine,

houve, nitidamente, um arrefecimento da migração rural-urbana e inter-regional, assim como uma redução do ímpeto da concentração em cidades grandes ou cada vez maiores, especialmente na Região Sudeste. As áreas rurais e localidades pequenas tiveram um crescimento surpreendente, assim como o teve também a rede urbana nordestina. O ritmo elevado de crescimento urbano em segmentos das Regiões Norte e Centro-Oeste, destoando um pouco do conjunto nacional, era esperado, mas não deve persistir no futuro — a menos que sejam feitos investimentos maciços nessas regiões. (Martine, 1993:30)

A queda do ritmo de crescimento da Região Sudeste, nos anos 80, resultou, acima de tudo, da redução do papel da Região Metropolitana de São Paulo como principal pólo de atração populacional do país. As regiões metropolitanas, em seu conjunto, haviam contribuído, na década de 1970, com 41,3% do crescimento total do país, percentual que caiu para 29,6% na última década. Em relação a esse mesmo percentual, a metrópole paulista apresentou uma queda de 17,2% para 10,1%²³. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro, cuja taxa de crescimento já se mostrava baixa na década de 1970 — 2,4% —, apresentou uma taxa ainda menor nos anos 80 — 1,0%. Cabe ressaltar que, apesar da desaceleração do crescimento das duas grandes metrópoles, o percentual da população brasileira nelas residente aumentou de 17,9% para 19,2%, evidenciando a persistência, ainda na década de 1980, do alto grau de concentração populacional nessas regiões (Martine, 1993).

Os dados censitários para o período 1980-91 também indicam que, em termos populacionais, a periferização se manteve; porém, a taxas de crescimento menores. O declínio do êxodo rural²⁴ e o redirecionamento dos fluxos inter-regionais para cidades de porte médio fizeram com que o crescimento demográfico das grandes metrópoles perdesse o ímpeto das décadas anteriores. Conseqüentemente, as áreas periféricas metropolitanas que, ainda nos anos 80, apresentaram altas taxas de crescimento devem esse aumento sobretudo à população deslocada no interior da própria metrópole. Ao discorrer sobre o enfraquecimento da metropolização nos anos 80, Martine (1993) chama a atenção para a crescente importância dos deslocamentos intrametropolitanos no processo de “periferização”. Segundo o autor, nos municípios centrais das maiores regiões metropolitanas — São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife —,

houve uma emigração líquida negativa a partir do município núcleo para municípios periféricos e para fora da RM. No município de São Paulo, estima-se que a emigração

teria sido da ordem de 800 mil pessoas. Como consequência de tais padrões, 56,3% de todo o crescimento verificado nas RMs, durante a década de 1980, ocorreu em municípios periféricos, comparado com 43,8% na década anterior. (Martine, 1993:34)

O crescimento de 1% ao ano alcançado pela Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi o menor entre as metrópoles brasileiras²⁵. No entanto, tal crescimento correspondeu a um aumento absoluto de 1.044.802 de pessoas, contingente superior ao de outras regiões, como Belo Horizonte, que teve um aumento de 820.311 pessoas, embora a taxa de crescimento tenha chegado a 2,5% aa.

Observando o comportamento demográfico da metrópole frente aos demais municípios do Estado do Rio de Janeiro, verifica-se, na década de 1980, um ligeiro declínio no grau de concentração populacional na região metropolitana, que abrigava 77,9% da população do Estado em 1980 e 76,6% em 1991.

Tabela 6: Taxa de crescimento, participação no incremento e distribuição relativa da população dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, segundo classes de tamanho - 1970-1980 e 1980-1991

Tamanho	Taxa de crescimento anual		Distribuição relativa			Participação no incremento	
	70-80	80-91	1970	1980	1991	70-80	80-91
< 10 mil	8,1	0,2	0,3	0,5	0,4	1,2	0,1
10 a 20 mil	2,0	1,2	2,8	2,7	2,7	2,3	3,2
20 a 50 mil	-2,5	1,3	6,3	3,8	4,0	-5,4	5,3
50 a 100 mil	3,8	2,1	5,2	5,9	6,7	8,8	13,5
> 100 mil	3,4	1,4	8,2	9,1	9,6	12,5	13,3
RMRJ	2,4	1,1	77,3	78,0	76,6	80,6	64,5
Estado RJ	2,4	1,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991

Os municípios de 50 a 100 mil habitantes, que alcançaram um crescimento médio de 2,1% ao ano, e os de mais de 100 mil tiveram aumento gradativo de seus respectivos pesos, desde 1970. Quanto à taxa de crescimento,

destacaram-se os municípios de 20 a 50 mil habitantes, que passaram de um índice negativo na década de 1970 para uma taxa de 1,3%, em função principalmente do crescimento de Casimiro de Abreu e dos municípios turísticos de São Pedro da Aldeia e Saquarema. Nota-se ainda que os municípios turísticos de 50 a 100 mil habitantes mantiveram alta taxa de crescimento — mais de 2% ao ano —, bem acima da média do Estado. Esses municípios permitiram identificar três eixos de expansão populacional no Estado: o turístico, composto por Angra dos Reis e Cabo Frio; o agrícola, por Teresópolis, Valença e Três Rios; e o industrial, por Macaé e Resende. Entre os municípios com mais de 100 mil habitantes, apenas Nova Friburgo revelou uma taxa acima de 2%. (Ribeiro *et al*, 1995:15)

A metrópole do Rio de Janeiro, com um crescimento populacional médio de 1% ao ano, apresentou significativa diferenciação interna, ao abrigar áreas em acelerado processo de expansão e outras com perda absoluta de população. Segmentando o espaço intrametropolitano em nove grandes áreas (definidas no capítulo anterior), verificam-se nos anos 80 a consolidação da tendência já em curso nos anos 70 de esvaziamento das áreas centrais, a consolidação de determinadas áreas da periferia e o crescimento ainda significativo de outras. A hipótese de que a periferia metropolitana do Rio de Janeiro parou de crescer não se sustenta, na medida em que duas das macroáreas periféricas —

Zona Oeste e periferia em expansão — apresentaram uma taxa anual acima de 2%. Apenas a periferia consolidada apresentou uma taxa de crescimento abaixo de 1%. Note-se, ainda, o aumento da participação da Zona Oeste — de 17% na década de 1970 para 26,5% na década de 1980 — e da periferia em expansão — de 15,1% para 25,1% — no incremento populacional da metrópole. A periferia em consolidação manteve-se como a área que mais contribuiu para o aumento demográfico metropolitano: cerca de 30% em ambas as décadas. Tais tendências têm gerado como resultado um processo de desconcentração populacional do Centro para as periferias: o peso das quatro áreas periféricas juntas em relação ao conjunto da metrópole passou de 43,7% em 1970 para 52,9% em 1991 (Capítulo III, Tabela 3).

Observando o comportamento demográfico da região metropolitana numa escala menor, verifica-se a queda da taxa de crescimento em todos os municípios, com exceção de Mangaratiba e Paracambi, que na década de 1970 apresentavam, junto com Nilópolis, as taxas mais baixas: 1,2%, 1,9% e 1,7%, respectivamente. No entanto, mesmo com a queda do crescimento, os municípios de Itaboraí, de Itaguaí, de Maricá e de São Gonçalo, que compõem a periferia em expansão, apresentaram altas taxas, superiores a 2%, caracterizando-se, na década de 1980, como municípios receptores de fluxo populacional. Os dados denotam, portanto, dois principais eixos de expansão, já evidentes na década de 1970, e que se mantiveram na década de 1980 com menos intensidade: um em direção à Região dos Lagos, no litoral norte do Estado — São Gonçalo, Itaboraí e Maricá —, impulsionado a partir dos anos 70 pela construção da ponte Rio-Niterói, e outro em direção à costa sul do Estado — Itaguaí e Mangaratiba.

A região da Baixada Fluminense — formada pelos municípios de Nilópolis, de São João de Meriti, de Nova Iguaçu e de Duque de Caxias —, juntamente com o município de Magé, aparecem na década de 1980 como áreas consolidadas ou em processo de consolidação, com taxas de crescimento entre 0,4% e 1,5%. São municípios cujo auge do crescimento demográfico ocorreu nas décadas de 1960 e 1970. Convém destacar a acentuada queda de crescimento verificada em Nova Iguaçu, que apresentou uma taxa anual de 4,2% na década de 1970 e uma de apenas 1,5% na de 1980. Os municípios de Nilópolis e de São João de Meriti, de pequena extensão e altíssima densidade populacional, exibiram na década de 1980 as taxas de crescimento mais baixas da região metropolitana — 0,4% e 0,6% — respectivamente..

Essa abordagem mais geral das tendências demográficas ocorridas nos anos 70 e 80 revela, como foi visto acima, a existência atualmente de dois grandes eixos de expansão da metrópole em direção aos litorais sul e norte do Estado do Rio de Janeiro. Por outro lado, os municípios centrais da metrópole, Rio de Janeiro e Niterói, se analisados sem que suas diferenciações espaciais internas sejam consideradas, podem ser definidos, assim como a Baixada Fluminense, como áreas consolidadas, com taxas de crescimento na década de 1980 de 0,7% e 0,8%, respectivamente. No entanto, utilizando os dados demográficos numa escala espacial ainda menor — distritos e regiões administrativas —, identificam-se dinâmicas demográficas diferenciadas no interior dos municípios metropolitanos. Na realidade, as áreas de expansão extrapolam os limites institucionais dos municípios, abrangendo um conjunto de áreas contíguas, situadas em municípios distintos.

Examinando as taxas de crescimento anual dos distritos e regiões administrativas, na década de 1980, é possível, com base nos distritos e RAs que apresentaram crescimento superior a 2% ao ano (Mapa 1), estabelecer seis grandes áreas de expansão:

1. *Área litorânea sul (BR-101)*: distritos de Itaguaí, Vila Muriqui, Mangaratiba e Conceição de Jacareí. Apesar das altas taxas de crescimento demográfico na última década, tiveram pequena participação (1,3%) no incremento total da metrópole, que correspondeu a um crescimento absoluto de apenas 18 mil pessoas;
2. *Área oeste do município do RJ*: RAs da Barra da Tijuca, Jacarepaguá, Madureira, Campo Grande e Santa Cruz. Além do elevado ritmo de crescimento, seu incremento de 250 mil pessoas equivaleu a 44% do incremento metropolitano, destacando-se, assim, como principal eixo de expansão na metrópole;
3. *Área litorânea norte (BR-101)*: distritos de São Gonçalo, Monjolo, Ipiúba, Itambi e Itaboraí. O incremento de 180 mil pessoas representou 18% do incremento total da metrópole, com destaque para o distrito de São Gonçalo, que teve uma participação de 7%;
4. *Área leste de Niterói*: distritos de Itaipu, Inoã, e Maricá. Assim como a área litorânea sul, seu crescimento em termos absolutos foi relativamente reduzido: 35 mil pessoas, que garantiram à área uma participação no incremento total de apenas 3%;
5. *Área norte da Baía de Guanabara (Rio-Petrópolis/BR-116)*: distritos de Imbariê e Suruí. Também nessa área o incremento absoluto foi pequeno, 33 mil pessoas, ou seja, 3% do incremento total da metrópole;
6. *Área oeste da metrópole (Dutra)*: distritos de Cava, Queimados, Seropédica e Paracambi. Essa área teve uma participação de 5% no incremento metropolitano, correspondente a 68 mil pessoas.

A participação de cada uma das seis áreas de expansão no incremento populacional da região metropolitana, no período 1980-91, mostra que, apesar das altas taxas de crescimento em todas elas, apenas as áreas oeste do município do Rio de Janeiro e litoral norte tiveram participação expressiva no incremento populacional da metrópole. As outras quatro, especialmente as áreas litoral sul e leste de Niterói, expressam uma tendência de crescimento nessas direções.

Outro fenômeno que deve ser observado no exame da dinâmica demográfica do Rio de Janeiro refere-se à desconcentração populacional no interior da metrópole. O município do Rio de Janeiro, que em 1970 abrigava 61,7% da população metropolitana, em 1991 passa a abrigar apenas 55,8%. Isso se deve, em parte, ao esvaziamento de áreas do Centro e Zona Sul da capital, que apresentaram, na última década, crescimento negativo. Destaca-se Copacabana, que perdeu 58.570 residentes no período. As Regiões Administrativas de Botafogo, Copacabana e Lagoa, que abrigavam, juntas, 9,7% da população metropolitana em 1970, passaram a abrigar 6,5% em 1991.

Mapa 1: Área de expansão na região metropolitana do Rio de Janeiro
1980/1981



Fonte: Censo Demográfico de 1980 e 1981.

Obs: As áreas de expansão reúnem distritos e regiões administrativas com taxa anual de crescimento populacional acima de 2%.

Por outro lado, os municípios de Nova Iguaçu e de São Gonçalo, responsáveis, respectivamente, por 19,4% e 15,7% do crescimento metropolitano no período, foram os que mais aumentaram suas participações na população total da metrópole, sobressaindo-se Nova Iguaçu, que passou a concentrar 13,2% desse universo em 1991, contra 10,6% em 1970. É importante observar que apenas alguns distritos desses municípios tiveram participação significativa no processo de desconcentração. Em Nova Iguaçu, 69,5% dos residentes concentravam-se, em 1991, em apenas dois distritos — Nova Iguaçu e Belford Roxo —, que juntos abrigavam 9,2% da população metropolitana. São Gonçalo, mesmo com uma distribuição interna mais equilibrada, concentrava, em 1991, 38% de seus residentes no distrito sede. Por fim, o alto crescimento demográfico na Zona Oeste fez com que a área abrigasse, em 1991, 13,2% da população metropolitana, indicando também uma desconcentração dentro dos próprios limites da capital.

Se definidos como áreas de alta concentração populacional todos os distritos/RAs que abrigavam mais de 3% da população metropolitana, verifica-se que, em 1970, havia 14 áreas de alta concentração, 11 delas na capital. Em 1991, das 12 existentes, sete se localizavam na capital — Penha, Méier, Madureira, Jacarepaguá, Bangu, Campo Grande e Anchieta — e cinco em outros municípios — distritos de Duque de Caxias, Niterói, Nova Iguaçu, Belford Roxo e São Gonçalo. Entretanto, das 12 áreas citadas, apenas quatro — Madureira, Jacarepaguá, Campo Grande e São Gonçalo — apresentaram na década de 1980 taxa de crescimento significativa — acima de 2,5%.

Sintetizando as informações mencionadas, podemos destacar as seguintes tendências:

Se, por um lado, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro como um todo apresentou, nos anos 80, queda significativa em sua taxa de crescimento, por outro, o comportamento demográfico no interior da metrópole foi bastante diversificado, evidenciando algumas áreas que sofreram perda de população e outras que tiveram acelerado crescimento populacional;

Não foram apenas as áreas centrais que apresentaram taxa de crescimento em torno de 0%; a periferia, denominada aqui de consolidada, mostrou a mesma taxa e caracterizou-se, igualmente, como área de expulsão;

Pode-se considerar como áreas de expansão efetiva, na década de 1980, a área litorânea norte da metrópole e a área oeste do município do Rio de Janeiro. As demais áreas periféricas com alta taxa de crescimento revelaram uma participação no incremento populacional da metrópole ainda incipiente e constituíram-se, assim, como eixos potenciais de expansão;

As mudanças ocorridas na década de 1980 na distribuição da população metropolitana não devem ser compreendidas como ruptura ou reversão do quadro vigente na década anterior. Tais mudanças, ao contrário, correspondem à consolidação de tendências já em curso nos anos 70.

As alterações na dinâmica populacional reveladas anteriormente refletem não apenas os impactos da segunda fase da transição demográfica em que se encontra o país desde a década de 1960, mas, sobretudo, as mudanças na direção e no volume dos fluxos migratórios inter-regionais e intrametropolitanos.

4.3 FLUXOS MIGRATÓRIOS E DESLOCAMENTOS INTRAMETROPOLITANOS

A década de 1980 foi marcada pela redução do movimento migratório no país. O ritmo crescente dos deslocamentos populacionais verificado nos anos 60 e 70 havia sido motivado, entre outros fatores, pela modernização do campo em parceria com a concentração da propriedade fundiária e pela expansão industrial nas grandes áreas urbanas. Com a redução das oportunidades de emprego em todo o território nacional ao longo da última década,

parece haver uma preferência por tentar resolver a questão da sobrevivência no lugar mais conhecido, na comunidade onde existem redes de amigos e parentes já estabelecidas. No mínimo, o trajeto migratório tende a ter um raio menor, tanto pelas dificuldades e custos de locomoção, como pela predileção por localidades e regiões mais próximas ou mais conhecidas. (Martine, 1993:43)

Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a queda do crescimento populacional nos anos 80 foi decorrente sobretudo da diminuição dos fluxos migratórios em direção à metrópole, que, não custa lembrar, já vinham decrescendo desde a década de 1970. Com efeito, no período 1970-80, a metrópole havia recebido 758 mil migrantes vindos de fora da região²⁶ e apenas 573 mil entre 1980 e 1991, ou seja, menos de 24%. Estudos referentes à Região Metropolitana de São Paulo demonstram o mesmo fenômeno, o que exige uma compreensão mais abrangente dos efeitos da crise sobre as grandes metrópoles brasileiras, que ultrapasse as especificidades do Rio de Janeiro. Em outras palavras, o menor poder de atração exercido pela metrópole fluminense nos anos 80 não se deveu apenas às particularidades do esvaziamento econômico da região, mas à reconfiguração do papel econômico das grandes metrópoles num período marcado tanto pela crise quanto por alterações estruturais no modelo de acumulação²⁷.

A queda do incremento populacional e do volume de migrantes na metrópole do Rio de Janeiro foi acompanhada pelo aumento, entre as duas últimas décadas, da participação desses migrantes no crescimento ocorrido. Esse aumento sucedeu em todas as áreas da metrópole²⁸ e está vinculado a dois outros processos: à queda da natalidade e à saída de um maior contingente populacional para fora das áreas. Assim, em todas elas, com exceção da periferia em expansão, a participação dos imigrantes no incremento ficou próxima ou acima de 100% (Tabela 7). Pode-se afirmar que o crescimento nessas áreas se deu basicamente por migração, porém, com perda significativa de residentes. A periferia em expansão foi a única área que apresentou aumento absoluto no número de migrantes e a menor participação da migração no crescimento (75%), o que pode indicar uma taxa de natalidade superior à das demais áreas.

Tabela 7: Participação do total de migrantes e dos migrantes intrametropolitanos no incremento e no total da população, segundo a área de destino, na RMRJ - década de 1980

Área de destino	Incremento pop. 80-91	Migrante	Migrante/incremento	Migrante/pop. 91	Migrante Intramet.	Migr. Intra./pop.91
Rio de Janeiro	390.053	385.779	98,9%	7,0%	44.177	0,8%
Niterói	39.032	69.372	177,7%	15,9%	36.101	8,3%
Periferia consolidada	33.450	84.350	252,2%	14,4%	61.729	10,6%
Periferia em consolid.	320.038	291.630	91,1%	13,5%	184.481	8,6%
Periferia em expansão	262.229	197.723	75,4%	17,1%	128.810	11,1%
RMRJ	1.044.802	1.028.854	98,5%	10,5%	455.298	4,6%

Fonte: Censos Demográficos de 1980 e 1991.

Outra alteração que merece registro foi a redução, entre 1980 e 1991, do peso dos migrantes em relação à população total: em todas as áreas a participação dos migrantes caiu e as maiores quedas verificaram-se nas periferias consolidada e em consolidação, que, em 1980, apresentaram alta proporção de migrantes entre os residentes — 25% e 22%, respectivamente —, e, em 1991, em torno de 14% (Tabela 7). Mesmo na periferia em expansão, apenas 17% dos residentes eram migrantes em 1991, contra 21% em 1980.

O Rio de Janeiro se manteve na década como principal município receptor dos fluxos migratórios (37,5% dos fluxos se dirigiram para a capital), seguido por Nova Iguaçu, localizado na periferia em consolidação, que abrigou 16% do total dos migrantes metropolitanos. São Gonçalo, situado na periferia em expansão, tornou-se, nos anos 80, o terceiro município que mais recebeu migrantes (10,7% do total dos fluxos), ultrapassando Caxias, que estava nessa posição na década anterior. Convém notar que os quatro municípios citados abrigaram, no período 1980-91, um volume bem inferior de migrantes do que o verificado no período 1970-80. Por outro lado, os municípios de Itaboraí, de Maricá e de Mangaratiba, todos localizados na periferia em expansão, tiveram aumento absoluto de migrantes na última década, com destaque para Maricá, vizinho a Niterói, que recebeu 14 mil migrantes na década de 1980, contra apenas 7,7 mil na década de 1970. Diferentemente dos demais, esses municípios mantinham, em 1991, uma elevada participação dos migrantes em relação ao total da população residente (acima de 20%), chegando a 30% em Maricá.

A queda, nos anos 80, no volume de migrantes em direção à metrópole do Rio de Janeiro teve como principal fator a retração do fluxo de nordestinos: 201 mil na década de 1980, contra 339 mil na década anterior, ou seja, uma diminuição em termos absolutos de 40%. Os fluxos oriundos das demais regiões, sobretudo do Sudeste, exceto o Estado do Rio de Janeiro, também sofreram queda na última década; no entanto, o impacto foi menor em função do menor volume de migrantes²⁹ (Tabela 8).

A migração do Nordeste diminuiu em todas as áreas da metrópole, com exceção da periferia em expansão, que apresentou um ligeiro acréscimo; ressalte-se o município do Rio de Janeiro, principal área receptora desses fluxos, onde, nos anos 70, os nordestinos representavam cerca de 44% do total dos migrantes e, nos anos 80, cerca de 36% (Tabela 8). Apesar de a capital ter recebido, na última década, menos 93 mil nordestinos, o Nordeste continuou como a principal área de origem dos fluxos que se dirigiram para aquele município.

Na metrópole do Rio de Janeiro, a diminuição dos deslocamentos interestaduais foi em parte compensada pelo aumento significativo, tanto na capital quanto nas periferias, dos migrantes vindos do interior do próprio Estado: se na década de 1970 a metrópole

recebeu 99 mil migrantes do interior, na década de 1980, esse número pulou para 169 mil. Com efeito, a vinda de menos 140 mil nordestinos para a região metropolitana teve como contrapartida a entrada de mais 70 mil interioranos do próprio Estado do Rio de Janeiro. Na década de 1970, os fluxos do interior do Estado significavam apenas 7,4% do total de fluxos migratórios na metrópole, enquanto na última década passaram a representar 16,5%. Novamente, a capital se sobressai pelo impressionante aumento desses fluxos entre as duas décadas (mais 41 mil migrantes), que nos anos 80 correspondiam a 15,3% dos deslocamentos para o município, contra 3,3% nos anos 70 (Tabela 8).

Tabela 8: População migrante, não natural do município, segundo região de origem, por área de destino na RMRJ - década de 1980

Área de destino	Região de origem					Total de migrantes
	Nordeste	Sudeste (exceto RJ)	RJ interior	RMRJ	Demais regiões	
Rio de Janeiro	137.167	78.344	58.943	44.177	67.148	385.779
Niterói	5.299	6.304	16.431	36.101	5.238	69.372
Periferia consolidada	7.371	3.675	10.222	61.729	1.354	84.350
Periferia em consolidação	33.821	19.048	47.249	184.481	7.031	291.630
Periferia em expansão	17.740	9.466	36.475	128.810	5.231	197.723
RMRJ	201.398	116.837	169.320	455.298	86.002	1.028.854
Rio de Janeiro	35,6%	20,3%	15,3%	11,5%	17,4%	37,5%
Niterói	7,6%	9,1%	23,7%	52,0%	7,6%	6,7%
Periferia consolidada	8,7%	4,4%	12,1%	73,2%	1,6%	8,2%
Periferia em consolidação	11,6%	6,5%	16,2%	63,3%	2,4%	28,3%
Periferia em expansão	9,0%	4,8%	18,4%	65,1%	2,6%	19,2%
RMRJ	19,6%	11,4%	16,5%	44,3%	8,4%	100,0%

Fonte: Censo Demográfico de 1991.

As periferias consolidadas e em consolidação também passaram a receber um contingente bem maior de migrantes do interior, alterando significativamente o peso desses fluxos em cada uma delas: de 3,1% para 12,1% e de 6,7% para 16,2%, respectivamente. É interessante notar que, na década de 1970, a área da metrópole que recebeu o maior volume de pessoas do interior foi a periferia em expansão, ultrapassada, contudo, já na última década, pela capital e pela periferia em consolidação em volume de migrantes do interior (Tabela 8).

A retração dos fluxos de longa distância e a ampliação dos de curta distância em direção à metrópole do Rio de Janeiro foram acompanhadas pelo arrefecimento dos deslocamentos intrametropolitanos, cujo volume total apresentou queda em termos absolutos de 21% entre as duas décadas³⁰ (Tabela 8).

Embora em termos absolutos tenha diminuído o número de pessoas que mudaram de município no interior da metrópole, o peso da migração intrametropolitana em relação ao total dos fluxos apresentou um ligeiro aumento entre as duas últimas décadas, passando de 43,5% para 44,3%. Cabe observar que apenas Niterói e a periferia em expansão patentearam, como áreas receptoras, uma elevação no volume dos fluxos intrametropolitanos, os quais passaram a representar, em Niterói, 52% do total de deslocamentos para o município no período 1980-91, contra 45,4% no período anterior (Tabela 8). Essas alterações, por sua vez, não chegaram a tirar o lugar de Nova Iguaçu como principal município receptor dos fluxos intrametropolitanos: 23% deles para lá se dirigiram nos anos 80. São Gonçalo aparece como segundo município receptor e Caxias, como terceiro. A grande

mudança nessa hierarquia ficou com os municípios de São João de Meriti e de Nilópolis (que compõem a periferia consolidada): São João foi, na década de 1970, o segundo município metropolitano com o maior afluxo de migrantes intrametropolitanos e Nilópolis, o sétimo. Na década de 1980, São João passou para quinto e Nilópolis, para nono.

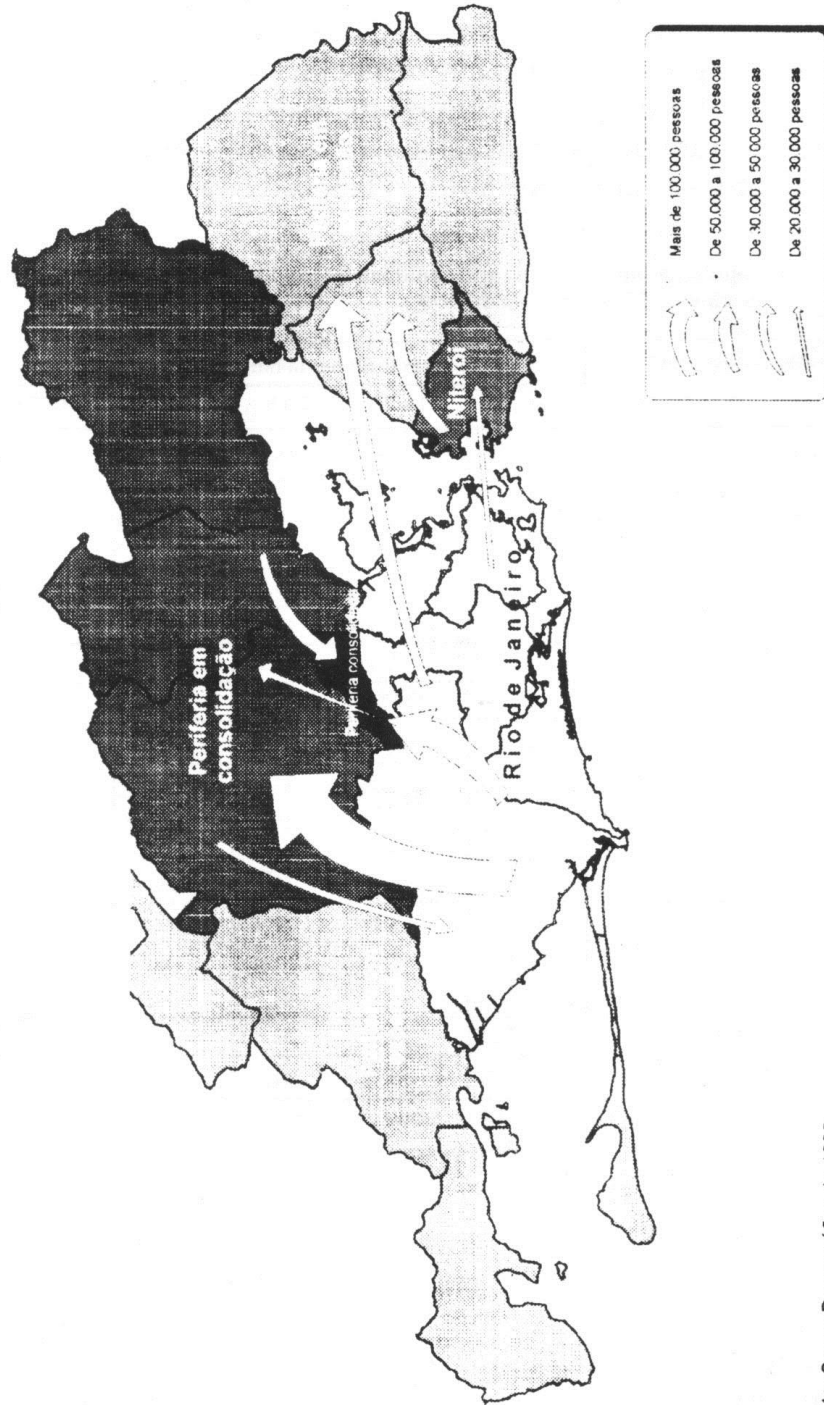
A predominância dos dois tipos de deslocamentos intrametropolitanos observados na década de 1970 manteve-se na última década, mas com alterações: o peso dos fluxos oriundos da capital para as áreas periféricas caiu de cerca de 52% para 47%, enquanto o dos fluxos internos à própria periferia subiu de cerca de 25% para 27% do total de fluxos intrametropolitanos. A participação dos que vieram da periferia para a capital quase não se alterou, passando de 8,7% para 8,2%. A periferia em consolidação manteve-se na década de 1980 como principal área receptora dos fluxos intrametropolitanos, recebendo 40,5% dos migrantes, seguida pela periferia em expansão, que recebeu 28,3% (Tabela 9 e Mapa 2).

Tabela 9: População migrante intrametropolitana, não natural do município, segundo a área de origem e destino na RMRJ - década de 1980

Área de destino	RJ	Niterói	Periferia consolidada	Periferia em consolidação	Periferia em expansão	Total
Rio de Janeiro	0	6.859	9.212	22.413	5.693	44.177
Niterói	22.386	0	431	2.194	11.091	36.101
Periferia consolidada	35.416	1.077	4.134	20.618	484	61.729
Periferia em consolidação	119.582	4.291	26.641	29.257	4.710	184.481
Periferia em expansão	61.674	30.537	2.237	13.632	20.730	128.810
RMRJ	239.058	42.764	42.655	88.113	42.708	455.298
Rio de Janeiro	0,0%	15,5%	20,9%	50,7%	12,9%	9,7%
Niterói	62,0%	0,0%	1,2%	6,1%	30,7%	7,9%
Periferia consolidada	57,4%	1,7%	6,7%	33,4%	0,8%	13,6%
Periferia em consolidação	64,8%	2,3%	14,4%	15,9%	2,6%	40,5%
Periferia em expansão	47,9%	23,7%	1,7%	10,6%	16,1%	28,3%
RMRJ	52,5%	9,4%	9,4%	19,4%	9,4%	100,0%

Fonte: Censo Demográfico de 1991; FIBGE.

Mapa 2: Fluxo Intra-metropolitanos com mais de 20.000 pessoas
1980/1991



Fonte: Censo Demográfico de 1980

As alterações, entre as duas décadas, no volume dos fluxos em direção às áreas periféricas mostram claramente a tendência ao “fechamento” da periferia consolidada e, em menor grau, da periferia em consolidação, que perderam posição como áreas receptoras na década de 1980 — a quantidade de migrantes caiu de 18,6% para 13,6%, na primeira, e de 45% para 40,5%, na segunda. Os saldos migratórios intrametropolitanos confirmam essa tendência, na medida em que ocorreu uma queda acentuada desses saldos em ambas as áreas. A periferia consolidada apresentou um saldo positivo de 57 mil migrantes nos anos 70 e de apenas 19 mil nos anos 80; o saldo da periferia em consolidação caiu de 153 mil pessoas para 96 mil, no mesmo período. Os dados sobre a periferia em expansão, por sua vez, mostram que a periferação tendeu a se deslocar para as áreas mais distantes do centro metropolitano: seu saldo migratório subiu de 69 mil para 86 mil pessoas. É importante frisar que se trata de uma tendência ao fechamento da periferia mais próxima da capital, o que não se contrapõe à verificação de que a periferia em consolidação ainda era, em 1991, a principal área receptora dos deslocamentos intrametropolitanos.

A redução dos fluxos para as periferias consolidadas e em consolidação foi acompanhada pelo aumento relativo dos fluxos oriundos dessas próprias áreas e pela queda dos provenientes da capital. Na periferia em consolidação, 69,8% dos deslocamentos que para lá se dirigiram nos anos 70 tinham como origem o município do Rio de Janeiro; 11,5%, a periferia consolidada; e 14,6%, a própria área (o que significa mobilidade entre os municípios da área) (Capítulo III, Tabela 7). Nos anos 80, os fluxos da capital representaram 64,8%; os da periferia consolidada, 14,4%; e os da própria área, 15,9%. Cabe observar que, apesar da redução, o contingente de pessoas que se deslocou da capital para a periferia em consolidação foi da ordem de 119 mil, ou seja, o maior fluxo intrametropolitano na década. Por outro lado, na periferia em expansão verificou-se o aumento relativo dos que saíram da capital e da periferia em consolidação e a queda dos que saíram de Niterói (nesse caso, a principal redução referiu-se aos deslocamentos de Niterói para o município de São Gonçalo, embora ainda envolvessem um contingente bastante significativo de pessoas, ou seja, cerca de 25 mil). Os dados denotam, portanto, uma tendência na década de 1980 ao redirecionamento dos fluxos oriundos da capital para a periferia em expansão, particularmente para os municípios de São Gonçalo, de Itaboraí e de Maricá, que conformam dois dos eixos de expansão da metrópole definidos anteriormente: área litorânea norte e área oeste de Niterói.

Outra tendência verificada na última década foi o aumento da participação de Niterói como área receptora dos deslocamentos no interior da metrópole, enquanto o município do Rio de Janeiro manteve inalterada sua participação. Se no período 1970-80 esses municípios receberam respectivamente 5,6% e 9,9% do total dos fluxos, no período 1980-91 os percentuais foram de 7,9% e 9,7% (Tabela 9). Simultaneamente, houve queda do saldo migratório negativo nos dois municípios, ou seja, ambos perderam menos população na década de 1980³¹. No caso do Rio de Janeiro, essa queda foi devida à redução dos fluxos tanto para a periferia (como já visto) quanto para a capital, especialmente os oriundos da periferia em expansão, que abrigavam 13 mil pessoas nos anos 70 e apenas 5 mil nos anos 80³². Já no município de Niterói houve redução dos deslocamentos para a periferia em expansão e elevação no contingente de migrantes vindos da capital (que se manteve como principal área de origem dos fluxos para Niterói) e da periferia em expansão (basicamente dos municípios de São Gonçalo e de Itaboraí).

Um último fluxo a ser examinado é o que se destina às favelas do Rio de Janeiro. Se nos anos 60 e 70 os fluxos migratórios, especialmente os de longa distância, tiveram importante participação no crescimento das favelas³³, nos anos 80, a mobilidade residencial intrametropolitana, em particular os deslocamentos no interior do próprio município do Rio, foi responsável em larga medida pela expansão das favelas: em 1991, apenas 7,4% da população residente em favela eram migrantes da década de 1980. Dos 240 mil novos favelados entre 1980 e 1991, apenas 30% eram migrantes, sendo 17% nordestinos³⁴, 7% oriundos do próprio Estado do Rio e 6% de outras regiões. Ou seja, a população que já residia na cidade em 1980 foi responsável por 70% do incremento populacional nas favelas no período 1980-91³⁵. Essa é uma primeira evidência de que o aumento da pobreza no Rio de Janeiro não está hoje associado à migração campo-cidade, e sim à perda do poder aquisitivo (ou, ainda, à da capacidade de endividamento) da população residente e à diminuição das alternativas habitacionais, sejam apartamentos, sejam lotes populares.

As tendências levantadas até aqui serão mais bem avaliadas a seguir, através da análise do perfil socioeconômico e das condições de moradia dos migrantes residentes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em que se dará maior ênfase aos migrantes intrametropolitanos.

4.4 PERFIL SOCIAL E CONDIÇÕES DE MORADIA DOS MIGRANTES NA DÉCADA DE 1980

A redução no contingente de migrantes na última década, especialmente os procedentes das regiões mais pobres do país, põe em questão a relação histórica entre migração, pobreza urbana e os processos de favelização e periferação. Em seu estudo sobre os migrantes que chegaram ao Rio de Janeiro nos anos 60, Castro (1979) já relativizava o papel atribuído à migração na permanência dos altos índices de pobreza e desigualdade na área metropolitana. Mas as décadas de 1960 e 1970 foram períodos de acelerada expansão econômica, marcados por uma relativa mobilidade social ascendente de parcelas da população urbana. Os migrantes recém-chegados se distinguiam socialmente dos demais trabalhadores, que, formal ou informalmente, haviam se “integrado” à economia urbano-industrial. A perspectiva de “integração” e ascensão social alocava os migrantes no patamar mais baixo da hierarquia social e espacial vigente na metrópole, naquele momento.

A década de 1980 marcou a reversão dessa perspectiva, na medida em que a crise econômica pôs fim à expectativa na mobilidade social. A população metropolitana empobrece e a atratividade da metrópole entra em declínio. Os efeitos da migração sobre o quadro de desigualdades socioespaciais se reduzem. Por outro lado, os deslocamentos intrametropolitanos apontam alterações na dinâmica propriamente urbana e, por consequência, no padrão de segregação espacial, que serão mais bem entendidas através da caracterização dos que se deslocaram.

Vimos anteriormente que os dois principais fluxos em direção à Região Metropolitana do Rio de Janeiro na última década foram os que saíram do Nordeste e do interior do próprio Estado do Rio de Janeiro. Analisando o perfil social dos migrantes nordestinos e interioranos que foram para a capital, observou-se uma diferenciação clara entre os dois grupos, em que os nordestinos apresentaram uma significativa inferioridade nas

condições de renda, instrução e ocupação. Em relação à renda, cerca de 40,7% dos nordestinos e apenas 24,8% dos interioranos tinham renda familiar de até dois salários mensais, enquanto entre a população do município esse percentual era, em 1991, de 29,7%. Na outra ponta da hierarquia, apenas 12,3% dos nordestinos tinham renda familiar acima de dez salários, contra 25,5% dos interioranos (Tabela 10). Em relação à totalidade dos residentes na capital, 15,3% alcançavam esse patamar de renda; ou seja, os migrantes do interior do Estado do Rio de Janeiro tinham, em média, um perfil de renda superior ao da população carioca. Quanto ao grau de instrução, 24,1% dos nordestinos e 16,1% dos interioranos não chegaram a concluir o primário e 21,3% e 46,6% deles, respectivamente, tinham, no mínimo, o segundo grau completo; entre a totalidade dos cariocas, 12,6% estavam no patamar inferior e 42,3% no patamar superior (Tabela 11). As diferenças de inserção no mercado de trabalho confirmam a diferenciação social dos dois grupos de migrantes: tomando a prestação de serviços e a indústria da construção como os setores da economia em que o trabalho é mais precarizado, verifica-se que, entre os migrantes nordestinos ocupados, 50,3% eram prestadores de serviços e 9,8%, trabalhadores na construção civil, enquanto entre os interioranos os percentuais caíam para 36,7% e 6,5% (Tabela 12). Os percentuais relativos à população ocupada da cidade eram inferiores: 23,8% e 5,2%, respectivamente. Por fim, os trabalhadores domésticos merecem destaque, por representarem 21,2% dos migrantes nordestinos e 15,3% dos interioranos, contra apenas 7,9% do total de ocupados na capital em 1991 (Tabela 13).

Tabela 10: População migrante residente no município do RJ, segundo a renda familiar, por área de origem - década de 1980 (%)

Área de origem	Faixa de renda em <i>salário mínimo</i>						Total
	Até 1	1 a 2	2 a 5	5 a 10	10 a 20	+ de 20	
NE	17,8	22,9	33,2	13,8	7,5	4,8	100,0
Interior RJ	12,6	12,2	26,5	18,6	16,7	8,8	100,0
RMRJ	14,9	19,2	32,0	18,6	10,9	4,4	100,0

Fonte: Censo Demográfico de 1991.

Tabela 11: PEA migrante residente no município do RJ, segundo o grau de instrução, por área de origem - década de 1980 (%)

Área de origem	Grau de instrução					Total
	Nenhum	Primário	1º grau	2º grau	Superior	
NE	24,1	13,3	41,3	14,2	7,1	100,0
Interior RJ	16,1	12,2	28,0	20,8	22,8	100,0
RMRJ	14,8	19,0	29,0	22,3	15,0	100,0

Fonte: Censo Demográfico 1991.

Tabela 12: População ocupada migrante residente no município do RJ, segundo o setor da atividade principal, por área de origem - década de 1980 (%)

Área de origem	Agricultura	Indústria transf.	Indústria construção	Comércio	Prestação de serviços	Outros serviços	Total
NE	0,5	9,6	9,8	13,6	50,3	16,2	100,0
Interior do RJ	0,5	13,1	6,5	13,6	36,7	29,7	100,0
RMRJ	0,8	15,0	5,6	15,2	27,9	35,4	100,0

Fonte: Censo Demográfico de 1991.

Tabela 13: População ocupada migrante residente no município do RJ, segundo a posição na ocupação, por área de origem - década de 1980 (%)

Área de origem	Trab. agríc.	Trab. domésticos	Empreg. setor priv.	Empreg. setor públ.	Autônomo	Empregador	Total
NE	0,3	21,2	60,8	6,6	10,2	0,8	100,0
Interior do RJ	0,3	15,3	48,7	16,6	15,5	3,7	100,0
RMRJ	0,4	10,2	53,0	17,4	15,2	3,8	100,0

Fonte: Censo Demográfico de 1991.

Um outro indicador da diferenciação social do migrante nordestino em relação ao do interior do Estado refere-se ao peso dos que foram residir em favela na capital: 30% dos nordestinos e apenas 11,1% dos interioranos (Tabela 14). É bom lembrar que os migrantes em geral constituíram apenas 30% do incremento absoluto da população favelada do município, na última década, quando a participação dos nordestinos foi de 17%.

Tabela 14: População migrante residente no município do RJ, segundo local de residência, por área de origem - década de 1980 (%)

Área de origem	Favela	Não favela	Total
NE	30,0	70,0	100,0
Interior do RJ	11,1	88,9	100,0
RMRJ	16,4	83,6	100,0

Fonte: Censo Demográfico de 1991.

Os migrantes que saíram do interior do Estado para a capital ou para Niterói apresentaram um perfil de renda bem superior aos que se estabeleceram em uma das áreas periféricas. Na realidade, os interioranos que foram para a periferia, nos anos 80, eram mais pobres que os nordestinos que chegaram à capital. Mais da metade dos interioranos que se dirigiram para as periferias em consolidação e em expansão tinha renda familiar de até dois salários mensais, enquanto aqueles cuja renda era maior do que dez salários não chegavam a 3%. A periferia consolidada abrigou migrantes do interior com um perfil de renda mais elevado, embora o percentual daqueles com rendimento de até um salário (21%) fosse da mesma ordem de grandeza do verificado para o resto da periferia (Tabela 15).

Tabela 15: População migrante residente na RMRJ que saiu do interior do Estado do RJ, segundo a renda mensal familiar, por área de destino na RMRJ - década de 1980 (%)

Área de destino	Faixa de renda mensal familiar em <i>salário mínimo</i>						S/ decl.	Total
	Até 1	1 a 2	2 a 5	5 a 10	10 a 20	+ de 20		
Rio de Janeiro	12,6	12,2	26,5	18,6	16,7	8,8	4,6	100,0
Niterói	12,4	10,0	21,1	21,7	20,6	11,9	2,4	100,0
Periferia consolidada	21,0	20,1	34,6	14,0	8,9	0,0	1,5	100,0
Periferia em consolidação	23,9	27,7	34,3	8,3	2,1	0,3	3,3	100,0
Periferia em expansão	24,6	27,7	33,6	9,5	2,6	0,2	1,8	100,0
RMRJ	18,6	19,8	29,8	14,1	9,9	4,7	3,2	100,0

Fonte: Censo Demográfico de 1991.

Os dados indicam, portanto, uma maior seletividade espacial no interior da metrópole quanto à localização dos migrantes de “curta distância” (do interior do próprio Estado), já que aqueles com maior rendimento tenderam a se concentrar na capital e em Niterói e os mais pobres, nas áreas periféricas. Os migrantes de “longa distância” (do Nordeste), pobres ou não, ao contrário, se dirigiram massivamente para a capital. Poderia aventar-se a hipótese de que a maior proximidade da área de origem com a metrópole possibilita maior contato e informação (tanto em relação às alternativas de moradia quanto de trabalho) com os já estabelecidos, o que levaria tanto os mais ricos quanto os pobres a se localizarem próximos de seus pares. Os nordestinos, como apontado em outros estudos, tenderiam a se estabelecer na área mais central, onde há maior mercado para atividades de serviços pessoais e de construção civil, deslocando-se posteriormente para outras áreas da metrópole. A análise da mobilidade residencial intrametropolitana, no período 1980-91, permitirá observar esses movimentos de *expulsão* e de *atração* dos diferentes segmentos sociais no interior da metrópole.

A população que na última década mudou de município dentro da própria Região Metropolitana do Rio de Janeiro era ainda mais pobre que a dos anos 70, sobretudo a dos que se dirigiram para as periferias. Se, no período 1970-80, os migrantes com renda

familiar até dois salários representavam 34,4% do total, no período 1980-91, correspondiam a 42,9%. Aqueles com renda acima de dez salários apresentaram um ligeiro decréscimo entre as décadas: de 7,5% para 6,3% (Tabela 16). Na realidade, o empobrecimento dos que mudaram de residência na metrópole foi equivalente ao empobrecimento da população como um todo. Com efeito, o percentual de pessoas residentes na metrópole com renda de até dois salários passou de 28,3% para 36,8%, entre as décadas. Ou seja, o que ocorreu não foi uma maior mobilidade residencial dos pobres em relação aos não-pobres, e sim um aumento da proporção de pobres.

O aumento relativo do número de pobres entre os migrantes intrametropolitanos teve como contrapartida uma impressionante elevação no nível de instrução. Nos anos 70, 18,2% dos que se deslocaram não tinham completado o primário, 10,4% tinham segundo grau e apenas 4,3%, nível superior. Na última década, o percentual dos que não tinham instrução caiu para 11,9%, enquanto o dos que concluíram o segundo grau passou a representar 21,2% e o dos que completaram o nível superior, 8,4% dos migrantes. Essa melhora também está relacionada à significativa elevação do nível de instrução da população ativa metropolitana. Só como exemplo, já que se voltará a esses dados no final deste capítulo, em 1980, 20,4% da PEA não tinham qualquer grau de instrução e 13,5% tinham segundo grau. Em 1991, os sem-instrução passaram a representar 13,1% da PEA e os que possuíam o segundo grau, 22,1%.

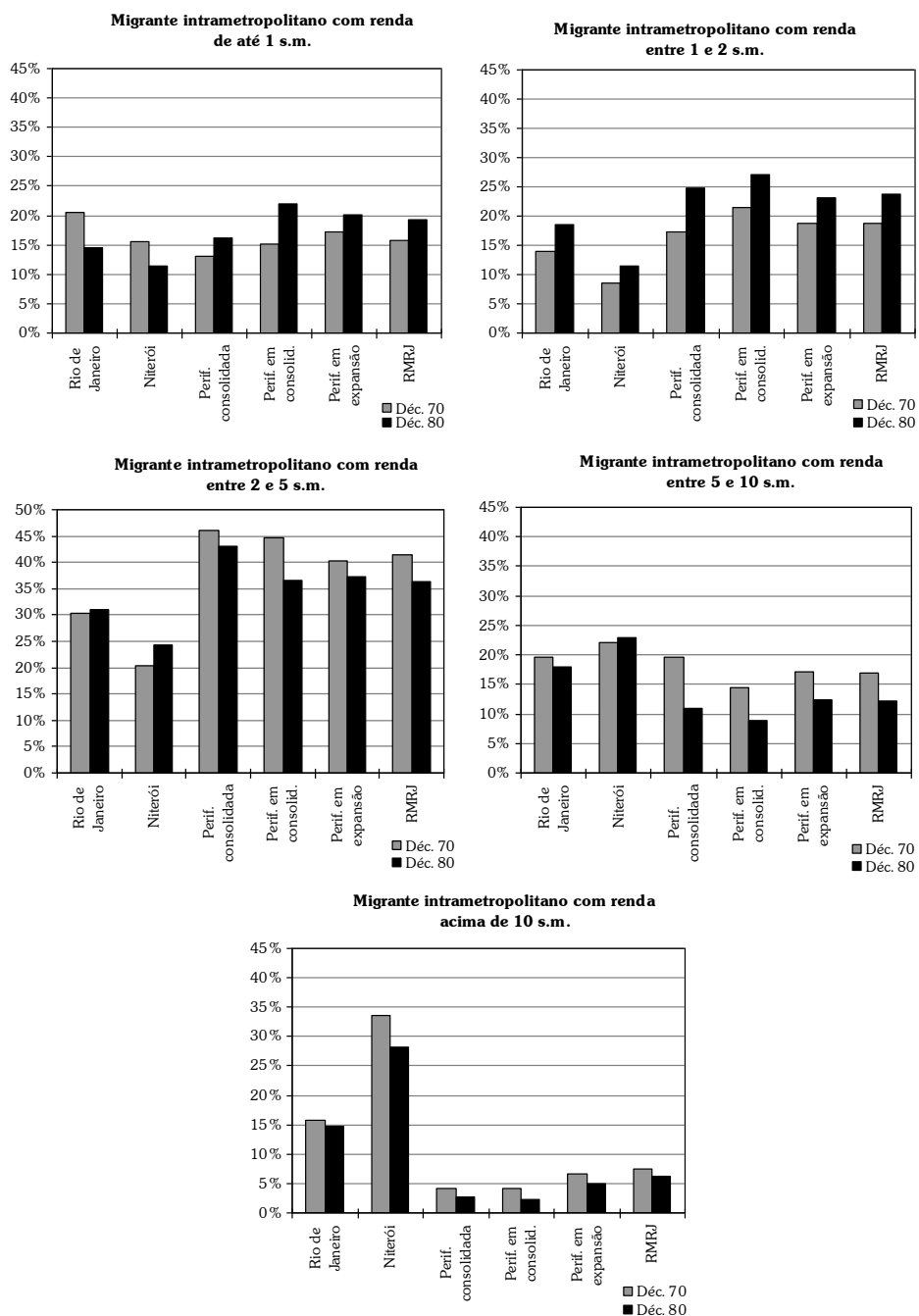
Tabela 16: População migrante intrametropolitana, segundo faixa de renda mensal familiar, por área de destino na RMRJ - década de 1980

Área de destino	Faixa de renda mensal familiar em <i>salário mínimo</i>						s/ decl.	Total
	até 1	1 a 2	2 a 5	5 a 10	10 a 20	+ de 20		
Rio de Janeiro	6.381 14,5%	8.225 18,6%	13.699 31,0%	7.946 18,0%	4.646 10,5%	1.864 4,2%	1.366 3,1%	44.127 100,0%
Niterói	4.141 11,5%	4.151 11,5%	8.713 24,2%	8.272 23,0%	6.714 18,7%	3.434 9,5%	574 1,6%	35.998 100,0%
Periferia consolidada	9.975 16,2%	15.280 24,8%	26.601 43,1%	6.740 10,9%	1.379 2,2%	252 0,4%	1.501 2,4%	61.729 100,0%
Periferia em consolidação	40.606 22,0%	50.034 27,1%	67.643 36,7%	16.431 8,9%	3.710 2,0%	656 0,4%	5.400 2,9%	184.481 100,0%
Periferia em expansão	25.984 20,2%	29.876 23,2%	47.964 37,2%	16.064 12,5%	5.257 4,1%	1.062 0,8%	2.574 2,0%	128.781 100,0%
RMRJ	87.087 19,2%	107.567 23,7%	164.620 36,2%	55.453 12,1%	21.706 4,7%	7.268 1,6%	11.416 2,5%	455.116 100,0%

Fonte: Censo Demográfico de 1991.

Entre os migrantes que se deslocaram para as periferias, na década de 1980, verificou-se um aumento considerável no peso dos miseráveis — faixa até um salário —, especialmente na periferia em consolidação, onde o percentual era de 15,2% nos anos 70 e passou a 21% na última década. Na periferia consolidada, o peso relativo à menor faixa de renda entre os que para lá se deslocaram passou de 13% para 16,2%, enquanto na periferia em expansão, de 17,2% para 20,2%. Chama a atenção, ainda, o fato de que nas três áreas periféricas tenha ocorrido uma queda em todas as faixas de renda acima de dois salários, indicando uma relação mais estreita entre alto nível de pobreza e migração (para a periferia) do que a observada na década de 1970 (Quadro 1). Apenas na periferia em expansão que abriga dois municípios³⁶ cuja orla marítima tem sido objeto de especulação imobiliária, o peso dos migrantes com mais de dez salários ficou acima de 5%, ao mesmo

tempo que o dos migrantes com até um salário caiu. Por outro lado, nessa mesma periferia, os municípios de Itaboraí e de Itaguaí apresentaram os maiores aumentos no percentual da menor faixa de renda.

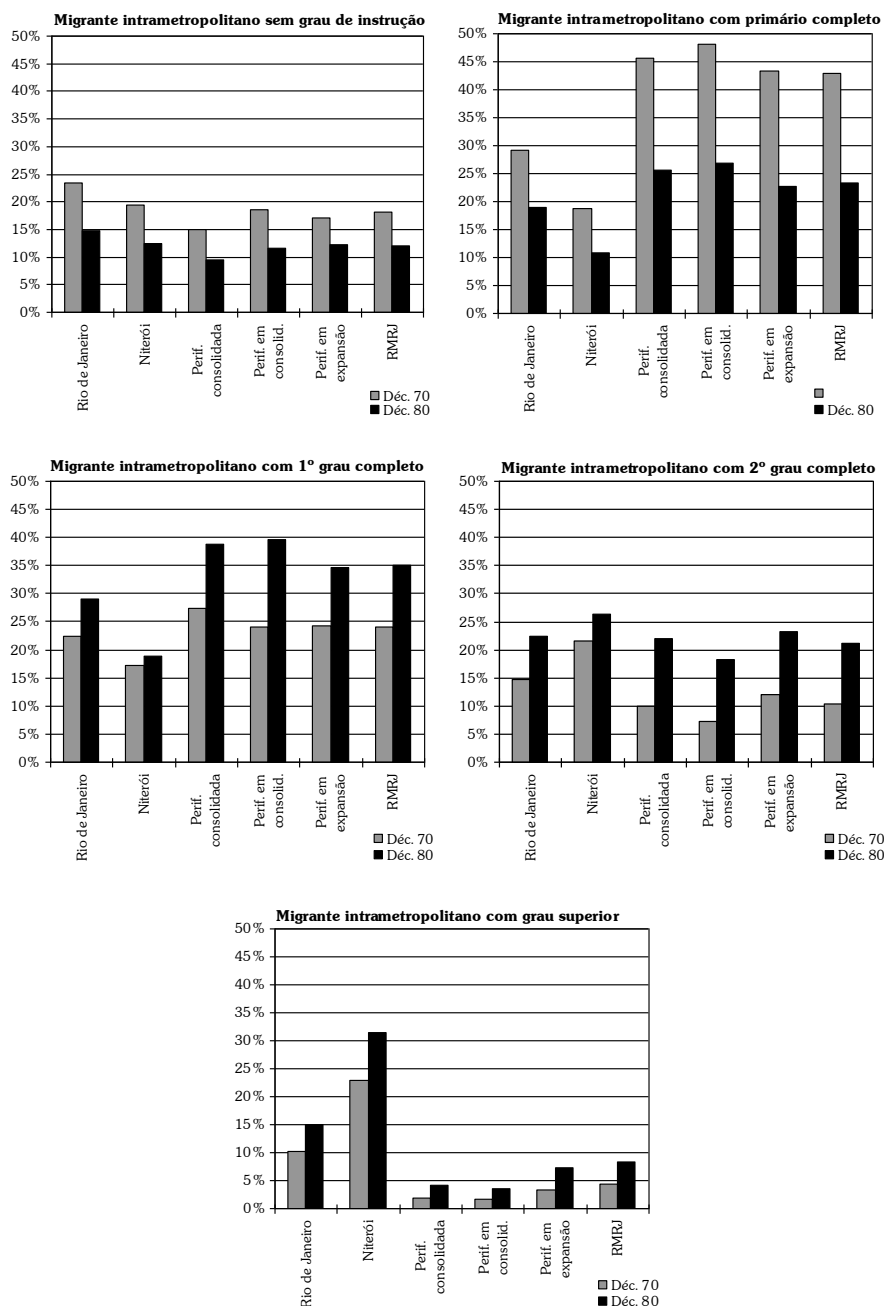


Como resultado, verificou-se uma certa seletividade nos deslocamentos intrametropolitanos em direção às periferias: enquanto em determinados municípios (Itaboraí, Itaguaí, Paracambi, na periferia em expansão, e Magé e Nova Iguaçu, na periferia em consolidação) mais da metade dos migrantes eram pobres (com renda familiar de até dois salários), nos demais (Nilópolis e São João de Meriti, na periferia consolidada; Caxias, na periferia em consolidação; e Mangaratiba, Maricá e São Gonçalo, na periferia em expansão), mais da metade eram não-pobres. Pode-se dizer que nesse último grupo de municípios os migrantes apresentaram um perfil de renda mais heterogêneo³⁷.

Quanto ao grau de instrução dos migrantes economicamente ativos intrametropolitanos que, nos anos 80, se deslocaram para as áreas periféricas, houve uma queda significativa dos que haviam completado apenas o primário (faixa que agregava o maior número de pessoas em 1980) e um aumento correspondente dos que tinham o primeiro grau (que passou a agregar em 1991 o maior contingente de migrantes) e o segundo grau completos. O peso dos migrantes com nível superior também aumentou, mas em proporção menor. A elevação do nível educacional desses migrantes foi generalizada, ocorrendo em todas as áreas periféricas (Quadro 2).

Comparando o perfil de instrução dos migrantes entre as três áreas, observa-se em 1991 uma menor diferenciação espacial do que a encontrada no perfil de renda: o percentual de migrantes com primário completo variou de 22,6%, na periferia em expansão, a 26,9%, na periferia em consolidação. No entanto, os municípios que apresentaram um perfil de instrução dos migrantes mais heterogêneo foram os mesmos que mostraram uma maior diversificação no perfil de renda: em Nilópolis, Mangaratiba, Maricá e São Gonçalo, o peso dos que tinham completado, no mínimo, o segundo grau ficou acima de 30%.

Quadro 1: População migrante intrametropolitana por faixa de renda familiar, segundo área de destino na RMRJ – décadas de 1970 e 1980



A diferenciação espacial do perfil de instrução e de renda na periferia não encontrou correspondência direta com o tipo de inserção do migrante no mercado de trabalho. O corte mais significativo ocorreu entre, de um lado, os municípios de São João de Meriti, de Caxias e de Nova Iguaçu, que receberam um contingente relativamente maior de

trabalhadores no setor da indústria de transformação (mais de 18% dos migrantes ocupados) e ainda de trabalhadores empregados no setor privado (mais da metade dos migrantes ocupados) e, de outro, os municípios de Magé, de Itaboraí, de Itaguaí, de Mangaratiba e de Maricá, que apresentaram um percentual mais elevado (acima de 10%) de migrantes ocupados no setor da construção civil e de prestação de serviços (mais de 34%, com exceção de Itaguaí) e também de trabalhadores autônomos (mais de 20%). Nesse grupo, Mangaratiba e Maricá se destacam pela alta proporção de migrantes trabalhadores domésticos (mais de 17%), o que pode ser explicado pelo aumento, visto anteriormente, dos segmentos de mais alta renda, nos dois municípios, que geram demanda por esse tipo de atividade. Já o perfil do trabalhador que chegou a São Gonçalo e Nilópolis (da mesma forma que o perfil de renda e de instrução) foge um pouco do encontrado nos outros municípios periféricos, aproximando-se mais do perfil dos migrantes que se dirigiram para a capital, onde o setor de demais serviços tinha maior peso.

Até agora, foi analisado o perfil dos migrantes intrametropolitanos que se deslocaram para uma das áreas periféricas. Para fechar o quadro sobre a mobilidade espacial na periferia e sua relação, na década de 1980, com as possíveis alterações no padrão de desigualdades socioespaciais, será feita a seguir uma comparação entre o perfil de renda dos que entraram com o dos que saíram das três áreas localizadas na periferia metropolitana³⁸.

A diferenciação no perfil de renda entre os migrantes que entraram e os que saíram das áreas periféricas na década de 1980 não é muito significativa, especialmente no que se refere ao peso dos migrantes pobres (até dois salários). Verifica-se que, de uma maneira geral, o perfil de renda dos que entraram era ligeiramente inferior ao dos que saíram, na medida em que a participação dos pobres entre os que chegaram era um pouco maior do que a observada entre os que saíram, enquanto a participação dos migrantes nas faixas acima de cinco salários era menor entre os que chegaram. No entanto, na escala municipal há variações nesse quadro. Os municípios de Nilópolis, de São João de Meriti, de Caxias, de Mangaratiba, de Maricá e de São Gonçalo mais uma vez se diferenciam dos demais por apresentarem maior proporção tanto de pobres quanto de pessoas com mais de dez salários entre os que saíram (relativamente aos que entraram). Apenas as faixas médias tiveram maior peso entre os migrantes que entraram nesses municípios, o que permite supor, em primeiro lugar, o início de um processo de limitação de acesso aos pobres a algumas áreas desses municípios e, em segundo, a emergência de segmentos de mais alta renda que tenderiam a sair desses municípios para áreas mais valorizadas³⁹.

Para concluir a análise do perfil dos migrantes intrametropolitanos, falta examinar os que chegaram (assim como os que saíram) aos municípios do Rio de Janeiro e de Niterói na década de 1980⁴⁰. Em primeiro lugar, nos dois municípios há uma diferenciação no perfil de renda entre os que entraram e os que saíram bem mais expressiva do que a verificada na periferia. Em segundo, essa diferenciação dos perfis de renda era inversa à referente às áreas periféricas. Com efeito, a população que saiu da capital e de Niterói agregava uma proporção de pobres e de pessoas com renda familiar entre dois e cinco salários bem superior à encontrada entre os que entraram: no Rio de Janeiro, 42,8% dos que saíram para outros municípios da metrópole tinham renda de até dois salários e 37,2%, entre dois e cinco salários, enquanto 33,1% dos que entraram na capital eram pobres e 31% estavam na segunda faixa; já quanto aos segmentos de mais alta renda (acima de dez salários), apenas 6% saíram e 14,7% entraram. Em Niterói, a diferenciação era ainda maior: 35,8% dos que saíram do município eram pobres e outros 35,8% tinham

renda entre dois e cinco salários, enquanto os percentuais correspondentes aos que entraram eram de apenas 23% e 24,5%, respectivamente. Aqueles com renda de mais de dez salários equivaliam a 10,5% dos que saíram e a 28,2% dos que entraram. Evidencia-se, portanto, uma clara tendência ao “fechamento” desses dois municípios⁴¹ aos segmentos mais pobres, que saíram em massa para as periferias e que neles entraram em proporção mais reduzida. Foram 104 mil pobres que se deslocaram do Rio de Janeiro para a periferia ou Niterói e apenas 14 mil que entraram na capital na última década. Em Niterói, saíram 16 mil e entraram 8 mil.

Se os migrantes intrametropolitanos que foram para a periferia nos anos 80 eram claramente mais pobres do que os da década anterior, o mesmo não se verificou em relação aos migrantes que se deslocaram para a capital e para Niterói. A mudança mais significativa no perfil de renda desses migrantes, entre as duas décadas, foram a redução do percentual dos miseráveis e a elevação do percentual dos pobres não miseráveis. Assim, a participação dos pobres (renda familiar até dois salários) entre os migrantes quase não se alterou; no entanto, os miseráveis (renda familiar até um salário), que representavam 20,5% dos migrantes que entraram na capital e 15,6% dos que foram para Niterói na década de 1970, passaram a representar somente 14,5% e 11,5%, na década seguinte (Quadro 1 e Tabela 16). Essa evidência fortalece a hipótese do “fechamento” dos dois municípios em função da diminuição de alternativas de acesso à terra (até às favelas) para os miseráveis. Mais adiante se voltará a ela.

Mesmo com a queda no percentual de miseráveis, os migrantes intrametropolitanos que foram para a capital, ou mesmo para Niterói, ainda apresentavam nos anos 80 um contingente de miseráveis relativamente alto, se comparado ao segmento de mais alta renda: 14,5% de miseráveis e 14,7% de pessoas com mais de dez salários, no caso do Rio de Janeiro. Em Niterói, o peso dos segmentos de mais alta renda entre os migrantes era expressivamente maior que o do Rio de Janeiro: 11,5% de miseráveis e 28,2% de migrantes com mais de dez salários (Tabela 16). Tal diferenciação no perfil de renda entre os que se mudaram para a capital e para Niterói foi também observada no perfil educacional. Em ambos os municípios (assim como na periferia), houve uma elevação no nível de instrução dos migrantes economicamente ativos, caindo consideravelmente a participação dos que não tinham instrução e dos que completaram o primário e aumentando o peso dos que concluíram o segundo grau e o nível superior (Quadro 2). Essa melhora, no entanto, não chegou a alterar a diferença, já vista na década anterior, entre os dois municípios: enquanto na capital 15% dos migrantes tinham nível superior (percentual bem mais elevado que o referente às áreas periféricas), em Niterói esse percentual foi de 31,5% (Tabela 17). É interessante notar a estreita relação entre os perfis de renda e instrução desses migrantes.

Tabela 17: PEA migrante intrametropolitana, segundo o grau de instrução, por área de destino na RMRJ - década de 1980

Área de destino	Grau de instrução					Total
	Nenhum	Primário	1º grau	2º grau	Superior	
Rio de Janeiro	3.131 14,8%	4.018 19,0%	6.142 29,0%	4.726 22,3%	3.170 15,0%	21.186 100,0%
Niterói	2.368 12,4%	2.071 10,8%	3.618 18,9%	5.064 26,4%	6.037 31,5%	19.157 100,0%
Periferia consolidada	2.837 9,6%	7.578 25,5%	11.489 38,7%	6.518 22,0%	1.260 4,2%	29.681 100,0%
Periferia em consolidação	9.663 11,7%	22.297 26,9%	32.824 39,6%	15.045 18,2%	3.020 3,6%	82.849 100,0%
Periferia em expansão	7.196 12,3%	13.203 22,6%	20.185 34,6%	13.517 23,1%	4.303 7,4%	58.405 100,0%
RMRJ	25.195 11,9%	49.166 23,3%	74.258 35,1%	44.869 21,2%	17.791 8,4%	211.279 100,0%

Fonte: Censo Demográfico de 1991.

No que se refere à forma de inserção no mercado de trabalho, os migrantes intrametropolitanos da capital e de Niterói se diferenciaram daqueles da periferia pela maior proporção do pessoal ocupado no setor de demais serviços (especialmente em Niterói), dos empregados no setor público e, em menor escala, dos empregadores. A participação dos migrantes na construção civil e dos trabalhadores domésticos não era muito diferente da verificada na periferia. Cabe aqui uma comparação entre os trabalhadores que se deslocaram de outras áreas da metrópole para o município do Rio de Janeiro e os que vieram do Nordeste e do interior do próprio Estado. Fica claro que os que já se encontravam na metrópole estavam estabelecidos em melhores postos de trabalho do que os que vieram do Nordeste e em postos aproximadamente análogos aos dos interioranos. Entre os nordestinos, 21,2% eram, em 1991, trabalhadores domésticos, 9,8% estavam inseridos no setor da construção civil e 50,3%, no setor de prestação de serviços. Entre os interioranos, esses percentuais eram de 15,3%, 6,5% e 36,7%, e entre os originários da própria metrópole, 10,2%, 5,6% e 27,9% (Tabelas 12 e 13). No entanto, os perfis de renda dos três grupos de migrantes indicam uma expressiva superioridade das condições monetárias dos interioranos em relação aos migrantes intrametropolitanos: 25,5% dos que saíram do interior para a capital, na década de 1980, tinham renda familiar acima de dez salários, enquanto 24,8% eram pobres; entre os intrametropolitanos, 15,3% estavam na faixa superior e 34,1%, na inferior (Tabela 10). Essa menor proporção de pobres entre os migrantes do interior pode estar expressando não só o “fechamento” do município do Rio de Janeiro (assim como o de Niterói) a esses segmentos⁴² como também a saída de parcela dos trabalhadores de baixa renda, especialmente trabalhadores rurais das áreas mais estagnadas no norte do Estado, para outros Estados do país ou para cidades médias no próprio Estado, diminuindo a pressão sobre a capital.

O contingente de migrantes intrametropolitanos que foram morar nas favelas do município do Rio de Janeiro correspondeu a 16,4% do total dos migrantes intrametropolitanos, percentual bem inferior ao de 30% referente aos nordestinos. Desses 16,4%, pouco mais da metade (55,2%) tinha renda familiar de até dois salários, ou seja, os que se assentaram nas favelas eram mais pobres que o conjunto dos migrantes intrametropolitanos, dos quais 33,1% estavam nessa faixa. Chama a atenção, no entanto, o fato de que quase a metade dos que foram para favelas tivesse uma renda acima de dois salários e 16,4%, acima de cinco (Tabela 18). Morar na favela deixaria de ser uma alternativa só para os extremamente pobres, ainda mais porque uma das condições para

ingressar em muitas favelas cariocas é ter maiores rendimentos. Se a favela não é a principal alternativa de moradia dos migrantes, nem mesmo dos mais pobres (apenas 30% dos pobres vindos de outros municípios da metrópole foram morar nas favelas), qual o padrão habitacional predominante?

Tabela 18: População migrante intrametropolitana, segundo a renda mensal familiar, por local de destino no município do Rio de Janeiro - década de 1980

Local de destino	Faixa de renda familiar em <i>salário mínimo</i>					S/ decl.	Total
	até 1	1 a 2	2 a 5	5 a 10	+ de 10		
Município do RJ	6.381 14,5%	8.225 18,6%	13.699 31,0%	7.946 18,0%	6.510 14,8%	1.366 3,1%	44.127 100,0%
Favelas no município do RJ	1.765 24,4%	2.223 30,8%	2.044 28,3%	788 10,9%	399 5,5%	239 3,3%	7.228 100,0%
Migrante fav./migrante RJ	27,7%	27,0%	14,9%	9,9%	6,1%	17,5%	16,4%

Fonte: Censo Demográfico de 1991.

O padrão da moradia de destino dos migrantes intrametropolitanos, nos anos 80, corresponde às mudanças verificadas na dinâmica imobiliária e às diferenciações espaciais baseadas no perfil socioeconômico dos migrantes. O indicador da condição de ocupação do domicílio (relação de propriedade do imóvel) evidencia um percentual de migrantes com a propriedade *plena*⁴³ do imóvel relativamente alto em Niterói e nas periferias em consolidação e expansão. Na periferia consolidada e no município do Rio de Janeiro, o peso dos domicílios alugados se mostrou superior em relação às demais áreas. No entanto, esses percentuais podem significar fenômenos bastante distintos. Assim, em Niterói, a alta proporção de migrantes proprietários (53,6%) estaria evidenciando a expansão da produção empresarial no município, em particular na primeira metade da década, possibilitando o acesso à casa própria de segmentos médios, principalmente do Rio de Janeiro (Tabela 19). Tal expansão se daria através tanto de condomínios de casas nas áreas de expansão da orla quanto de edifícios de apartamentos nas áreas centrais: a proporção de migrantes que foram morar em casas e apartamentos foi mais ou menos a mesma (48,7% em casas e 51,3% em apartamentos) (Tabela 20). Cabe observar que houve maior tendência, nos anos 80, de moradia em casas, em comparação à década anterior: na de 70, 42,3% foram residir em casas, e 48,7%, na década seguinte (Quadro 3).

Tabela 19: População migrante intrametropolitana, segundo condição de ocupação do domicílio de destino, por área de destino na RMRJ - década de 1980 (%)

Área de destino	Próprio	Só construção própria	Alugado	Cedido	Outro	Total
Rio de Janeiro	44,5	11,5	31,5	11,9	0,7	100,0
Niterói	53,6	10,1	26,4	9,6	0,2	100,0
Periferia consolidada	40,2	10,2	42,1	6,4	1,1	100,0
Periferia em consolidação	54,3	8,9	26,3	9,5	1,0	100,0
Periferia em expansão	52,5	5,1	25,7	11,8	4,9	100,0
RMRJ	50,9	8,3	28,8	9,9	2,0	100,0

Fonte: Censo Demográfico de 1991

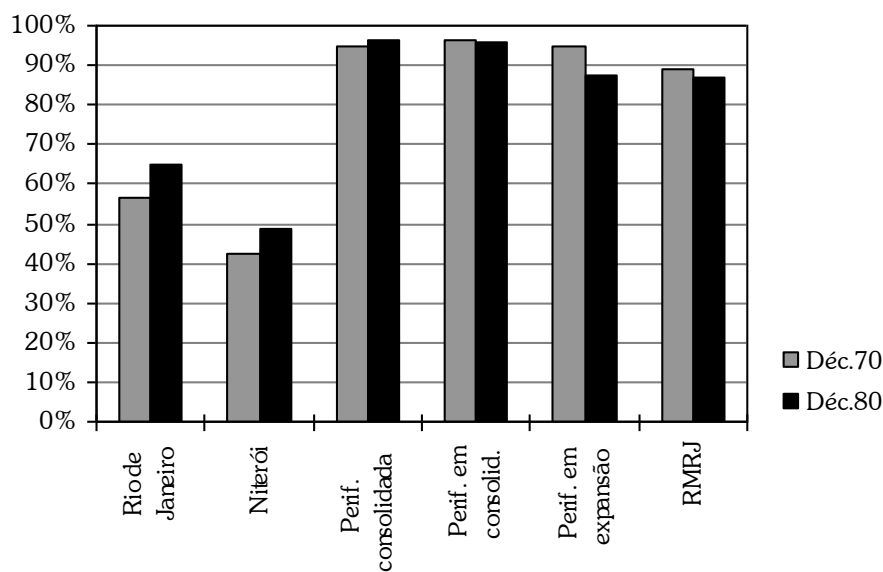
Tabela 20: população migrante intrametropolitana, segundo o tipo do domicílio de destino, por área de destino na RMRJ - década de 1980 (%)

Área de destino	Tipo de domicílio		Total
	Casa	Apartamento	
Rio de Janeiro	64,8	35,2	100,0
Niterói	48,7	51,3	100,0
Periferia consolidada	96,2	3,8	100,0
Periferia em consolidação	95,7	4,3	100,0
Periferia em expansão	87,2	12,8	100,0
RMRJ	87,1	12,9	100,0

Fonte: Censo Demográfico de 1991.

No caso das periferias em consolidação e em expansão, o alto percentual de imóveis próprios entre os migrantes (54,3% e 52,5%, respectivamente) expressaria tanto o padrão de moradia predominante nessas áreas, ou seja, a casa autoconstruída, quanto ainda, mas em menor escala e apenas em algumas áreas específicas, a expansão da produção empresarial de condomínios, horizontais e verticais, de classe média⁴⁴. Já a periferia consolidada apresentou um percentual relativamente maior de imóveis alugados entre os migrantes (42,1%), o que pode indicar a conjugação de dois fenômenos: (i) a estagnação na oferta de novos imóveis (formal e informal), que nessa área teria que ser feita através da verticalização, uma vez que Nilópolis e São João de Meriti são municípios com altíssimas taxas de ocupação e densidade⁴⁵; e (ii) o crescimento de segmentos sociais de mais alta renda, que criaria uma demanda para o mercado de aluguel (Tabela 19). Nessa área, manteve-se a predominância das casas como alternativa para os migrantes (96,2%), tendo ocorrido um ligeiro aumento entre as décadas no percentual dos que foram morar nesse tipo de domicílio (Quadro 3).

Quadro 3: População migrante intrametropolitana residente em domicílio tipo casa, por áreas da RMRJ - décadas de 1970 e 1980



Quanto ao município do Rio de Janeiro, a propriedade plena foi predominante (44,5%) entre os migrantes da década, não chegando, entretanto, ao nível de Niterói. O

percentual de migrantes em domicílios alugados também foi elevado (31,5%)⁴⁶. Como a maior parte dos migrantes intrametropolitanos (64,8%) foi morar em casas, que na capital se concentram nos subúrbios e na Zona Oeste, pode-se supor que a principal forma de acesso à cidade pelos novos residentes tenha sido a compra de uma casa nas áreas de expansão⁴⁷ (Zona Oeste e Anchieta para os de mais baixa renda e Jacarepaguá e Barra da Tijuca para os setores médios), que apresentaram, ainda nos anos 80, altas taxas de crescimento demográfico (Tabelas 19 e 20). O Rio de Janeiro evidenciou também um percentual expressivo dos dois indicadores de condição de ocupação *informal*, ou seja, a propriedade somente da construção e o domicílio cedido: cada uma dessas condições serviu de alternativa para cerca de 11% dos migrantes intrametropolitanos, o maior percentual entre as áreas da metrópole. A primeira condição estaria mais vinculada a domicílios em favelas, e a segunda, a domicílios em áreas periféricas, onde a menor densidade permitiria a construção de mais de uma moradia no mesmo lote, a ser cedida ou alugada. De fato, verifica-se que na periferia em expansão a proporção de migrantes em domicílio cedido é semelhante à da capital e um pouco mais elevada que a das demais periferias, enquanto a proporção de moradia sem a propriedade do terreno é inferior (Tabela 19).

O empobrecimento da população migrante (assim como o da população metropolitana como um todo), na última década, foi acompanhado pela redução do tamanho da moradia de destino. Na década de 1970, 34,4% dos migrantes intrametropolitanos haviam se deslocado para domicílios de apenas um quarto, e 46,7%, para os de dois quartos; na última década, esses percentuais subiram para 36,2% e 49%, enquanto a proporção dos que foram para imóveis de três quartos caiu de 16,1% para 13,2% (Tabela 21). Essa tendência à diminuição do tamanho da moradia entre os migrantes ocorreu em todas as áreas⁴⁸, sobretudo em Niterói e no Rio de Janeiro, onde a queda do percentual de migrantes em domicílios de três e quatro ou mais quartos foi bastante expressiva. No entanto, mesmo com essas mudanças, os dois municípios continuaram abrigando, em relação às demais áreas, um percentual maior de migrantes em domicílios com mais de três dormitórios. Tal diferenciação espacial pode estar relacionada a dois fatores: o primeiro diz respeito à relação entre oferta de imóveis e o perfil social dos migrantes, em que quanto maior for a proporção de imóveis grandes, maior a proporção das camadas médias entre os migrantes. O segundo refere-se à baixa densidade populacional e à maior incidência de famílias numerosas ou ampliadas nas áreas periféricas mais distantes, em fase de expansão, onde se observam ao mesmo tempo um percentual expressivo de migrantes em domicílios com três quartos e uma enorme proporção de pobres. Em Itaboraí, por exemplo, 15,8% dos migrantes foram morar em imóvel com três ou mais dormitórios, enquanto em Caxias, ou mesmo em Nilópolis, esse percentual foi inferior (10,4% e 12,8%, respectivamente).

Tabela 21: População migrante intrametropolitana, segundo o número de dormitórios no domicílio de destino, por área de destino na RMRJ - década de 1980 (%)

Área de destino	Número de dormitórios				Total
	1	2	3	4 ou +	
Rio de Janeiro	29,4	49,7	17,5	3,4	100,0
Niterói	25,9	50,7	19,6	3,8	100,0
Periferia consolidada	42,2	46,5	9,5	1,8	100,0
Periferia em consolidação	40,0	47,1	12,0	0,9	100,0
Periferia em expansão	32,8	52,1	13,4	1,6	100,0
RMRJ	36,2	49,0	13,2	1,7	100,0

Fonte: Censo Demográfico de 1991.

Para finalizar a análise sobre o perfil dos que mudaram de residência no interior da metrópole nos anos 80, foram selecionados 12 grandes deslocamentos entre municípios (quanto ao volume de pessoas) e um conjunto de indicadores que caracterizam de forma sintética o perfil socioeconômico e as condições de moradia dos envolvidos (Tabelas 22 e 23). Para efeito de análise, partiu-se de quatro tipos de fluxos intrametropolitanos: (i) do núcleo para a periferia (os fluxos de 1 a 6 nas tabelas); (ii) do núcleo para o núcleo (o fluxo 7); (iii) da periferia para a periferia (os fluxos 8, 9 e 10); e (iv) da periferia para o núcleo (os fluxos 11 e 12).

Uma primeira evidência é o fato de as pessoas que se deslocaram para o mesmo município (oriundas de municípios distintos), nos anos 80, terem apresentado perfil social e condições de moradia semelhantes, enquanto as que saíram de um mesmo município e foram para áreas diferentes terem apresentado expressiva diferenciação.

Entre os que se mudaram do Rio de Janeiro para Nova Iguaçu, no período, a proporção de pobres (até dois salários), de setores de renda média (acima de dez salários), de trabalhadores autônomos, de trabalhadores domésticos e de funcionários públicos era muito próxima à verificada entre os que saíram de São João de Meriti (na própria periferia) para aquele município. Nova Iguaçu era, portanto, alternativa de moradia (onde a casa própria de pequena dimensão⁴⁹ era o padrão típico) para a população de baixa renda residente tanto no núcleo quanto na periferia.

Tabela 22: Principais fluxos populacionais intrametropolitanos, segundo o perfil socioeconômico dos migrantes - década de 1980 (%)

Fluxos intermunicipais	Renda fam. até 2 s.m.	Renda fam. + 10 s.m.	Trabalh. doméstico	Trabalh. autônomo	Operário	Funcion. público	Total de pessoas
RJ → Nova Iguaçu	48,4	2,3	11,1	18,5	17,5	12,7	66.534
RJ → D. de Caxias	45,7	2,9	10,1	17,9	20,7	11,8	41.905
RJ → Itaguaí	51,8	3,6	11,6	19,6	13,7	17,8	10.857
RJ → São Gonçalo	37,1	5,0	9,3	15,4	13,8	18,8	33.721
Niterói → São Gonçalo	33,7	7,5	7,4	15,1	14,3	19,7	25.418
RJ → Niterói	19,9	30,8	7,6	13,4	12,3	30,3	22.386
RJ → Maricá	33,1	13,7	15,5	27,1	9,4	17,8	5.541
S. J. Meriti → N. Iguaçu	52,1	2,2	12,0	19,2	23,0	12,1	13.488
São Gonçalo → Itaboraí	52,6	1,2	12,2	28,1	15,8	8,6	11.948
N. Iguaçu → Nilópolis	38,0	2,1	11,7	14,7	16,4	16,0	4.851
N. Iguaçu → RJ	34,1	12,4	11,1	16,5	11,8	17,0	11.645
São Gonçalo → Niterói	27,4	24,0	8,5	27,4	12,3	15,3	9.184

Fonte: Censo Demográfico de 1991.

Tabela 23: Principais fluxos populacionais intrametropolitanos, segundo as condições do domicílio de destino dos migrantes - década de 1980 (%)

Fluxos intermunicipais	Domicílio alugado	Domicílio cedido	Apartamento	Domicílio 1 quarto	Domicílio 3 quartos	Total de pessoas
RJ → N. Iguaçú	26,1	7,1	5,8	37,9	12,8	66.534
RJ → D. de Caxias	26,2	6,4	3,5	43,5	10,1	41.905
RJ → Itaguaí	18,7	13,4	4,9	30,4	14,2	10.857
RJ → São Gonçalo	31,2	5,5	23,2	31,7	12,0	33.721
Niterói → São Gonçalo	35,0	5,0	21,1	28,5	13,6	25.418
RJ → Niterói	25,5	8,2	56,9	26,4	17,8	22.386
RJ → Maricá	9,9	16,4	0,2	35,4	15,5	5.541
S. J. Meriti → N. Iguaçú	24,4	8,8	5,8	40,6	12,0	13.488
São Gonçalo → Itaboraí	15,7	14,6	0,4	36,2	16,0	11.948
N. Iguaçú → Nilópolis	46,7	4,5	5,3	35,8	11,0	4.851
N. Iguaçú → RJ	32,5	11,9	30,0	31,1	18,7	11.645
São Gonçalo → Niterói	27,9	9,7	41,7	24,9	22,2	9.184

Fonte: Censo Demográfico de 1991.

Já a população que se deslocou para Niterói, procedente do Rio de Janeiro ou de São Gonçalo, reunia proporção menor de pobres e de trabalhadores domésticos e maior de setores de renda média. Niterói aparecia como alternativa de moradia para a classe média, com significativa oferta de apartamentos (para compra ou aluguel) de maiores dimensões (o percentual de migrantes em domicílios de três quartos era mais elevado que nos demais municípios)⁵⁰. Pode-se afirmar que Niterói foi o município metropolitano com maior tendência à elitização da população residente, não só pelo perfil dos que entraram mas pelo alto contingente de pobres que saíram para a periferia. Tal elitização estaria mais relacionada ao perfil de renda e à possibilidade de acesso ao mercado imobiliário por parte desses migrantes do que ao perfil ocupacional, que se mostrou diferenciado: entre os que saíram da capital, cerca de 30% eram funcionários públicos, enquanto entre os que saíram de São Gonçalo, cerca de 27% eram trabalhadores autônomos.

Uma segunda evidência é a clara diferenciação social dos migrantes segundo o tipo de fluxo, em que é possível visualizar um gradiente que vai dos fluxos “núcleo-núcleo”, no extremo superior, para os fluxos “periferia-periferia”, no extremo inferior, passando pelos fluxos “periferia-núcleo” (mais próximos do extremo superior) e “núcleo-periferia” (mais próximos do extremo inferior). Essa diferenciação, entretanto, esconde a diversidade social da periferia. Vejamos a caracterização sintética dos tipos de fluxos e as diferenciações internas de cada um deles.

O fluxo do núcleo (Rio de Janeiro) para o núcleo (Niterói) caracteriza-se pelo perfil de renda mais elevado dos migrantes, em que a participação dos que tinham renda acima de dez salários alcançou 30% e a dos pobres, cerca de 20%. Destacam-se ainda o percentual elevado dos funcionários públicos e o relativamente menor dos trabalhadores domésticos e autônomos, se comparados com os dos demais fluxos (Tabela 22). Os domicílios alugados tiveram peso significativo como alternativa para os migrantes, embora cerca de 65% tenham ido morar em domicílio próprio. Quanto ao tipo de imóvel, pouco mais da metade dos que se deslocaram da capital para Niterói foi residir em apartamento. Quanto ao número de dormitórios, cerca de 18% foram para domicílio de três quartos e 26% para de um quarto, indicando um tamanho médio pouco maior do que o verificado nos demais fluxos (Tabela 23).

Os que saíram da periferia para o núcleo apresentaram um perfil de renda também superior à média dos fluxos intrametropolitanos, e o perfil dos que se deslocaram de São Gonçalo para Niterói foi mais elevado do que o dos que se dirigiram de Nova Iguaçú para

o Rio de Janeiro⁵¹. O padrão da moradia de destino apresentou diferenças entre os dois fluxos, obedecendo à mesma lógica do perfil de renda: o percentual de migrantes residindo em imóvel de um quarto era superior entre os que saíram de Nova Iguaçu para a capital, enquanto o percentual dos que moravam em apartamento era superior entre os que se deslocaram de São Gonçalo para Niterói.

Entre os seis fluxos do núcleo para a periferia, a população que saiu do Rio de Janeiro para Maricá se destaca por apresentar um perfil destoante dos demais. De uma forma geral, esse tipo de fluxo caracteriza-se pelo alto percentual de pobres e baixo percentual de setores de renda média; entre os que saíram da capital e de Niterói para São Gonçalo, o perfil de renda era ligeiramente superior, e entre os que saíram da capital para Maricá, a participação da população com mais de dez salários era significativamente mais elevada (chegou a 13%). As condições de moradia também variaram segundo o município de destino, como já visto anteriormente. Merecem ser ressaltadas a importância relativa dos domicílios alugados e dos apartamentos como alternativas de moradia para os que se mudaram do núcleo para São Gonçalo e a pouquíssima importância desses dois padrões para os que foram para Maricá⁵².

Por fim, a população que se deslocou dentro da própria periferia foi a que apresentou a maior proporção de pobres, alcançando 52% em dois dos três fluxos analisados. Verificou-se, no entanto, uma diferença no perfil de renda entre os que se mudaram de Nova Iguaçu para Nilópolis (com menor participação de pobres) e os que foram de São João de Meriti para Nova Iguaçu e de São Gonçalo para Itaboraí. Nova Iguaçu e Itaboraí aparecem como espaços mais abertos à entrada de pobres⁵³ do que Nilópolis e São Gonçalo, onde a valorização da terra e a formação de um mercado imobiliário capitalizado promovem uma entrada mais seletiva de migrantes, em termos de renda.

Foram detectadas, na década de 1970, três tendências gerais referentes aos fluxos populacionais e às conexões delas com o processo de estruturação socioespacial. A primeira referia-se ao “fechamento” aos pobres das áreas valorizadas e à consolidação de um padrão de estruturação socioespacial profundamente desigual, com o deslocamento de um enorme contingente de pobres do núcleo para a periferia. A segunda aparecia como uma contratendência a esse “fechamento”, na medida em que o núcleo ainda se mantinha *aberto* a um grande volume de migrantes de longa distância, majoritariamente pobres e com baixa qualificação. A terceira podia ser vista como contratendência à consolidação de um padrão dual de desigualdades socioespaciais, ao patentear a modernização do mercado imobiliário e a chegada de setores médios em determinadas localidades na periferia.

O que se viu, na década de 1980, foram a consolidação de algumas tendências do período anterior e o recuo de outras. As mudanças referentes aos fluxos intrametropolitanos tiveram estreita relação com a conjuntura de crise, já apontada anteriormente. Com efeito, a primeira evidência foi o empobrecimento dos migrantes de uma maneira geral⁵⁴, sobretudo dos que saíram do núcleo, que continuaram a ser mais pobres do que os demais. Ao mesmo tempo que a participação dos miseráveis entre os que se deslocaram da capital para a periferia aumentou, ela diminuiu entre os que saíram da periferia em direção à capital. Nesse nível de análise, pode-se afirmar que a tendência ao “fechamento” do núcleo metropolitano aos mais pobres se aprofundou nos anos de crise. Essa conclusão conduz a outra, relativa à expansão das favelas no núcleo. A retomada do processo de favelização na última década não resultou da mobilidade espacial dos pobres

em direção à capital, mas fundamentalmente da mobilidade social descendente dos já residentes.

A segunda evidência foi o afluxo ainda grande dos migrantes de longa distância, especialmente nordestinos, apesar da expressiva redução do volume. Tal redução foi em parte contrabalançada pelo aumento da chegada de migrantes do interior do Estado do Rio de Janeiro, embora o seu perfil de renda e instrução fosse mais elevado que o dos nordestinos. Essas tendências confirmam, de certa maneira, a idéia do “fechamento” do núcleo, ao indicarem uma redução, na década de 1980, na entrada dos migrantes de mais baixa renda na capital.

A terceira e última evidência aponta a continuidade dos deslocamentos de setores médios para a periferia, mas ainda de forma (espacialmente e quantitativamente) restrita. A maior diversidade social da população migrante em alguns municípios periféricos era nítida, indicando o crescimento de alternativas habitacionais acessíveis para as camadas médias que sofreram perda de rendimentos no período de crise. Mantém-se, portanto, nos anos 80 a contratendência à consolidação do padrão dual de estruturação urbana, ao se expandirem pequenos núcleos na periferia.

As tendências apresentadas acima serão confrontadas, a seguir, com as mudanças ocorridas entre as duas últimas décadas na estrutura socioespacial da metrópole do Rio de Janeiro. É razoável supor que a retração dos deslocamentos populacionais, de maneira geral, nos anos 80, tenha reduzido o papel da mobilidade espacial como fator gerador de alterações no padrão ou no grau de desigualdades socioespaciais. Vejamos, por fim, essas alterações.

4.5 ALTERAÇÕES NO PADRÃO DE DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS

Precarização das relações de trabalho, achatamento salarial, abertura política, crise do Estado, elitização do mercado imobiliário formal e contração do mercado de lotes periféricos foram alguns dos fatores que alteraram de forma significativa as condições de reprodução da população residente nas grandes metrópoles brasileiras e, particularmente, na do Rio de Janeiro⁵⁵. O redirecionamento dos fluxos inter-regionais para áreas não metropolitanas é uma demonstração da perda de atratividade dessas áreas, especialmente afetadas pela crise nos últimos 15 anos. Todos esses fatores vão agir, mesmo que de forma assíncrona, sobre o padrão de desigualdades socioespaciais que veio se consolidando nas últimas quatro décadas.

Na primeira parte deste capítulo, observou-se que a crise afetou profundamente a economia metropolitana do Rio de Janeiro, o que levou à diminuição da renda e ao aumento da vulnerabilidade dos trabalhadores residentes na região. O fato de a perda salarial ter se mostrado mais acentuada nas áreas periféricas, embora também tenha ocorrido nas áreas centrais, indica o aprofundamento das desigualdades socioespaciais na metrópole, pelo menos no que concerne à qualidade e à renda do trabalho. As alterações na distribuição das categorias ocupacionais, entre as duas últimas décadas, apontaram na mesma direção (pelo menos em parte), ao marcarem o aumento da participação dos trabalhadores manuais do comércio e serviços e dos trabalhadores da sobrevivência entre o total de trabalhadores. As categorias inferiores⁵⁶ continuavam absorvendo, em 1991, a maior parte dos trabalhadores metropolitanos (55%), apesar da queda significativa da participação dos trabalhadores da indústria em todas as áreas. Entretanto, na direção oposta, houve um ligeiro aumento de duas categorias superiores — pequena burguesia e

profissionais de nível superior — e a permanência da elite dirigente no mesmo patamar de participação. Por fim, a categoria média — trabalhadores não-manuais de ocupações médias — sofreu uma queda no período; essa alteração, no entanto, assim como as demais, foi bastante diferenciada segundo as áreas (Tabela 24).

Tabela 24: Distribuição da população ocupada com mais de 10 anos de idade, segundo categorias socioocupacionais, por áreas da RMRJ - 1991 (%)

Área de residência	Categoria sócio-ocupacional								S/ decl.	Total
	Ocup. agríc.	Elite dirigente	Peq ^{na} burguesia	Profis. nível sup.	Não-man. ocup. médias	Com. e serv.	Manuais ind.	Trab. da sobreviv.		
Rio de Janeiro	0,4	2,5	4,3	8,9	30,9	26,3	9,6	12,2	4,8	100,0
Niterói	0,2	3,7	4,7	14,0	32,6	19,9	7,5	13,4	4,0	100,0
Perif. consolid.	0,2	0,5	3,8	2,2	24,1	32,0	16,8	15,6	4,8	100,0
Perif. em consol.	1,2	0,5	3,5	1,6	18,8	29,9	20,5	19,1	4,8	100,0
Perif. em expans.	2,6	0,6	3,9	2,5	21,9	30,5	18,0	17,0	3,0	100,0
RMRJ	0,8	1,8	4,1	6,5	27,1	27,5	13,1	14,4	4,6	100,0
Rio de Janeiro	29,7	79,7	60,7	78,8	65,8	55,0	42,3	48,7	60,8	57,7
Niterói	1,2	9,5	5,3	9,9	5,6	3,4	2,6	4,3	4,1	4,7
Perif. consolid.	1,5	1,6	5,4	2,0	5,2	6,8	7,5	6,3	6,1	5,9
Perif. em consol.	30,5	5,2	17,7	4,9	14,2	22,2	31,9	27,1	21,5	20,4
Perif. em expans.	37,2	3,9	10,9	4,4	9,2	12,7	15,7	13,5	7,5	11,4
RMRJ	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censo Demográfico de 1991.

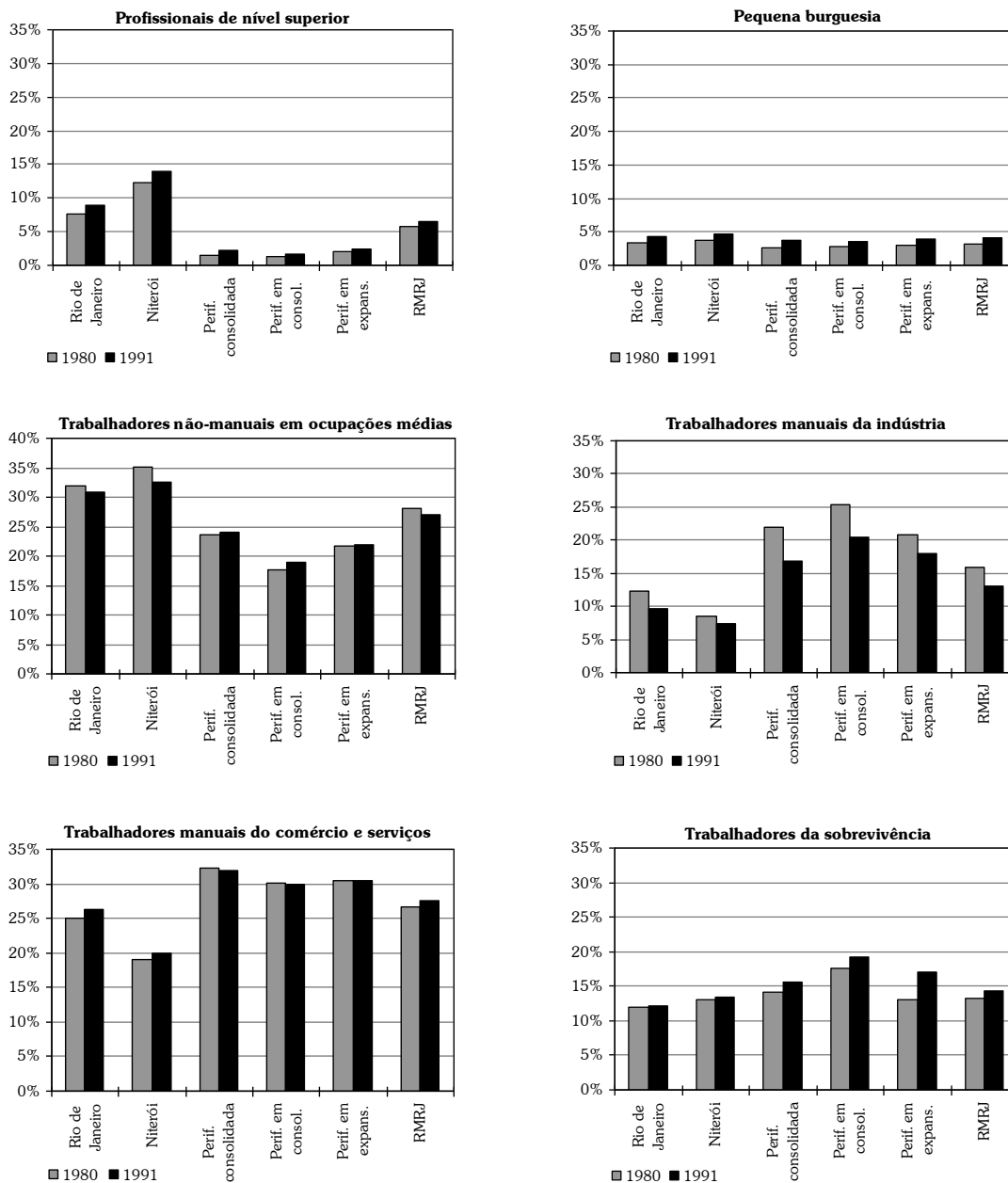
Analisando conjuntamente as mudanças, entre as décadas, na participação de cada categoria ocupacional por área e em seu grau de concentração nas áreas, verifica-se em primeiro lugar que o Rio de Janeiro e Niterói continuaram apresentando um perfil socioocupacional da população ativa bem mais diferenciado que as áreas periféricas⁵⁷, notando-se, entretanto, tendência ao aumento dessa diferenciação na periferia consolidada. Com efeito, a elevação da participação da pequena burguesia e dos profissionais de nível superior na capital, em Niterói e na periferia consolidada, ficou acima da elevação média da metrópole (Quadro 4). A alta concentração dessas categorias no núcleo se manteve, com ligeira tendência à desconcentração para a citada periferia. Quanto à elite dirigente, sua pequena participação entre os ativos, embora mais elevada no núcleo, apresentou pouca variação e manteve-se concentrada no núcleo.

No outro extremo da hierarquia socioocupacional, os trabalhadores da sobrevivência aumentaram sua participação em todas as áreas, mas de forma bem mais significativa na periferia, particularmente na periferia em expansão. Se o aumento médio metropolitano da participação dessa categoria foi de 1,1%, na periferia em expansão foi de 3,9% (Quadro 4). Portanto, houve na última década uma clara tendência à desconcentração desses trabalhadores do núcleo para a periferia: em 1980, 55,8% dos trabalhadores da sobrevivência residiam na capital, enquanto em 1991, esse percentual caiu para 48,7%, ou seja, sofreu uma queda maior do que a verificada em relação ao total dos trabalhadores. Por outro lado, a periferia em consolidação e a periferia em expansão concentravam, em 1980, respectivamente 24,4% e 8,9% dessa categoria de trabalhadores, percentuais que subiram, em 1991, para 27,1% e 13,5%. A categoria dos trabalhadores manuais do comércio e serviços continuou como a de maior representatividade nas três áreas da periferia, assim

se mantendo ao longo da década. No entanto, no Rio de Janeiro, os comerciários e prestadores de serviços tiveram sua participação aumentada de 25% para 26,3%. Das categorias inferiores, a que mais sofreu alteração foi a dos trabalhadores da indústria, que apresentou queda de participação em todas as áreas, mas de forma mais acentuada nas periferias consolidada e em consolidação (Quadro 4). Porém, a alta concentração desses trabalhadores na periferia se acentuou no período: em 1980, a periferia em consolidação abrigava 29,4% dos operários metropolitanos, e a periferia em expansão, 11,9%; em 1991, esses percentuais subiram para 31,9% e 15,7%, respectivamente.

Os trabalhadores não-manuais em ocupações médias continuaram representando o maior contingente de ocupados na capital e em Niterói (30,9% e 32,6%, respectivamente), apesar de terem perdido posição em relação aos demais trabalhadores. Nas áreas periféricas, por outro lado, essa categoria apresentou aumento na participação, especialmente na periferia em consolidação (Quadro 4). É provável que, nessa área, uma parte dos trabalhadores da indústria (que perderam posição no período) tenha se deslocado para ocupações médias, enquanto outra tenha se dirigido para o setor de sobrevivência. Todavia, é pouco provável que essa hipótese tenha ocorrido na periferia em expansão, já que somente os trabalhadores da sobrevivência apresentaram aumento expressivo na participação. Cabe observar que o município de São Gonçalo apresentou, em 1991 (assim como em 1980), um perfil ocupacional da população ativa mais semelhante ao da periferia consolidada, onde os trabalhadores da sobrevivência aparecem com peso relativamente menor e os não-manuais dos setores médios, assim como os comerciários e prestadores de serviços, com peso relativamente maior que o restante da periferia. São Gonçalo também se diferencia dos demais municípios da periferia em expansão devido à reduzida participação dos trabalhadores agrícolas (0,5%), que no restante da área ainda tinha, em 1991, um peso significativo (entre 4,7%, em Paracambi, e 8,9%, em Itaguaí), apesar da queda ao longo da década.

Quadro 4: População ocupada segundo categorias socioocupacionais, por áreas da RMRJ – 1980 e 1991



A análise do perfil ocupacional dos trabalhadores metropolitanos em 1991 pode ser sintetizada em três tendências gerais, no que se refere ao padrão de desigualdades socioespaciais. Em primeiro lugar, manteve-se, na última década, a alta concentração das categorias superiores no Rio de Janeiro e em Niterói, com ligeira tendência à desconcentração para a periferia consolidada. Por essa ótica, o padrão de desigualdade

socioespacial pouco se alterou na década. Em segundo lugar, a categoria dos trabalhadores em situação mais precária (trabalhadores da sobrevivência) teve sua participação elevada em todas as áreas, mas de forma mais acentuada nas periferias em consolidação e em expansão. Nesse sentido, a desigualdade entre núcleo e periferia aumentou. Por fim, verificou-se maior diferenciação entre as áreas periféricas quanto às mudanças no perfil ocupacional dos ativos. Na periferia consolidada, o aumento da participação dos trabalhadores da sobrevivência foi contrabalançado pelo aumento da pequena burguesia e dos profissionais de nível superior. Na periferia em consolidação, tal *compensação* se deu pelo aumento dos trabalhadores de ocupações médias, enquanto na periferia em expansão praticamente não houve aumento das categorias médias e superiores. Portanto, a ampliação da diversidade ocupacional entre os trabalhadores da periferia ocorreu em algumas áreas apenas, indicando aumento da desigualdade socioespacial no interior da própria periferia.

As alterações, na década de 1980, no perfil da população metropolitana segundo a renda familiar apontam para um quadro mais negativo do que o referente à ocupação dos trabalhadores. Verificou-se um expressivo aumento na participação das faixas inferiores de renda (até um salário e de um a dois salários) e uma queda na das demais faixas, particularmente das médias (de três a cinco salários e de cinco a dez salários), embora de forma bastante diferenciada entre as áreas. A população com renda familiar de até um salário teve seu peso elevado de 12,1% para 16,8%, enquanto a que permaneceu na faixa de um a dois salários, de 16,2% para 20% (Tabela 25). Vejamos as diferenças intrametropolitanas.

Tabela 25: Distribuição da população, segundo faixa de renda familiar, por áreas da RMRJ - 1991

Área de residência	Faixa de renda familiar em <i>salário mínimo</i>							S/ decl.	Total
	até 1	1 a 2	2 a 3	3 a 5	5 a 10	10 a 20	+ de 20		
Rio de Janeiro	73.126	90.000	73.322	101.632	101.263	58.952	32.667	18.632	549.594
Niterói	5.285	5.882	4.449	6.271	8.652	6.944	4.148	906	42.537
Perif. consolidada	11.284	14.716	11.088	12.699	7.558	1.593	248	1.678	60.864
Perif. em consolid.	51.280	58.681	39.740	39.139	21.567	4.566	955	6.577	222.505
Perif. em expans.	26.202	28.991	20.136	22.453	13.600	3.618	743	2.520	118.263
RMRJ	167.177	198.270	148.735	182.194	152.640	75.673	38.761	30.313	993.763
Rio de Janeiro	13,3%	16,4%	13,3%	18,5%	18,4%	10,7%	5,9%	3,4%	100,0%
Niterói	12,4%	13,8%	10,5%	14,7%	20,3%	16,3%	9,8%	2,1%	100,0%
Perif. consolidada	18,5%	24,2%	18,2%	20,9%	12,4%	2,6%	0,4%	2,8%	100,0%
Perif. em consolid.	23,0%	26,4%	17,9%	17,6%	9,7%	2,1%	0,4%	3,0%	100,0%
Perif. em expans.	22,2%	24,5%	17,0%	19,0%	11,5%	3,1%	0,6%	2,1%	100,0%
RMRJ	16,8%	20,0%	15,0%	18,3%	15,4%	7,6%	3,9%	3,1%	100,0%

Fonte: Censo Demográfico de 1991.

Apesar do aumento generalizado do percentual de pobres, manteve-se na década a expressiva diferença, quanto ao perfil da renda, entre o Rio de Janeiro e Niterói, de um lado, e as três áreas periféricas, de outro, diferença já verificada em 1980. Enquanto os dois primeiros apresentaram maior heterogeneidade social⁵⁸ (Niterói com um perfil de renda mais elevado que o da capital), as três áreas da periferia se mostraram mais homogêneas, com baixíssima representatividade das duas faixas superiores. Com efeito, 16,6% dos cariocas e 26,1% dos niteroienses tinham, em 1991, renda familiar acima de dez salários, enquanto nas periferias o percentual não passou de 3,7%. Por outro lado, a população dos

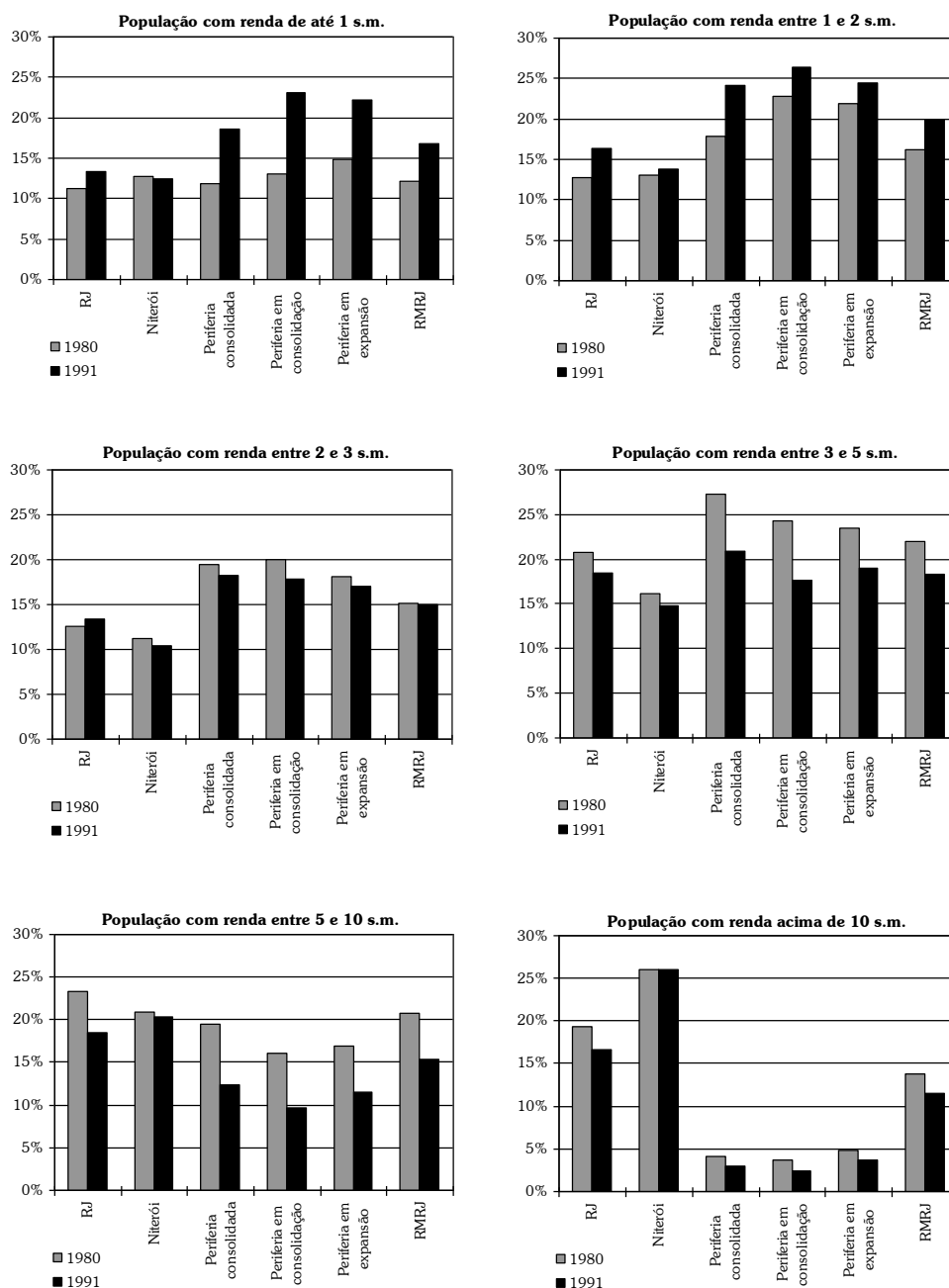
dois municípios que formam o núcleo da metrópole era composta, respectivamente, por 29,7% e 26,2% de pobres (com renda familiar de até dois salários), enquanto nas periferias essa participação variou de 42,7%, na periferia consolidada, a 49,4%, na periferia em consolidação (Tabela 25).

A segunda evidência diz respeito ao aumento da diferença entre núcleo e periferia quanto à proporção da população pobre em cada área: a participação dos pobres, entre 1980 e 1991, cresceu bem mais nas três áreas periféricas. Essa mudança foi mais acentuada em relação à população miserável, com renda de até um salário: na periferia consolidada, essa faixa teve sua participação elevada de 11,9% para 18,5%; na periferia em consolidação, de 13,1% para 23%, e na periferia em expansão, de 14,8% para 22,2%. No Rio de Janeiro, esse aumento foi menor, de 11,2% para 13,3%, e, em Niterói, ao contrário, a representatividade dos miseráveis sofreu um ligeiro declínio na década (Quadro 5). Tais mudanças indicam, portanto, o aumento das desigualdades socioespaciais quanto ao crescimento e à localização dos pobres no espaço metropolitano. A mesma tendência foi identificada anteriormente em relação aos trabalhadores da sobrevivência.

A participação dos setores de renda média (de três a cinco salários e de cinco a dez salários) diminuiu em todas as áreas, mas de forma mais acentuada nas periferias. Já as faixas superiores (de dez a vinte e mais de vinte) apresentaram pouca variação em seus pesos, especialmente em relação à população com mais de vinte salários de renda familiar, que teve pequeno decréscimo apenas no Rio de Janeiro (Quadro 5). Conseqüentemente, a enorme concentração das faixas superiores na capital e em Niterói não se alteraram: em 1991, 55,3% dos residentes na metrópole estavam concentrados no Rio de Janeiro e 4,3%, em Niterói; entre aqueles com renda acima de vinte salários, 84,3% concentravam-se no Rio de Janeiro e 10,7%, em Niterói.

Por fim, convém observar que a tendência a uma maior diferenciação, entre as três áreas periféricas, no que respeita ao perfil ocupacional dos trabalhadores não se confirmou, ao se analisar o perfil de renda. Nilópolis, Maricá⁵⁹ e São Gonçalo permaneceram, ao longo da década, com o percentual das duas faixas superiores de renda mais elevado que os demais municípios. No entanto, apenas Nilópolis apresentava um percentual de pobres inferior (36,6%).

Quadro 5: Proporção da população por faixa de renda familiar mensal, segundo áreas na RMRJ – 1980 e 1991



O último indicador social a ser analisado é o referente ao grau de instrução da população ativa, que, por princípio, guarda estreita relação com a posição do trabalhador na hierarquia ocupacional e, por conseguinte, com as condições monetárias de reprodução social. No entanto, a evolução do perfil educacional da população ativa metropolitana entre 1980 e 1991 evidencia um paradoxo: o aumento das ocupações inferiores e do

contingente de pobres e miseráveis foi acompanhado por uma enorme melhora do nível de instrução da PEA. A expectativa de ascensão social em função da elevação do grau de instrução, presente, pelo menos no imaginário social, nas décadas passadas, foi bloqueada pela crise econômica (Quadro 6).

A melhora do nível educacional, ao longo da década de 1980, se deu em todas as áreas da metrópole e foi marcada pela queda bastante expressiva na proporção da PEA sem qualquer grau de instrução (de 20,4% para 13,1% da PEA metropolitana) e pelo aumento do peso daqueles com segundo grau (de 13,5% para 22,1%). Se, em 1980, 54,8% da PEA tinham, no máximo, primário completo, em 1991, 34,3% estavam nessa condição (Tabela 26 e Quadro 6). Essas alterações ocorreram em todas as áreas, mas com algumas distinções. No Rio de Janeiro e em Niterói, a diminuição do percentual dos sem-instrução e daqueles com primário completo foi acompanhada, principalmente, pelo aumento da PEA com 2º grau e com nível superior. Já nas áreas periféricas, o aumento foi mais acentuado entre os que haviam completado o 1º e o 2º graus. Pode-se afirmar que a desigualdade entre núcleo e periferia decresceu em relação à PEA com baixo grau de escolaridade (já que a queda dos que concluíram o primário foi maior na periferia) e em relação aos que tinham grau médio (já que o percentual da PEA com 1º e 2º graus cresceu mais na periferia). Entretanto, em relação à representatividade da PEA com nível superior, a desigualdade entre núcleo e periferia aumentou, na medida em que a ampliação dessa representatividade na capital e em Niterói foi muito superior à das áreas periféricas. Por fim, é importante observar que, apesar dessa melhora no nível de escolaridade e da diminuição das diferenciações espaciais, o grau de desigualdade social entre os residentes na metrópole ainda se apresentava, em 1991, muito elevado: mais de um terço da PEA tinha, no máximo, quatro anos de estudo.

Por fim, vejamos em que medida as tendências socioespaciais apontadas foram (ou não) acompanhadas, ao longo dos anos 80, por alterações na dinâmica urbana/imobiliária e no padrão de moradia da população metropolitana. O acesso a informações sobre o domicílio na escala intramunicipal (distritos e regiões administrativas) possibilitou inferências mais exatas sobre as mudanças no padrão de segregação espacial.

Quadro 6: FEA segundo grau de instrução, por áreas na RMRJ – 1980 e 1981

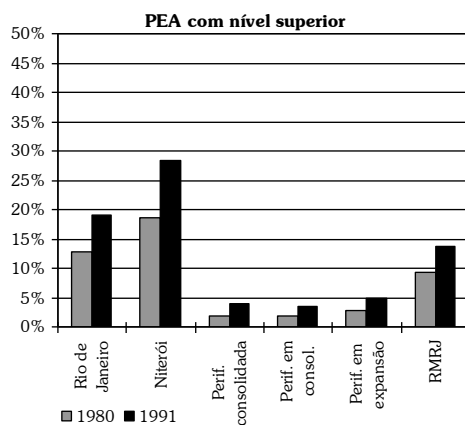
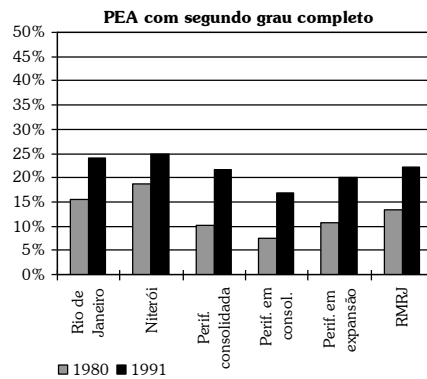
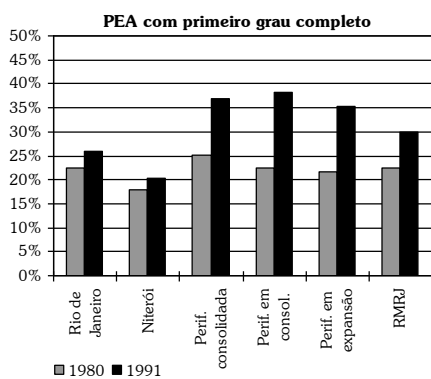
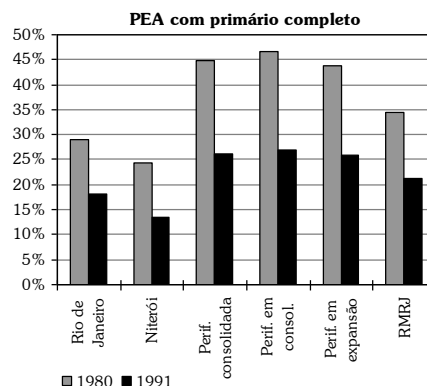
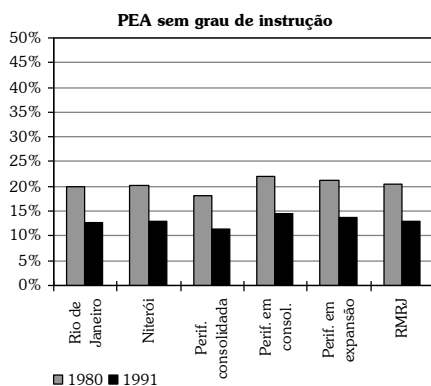


Tabela 26: Distribuição da população economicamente ativa, segundo o grau de instrução, por áreas da RMRJ - 1991

Área	Grau de instrução					Total
	Nenhum	Elementar	1º grau	2º grau	Superior	
Rio de Janeiro	30.088	43.440	62.233	57.771	45.432	238.964
Niterói	2.474	2.586	3.870	4.727	5.387	19.044
Periferia consolidada	2.829	6.479	9.179	5.380	995	24.862
Periferia em consolidação	12.759	23.751	33.613	14.931	3.045	88.099
Periferia em expansão	6.554	12.324	16.878	9.604	2.283	47.643
RMRJ	54.704	88.580	125.773	92.413	57.142	418.612
Rio de Janeiro	12,6%	18,2%	26,0%	24,2%	19,0%	100,0%
Niterói	13,0%	13,6%	20,3%	24,8%	28,3%	100,0%
Periferia consolidada	11,4%	26,1%	36,9%	21,6%	4,0%	100,0%
Periferia em consolidação	14,5%	27,0%	38,2%	16,9%	3,5%	100,0%
Periferia em expansão	13,8%	25,9%	35,4%	20,2%	4,8%	100,0%
RMRJ	13,1%	21,2%	30,0%	22,1%	13,7%	100,0%

Fonte: Censo Demográfico de 1991.

O tipo do domicílio (casa ou apartamento) foi um dos indicadores utilizados na análise da qualidade da habitação, em que o apartamento era compreendido, em geral mas não exclusivamente, como produto da forma empresarial de produção imobiliária voltada para segmentos sociais médios e altos, enquanto a casa estava associada a formas de produção diferenciadas, mas com expressiva predominância da autoconstrução. Essa relação entre o tipo de moradia e o perfil social do morador foi confirmada quando se cruzaram os indicadores de renda familiar e de tipo de domicílio da população residente em 1991. Em todas as áreas da metrópole, mesmo naquelas onde o percentual de pessoas residindo em apartamento mostrava-se insignificante, verificou-se que as faixas de renda superiores reuniam um contingente proporcionalmente maior que as faixas inferiores de pessoas que moravam em apartamento. No Rio de Janeiro, apenas 15,7% da população pobre (com renda familiar de até dois salários) residiam, em 1991, em apartamento, percentual que alcançava 69,4% entre os que tinham renda acima de dez salários. Na periferia, a diferenciação social da população também se expressava através do padrão da habitação: na periferia em consolidação, somente 1,4% dos pobres residiam em apartamento e, entre os que tinham renda acima de dez salários, 14,3% moravam nesse tipo de domicílio (Tabela 27).

Na metrópole como um todo, ocorreu pouca alteração, na década, no peso da população residente, por tipo de domicílio. Na realidade, as mudanças mais significativas concentraram-se em áreas restritas, tanto na capital e em Niterói, quanto na periferia. O Rio de Janeiro manteve a mesma proporção de moradores em casas e apartamentos, entre 1980 e 1991; no entanto, internamente houve mudanças: (i) a Zona Sul da cidade aumentou ainda mais a participação dos apartamentos no estoque domiciliar, ao abrigar, em 1991, 79,2% dos seus moradores nesse tipo de domicílio⁶⁰; (ii) as áreas suburbanas da capital também apresentaram aumento no peso dos residentes em apartamentos, embora mais da metade do total de residentes ainda morasse em casas, particularmente nas regiões do

subúrbio mais distantes do Centro e com população de mais baixa renda, como Anchieta⁶¹; (iii) o Centro e adjacências sofreram ligeira queda no percentual de pessoas residindo em apartamento, queda que ocorreu nas adjacências do centro administrativo, onde mais da metade dos moradores viviam em casas; e (iv) a Zona Oeste da cidade não apresentou alterações na década, mantendo cerca de 89% da população residindo em casas⁶² (Quadro 7). Tais mudanças foram acompanhadas por uma queda no grau de concentração dos apartamentos na cidade. O ritmo de crescimento dos moradores em apartamento fora do Rio de Janeiro foi superior ao dos que habitavam nesse tipo de moradia dentro da mesma cidade: em 1980, 88,6% da população metropolitana que residia em apartamento encontravam-se na capital; em 1991, esse percentual foi de 85,4%⁶³ (Tabela 27).

Tabela 27: População residente em domicílio particular permanente, segundo a renda familiar e o tipo de domicílio, por áreas da RMRJ - 1991 (%)

Área / Tipo de domicílio	Faixa de renda familiar				Total
	Até 2 sm	2 a 5 sm	5 a 10 sm	+ de 10 sm	
Rio de Janeiro					
Casa	84,3	72,9	53,7	30,6	65,2
Apartamento	15,7	27,1	46,3	69,4	34,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Niterói					
Casa	89,4	71,9	46,9	37,4	62,0
Apartamento	10,6	28,1	53,1	62,6	38,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Periferia consolidada					
Casa	98,5	97,0	93,3	90,2	97,0
Apartamento	1,5	3,0	6,7	9,8	3,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Periferia em consolidação					
Casa	98,6	96,9	92,4	85,7	97,0
Apartamento	1,4	3,1	7,6	14,3	3,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Periferia em expansão					
Casa	97,4	93,2	85,3	83,7	93,9
Apartamento	2,6	6,8	14,7	16,3	6,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
RMRJ					
Casa	91,7	82,9	63,5	36,8	77,4
Apartamento	8,3	17,1	36,5	63,2	22,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censo Demográfico de 1991.

Fora do Rio de Janeiro, Niterói e, em certa medida, São Gonçalo (na periferia em expansão) foram os municípios responsáveis pela desconcentração da população residente em apartamento. Entre 1980 e 1991, o percentual da população residindo em apartamento em Niterói passou de 35,1% para 41,9% e em São Gonçalo, de 4,5% para 9%. No entanto, esse aumento se deu em determinados distritos apenas: em Niterói, no distrito sede⁶⁴ e em São Gonçalo, no distrito sede e no distrito de Neves⁶⁵. Em São Gonçalo, cerca de 20% dos residentes em apartamento eram migrantes intrametropolitanos da década de 1980,

enquanto era de 8% a participação dos migrantes entre os que moravam em casa. Provavelmente, parte significativa dos migrantes de renda média que se dirigiram para o município (ou para os dois distritos citados) foi atraída pelas novas ofertas de apartamentos na área. Em Niterói, a participação dos migrantes entre os residentes em apartamento era de 10% e entre os residentes em casa, de 8%. Por fim, merecem destaque alguns distritos da periferia que apresentaram, em 1991, um percentual de residentes em apartamento acima da média das áreas periféricas: o distrito sede de Nilópolis (7,7%), o distrito sede de Nova Iguaçu (5,5%) e o de Mesquita, também em Nova Iguaçu (6,4%). Entretanto, é possível presumir uma ligeira tendência à verticalização, ao longo da década de 1980, apenas nos dois distritos de Nova Iguaçu, uma vez que o distrito de Nilópolis não apresentou, no período, alteração no percentual de residentes em apartamento (Tabela 28). No restante da periferia, as alterações quanto ao tipo do domicílio foram insignificantes, em que o estoque imobiliário se manteve basicamente de casas.

Quadro 7: População residente em apartamento, por área da RMRJ - 1980 e 1991

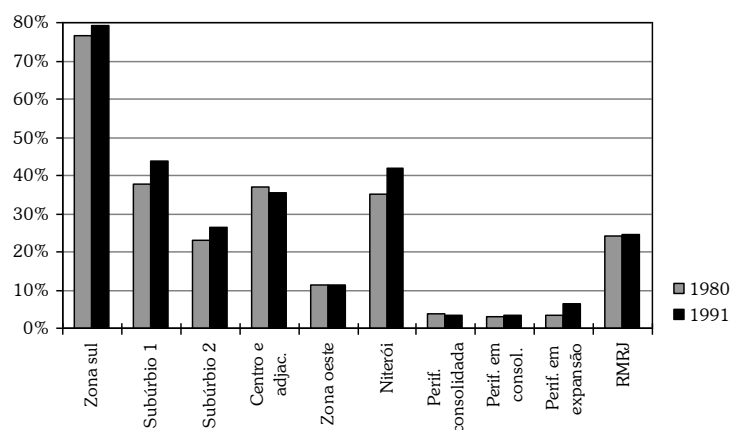


Tabela 28: População residente em domicílio particular permanente, segundo o tipo de domicílio, por área da RMRJ - 1991 (%)

Área	Casa	Apto.	Total	Casa	Apto.	Total
Rio de Janeiro	62,4	37,8	100,0	45,8	85,4	55,5
Zona sul	20,8	79,2	100,0	3,2	37,1	11,5
Subúrbio 1	56,2	43,8	100,0	6,2	14,9	8,3
Subúrbio 2	74,1	26,5	100,0	13,4	14,8	13,7
Centro e adjac.	64,7	35,3	100,0	7,5	12,6	8,8
Zona oeste	88,8	11,2	100,0	15,5	6,1	13,2
Niterói	58,1	41,9	100,0	3,4	7,6	4,5
Periferia consolidada	96,7	3,3	100,0	7,8	0,8	6,1
Periferia em consolidação	96,7	3,3	100,0	28,3	3,0	22,1
Periferia em expansão	93,5	6,5	100,0	14,7	3,2	11,9
RMRJ	75,5	24,5	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censo Demográfico de 1991.

Outro indicador do padrão habitacional refere-se ao número de dormitórios do domicílio. O domicílio de dois quartos manteve-se, na década de 1980, como o padrão predominante no estoque habitacional metropolitano: em todas as áreas, exceto na Zona Sul, o percentual da população residindo nesse padrão de moradia, em 1991, era próximo de 50% (Tabela 29). No entanto, observou-se a tendência, no período, de redução no tamanho dos imóveis, tendo em vista a queda do peso dos moradores em domicílios de três e quatro ou mais quartos, inclusive na Zona Sul da capital, onde esse peso equivalia a 45,9% da população, em 1980, caindo para 35,4%, em 1991. Nas demais áreas da metrópole, os imóveis de maior tamanho também perderam posição para os de *sala e quarto*, os *conjugados* e os de *sala e dois quartos*, especialmente em Niterói, onde a queda dos domicílios de três ou mais dormitórios foi acompanhada pelo significativo aumento dos *sala e dois quartos*⁶⁶. Dois processos podem estar vinculados à redução no tamanho dos imóveis, na década. Em primeiro lugar, a crise do setor imobiliário (tanto público quanto privado) e o empobrecimento da população levaram a um aumento da produção informal da moradia, que, nas áreas de maior densidade domiciliar, significa habitações de pequenas dimensões. A retomada do crescimento das favelas no Rio de Janeiro e a difusão desses assentamentos na periferia seriam expressões dessa tendência. Em segundo lugar, a elitização da produção imobiliária empresarial, resultante da crise no setor, foi acompanhada por uma forte retração do mercado e pelo *boom* dos apart-hotéis nas áreas mais valorizadas da capital. Esses dois fenômenos explicariam, em parte, o aumento relativo dos moradores em imóveis de um e de dois quartos na Zona Sul⁶⁷, inclusive na Barra da Tijuca, principal área de expansão do grande capital de incorporação. Cabe mencionar, ainda, que, apesar da retração da oferta, manteve-se nos anos 80 a produção de apartamentos em alguns bairros suburbanos, cujo padrão predominante continuou sendo *sala e dois quartos*.

Tabela 29: População residente em domicílio particular permanente, segundo o número de dormitórios no domicílio, por área da RMRJ - 1991 (%)

Área	Número de dormitórios no domicílio				Total
	1	2	3	4 ou mais	
Rio de Janeiro	27,7	48,1	19,1	5,1	100,0
Zona Sul	26,5	38,2	25,2	10,2	100,0
Subúrbio 1	24,2	51,5	19,9	4,4	100,0
Subúrbio 2	27,2	51,7	17,2	3,8	100,0
Centro e adjacências	32,4	48,6	14,8	4,2	100,0
Zona Oeste	28,3	50,6	18,1	3,0	100,0
Niterói	21,3	49,2	23,8	5,7	100,0
Periferia consolidada	34,3	48,8	14,6	2,2	100,0
Periferia em consolidação	34,4	47,3	16,1	2,1	100,0
Periferia em expansão	29,0	50,5	18,3	2,2	100,0
RMRJ	29,0	48,8	18,7	3,5	100,0

Fonte: Censo Demográfico de 1991.

As desigualdades, no interior da metrópole, quanto ao acesso da população à infraestrutura básica eram, em 1991, fortemente marcadas pela desigualdade de renda e não seguiam o padrão de diferenciação espacial “núcleo/periferia” posto em evidência pelos outros indicadores analisados. Assim, o município do Rio de Janeiro e a periferia

consolidada foram as áreas na metrópole que apresentaram os maiores percentuais de residentes em domicílio ligado à rede geral de água (94,9% e 92,2%, respectivamente), enquanto as condições em Niterói eram semelhantes às dos municípios periféricos de Nova Iguaçu, Caxias e São Gonçalo, onde cerca de 72% da população tinham água encanada. Os municípios de Itaboraí, Maricá e Magé apresentaram as condições de abastecimento mais precárias, com mais de 50% dos moradores sem água encanada. No entanto, em todas as áreas, inclusive na capital, verificou-se uma significativa diferenciação nas condições de abastecimento de água, de acordo com o rendimento mensal dos moradores. No município do Rio de Janeiro, a natureza da desigualdade em relação ao acesso à rede de água era basicamente social e não espacial: o percentual de pessoas com acesso à rede variou pouco entre as áreas da capital (de 94,3% na Zona Oeste a 96,2% na Zona Sul), enquanto entre pobres e não pobres a variação foi expressiva. Cerca de 10% da população pobre da cidade (com renda familiar até dois salários) não tinham água encanada, em 1991, ao passo que entre os residentes com renda acima de dez salários, apenas 0,7% viviam nessas condições. Em Niterói, a desigualdade entre esses dois segmentos era bem maior: cerca de 52% dos pobres não contavam com abastecimento, contra 13% dos que tinham renda de mais de dez salários. Já na periferia, a desigualdade era tanto social quanto espacial: os municípios mais distantes do Centro e em processo de expansão apresentaram condições de saneamento bem mais precárias que os demais, como, por exemplo, Itaboraí, onde 82,6% dos moradores não eram abastecidos por rede geral. Entretanto, mesmo nos municípios com condições extremamente precárias, a desigualdade entre os diferentes segmentos sociais era grande: em Itaboraí, apenas 12,8% dos pobres tinham acesso à água canalizada, enquanto 54,4% da população com renda maior do que dez salários estavam nessa condição.

Mesmo com a profunda desigualdade de acesso à infra-estrutura básica ainda presente em 1991, a década de 1980 marcou uma melhoria nas condições de abastecimento de água na metrópole do Rio de Janeiro, reduzindo as diferenciações espaciais. A inversão do padrão de alocação espacial dos investimentos públicos em saneamento garantiu maior expansão dos serviços para determinadas áreas da periferia, especialmente para os municípios da Baixada Fluminense que, nos anos 80, tornaram-se áreas prioritárias de investimentos públicos e de agências internacionais em saneamento. Entretanto, as condições de saneamento permaneceram altamente desiguais entre as diferentes camadas sociais, sobretudo na periferia, o que nos faz supor que os investimentos públicos nessas áreas tendam a responder prioritariamente às novas demandas tanto do setor produtivo em expansão, entre eles o setor imobiliário, quanto dos segmentos de mais alta renda, que, como visto acima, tendem a se localizar em áreas restritas.

Tabela 30: População residente em domicílio particular permanente, segundo a forma de abastecimento de água do domicílio e a renda mensal familiar, por área na RMRJ - 1991 (%)

Área / Forma de abastecimento	Faixa de renda familiar				Total
	Até 2 sm	2 a 5 sm	5 a 10 sm	+ de 10 sm	
Rio de Janeiro					
C/ canal. e rede geral	89,7	95,3	98,3	99,3	94,9
Outros	10,3	4,7	1,7	0,7	5,1
Niterói					
C/ canal. e rede geral	48,3	70,0	84,3	86,8	71,8
Outros	51,7	30,0	15,7	13,2	28,2
Periferia consolidada					
C/ canal. e rede geral	88,9	93,7	97,7	97,1	92,2
Outros	11,1	6,3	2,3	2,9	7,8
Periferia em consolidação					
C/ canal. e rede geral	63,5	73,7	82,2	89,0	69,7
Outros	36,5	26,3	17,8	11,0	30,3
Periferia em expansão					
C/ canal. e rede geral	55,5	68,5	81,0	87,0	64,5
Outros	44,5	31,5	19,0	13,0	35,5
RMRJ					
C/ canal. e rede geral	75,3	85,8	93,7	97,1	84,5
Outros	24,7	14,2	6,3	2,9	15,5

Fonte: Censo Demográfico de 1991.

A crise dos anos 80 aprofundou as desigualdades socioespaciais no interior da metrópole do Rio de Janeiro. A precarização nas condições de trabalho e o empobrecimento da população ocorreram de modo mais pronunciado nas áreas periféricas, aumentando a distância social entre os dois municípios centrais e os demais. Quanto ao perfil ocupacional, essa diferenciação se deu pelo crescimento mais elevado das categorias inferiores na periferia e pela permanência da alta concentração das categorias superiores no Rio de Janeiro e em Niterói. Quanto ao rendimento da população, a proporção de pobres aumentou bem mais nas áreas periféricas, especialmente a dos miseráveis, que não chegou a se alterar nos municípios centrais. A população de alta renda, por sua vez, continuou concentrada nesses dois municípios. As alterações, ao longo da década, nas condições urbanas de vida na metrópole diminuíram, de uma certa forma, as desigualdades entre o núcleo e a periferia. Por um lado, a crise do setor imobiliário afetou mais diretamente a população carioca, que viu reduzidas as alternativas de acesso à casa própria, seja através da compra de um apartamento quanto de um lote na Zona Oeste da cidade. A expansão das favelas foi uma das expressões dessa crise, ampliando o estoque de domicílios precários no núcleo. Nesse sentido, o núcleo se aproximou da periferia, mesmo que de forma perversa. Por outro lado, a ampliação da infra-estrutura básica para alguns municípios periféricos melhorou as condições de saneamento fora da capital, embora a desigualdade em relação ao núcleo ainda se mostrasse bastante elevada no final da década.

O agravamento das condições de trabalho e do nível de renda dos moradores das periferias não interrompeu o lento processo de diversificação social nessas áreas. Em alguns poucos municípios, observou-se uma maior heterogeneidade socioocupacional, no final dos anos 80, indicando a tendência ao aumento da desigualdade socioespacial no interior da própria periferia. As ampliações do mercado de apartamentos e da infra-estrutura urbana em alguns distritos da periferia confirmam a tendência à segmentação social do espaço periférico.

O exame dos fluxos populacionais em direção à metrópole do Rio de Janeiro e em seu interior esclarece alguns dos processos que estão por trás do quadro socioespacial que se configurou no final de uma década de crise econômica. Em primeiro lugar, a redução do contingente de migrantes procedentes das regiões mais pobres do país atenuou a relação histórica entre migração e pobreza urbana. A população metropolitana empobrece ao mesmo tempo que a atratividade da metrópole entra em declínio. A diminuição do contingente de migrantes nordestinos para a capital (embora o número ainda tenha sido bastante expressivo) foi, em parte, compensada pelo aumento dos migrantes do interior do Estado, ainda que estes tivessem um perfil de renda e instrução mais elevado que os primeiros. De fato, o empobrecimento do núcleo teve pouco a ver com a migração.

A mobilidade espacial no interior da metrópole também perdeu intensidade na década, o que pode ser explicado em parte pela retração do mercado imobiliário. A redução da oferta de lotes populares nas áreas periféricas e a tolerância do poder público com as ocupações ilegais na capital podem ter retido no próprio município parte da população pobre, que, em vez de se deslocar para a periferia metropolitana, se mudou para a favela. Essa hipótese ganha força quando se observa que a retomada do processo de favelização nos anos 80 não resultou da mobilidade espacial dos pobres em direção à capital, mas principalmente da mobilidade social descendente dos já residentes na cidade. Na realidade, o “fechamento” do núcleo metropolitano aos mais pobres ocorreu de forma mais acentuada que na década anterior. Foram 104 mil pobres que se deslocaram do Rio de Janeiro para os demais municípios metropolitanos, contra apenas 14 mil na direção oposta. A alteração mais significativa, entre as duas últimas décadas, no perfil dos migrantes intrametropolitanos que se deslocaram para a capital e para Niterói foi a redução da participação dos miseráveis e a elevação da dos pobres não miseráveis.

A continuidade dos deslocamentos de setores médios para determinadas áreas da periferia contribuiu para a segmentação social do espaço periférico, estando vinculada ao crescimento, em municípios como São Gonçalo e Maricá, de alternativas habitacionais acessíveis às camadas médias pauperizadas. No entanto, a população recém-chegada representava apenas uma pequena parte da nova *classe média* concentrada nos reduzidos *núcleos* em formação. A outra parte, de maior peso, seria composta pelos novos setores médios emergentes na própria periferia metropolitana.

CONCLUSÃO

A crescente instabilidade do trabalho e a perda do poder aquisitivo das famílias, ao longo dos anos 80, aprofundou o processo histórico de concentração da riqueza no núcleo metropolitano do Rio de Janeiro. O que se observou foi o aumento da distância social entre o centro e sua periferia, no que se refere às condições de trabalho e renda da população residente: aumento do número de trabalhadores em situação de maior vulnerabilidade em todas as áreas, mas de forma mais intensa na periferia; continuidade da alta concentração das categorias superiores de trabalhadores no centro; elevação mais acentuada no percentual dos pobres e miseráveis fora dos municípios centrais; e manutenção de 95% da população de alta renda (mais de vinte salários) nesses municípios. Tais tendências evidenciam os efeitos restritivos da crise econômica sobre a qualidade e a quantidade dos postos de trabalho na região e, conseqüentemente, sobre as condições monetárias de reprodução da população, particularmente da residente na periferia. É nessa perspectiva que se verifica o aprofundamento das desigualdades socioespaciais na metrópole do Rio de Janeiro. As alterações verificadas quanto à qualidade da força de trabalho, no entanto, vão em outra direção: a melhora generalizada do nível de escolaridade da população ativa reduziu a distância centro-periferia, através do aumento mais pronunciado do peso relativo aos trabalhadores com nível médio na periferia, diferentemente do que ocorreu em relação ao nível de renda. Assim, a crise dos anos 80 pôs em cheque a relação causal, presente no imaginário social nas décadas passadas, entre instrução e ascensão social.

Tomando-se como critério as condições urbanas de vida, observou-se, simultaneamente à relativa dispersão de um padrão superior de moradia para áreas contíguas ao núcleo metropolitano, a ampliação do espaço periférico e de suas carências em direção às franjas da metrópole. Núcleo e periferia ampliam sua área de abrangência quanto às características do padrão de urbanização e dos agentes envolvidos na produção desses espaços. Essas tendências indicam a permanência e a consolidação, no período, do padrão histórico de estruturação socioespacial das metrópoles brasileiras. Nessa escala de análise, o padrão de desigualdades não se alterou: mantém-se a centralidade na metrópole e aprofundam-se as desigualdades sociais entre o centro e sua periferia. Em outras palavras, mantém-se a estrutura dual. Porém, há indícios de que o espaço metropolitano chegou aos anos 90 mais fragmentado socialmente. A idéia de enclave é a melhor expressão da nova escala espacial da segregação social que começa a se configurar no Rio de Janeiro e nas grandes metrópoles do país, como resultado tanto da crise econômica mais geral e da crise imobiliária em particular quanto da crescente politização dos conflitos urbanos, quando a prática da negociação e da tolerância frente à ilegalidade se amplia. Trata-se da segregação de ricos e pobres em enclaves, isto é, em espaços fisicamente delimitados, sejam eles ocupações ilegais, sejam eles condomínios horizontais ou verticais dispersos no espaço metropolitano. Poder-se-ia argumentar que a fragmentação espacial em pequena escala tem sido, há pelo menos cinquenta anos, uma característica da Cidade do Rio de Janeiro, com a expansão e a consolidação das favelas. Nesse caso, os fenômenos observados nos anos 80 não expressariam qualquer novidade. No entanto, a idéia de fragmentação não diz respeito apenas à escala em que se configura a segregação socioespacial; ela exprime, fundamentalmente, novas práticas sociais através das quais o direito à livre circulação é bloqueado. O enclave se refere, portanto, à privatização dos espaços públicos. Nos espaços residenciais ou de comércio dos setores médios e altos, os muros, guaritas e seguranças tornam patente esse fenômeno. Já nas favelas e ocupações dos sem-teto, o bloqueio (feito pelas organizações criminosas, no primeiro caso, e por lideranças comunitárias, no segundo) é menos visível mas igualmente eficaz.

A consolidação da estrutura socioespacial centro-periferia e a tendência à "guetificação" dessa mesma totalidade são as duas faces de um mesmo processo de urbanização. Maior distância social entre o centro e sua periferia não significa,

necessariamente, menor diversidade social desses espaços. A produção de condomínios de classe média não só no centro, mas também na periferia, assim como a proliferação de assentamentos (ou mesmo acampamentos) populares por toda a metrópole, marcam o novo padrão e a nova escala da segregação, sem, no entanto, romperem com o binômio centro-periferia. Essa constatação nos remete ao Capítulo I, em que se chegou a algumas conclusões sobre o debate contemporâneo em torno da reestruturação econômica, social e espacial e de sua implicação na análise da realidade latino-americana.

No debate sobre a nova espacialidade urbana na era da globalização e da reestruturação econômica, há uma hegemonia dos pressupostos contidos na tese da cidade global, entre os quais merece destaque a tendência inexorável à dualização da estrutura social. De um lado, os “excluídos” ou “novos pobres”, localizados nos guetos, *inner cities* ou periferias urbanas, e, do outro, a nova classe superior, público-alvo do processo de *gentrification* nas áreas centrais das grandes cidades. A noção de exclusão social está presente tanto na tese da cidade global ou dual quanto na abordagem crítica centralizada na complexidade e heterogeneidade da estrutura social e espacial. A ideia básica é de que emerge nos países desenvolvidos um segmento social que está fora do sistema dominante, assim como conformam-se espaços desconectados da lógica dominante da dinâmica urbana. A questão que se formula, e à qual não tencionamos responder nesse trabalho, diz respeito à funcionalidade (ou não) das novas ocupações precárias e informais no processo de acumulação e às formas de realização dessa relação. No caso brasileiro, e no de boa parte dos países periféricos, caberia avaliar em que medida a crise dos anos 80 transformou a massa de trabalhadores informais, cuja expansão acompanhou o desenvolvimento do capitalismo no país, em excluídos do sistema econômico hegemônico. O que há de novo para que se resgate a noção de marginalidade?

Constatou-se, no Capítulo IV, o aumento, ao longo do período de crise, da instabilidade do trabalho e do rendimento e a perda do poder de compra da população metropolitana do Rio de Janeiro. Essa instabilidade ficou manifesta através do aumento dos empregados sem carteira e dos trabalhadores autônomos, tendência entretanto que não permite inferências consistentes sobre as mudanças em curso no padrão de acumulação e no papel desempenhado pelos diferentes setores produtivos – produção capitalista, produção simples e produção doméstica – no funcionamento do sistema econômico brasileiro. O que se pode afirmar é que as alterações nas relações de trabalho e no nível de renda atingiram profundamente as condições de reprodução social, em particular quanto às condições de acesso à cidade. Vimos, ao longo do presente trabalho, como a crise atingiu o comportamento dos diversos agentes que interferem diretamente na espacialidade urbana. No mercado imobiliário, demanda e oferta sofreram alterações. Por um lado, a desvalorização dos salários e a incerteza em relação ao rendimento mensal afetaram as possibilidades de acesso à moradia por segmentos sociais que, não tendo condições de poupar, tinham como única saída o endividamento a longo prazo. Como conseqüência, alterou-se o perfil da demanda do setor imobiliário empresarial ao mesmo tempo que se retraiu a demanda solvável por lotes populares. Por outro lado, a crise econômica e, em particular, a crise do setor público atingiram profundamente a estrutura de provisão de moradia nos três segmentos que a compunham: a produção empresarial, a produção popular e a produção estatal. Determinados agentes redefiniram suas estratégias de atuação enquanto outros viram suas atividades inviabilizadas. Três processos indicaram mudanças na oferta de moradia: a elitização do mercado residencial de ponta, a emergência da produção empresarial em áreas restritas na periferia e, como contrapartida, a difusão das ocupações ilegais por todo o tecido urbano da metrópole.

O período pós-84 foi marcado pela elitização do mercado imobiliário carioca, que nos anos anteriores havia se caracterizado pela criação da nova fronteira de expansão na Barra

da Tijuca e pela desconcentração das atividades dos grandes incorporadores em direção a alguns bairros suburbanos. Com o fim do SFH, as grandes empresas reduziram a oferta nos subúrbios e concentraram a produção na Barra da Tijuca, para um público de mais alto poder de compra. O mesmo não pode ser dito em relação aos pequenos empreendedores/construtores, responsáveis por grande parte do espaço construído suburbano e que apresentaram uma produção relativamente constante no período. Contrariamente à lógica de atuação dos incorporadores, esses agentes reiteraram o padrão construtivo e as características socioeconômicas da região, com empreendimentos de pequena densidade e pouco verticalizados. Esses apartamentos de mais baixo custo tornaram-se uma das poucas alternativas encontradas pelos setores médios com reduzida capacidade de poupança para adquirirem um imóvel.

Outra alternativa habitacional voltada para os segmentos sociais médios começou a se expandir nos últimos dez anos nas áreas mais distantes da metrópole: são os chamados condomínios fechados, horizontais ou verticais, localizados fora das áreas centrais, onde o baixo valor da terra tem viabilizado a compra do imóvel. São novos espaços residenciais nas periferias que segregam e excluem não apenas pelo preço do acesso, mas sobretudo pelos muros e sistemas de controle e segurança. O padrão capitalista empresarial de produção imobiliária expandiu-se para determinadas áreas da periferia metropolitana do Rio de Janeiro. Se, por um lado, as inovações no “modo de morar” em locais extremamente precários de serviços urbanos e de baixo valor da terra são garantia de sobrelucro para os incorporadores, por outro, a pauperização das camadas médias e a ausência de financiamentos de longo prazo para aquisição da casa própria criaram as condições de existência de uma demanda solvável para esses novos empreendimentos. A “modernização” do espaço periférico não se restringiu ao setor construtivo residencial e contou ainda com a chegada dos *shopping centers*, no início dos anos 90, e com o redirecionamento, mesmo que parcial, dos investimentos públicos em saneamento para essa área. As demandas que surgem, sob a forma de reivindicações, dos movimentos populares e que ganham legitimidade com o retorno das eleições diretas e a pressão dos novos agentes econômicos responsáveis pela dinamização de áreas específicas nas periferias explicam a alocação dos recursos públicos.

A contrapartida dos processos anteriores foi a crescente informalização da produção de moradia para os setores de baixa renda, através da periferização das favelas e do adensamento das já existentes. Inflação, achatamento salarial e encarecimento da terra levaram ao colapso a produção “descapitalizada” e extensiva de lotes populares que, durante trinta anos, garantiu o acesso à casa própria para amplos segmentos sociais de baixa renda na periferia. Restaram aos pobres as ocupações ilegais de terra tanto nas áreas mais centrais quanto nas áreas periféricas de expansão. As eleições estaduais de 1982 haviam dado início ao período de legitimação das favelas por parte do poder público, quando as remoções passaram a ser descartadas e as favelas passaram a servir como válvula de escape para a ausência de programas habitacionais.

A perspectiva da presente tese é de que os fluxos populacionais em direção às grandes metrópoles e em seu interior decorrem das duas dimensões de análise comentadas anteriormente. As macrotendências econômicas e as condições monetárias de reprodução social delas resultantes atuam juntamente com as microtendências urbanas/imobiliárias sobre as estratégias espaciais dos diferentes segmentos sociais. Os deslocamentos populacionais, tanto de longa quanto de curta distância, ao mesmo tempo que expressam transformações sociais e espaciais, interferem no processo de estruturação metropolitana. Foi nesse sentido que a análise aqui desenvolvida sobre as mudanças (e permanências) no padrão de desigualdades socioespaciais, nos anos 80, centrou-se no fenômeno da mobilidade residencial.

Foram detectadas na década de 70, em relação aos fluxos populacionais, três tendências gerais e suas conexões com o processo de estruturação socioespacial. A primeira referia-se ao fechamento das áreas valorizadas aos pobres e à consolidação de um padrão de estruturação socioespacial profundamente desigual, com o deslocamento de um enorme contingente de pobres do núcleo para a periferia. A segunda aparecia como uma contratendência a esse “fechamento”, na medida em que o núcleo ainda se mantinha “aberto” a um grande volume de migrantes de longa distância, majoritariamente pobres e pouco qualificados. A terceira podia ser vista como uma contratendência à consolidação de um padrão dual de desigualdades socioespaciais, ao evidenciar a expansão da produção empresarial imobiliária e a chegada de setores médios em determinadas localidades na periferia. A periferia, já nos anos 70, não teria sido apenas o *locus* da pobreza e das precárias condições urbanas de vida.

O que se viu, na década de 80, foi a consolidação de algumas tendências do período anterior e o recuo de outras. Em primeiro lugar, a redução no contingente de migrantes no período, sobretudo os procedentes das regiões mais pobres do país, questiona a relação histórica entre migração, pobreza urbana e os processos de favelização e periferização. As décadas de 60 e 70 foram períodos de acelerada expansão econômica, marcados por uma relativa mobilidade social ascendente de parcelas da população urbana. A perspectiva da “integração” e ascensão social situava os migrantes no patamar mais baixo da hierarquia social e espacial vigente na metrópole naquele momento. Na década de 80, essa perspectiva começou a perder sentido, uma vez que a crise econômica pôs fim à expectativa na mobilidade social. A população metropolitana empobrece e a atratividade da metrópole entra em declínio, em função das particularidades do esvaziamento econômico da região e do processo mais amplo de reconfiguração do papel econômico das grandes metrópoles. A favelização e a periferização se mantêm, nos anos 80, mas os efeitos da migração, especialmente dos fluxos do Nordeste, sobre o quadro de desigualdades sociais se reduzem.

Os deslocamentos intrametropolitanos, por sua vez, indicaram alterações na dinâmica urbana e, por conseqüência, no padrão de segregação espacial. A crise habitacional parece ter afetado a intensidade e a orientação dos fluxos de pessoas no interior da metrópole do Rio de Janeiro. A retração da oferta de apartamentos na capital e de lotes populares nos municípios periféricos reduziu o poder de atração dessas áreas. Na capital, a maior tolerância do poder público com as ocupações ilegais também pode ter retido parte dos residentes, que se deslocaram não para a periferia metropolitana, mas para as favelas do próprio município. Os dados mostraram que a população que já residia na cidade em 1980 fora responsável por 70% do incremento populacional nas favelas no período 1980-91. O binômio favela-migração, portanto, não mais se sustenta. Por outro lado, a redução de alternativas habitacionais populares, o empobrecimento da população e a valorização com o conseqüente “fechamento” de determinadas áreas da periferia intensificaram os fluxos em direção às fronteiras de expansão da metrópole, onde o valor da terra é relativamente menor. Assim, permaneceu nos anos 80 a predominância dos deslocamentos do núcleo para a periferia, ao mesmo tempo que os fluxos dentro da própria periferia ganharam maior peso em função do processo de diversificação socioespacial que começou a ocorrer na área.

As mudanças referentes aos fluxos intrametropolitanos tiveram estreita relação com a conjuntura de crise. A primeira evidência foi o empobrecimento dos migrantes em geral, embora os procedentes do núcleo tivessem permanecido como os mais pobres. Simultaneamente ao aumento da participação dos miseráveis entre os que se deslocaram da capital para a periferia, houve redução da participação desse segmento entre os que saíram da periferia em direção à capital e a Niterói. Niterói foi o município metropolitano

com maior tendência à elitização da população residente, não só pelo perfil dos que entraram mas pelo alto contingente de pobres que saíram para a periferia. Nesse nível de análise, pode-se afirmar que a tendência ao “fechamento” do núcleo metropolitano aos mais pobres se aprofundou nos anos de crise. Mesmo a retomada do crescimento das favelas no núcleo, que poderia indicar uma contratendência a esse “fechamento”, não resultou da mobilidade espacial dos pobres em direção à capital, mas fundamentalmente da mobilidade social descendente dos já residentes. Entre os que se deslocaram do núcleo para a periferia também predominou a mobilidade descendente, na medida em que diminuiu a histórica atratividade da periferia como principal opção de aquisição da casa própria pela população pobre. Ou seja, nos anos 80 esses deslocamentos decorreram muito mais do processo de expulsão dos pobres através do mercado fundiário do que da possibilidade de essa população se tornar proprietária e ascender, mesmo que simbolicamente, na hierarquia social.

Outra evidência foi a continuidade dos deslocamentos de setores médios para a periferia, mas ainda de forma espacialmente e quantitativamente restrita. A maior diversidade social da população migrante em alguns municípios periféricos, como Nilópolis e São Gonçalo, era nítida, indicando o crescimento de alternativas habitacionais acessíveis às camadas médias que sofreram perda de rendimentos no período de crise. A valorização da terra e a formação de um mercado imobiliário capitalizado promoveram uma entrada mais seletiva de migrantes nesses municípios. Por outro lado, municípios como Nova Iguaçu e Itaboraí permaneceram como espaços mais abertos à entrada de uma população de baixo poder aquisitivo. Mantém-se, portanto, nos anos 80, a contratendência à consolidação do padrão dual de estruturação urbana porque se expandem pequenos núcleos na periferia.

A retração dos deslocamentos populacionais, na última década, reduziu o papel da mobilidade residencial na transformação da estrutura socioespacial da metrópole do Rio de Janeiro. A relativa elitização do núcleo metropolitano, assim como a diversificação social da periferia, decorreram, em primeiro lugar, dos efeitos da crise econômica e da dinâmica urbana sobre as condições de reprodução da população residente. O aumento da pobreza no núcleo foi acompanhado pela crescente concentração de renda nas mãos dos extratos sociais superiores, enquanto na periferia o ritmo de expansão dos segmentos de alta renda ficou aquém do processo de pauperização da população residente. Aprofundam-se, assim, as desigualdades sociais entre o centro e sua periferia. A estrutura dual se mantém, ao mesmo tempo que o espaço metropolitano se fragmenta em enclaves. Essas tendências ocorrem simultaneamente, na medida em que as estratégias dos agentes que atuam direta ou indiretamente na estruturação do espaço urbano se realizam em diferentes escalas e segundo diferentes racionalidades.

As novas e velhas tendências quanto ao padrão de desigualdades socioespaciais na metrópole do Rio de Janeiro só podem ser entendidas diante do contexto econômico e político dos anos 80. A permanência do corte centro-periferia e a emergência do fenômeno que denominamos “guetificação” se deram num período de crise econômica, de retração dos investimentos públicos no urbano e de maior tolerância do poder público à ilegalidade urbana. Há indícios de que esse cenário se alterou nos anos 90. Por um lado, a política de estabilização da economia e seu corolário, a recessão, não interromperam até agora a crescente precarização das condições de trabalho da população brasileira. O que se viu foram efeitos de curto prazo sobre a capacidade de compra e de endividamento de segmentos sociais de mais baixa renda, que num primeiro momento aumentaram seu poder de consumo, enquanto os segmentos médios continuaram em queda na escala social e econômica. Por outro lado, os investimentos públicos no urbano, particularmente na área de habitação, passam para a esfera local, sem grandes alterações na magnitude dos

recursos, mas dentro de uma nova lógica de intervenção do governo municipal. O discurso da ordem se impõe e a prática da tolerância com a ilegalidade é substituída pela repressão. Programas de urbanização de favelas convivem com os de remoção e se somam a projetos de ordenamento e controle dos espaços públicos, como as ações de repressão aos camelôs e o gradeamento das praças. Tudo em nome da ordem social e urbana indispensável para o afluxo de investimentos externos. Quadro bastante semelhante ao encontrado no Rio de Janeiro do início do século, quando a burguesia local, juntamente com o Estado, deram início ao projeto de construção da cidade moderna que, para se tornar atrativa para o capital, tinha que ter sua “classe perigosa” sob controle. Limpou-se o centro e liberou-se a periferia para os pobres. Tudo indica que esse padrão de estruturação do espaço urbano, marcadamente desigual, se prolongará ainda por muito tempo.

Referências bibliográficas

- ABREU, M. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. IPLANRIO. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
- ABREU, M., BRONSTEIN, O. *Políticas públicas, estrutura urbana e distribuição da população de baixa renda na área metropolitana do Rio de Janeiro*. Convênio IDCR-CNPU/IBAM, novembro de 1978. Mimeo.
- BASSAND, M., BRULHARDT, M.C. *Mobilité spatiale: bilan et analyse des recherches en Suisse*. Georgi, Saint-Saphorin, 1980.
- BEAUREGARD, R.A. *Capital restructuring and the new built environment of global cities: New York and Los Angeles*. Trabalho apresentado no *Annual Meeting of the Association of American Geographers*, Baltimore, 1989.
- BÓGUS, L.M. *(Re) Urbanização: por que e para quem?* Tese de doutoramento defendida na FAU/USP, São Paulo, 1987.
- BÓGUS, L.M. "Urbanização e metropolização: o caso de São Paulo". In: BÓGUS, L.M., WANDERLEY, L.E. (Orgs.) *A luta pela cidade em São Paulo*. São Paulo: Cortez, 1992.
- BONVALET, C. (Org.) *Logement, mobilité et populations urbaines*. Paris: CNRS Éditions, 1994.
- BONVALET, C., MAISON, D. *Lieux d'ancrage et lieux de passage: itinéraires résidentiels en région parisienne*. INED, s/data. Mimeo.
- BRASILEIRO, A.M. *Região metropolitana: serviços de interesse comum*. Brasília: IPEA, 1976.
- BRUN, J. "La mobilité résidentielle et les sciences sociales". In: *Les Annales de la Recherche Urbaine*, n^o 59-60, juin-septembre, 1993:2-14.
- CADWALLADER, M. *Migration and residential mobility*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1992.
- CARDOSO A.L., RIBEIRO, L.C.Q. *Dualização e reestruturação urbana: o caso do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ - FASE, 1996.
- CARRION, F. "Estrategias de inserción residencial de los sectores populares en Quito". In: DUREAU, F. (Ed.) *Las nuevas formas de movilidad de las poblaciones urbanas en América Latina*. Documento CEDE 097, CEDE, Bogotá, 1995, p. 59-66.
- CARVALHO, E.G., LAGO, L.C. "A irregularidade da moradia dos pobres". *Cadernos PUR/UFRJ*, ano 3, n^o 1, jan./abril de 1989:105-116.
- CASTEL, R. "De l'exclusion comme état à la vulnérabilité comme processus". In: AFFICHARD, J., FOUCAULD, J. B. *Justice sociale et inégalités*, Paris: Editions Esprit, 1993.
- CASTELLS, M. "Conclusion" In: MOLLENKOPF, J.N., CASTELLS, M. (Ed.) *Dual city: restructuring New York*, Nova York: Russel Sage Foundation, 1992.
- CASTRO, M.G. *O migrante na cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado defendida na COPPE - UFRJ, Rio de Janeiro, 1979.

- CUNHA, J.M.P. *Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da região metropolitana de São Paulo*. Tese de doutorado apresentada no IFCH, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.
- _____. "A mobilidade intra-regional no contexto das mudanças no padrão migratório nacional: o caso da Região Metropolitana de São Paulo". In: *Anais do 7º Encontro Nacional da ANPUR*, , 1997:21-41.
- CUNHA, M.A. *O novo Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- DAIM, S. "Rio de todas as crises: crise econômica". *Série Estudos - IUPERJ*, nº 80, 1990:1-8.
- DAVIS, M. *Cidade de quartzo: escavando o futuro em Los Angeles*. São Paulo: Scritta, 1993.
- FAINSTEIN, S.S., CAMPBELL, S. "Theories of urban development and their implications for policy and planning". In: FAINSTEIN, S.S., CAMPBELL, S. (Coord.) *Readings in urban theory*, Cambridge: Blackwell, 1996:1-18.
- FAINSTEIN, GORDON, HARLOE (Ed.). *Divided cities: New York & London in the contemporary world*. Oxford e Cambridge: Blackwell, 1992.
- FARIA, V. "Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira nos últimos trinta anos". In: SORJ, B., ALMEIDA, M.H.T. *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 118-163.
- _____. "A conjuntura social brasileira". *Novos Estudos CEBRAP*, nº 33, junho de 1992.
- FONSECA, M.S. *Reestruturação e segregação espacial em Pendotiba: a luta pelo lugar na cidade*. Dissertação de mestrado defendida no IPPUR - UFRJ, Rio de Janeiro, 1996.
- FUNDREM. *Caracterização da Região Metropolitana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1982.
- FURLANETTO, D.A. et al. "Promoção imobiliária e espaço residencial da classe média na periferia metropolitana do Rio de Janeiro". *Revista Brasileira de Geografia*, 49(2), abril/junho de 1987:27-56.
- GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1993.
- HARLOE, M., FAINSTEIN, S. "Conclusion: the divided cities". In: FAINSTEIN, S. et al (Ed.). *Divided cities: New York & London in the contemporary world*, Oxford e Cambridge: Blackwell, 1992:236-271.
- IPLANRIO. *Morar na metrópole: ensaios sobre habitação popular no Rio de Janeiro*, IPLANRIO. Rio de Janeiro, 1988.
- _____. *À margem das favelas*. Rio de Janeiro, 1994. Mimeo.
- KEMPEN, E. van. "The dual city and the poor: social polarisation, social segregation and life chances". *Urban Studies*, v. 31, nº 7, 1994:995-1.015.
- KLEIMAN, M. *Os pequenos promotores imobiliários e as transformações do espaço construído*. Dissertação de Mestrado defendida no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, 1983.

- KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- KOWARICK, L., CAMPANÁRIO, M. "São Paulo: metrópole do subdesenvolvimento industrializado". In: KOWARICK, L. (Org.). *As lutas sociais na cidade: São Paulo passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LAGO, L.C. *O movimento de loteamentos do Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado defendida no IPPUR - UFRJ. Rio de Janeiro, 1990.
- LAGO L.C., RIBEIRO L.C.Q. "A casa própria em tempo de crise: os novos padrões de provisão de moradia nas grandes cidades". In: RIBEIRO, L.C.Q., AZEVEDO S. (Orgs.) *A crise da moradia nas grandes cidades*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996:33-48.
- LESSA, C., DAIM, S. "Capitalismo associado: algumas referências para o tema Estado e desenvolvimento". In: BELLUZZO, L.G., COUTINHO, R. (Orgs.). *Ensaios sobre a crise. Desenvolvimento Capitalista no Brasil v. I*, São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MACHADO DA SILVA, L.A., VALLADARES, L.P. "Habitación popular en Rio de Janeiro: políticas y realidad". Trabalho apresentado nas Jornadas Internacionales *Renovación Urbana y Vivienda Popular en Areas Metropolitanas de América Latina*. Hamburg: Technische Universität Hamburg, 1985.
- MARCUSE, P. "'Dual city': a muddy metaphor for a quartered city". *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 14, nº 4, 1989:697-708.
- MARICATO, E. (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- MARQUES, E.C. *Desigualdades sociais e infra-estrutura urbana: a produção dos equipamentos de saneamento no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado defendida no IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 1993.
- MARTINE, G. *A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 1980*. Documento de trabalho, Instituto Sociedade, População e Natureza, Brasília, 1993. Mimeo.
- MATTOS, F.A.M. "Estrutura ocupacional e distribuição de renda: regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro". *São Paulo em Perspectiva*, v. 9, nº 2, abril/junho de 1995:91-99.
- MAUTNER, I. *The periphery as a frontier for the expansion of capital*. Tese de doutoramento defendida na University College, Londres, 1990.
- MELO, H.P., CONSIDERA, C.M. "Industrialização fluminense - 1930/1980". *Revista Rio de Janeiro*, nº 3, 1986:111-121.
- MELO, M.A.B.C. "A década perdida: globalização, crise do Estado e metrópoles no Brasil". In: GONÇALVES, M.F. *O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995:249-260.
- MOTTA, R.C. *Comunidade planejada de Itaipu - um estudo de caso sobre a ação integrada do capital imobiliário*. Dissertação de mestrado defendida na COPPE - UFRJ, Rio de Janeiro, 1983.
- NASCIMENTO, E. "A exclusão social na França e no Brasil: situações (aparentemente) invertidas, resultados (quase) similares". In: Diniz, E. et al. *O Brasil no rastro da crise*, ANPOCS/ IPEA/ Hucitec, São Paulo, 1994.

- OLIVEIRA, F. "A economia brasileira: crítica à razão dualista". *Estudos CEBRAP*, nº 2, 1972.
- OLIVEIRA, L. "Os excluídos 'existem'? Notas sobre a elaboração de um novo conceito". In: OLIVEIRA, M.A.G. (Org.). *Política e contemporaneidade no Brasil*. Recife: Bagaço, 1997.
- PARK, R.E. "A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano". In: VELHO, O. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1979:26-67.
- PAVIANI, A. et al. *Mobilidade residencial em cidade planejada: Brasília, DF*. Trabalho apresentado no II Encontro Nacional da ANPUR. Teresópolis, novembro de 1987. Mimeo.
- PENTEADO FILHO, P.A. *Considerações sobre a estrutura interna da Região Metropolitana do Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado defendida na COPPE - UFRJ, Rio de Janeiro, 1978.
- PERO, V. *O papel dos segmentos informais na geração de trabalho e renda no Rio de Janeiro; 1981-95*. Relatório de pesquisa, IPPUR/UFRJ, 1997. Mimeo.
- PORTES, A. "Latin America urbanization during the years of the crisis". In: *Latin America Research Review*, v. XXIV, nº 3, 1989:7- 44.
- PRETECEILLE, E. "Cidades globais e segmentação social". In: RIBEIRO, L.C.Q., JUNIOR, O.S. *Globalização, fragmentação e reforma urbana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994:65-89.
- RENNER C.H., PATARRA, N.L. "Migrações". In: SANTOS, J.L.F. et al. *Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.
- RIBEIRO, L.C.Q. "Capital imobiliário no Rio de Janeiro - 1870/1930". *Espaço e Debates*, ano 5, 1985:5-32.
- _____. "Incorporação imobiliária: características, dinâmica e impasses". In: RIBEIRO, L.C.Q., AZEVEDO S. (Orgs.). *A crise da moradia nas grandes cidades*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996:105-118.
- RIBEIRO, L.C.Q. et al. *Diagnóstico da estrutura fundiária urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro*, IPPUR/UFRJ, relatório de pesquisa, 1990.
- _____. *Como anda o Rio de Janeiro: análise da conjuntura social*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1995.
- RIBEIRO, L.C.Q., LAGO, L. "Crise e mudança nas metrópoles brasileiras; a periferização em questão". In: LEAL, M.C. et al (Orgs.). *Saúde, ambiente e desenvolvimento; uma análise interdisciplinar*, v. 1. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1992.
- _____. "Dinâmica metropolitana e os novos padrões de desigualdade social". *São Paulo em Perspectiva*, v. 9, nº 2, abril/junho de 1995:25-32.
- RIBEIRO, L.C.Q., LAGO, L. (Orgs.). *Acumulação urbana e a cidade*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1992.

- ROCHA, S. "Pobreza metropolitana e os ciclos de curto prazo: um balanço dos anos 80". *Boletim Conjuntural*, IPEA, nº 12, 1991:35-39.
- _____. "Renda e pobreza nas metrópoles brasileiras". In: RIBEIRO, L.C.Q., SANTOS JUNIOR, O.A. *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994:121-145.
- ROLNIK, R. et al. *São Paulo: crise e mudança*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- SABOIA, J. "Tendências do mercado de trabalho metropolitano: des(assalariamento) da mão-de-obra e precarização das relações de trabalho". In: RIBEIRO, L.C.Q., SANTOS JUNIOR, O.A. *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994:93-119.
- SANTOS, C.N.F. "Voltando a pensar em favelas por causa das periferias". In: *Anais do Simpósio de Estudos do Planejamento Urbano e Habitacional*. Rio de Janeiro: PUC-NEURB, 1978:49-78.
- _____. "Velhas novidades nos modos de urbanização brasileiros", In VALLADARES, L.P. (Org.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- _____. "Habitação: o que é mesmo que pode fazer quem sabe?" In VALLADARES, L.P. (Org.). *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- _____. *Novos espaços, ou um poder que, com o tempo, ficou velho*. Jun. 1984. Mimeo.
- SANTOS C.N.F., BRONSTEIN, O. "Metaurbanização: o caso do Rio de Janeiro". *Revista de Administração Municipal*, nº 149, outubro/dezembro de 1978:6-35.
- SASSEN, S. *The global city: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press, 1991.
- SHORT, J.R. "Residential mobility". In: BOURNE, L. (Org.). *Internal structure of the city*. New York; Oxford University Press, 1982:189-208.
- SILVA, J.K.T. *Homogeneidade x heterogeneidade socioespacial em Nova Iguaçu*. Monografia de bacharelado em geografia submetida ao Instituto de Geociências - UFRJ, Rio de Janeiro, 1995.
- SMITH, N. "Gentrification, the frontier, and the restructuring of urban space". In: SMITH, N., WILLIAMS, P. *Gentrification of the city*. Boston: Unwin Hyman, 1988.
- SMOLKA, M.O. "Mobilidade intra-urbana no Rio de Janeiro: da estratificação social à segregação residencial no espaço". In: *Anais do 8º Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, v. 3, 1992:331-350.
- TASCHNER, S.P. *Mudanças no padrão de urbanização: novas abordagens para a década de 1990*. Trabalho apresentado na reunião "Por uma agenda da pesquisa urbana nos anos 90". Rio de Janeiro: IUPERJ, 1992. Mimeo.
- _____. *Habitação e demografia no Estado de São Paulo*. Secretaria de Habitação - CDHU, 1995. Mimeo.

- TASCHNER, S.P., BÓGUS, L.M. "Mobilidade espacial da população brasileira: aspectos e tendências". *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 3, nº 2, julho/dezembro de 1986.
- VALLADARES, L.P. "Estudos recentes sobre a habitação no Brasil: resenha da literatura". *Debates Urbanos*, nº 3, 1983:15-77.
- VALLADARES, L.P., COELHO, M.P. *Latin America in the 1990's: towards an urban research agenda*. Trabalho elaborado para o "Urban Management Programme", Rio de Janeiro: IUPERJ, 1993. Mimeo.
- VETTER, D. *The impact on the metropolitan system of the interpersonal and spatial distribution of real and monetary income: the case of Grande Rio*. School of Architecture and Urban Planning, University of California, Los Angeles, 1975. Mimeo.
- _____. "A Segregação residencial da população economicamente ativa na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, segundo grupos de rendimento mensal". *Revista Brasileira de Geografia e Estatística*, nº 43(4), outubro/dezembro de 1981:587-603.
- VETTER, D., MASSENA, R. "Quem se apropria dos benefícios líquidos dos investimentos do Estado em infra-estrutura urbana?". *Debates Urbanos*, nº 1, 1982: 49-77.
- WACQUANT, J.L. "O retorno do recalcado. Violência urbana, 'raça' e dualização em três sociedades avançadas". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 24, ano IX, fevereiro de 1994.
- WILSON, W.J. *The Truly Disadvantaged. The inner city, the underclass and public policy*. Chicago: University of Chicago 1987.
- WRIGHT, E.O. *Class structure and income determination*. New York: Academic Press, 1979.